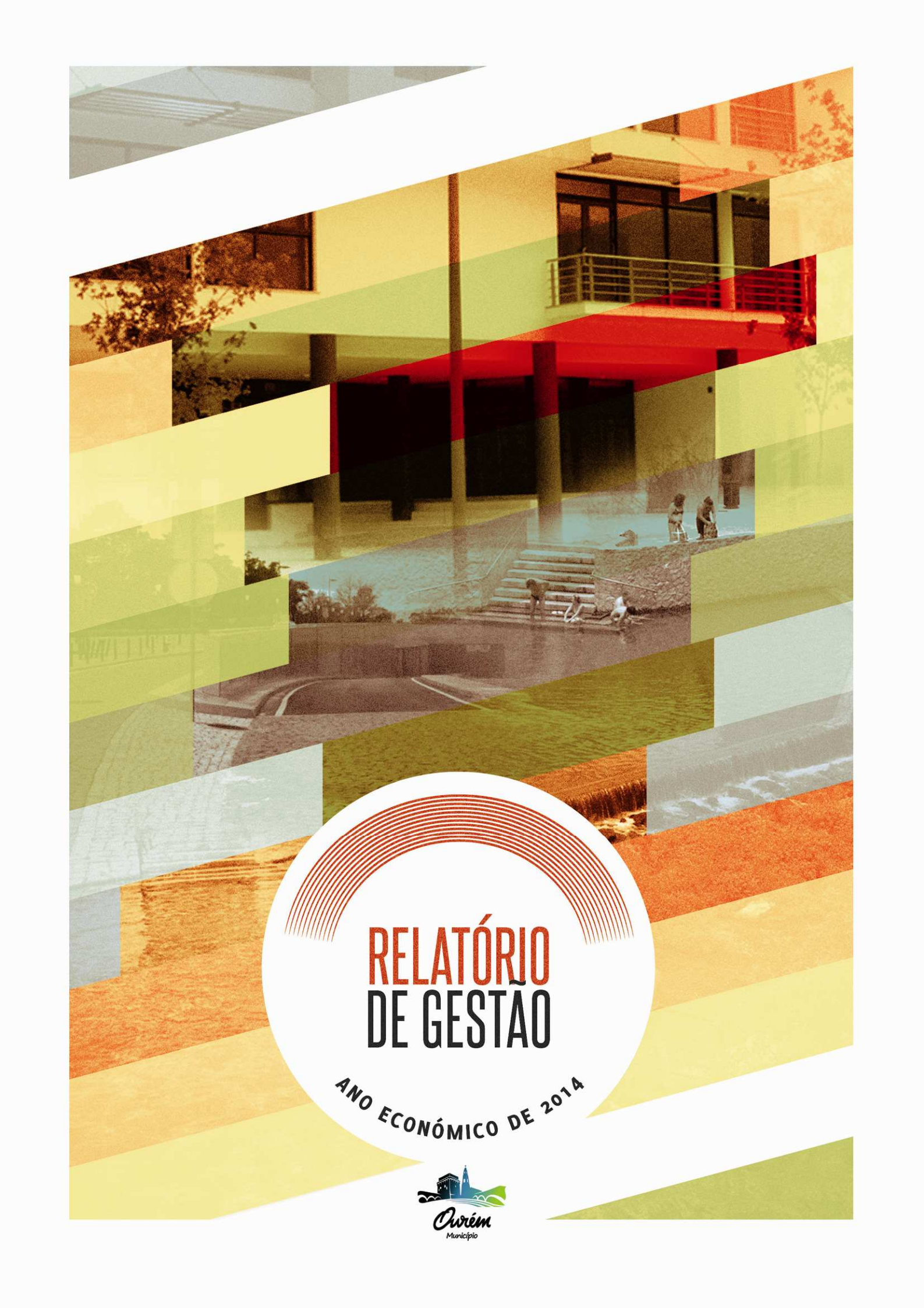




RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO ECONÓMICO DE 2014



Índice

Mensagem do Presidente do Órgão Executivo	5
1 - Conjuntura	7
<u>1.1 – Economia Mundial</u>	7
<u>1.2 – União Europeia e Zona Euro</u>	9
<u>1.3 – Nacional</u>	10
1.3.1 – Evolução Político-legal	10
1.3.2 – Enquadramento macroeconómico	14
1.3.3 – Portugal no contexto global	22
<u>1.4 – Conjuntura na área do Município</u>	24
1.4.1 – Caracterização do Município	25
1.4.2 – Análise SWOT	26
1.4.2.1 – Pontos Fortes	26
1.4.2.2 – Oportunidades	26
1.4.2.3 – Pontos Fracos	27
1.4.2.4 - Ameaças	28
1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município	28
2 – Enquadramento Interno	44
<u>2.1 – Alteração no órgão executivo</u>	44
<u>2.2 – Política de recursos humanos adoptada</u>	46
2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal	46
2.2.2 – Evolução dos Recursos Humanos	46
<u>2.3 – Actividades desenvolvidas</u>	51
2.3.1 – Departamento de administração e Planeamento	51
2.3.1.1 – Divisão de Gestão Financeira	56
2.3.1.2 – Divisão de Recursos Humanos, Planeamento e Administração	70
2.3.2 – Departamento do Território	82
2.3.2.1 – Divisão de Ambiente	82
2.3.2.2 – Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território	104
2.3.2.3 – Divisão de Estudos e Projectos	115
2.3.2.4 – Divisão de Obras Municipais	121
2.3.3 – Departamento de Cidadania	124
2.3.3.1 – Divisão de Educação, e Ação Social	124
2.3.3.2 – Divisão de Acção Cultural	146
2.3.4 Divisão de Gestão Urbanística	159
2.3.5 – Divisão de Tecnologias da Informação e Comunicação	163
2.3.6 – Serviço Municipal de Proteção Civil	172

3 – Análise Orçamental	183
<u>3.1 – Evolução do Orçamento da receita por classificação económica</u>	183
<u>3.2 – Evolução do Orçamento da despesa por classificação económica</u>	190
<u>3.3 – Evolução e estrutura das GOP's por objectivos e programas</u>	198
3.3.1 – Evolução das GOP's	198
3.3.2 – Estrutura das GOP's	205
<u>3.4 – Evolução da execução orçamental</u>	206
3.4.1 – Orçamento da Receita	206
3.4.2 – Orçamento da Despesa	207
3.4.3 – Grandes Opções do Plano	209
<u>3.5 – Compromissos assumidos para anos seguintes</u>	210
<u>3.6 – Evolução dos resultados orçamentais</u>	211
3.6.1 – Resultado corrente	211
3.6.2 – Resultado Orçamental	213
4 – Fontes de Financiamento	214
<u>4.1 – Receitas Próprias</u>	214
4.1.1 – Estrutura das Receitas Próprias	214
4.1.2 – Evolução das Receitas Próprias	215
4.1.3 – Indicadores	215
<u>4.2 – Outros Financiamentos</u>	216
4.2.1 – Estrutura dos Outros Financiamentos	216
4.2.2 – Evolução dos Outros Financiamentos	216
4.2.3 – Participação do município nos Impostos do Estado	217
4.2.3.1 – Estrutura dos Fundos Municipais	219
4.2.3.2 – Evolução dos Fundos Municipais	220
4.2.4 – Cooperação Técnica e Financeira	220
4.2.5 – Fundos Comunitários	220
4.2.6 – Endividamento Municipal	221
4.2.6.1 – Curto Prazo	221
4.2.6.2 – Médio e Longo Prazo	221
4.2.7 – Indicadores	221
5 – Aplicação dos Recursos Financeiros	224
<u>5.1 – Despesas de Funcionamento</u>	224
5.1.1 – Estrutura das despesas de funcionamento	224
5.1.2 – Evolução das despesas de funcionamento	225
5.1.3 – Indicadores	225
<u>5.2 – Despesas com o pessoal</u>	226
5.2.1 – Evolução das despesas com pessoal	226

5.2.2 – Indicadores	226
<u>5.3 – Aquisição de bens e serviços</u>	226
5.3.1 – Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços	226
5.3.2 - Indicadores	227
<u>5.4 – Serviço da Dívida</u>	227
5.4.1 – Evolução do serviço da dívida	227
5.4.2 - Indicadores	228
<u>5.5 – Apoios concedidos a terceiros</u>	228
5.5.1 – Estrutura dos apoios concedidos a terceiros	228
5.5.2 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros	229
5.5.3 – Indicadores	229
<u>5.6 – Investimento Municipal</u>	230
5.6.1 – Investimento directo	230
5.6.1.1 – Evolução do investimento directo	230
5.6.1.2 – Indicadores	230
5.6.2 – Investimento total (directo e indirecto)	231
5.6.2.1 – Evolução do investimento total	231
5.6.2.2 – Indicadores	231
5.6.3 – O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento	232
6 – Cumprimento legais na despesa	233
<u>6.1 – Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com o pessoal</u>	233
<u>6.2 – Cumprimento do limite da capacidade de endividamento</u>	233
6.2.1 – Endividamento Líquido – SEC/2010	234
6.2.2 – Endividamento de curto prazo	235
6.2.3 – Endividamento de médio e longo prazo	236
6.2.4 – Volume de pagamentos em atraso	236
6.2.5 – Limite da dívida total	236
7 – Análise da Situação Económica	238
<u>7.1 – Análise da situação Económica</u>	238
7.1.1 – Condições Económicas	238
7.1.2 - Proveitos	240
7.1.2.1 – Estrutura de proveitos	240
7.1.2.2 – Evolução dos proveitos	241
7.1.3 - Custos	246
7.1.3.1 – Estrutura de custos	246
7.1.3.2 – Evolução dos custos	247
7.1.4 – Resultados	253
7.1.4.1 – Resultado operacional	253

7.1.4.2 – Resultado financeiro	253
7.1.4.3 – Resultado corrente	253
7.1.4.4 – Resultado líquido do exercício	254
<u>7.2 – Análise da Situação Financeira</u>	256
7.2.1 – Condições Financeiras	256
7.2.2 – Dívidas de terceiros	259
7.2.3 – Dívidas a terceiros	261
8 – Contabilidade de Custos	264
9 – Monitorização do Plano de Ajustamento Financeiro	274
10 – Consolidação das contas do município com o grupo autárquico municipal	283
11 – Outras disposições	284
<u>11.1 – Proposta de aplicação de resultados</u>	284
<u>11.2 – Evolução previsível da actividade</u>	284
<u>11.3 – Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício</u>	284

Mensagem do Presidente do Órgão Executivo

Apresentamos o Relatório de Gestão da Atividade Municipal, referente ao ano de 2014. Trata-se de documento do qual nos orgulhamos por diversas razões, das quais saliento algumas:

- O endividamento do Município continua a descer continuamente desde que assumimos funções, havendo hoje uma reconhecida estrutura financeira, cumpridora, sustentável e sóbria, capaz de nos colocar numa boa posição para enfrentar os desafios que aí vêm. De facto, mercê de uma política de rigor que temos vindo a imprimir, foi possível continuar a fazer baixar a dívida do Município redução (de 23,91 %) para valores equilibrados e sólidos dos quais nos orgulhamos.
- Ainda apresentamos resultados negativos (1,1 milhões de euros) porque nos preocupamos com o futuro e inserimos realidade nas contas do Município. Basta pensarmos que inscrevemos uma verba de 11.281.421 € de amortizações, cerca do dobro de qualquer outro município da nossa envolvente. Se porventura optássemos por inscrever o mesmo volume de amortizações da média dos restantes municípios, apresentaríamos um resultado líquido de cerca de 5 milhões de euros. Que ganharíamos com isto? A Câmara pareceria uma empresa lucrativa mas não levaríamos em linha de conta as naturais depreciações que todo o imobilizado sofre e teríamos um exercício contabilístico desadequado da realidade.
- O valor da despesa baixa 6.222.272 € por comparação com o exercício anterior. E, se o normal fosse que interpretássemos esta diminuição como decorrendo do fim de ciclo do QREN, tal não é completamente verdadeiro pois as despesas correntes, isto é, de funcionamento, baixam 1.405.765 € indicando claramente que o Município «emagreceu» e a coragem de imprimir rigor está a dar frutos.
- O nível de execução é de cerca de 90 % o que clarifica o realismo do Orçamento apresentado tal como haveríamos dito na altura. Ou seja, hoje, o Município de Ourém tem contas e orçamentos fiáveis tendo acabado os empolamentos que eu próprio anunciei no início das minhas funções para garantir o funcionamento da Câmara. Esta situação, hoje claramente ultrapassada, confere credibilidade ao

Município, situa-o na legalidade e dota-o da ambição necessária para enfrentar o futuro.

- A estabilidade financeira da Câmara é hoje um facto, possuindo argumentos competitivos para enfrentar o quadro comunitário que iremos ter à nossa disposição, com estrutura de endividamento muito folgada para podermos aproveitar os fundos comunitários nos próximos anos.

Finalmente um apelo. Que saibamos estar juntos.

O tempo que vivemos em Portugal, e Ourém não é excepção, precisa de coesão para fortalecer. Temos um novo pacote de fundos Europeus à porta e capacidade para investimento em condições ímpares que decorrem do rigor acima evidenciado. Os agentes políticos e sociais devem convergir para estabelecer novas metas de ambição. A população do concelho merece-o e necessita, como nunca, da nossa capacidade para nos juntarmos ao invés de nos dividirmos.

Ourém, abril de 2014

O Presidente da Câmara Municipal



(Paulo Fonseca)

1. Conjuntura

1.1 Economia mundial

A economia mundial continuou a atravessar um período de particular incerteza e de riscos sistémicos, assistindo-se a uma alteração dos principais impulsionadores. A recuperação da grande recessão tem sido lenta, tendo por vezes ameaçado descarrilar por completo. As economias mais avançadas estão finalmente a fortalecer-se, com um crescente aumento dos níveis de confiança do setor privado. Após anos de fraqueza, o investimento e o comércio têm demonstrado sinais de melhoria, enquanto o desemprego permanece em níveis manifestamente elevados, embora o mercado de trabalho assinale alguns progressos na generalidade dos países, tendo-se sustido, virtualmente, a deterioração deste indicador nas economias mais avançadas.

Por outro lado, o ritmo de crescimento económico na maioria das economias emergentes abrandou. Parte desta desaceleração está no seu início, refletindo abrandamentos cíclicos de posições iniciais sobreaquecidas.

Depois de diversos anos de crise financeira, a economia mundial persistiu em debater-se com inúmeros riscos e incertezas, designadamente as repercussões internacionais do ajustamento em curso na política monetária de economias desenvolvidas, a vulnerabilidade das economias emergentes, as remanescentes fragilidades na área do euro, a insustentabilidade das finanças públicas a longo prazo para muitos dos países desenvolvidos e as tensões geopolíticas.

Apesar das melhorias, aparentemente observadas, nas condições inerentes aos mercados financeiros e numa redução dos riscos de curto prazo, a economia mundial continuou, em 2014, a expandir-se a um ritmo manifestamente moderado. Deste modo, segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional)¹, 2014 deverá ter apresentado um crescimento económico mundial na ordem dos 3,3% (3,3% em 2013). Neste contexto, as economias emergentes continuaram a denotar um crescimento mais forte

¹ International Monetary Found, *World Economic Outlook* – January 2015

do que o apresentado pelas economias avançadas, ou seja, denotando diferentes dinâmicas da economia global (crescimento de 1,8% nas economias avançadas e de 4,4% nas economias emergentes).

As políticas monetárias implementadas e a melhoria das condições financeiras e dos processos de consolidação orçamental, de acordo com a OCDE constituíram-se como promotores do crescimento económico das economias mais avançadas, registando os Estados Unidos um crescimento mais forte que o Japão e a euro área.

Na China, a procura interna tem sido mais moderada, refletindo o esforço em conter o crescimento do crédito, complementado com ações de correção inerentes à atividade do Estado.

A atividade económica na Rússia tem desacelerado com o aumento das tensões geopolíticas, sobretudo com a Ucrânia, circunstância que tem influenciado negativamente a procura interna.

Em algumas economias emergentes, o crescimento mais fraco observado, tem resultado de um enfraquecimento da procura externa, particularmente dos Estados Unidos e da China, e em alguns casos de uma procura interna mais moderada e de uma redução do investimento.

As principais economias europeias denotaram sinais de recuperação. Esta circunstância não será o resultado das atuais medidas de política económica, mas um aspeto conjuntural, o qual poderia ter sido mais pronunciado caso os consumidores e as empresas tivessem impelido o consumo privado. Os países do sul e periféricos, continuaram a enfrentar uma acentuada crise, cujo aumento da competitividade e das exportações representam ténues sinais, que não permitem confortar os efeitos resultantes da depressão verificada na procura interna.

Diversos economistas continuam a sustentar a necessidade da consolidação orçamental a promover, ser complementada por políticas monetárias flexíveis, subjacentes a reformas estruturais que contenham o impacto social negativo decorrente das ações de redução dos défices. Contudo, será prudente considerar que, manter de modo prolongado políticas monetárias flexíveis, tende a originar distorções

económicas e financeiras, a desencorajar a consolidação orçamental, e a estimular as fugas de capitais para outras regiões, enquanto que a sua eficácia poderá ser limitada.

O comércio mundial deverá ter crescido 3,1% em 2014, o que significará um abrandamento face à variação verificada em 2013 (+3,4%).

Relativamente à taxa de desemprego, segundo a OCDE e para a respetiva área, assinala um valor de 7,1% no final do ano económico. Deste modo, nos 34 países da OCDE havia 43 milhões de pessoas desempregadas, menos 6,7 milhões se efetuada comparação ao “pico” observado em abril de 2010, mas ainda mais 8,6 milhões que em julho de 2008, ou seja, antes de se fazerem sentir os efeitos da crise financeira. Efetivamente, os problemas inerentes ao desemprego permanecem como um aspeto chave num conjunto largo de países, particularmente onde se verifica um reduzido dinamismo da atividade económica e a implementação de políticas fiscais austeras, circunstância particularmente premente na Euro área.

Em dezembro de 2014, a cotação média do spot do petróleo (dólares/barril de Brent), foi de 63,31 USD. A cotação média situou-se em 99,52 USD.

Ao longo do período em análise, verificou-se uma depreciação do euro face às principais divisas internacionais, assinalando-se uma taxa de câmbio Eur/USD, no mês de dezembro de 2014, em 1,214 (1,38 em dezembro de 2013).

1.2 União Europeia e Zona Euro

União Europeia

Quadro – Indicadores Avançados para a UE28

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2014	I T 14	II T 14	III T 14	IV T 14
União Europeia (EU-28) - PIB Real	VH	Eurostat	0,1	1,4	1,5	1,3	1,3	1,3
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	95,9	105,0	104,9	106,3	104,6	104,1
Área do Euro (AE-18) - PIB Real	VH	Eurostat	-0,5	0,9	1,1	0,8	0,8	0,9
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	93,8	101,3	101,5	102,2	100,8	100,7
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-0,7	0,7	1,4	0,8	0,4	0,1
Índice de Vendas a Retalho	VH Real	Eurostat	-0,9	1,3	1,0	1,3	0,9	2,0
Taxa de Desemprego	%	Eurostat	12,1	11,6	11,8	11,6	11,5	11,5
IHPC	VH	Eurostat	1,4	0,4	0,6	0,6	0,4	0,2

Em 2014, o PIB da União Europeia (EU-28) apresentou um moderado crescimento, em termos homólogos reais de 0,4% (quebra 0,1% em 2013), ou seja denotando uma melhoria, face à ligeiríssima variação verificada no ano anterior. A melhoria da economia europeia estendeu-se à generalidade dos países, significando uma recuperação da atividade económica.

O indicador de sentimento económico na UE28 denotou uma melhoria se efetuada comparação com o ano anterior, embora tenha observado uma deterioração no terceiro e quarto trimestres de 2014.

Ao nível do IHPC (Índice de Harmonizado de Preços do Consumidor), a variação homóloga foi de 0,4, tendo o último trimestre apresentado o valor mais reduzido (0,2). A taxa de desemprego diminuiu para 11,6% (12,1% em 2013).

Área Euro

O PIB da Área do Euro a (AE-18) apresentou uma atividade económica positiva em 0,9%, ou seja, invertendo a quebra verificada no ano anterior (-0,5%)

Em 5 de junho de 2014, o Banco Central Europeu deliberou reduzir a taxa de refinanciamento bancário (*main refinancing operations*), de 0,250% para 0,150%. Em 4 de setembro deliberou nova redução da mencionada taxa, alterando-a para 0,050%.

1.3 Nacional

1.3.1 Evolução político-legal

Eleições

No decurso de 2013 verificaram-se eleições autárquicas a 29 de setembro. Em resultado das referidas eleições verificou-se a seguinte distribuição de mandatos, no que concerne ao Município de Ourém.

- Câmara Municipal:

- o Presidente e 2 vereadores (PS);
- o 3 vereadores (coligação PSD e CDS);
- o 1 vereador (movimento INDEP IV).
- Assembleia Municipal:
 - o 10 membros (coligação PSD e CDS);
 - o 8 membros (PS);
 - o 2 membros (movimento INDEP IV)
 - o 1 membro (PCP – PEV)
 - o 13 Presidentes de Freguesia:
 - 7 Presidentes (PS)
 - 6 Presidentes (coligação PSD e CDS).

No decurso de 2014, não se tendo verificado eleições autárquicas, a composição dos órgãos municipais manteve-se, não tendo ocorrido qualquer alteração nos membros que exerceram funções no órgão executivo municipal.

Alterações legislativas

Apresenta-se quadro resumo das alterações legislativas ocorridas em 2014, consideradas mais relevantes, com incidência nas autarquias locais e consequentemente, com condicionalismos na gestão municipal.

Quadro – Legislação do ano 2014 mais relevante, com impacto nas autarquias

Data	Referência	Resumo
15-01	Portaria n.º 213/2014	Regulamenta o apoio financeiro a projetos de modernização da gestão autárquica
24-02	Declaração de Retificação	Retifica o n.º 4 do artigo 46.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, constante do artigo 171.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e o artigo 241.º desta Lei.

03-03	Portaria n.º 53/2014	Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública.
06-03	Lei n.º 12/2014	Altera o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, modificando os regimes de faturação e contraordenacional.
06-03	Lei n.º 11/2014	Altera o Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, e outros diplomas
14-03	Lei n.º 13/2014	Altera a Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).
24-03	DL n.º 47/2014	Altera o Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro
07-04	DL n.º 52/2014	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2014.
08-05	DL n.º 68/2014	Altera o Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro
30-05	Lei n.º 31/2014	Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo
19-06	Lei n.º 34/2014	Altera a Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro
20-06	Lei n.º 35/2014	Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
25-06	Decreto-Lei n.º 96/2014	Estabelece o regime jurídico da concessão da exploração e da gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados.

26-06	Acórdão n.º 413/2014	Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das seguintes normas constantes da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014): artigo 33.º que procedeu à redução das remunerações dos trabalhadores do setor público; artigo 115.º, n.os 1 e 2, que sujeitam os montantes dos subsídios de doença e desemprego a uma contribuição de 5% e 6 %, respetivamente; artigo 117.º, n.os 1 a 7, 10 e 15, que determinam novas formas de cálculo e redução de pensões de sobrevivência que cumulam com o recebimento de outras pensões. Não declara a inconstitucionalidade das normas do artigo 75.º da mesma Lei, que suspenderam o pagamento de complementos de pensões nas empresas do setor público empresarial que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios; declara prejudicada a apreciação do pedido subsidiário que tinha por objeto a norma constante da alínea r) do n.º 9 do artigo 33.º da mesma Lei.
08-09	Decreto-Lei n.º 134/2014	Altera o Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de março
30-09	Lei n.º 75-A/2014	Procede à segunda alteração à Lei n.º 83 -C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014), à quinta alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto, e ao Decreto -Lei n.º 413/98, de 31 de dezembro, à quarta alteração à Lei n.º 28/2012, de 31 de julho, e à primeira alteração aos Decretos-Leis n.os 133/2013, de 3 de outubro, 26 -A/2014, de 17 de fevereiro, e 165 -A/2013, de 23 de dezembro, alterando ainda o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Código dos Impostos Especiais de Consumo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais e o Regime Geral das Infrações Tributárias.

15-10	Portaria n.º 209/2014	Regulamenta o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local.
15-10	Decreto-Lei n.º 213/2014	Regulamenta o apoio financeiro a projetos de modernização da gestão autárquica.
06-11	Decreto-Lei n.º 166/2014	Estabelece o regime jurídico do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local.
31-12	Lei 82-D/2014	Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.
31-12	Lei 82-B/2014	Orçamento de Estado 2015

1.3.2 Enquadramento macroeconómico

Evolução

Desde o início deste século que Portugal tem vindo a registar um débil crescimento económico, sempre inferior à média da área do euro. Esta circunstância tem-se caracterizado por uma persistente baixa produtividade, por uma deterioração da competitividade, pelo crescimento do desemprego e por um considerável défice externo.

Segundo a CE (Comissão Europeia), a atual crise veio exacerbar as fraquezas já existentes, sendo de referir que alguns destes desequilíbrios apenas têm vindo a ser corrigidos de forma lenta e parcial. Efetivamente, com o crescimento dos níveis de incerteza e de aversão ao risco, observou-se uma queda abrupta e marcada das expectativas dos agentes, da atividade económica e do comércio internacional, pelo

que os referidos choques adversos se propagaram, rapidamente, ao conjunto das economias integradas globalmente em termos reais e financeiros, incluindo Portugal, e amplificaram a dinâmica de desaceleração já presente em várias economias, nomeadamente, as que observavam correções significativas nos mercados imobiliários.

Face às fortes tensões existentes nos mercados financeiros internacionais, estes desequilíbrios constituíram-se numa vulnerabilidade adicional para a economia portuguesa, contribuindo para uma perda de acesso do setor público (e consequentemente do setor bancário), ao mercado de financiamento em condições regulares. Deste modo, o Estado português solicitou assistência financeira junto do FMI (Fundo Monetário Internacional) e da UE (União Europeia), ato formalizado através do PAEF (Programa de Assistência Económica e Financeira), no qual o Governo se comprometeu a adotar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural, tendo como objetivo assegurar condições indispensáveis ao aumento do potencial de crescimento da economia portuguesa, e permitir um padrão de crescimento sustentável face ao novo quadro de funcionamento dos mercados financeiros internacionais mas que, inevitavelmente, têm um efeito contracionista no curto prazo.

A estimativa das Contas Nacionais Trimestrais aponta para que, em termos anuais, 2014 assinala um aumento do PIB em volume de 0,9% (-1,4% em 2013). Segundo o INE, este valor resulta de um contributo menos positivo da procura interna, resultado de uma desaceleração do consumo privado.

Ao nível do consumo privado, em termos anuais, o Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR) cresceu 1% (-1,7% em 2013). Das suas componentes a componente não alimentar cresceu 2% enquanto a componente alimentar recuou 0,2% (-0,3% e 0,1% em 2013, respetivamente).

Relativamente ao investimento, será de reportar que o indicador de FBCF apresentou uma variação negativa em 0,3% (melhoria em 2,1 p.p. face à variação verificada em 2013).

No que concerne ao mercado de trabalho e de acordo com os elementos publicados pelo INE, a taxa de desemprego diminuiu nos três primeiros trimestres de 2014, tendo sofrido um pequeno aumento no 4.º trimestre, situando-se a média anual nos 13,9% (16,3% em 2013). Em termos anuais, o emprego cresceu 1,6%, invertendo a tendência negativa verificada em anos anteriores. No final de 2014 estavam inscritos nos centros de emprego aproximadamente 599 mil pessoas, menos 13% do que um ano antes.

No que concerne aos preços, no ano de 2014 nota uma variação do IPC de -0.3%, menos 0,6 p.p do que em 2013. Este comportamento foi comum na totalidade do ano ainda que com alguma irregularidade. Face a 2013, os preços dos bens caíram -1,1% enquanto o preço dos serviços aumentaram 0,8% valores que representam uma quebra de 1,1p.p no caso dos bens e uma aceleração de 0,1 .p no caso dos serviços.

O IPC subjacente (IPC excluído bens alimentares não transformados e energéticos), desacelerou 0,1 p.p. em 2014, fixando-se agora nos 0,1%. A diferença face ao IPC total foi de 0,4 p.p., diferença esta que foi aumentando ao longo do ano devido a uma evolução desfavorável do preço dos produtos energéticos.

Ao nível das classes do IPC, as que registaram maior quebra foram o Vestuário (-2,1%) e o Lazer (-1,5%), enquanto as Bebidas Alcoólicas e Tabaco e Habitação foram as que mais aumentaram (3,1% e 2,2% respetivamente).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), em 2014, foi de -0,2% um valor 0,6 p.p. abaixo do registado em 2013. Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 0,4%, pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro ascendeu aos -0,6 p.p..

Relativamente ao comércio internacional, importa referir que no ano de 2014, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 1,9%, enquanto as importações aumentaram 3,2%. Nesse período o défice da balança comercial agravou-se 9,6%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 4,1% enquanto as importações registaram uma variação homóloga positiva de 6,1%.

Em 2014, de acordo com os dados provisórios divulgados na Síntese da Execução Orçamental da Direção Geral do Orçamento, o défice das administrações públicas na ótica da contabilidade pública situou-se em 7.092,5M€, o que representa uma melhoria em 572M€ face ao ano anterior. O défice primário foi de 83M€, menos 738,4M€ que no ano anterior.

A execução orçamental do Estado em 2014, face a 2013, caracterizou-se em:

- Um crescimento de 2,3% da receita fiscal, fundamentado pela evolução do IVA (4,3%), do IRS (4,4%), do imposto sobre veículos (32,3%), do imposto sobre o tabaco (6,6%) e, com um menor contributo, do imposto único de circulação (8,1%). Este desempenho da receita fiscal resulta, sobretudo, da melhoria das condições económicas e do impacto positivo das novas medidas de combate à evasão fiscal e à economia paralela. Em sentido inverso salienta-se uma diminuição do IRC (-11,3%) e do imposto de selo (-4,4%). A receita não fiscal diminuiu 21%, devido à diminuição da receita não fiscal corrente, dos rendimentos de propriedade, dos juros e das outras receitas de capital, justificada pelo efeito de base relativa à concessão do serviço aeroportuário de apoio à aviação civil, às transferências correntes de outros subsectores das administrações públicas e às outras receitas correntes (devido à alteração de classificação da contribuição para o sector bancário);
- Uma redução da despesa total em 1%, que reflete a diminuição da despesa de capital, nomeadamente as transferências de capital para outros subsectores das administrações públicas (-20,9%), em particular para a administração regional em consequência da alteração à Lei das Finanças Regionais, das outras despesas correntes (-34,5%) e dos subsídios (-48,1%). Contrariamente observou-se um crescimento das despesas com pessoal (0,9%, em resultado do aumento da taxa de contribuição da entidade patronal para a SS e CGA, da reversão da medida de redução remuneratória prevista no OE/2014 e, ainda, do pagamento de compensações aos trabalhadores em funções públicas aderentes ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo), das transferências correntes para os outros subsectores das administrações públicas (1,2%),

nomeadamente para a administração local em resultado de uma alteração no tratamento orçamental da participação variável dos municípios na receita de IRS ao nível das transferências no âmbito da Lei das Finanças Locais, e para a Segurança Social justificado pela evolução das pensões e outros abonos da CGA, e dos juros e outros encargos da dívida (2,4%).

Em 2014, a despesa acumulada do Estado com ativos financeiros atingiu 11.335,8M€, resultantes, essencialmente, de empréstimos de médio e longo prazo (853,6M€) a entidades públicas e às empresas públicas reclassificadas e a dotação de capital (753,3M€). Importa salientar o empréstimo de médio e longo prazo à RAM no valor de 39,4M€ e à Administração local do continente no valor de 2,6M€.

Os Serviços e Fundos Autónomos, em 2014, evidenciam um défice acumulado de 374,1M€ (incluindo as EPR), ou seja, registando uma quebra em 386,8M€, face ao volume verificado no ano anterior.

O SNS (Serviço Nacional de Saúde) apresenta em 2014 uma execução financeira consolidada que revela um saldo negativo em 207,8M€, refletindo um agravamento de 228,5M€ face a 2013.

Em 2014, o défice da CGA foi de 65,3M€ que compara com um défice de 62,9M€ em 2013. A receita efetiva total aumentou 2,5%, refletindo o crescimento das contribuições para a CGA em 9,3%, consequência do aumento da taxa das entidades empregadoras e do alargamento da base de incidência do CES. A despesa efetiva total aumentou 2,5% influenciada pelo aumento das transferências, nomeadamente pagamento de pensões e pelo continuado aumento do número de pensionistas.

Relativamente à Segurança Social, o ano de 2014 apresenta um excedente acumulado de 419,3M€, ou seja, menos 69,8M€ que em 2013. Relativamente aos beneficiários, verifica-se um crescimento de 0,8% nas pensões de sobrevivência, um decréscimo do número de beneficiários de pensões de velhice (-0,5%) e de invalidez (-4%). Os beneficiários do subsídio de desemprego e social de desemprego reduziram 18,8%, contrariamente aos beneficiários do subsídio de doença os quais aumentaram 14,9%.

A Administração Regional apresenta um défice orçamental de 419,5M€ revelando uma melhoria de 417M€ em relação ao ano anterior. Este comportamento deriva, essencialmente, da redução do défice da Região Autónoma da Madeira (RAM) em 438M€ dado que o saldo da Região Autónoma dos Açores (RAA) apresentou um agravamento do défice orçamental em 21M€, sendo os resultados influenciados pelo pagamento de dívidas a fornecedores de anos anteriores.

No que concerne à Administração Local, o saldo acumulado provisório da execução orçamental apresenta um excedente de 392,8M€, o que compara com o défice de 62,6M€ registado em 2013. A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- Uma diminuição da receita total em 1,3%, em consequência da redução das transferências de capital da EU e das transferências no âmbito da Lei das Finanças Locais. Em sentido oposto, é de referir o aumento da receita fiscal (9,9%) decorrente do crescimento do IMT e do IMI, os quais observam um aumento de 32,2% e 9,5%, respetivamente;
- Uma diminuição da despesa total em 7,7%, que traduz, fundamentalmente, a variação negativa da aquisição de bens de capital (-28,9%), da aquisição de bens e serviços (-1,3%), das transferências de capital (-21,1%) e da despesa com pessoal (-0,3%). Neste período foram efetuados pagamentos ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) no montante de 114,9M€, menos 335,8M€ que no período homólogo. Excluindo este efeito, a despesa apresenta uma diminuição de 3,2%.

Relativamente à dívida pública (óptica de Maastricht), em 2014, de acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, a dívida pública das administrações públicas cifrou-se em 224,5 mil M€, ou seja, observando-se um aumento em 5.252Me face ao volume apurado no final de 2013. Em termos anuais, a dívida da administração central aumentou 7.046M€, enquanto a dívida da administração regional e local diminuiu 81M€. Importa referir que os depósitos da administração central diminuíram 474M€.

Síntese de indicadores económicos nacionais

- Atividade Económica Nacional

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2012	2013	2014
PIB - CN Trimestrais	INE	VH (Real)	-3,8	-1,4	0,9
Indicador de Clima Económico	INE	SRE-VE	-4	-3	0,3
Indicador de Confiança da Indústria	INE	SRE-VCS	-20,6	-15,5	-7,4
Indicador de Confiança do Comércio	INE	SRE-VCS	-19,2	-12,8	-1,3
Indicador de Construção dos Serviços	INE	SRE-VCS	-34,3	-24,0	-2,1
Indicador de Construção da Construção	INE	SRE-VCS	-70,4	-60,4	-45,3
Índice de Produção Industrial - Ind. Transf.	INE	VH	-1,1	1,3	0,9
Índice de Volume de Negócios - Ind. Transf.	INE	VH	-2,0	0,0	-1,2
Índice de Volume de Negócios - Serviços	INE	VH	-7,0	-4,5	-2,2

- Consumo Privado

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2012	2013	2014
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-59,8	-48,7	:
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho	INE	VH	-5,9	-1,8	1,0
Bens alimentares	INE	VH	-4,4	0,0	-0,2
Bens não alimentares	INE	VH	-7,0	-3,1	2,0
Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	-30,3	11,1	34,8
Importação de Bens de Consumo (excl. mat. transp.)	INE	VH	-4,2	-6,1	4,5

- Investimento

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2012	2013	2014
Indicador de FBCF	INE	SRE-VE	-16,2	-9,2	-0,3
Vendas de Cimento	Cimpor/Secil	VH	-29,1	-22,8	-32,1
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	ACAP	VH	-52,5	13,7	7,9
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	ACAP	VH	7,9	17,1	-4,0
Volume de Vendas de Bens de Investimento	INE	SRE-VE	-47,5	-21,2	1,1
Licença de Construção de Fogos	INE	VH	-39,9	-32,3	-31,0
Importação de Bens de Capital	INE	VH	2,0	0,0	-20,2
Índice Vol. Neg. da IT de Bens. de Investimento	INE	VH	-11,4	-4,8	8,7

- Indicadores de Contas Externas

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2012	2013	2014
Importações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	-6,6	3,6	6,2
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	3,2	6,4	3,4
Necessid. de financiamento da economia	INE	%PIB	-0,6	1,3	:
Saídas de bens	INE	VH (nominal)	5,7	4,6	1,9
Entradas de bens	INE	VH (nominal)	-5,2	0,8	3,2
Saldo Balança Corrente e de Capital	BP	10 ⁶ Euro	539	3.980	3302*
Saldo Balança de Bens	BP	10 ⁶ Euro	-8.835	-7.412	-7881*
Saldo Balança de Serviços	BP	10 ⁶ Euro	8.687	11.099	10085*
Saldo Balança de Rendimentos Primários	BP	10 ⁶ Euro	-4.792	-3.715	-2633*
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	BP	10 ⁶ Euro	1.084	1.256	1561*

- Mercado de trabalho

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2012	2013	2014
Taxa de Desemprego	INE	%	16,9	16,3	13,9
Emprego Total	INE	VH	-4,3	-4,4	1,6
Desemprego Registado (fim de período)	IEFP	VH	17,4	-2,8	-13,3
Desempregados Inscritos (ao longo do período)	IEFP	VH	-1,3	6,4	-5,7
Ofertas de Emprego (ao longo do período)	IEFP	VH	16,2	49,1	18,2
Contratação Colectiva	MSESS	VHA	1,4	1,0	1,0
Índice do Custo do Trabalho	INE	VH	-7,3	-0,5	-1,4

- Preços

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2012	2013	2014
Índice de Preços no Consumidor	INE	VM12	3,3	1,3	-0,3
IPC - Bens	INE	VH	2,5	0,0	-1,1
IPC - Serviços	INE	VH	3,1	0,7	0,8
IPC - excl. aliment. não transf. e energéticos	INE	VH	1,5	0,2	0,1
Índice de Preços na Produção Industrial	INE	VH	3,8	0,1	-1,2
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	INE	VH	2,8	0,4	-0,2
Diferencial IHPC vs Área do Euro (VH)	Eurostat	p.p	0,3	-0,9	-0,6

- Indicadores Monetários e Financeiros

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2012	2013	2014
Yield OT 10 anos - Portugal (fim de período)	IGCP	%	6,9	6,0	2,4
Yield OT 10 anos - Spread-vis-à-vis Alemanha	IGCP	p.b.	556	408	191
PSI 20	CMVM	VC	2,9	16,0	-26,8
Empréstimos a particulares: - para consumo	BP	V.Anual	-3,6	-7,2	-2,2
Empréstimos a particulares: - para habitação	BP	V.Anual	-9,4	-3,8	-3,8
Empréstimos a empresas	BP	V.Anual	-6,5	-4,7	-7,8
Taxas de juro de empréstimos p/habitação	BP	%	1,59	1,47	1,38
Taxas de juro de empréstimos p/empresas	BP	%	4,51	4,35	3,98

1.3.3 Portugal no contexto global

Remoção de obstáculos ao crescimento económico

Quadro – Ranking e indicadores do *Doing Business 2015*

Indicadores	2015	2014
Abertura de Negócio	10	10
Obtenção de alvarás de construção	58	58
Obtenção de electricidade	47	43
Registo de propriedades	25	25
Obtenção de crédito	89	86
Proteção de investidores	51	50
Pagamento de impostos	64	56
Comércio entre fronteiras	29	28
Execução de contratos	27	27
Resolução de insolvências	10	11
Ranking "Doing Business"	25	23

Fonte: Banco Mundial

Segundo o relatório do Banco Mundial "*Doing Business 2015: Doing Business 2015 report*", o qual cobre o período de junho de 2013 a junho de 2014, Portugal piorou a sua posição, figurando na 25.^a posição do ranking mundial no que concerne ao ambiente de negócios. Este índice é apresentado como um ranking que compara 189 economias.

Nesta análise são considerados dez requisitos relacionados com facilidade/dificuldade em fazer negócios.

Os dados do Banco Mundial demonstram que os melhores indicadores respeitantes a Portugal respeitam à abertura de negócio (10.^a posição), resolução de insolvências

(10.^a posição), registo de propriedades (25.^a posição), execução de contratos (27.^a posição) e comércio entre fronteiras (29.^a posição).

As posições menos favoráveis relacionam-se com os seguintes requisitos: obtenção de crédito (89.^a posição), pagamento de impostos (64.^a posição) e obtenção de alvarás de construção (58.^a posição).

Índice de Desenvolvimento Humano – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores padronizados de modo a permitir a avaliação do bem-estar de uma população. Este índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, sendo utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual.

Considerando que apenas está disponível o Relatório de Desenvolvimento Humano 2014, tem-se como referência o IDH apresentado em 2014 no relatório das Nações Unidas (dados relativos a 2013), Portugal surge em 41.º lugar, mantendo a posição que ocupava no relatório anterior, num ranking que é liderado pela Noruega.

Com 0,822 pontos, Portugal integra os 49 países com IDH muito elevado, mas abaixo da média dos países dessa categoria e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), apresentando uma pontuação sensivelmente idêntica há três anos (0,819 em 2011 e 0,822 em 2012), uma diferença que não é estatisticamente significativa, de acordo com as Nações Unidas, mas que indicia uma tendência de estagnação depois do sustentado progresso registado desde 1980, que levou a uma subida de 27% do IDH.

É nos indicadores económicos que é notório o retrocesso nos últimos anos. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos portugueses está em queda desde 2005 e, no ano de 2012 foi inferior ao registado em 2000.

Entre os países europeus, são poucos os que apresentam pontuações inferiores a Portugal, e nos intervencionados pelo FMI, é o que apresenta pior qualificação (Irlanda está em 11.º, a Espanha em 27.º e a Grécia em 29.º).

Em relação ao rendimento nacional bruto per capita, Portugal apresenta um valor de 24.130 USD (Alemanha 43.049USD; Irlanda 33.414USD; Espanha 30.561USD e Grécia (24.658 USD).

A média de anos de escolaridade em Portugal, situa-se em 8,2 anos, em oposição com os 12,9 anos da Alemanha, 11,6 anos da Irlanda, 9,6 anos de Espanha e 10,2 anos da Grécia.

No que concerne à esperança média de vida, Portugal situa-se nos 79,9 anos, enquanto a Alemanha atingia os 80,7 anos, a Irlanda 80,7 anos, Espanha 82,1 anos e a Grécia 80,8 anos.

De assinalar o bom resultado inerente à igualdade de género, área em que Portugal surge em 21.º lugar do ranking.

Ainda no âmbito do relatório em análise, destaca-se a seguinte referência: "*As recentes medidas de austeridade aumentaram a pobreza em mais de metade dos países europeus, sendo os grupos mais em risco as crianças, os imigrantes, minorias étnicas e pessoas com deficiência*", acrescentando: "*É tempo de reavaliar a lógica das medidas de austeridade e focar os esforços em impulsionar os investimentos para crescimento a longo-prazo.*"

Dos países de expressão portuguesa, Cabo Verde desce duas posições, para 123.º, São Tomé e Príncipe desce para 142.º, Angola está em 149.º. No último grupo, encontra-se Moçambique, em 178.º, um lugar a frente da Guiné-Bissau, que mantém a sua posição. A Guiné Equatorial, que se tornou recentemente membro de pleno direito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, desce três posições, para 144.º.

1.4 Conjuntura na área do Município

1.4.1 Caracterização do Município

“Ourém, cidade e sede de concelho do distrito de Santarém, situa-se no centro do país, na área do Vale do Tejo, a cerca de 40Km da costa atlântica e posiciona-se entre a latitude 39° 30´ N e 39° 50´ e a longitude 8° 30W e 8° 40´W. A área afeta a este município desenvolve-se entre a vertente norte da Serra de Aire, a plataforma de Fátima a oeste e o Rio Nabão a leste e abrange uma área de cerca de 416,1Km². Fica ainda encravado pelos concelhos de Pombal, a Norte, Alvaiázere, Ferreira do Zêzere e Tomar a nascente, Torres Novas e Alcanena a sul e a poente pelos concelhos da Batalha e Leiria”.²

O povoamento é caracterizado por ser disperso, com uma acentuada tendência para a diminuição do número de habitantes das zonas rurais, ou dos lugares de pequena dimensão, em detrimento de um aumento dos núcleos urbanos, nomeadamente as cidades de Ourém e Fátima e as vilas de Caxarias, Freixianda, Vilar dos Prazeres, e Olival, registando em 2011 (dados censitários provisórios), uma população na ordem dos 46 mil habitantes distribuídos por 13 freguesias.

No que concerne a infraestruturas relacionadas com os transportes, as acessibilidades externas ficam essencialmente caracterizadas pelo acesso rodoviário à A1, através do nó de Fátima, e o acesso ferroviário à linha do norte, onde tem particular relevo a estação da vila de Caxarias, sendo de referir, a disponibilização recente de uma via complementar de importância regional, o IC9.

O tecido empresarial é essencialmente constituído por pequenas e médias empresas, com particular incidência na indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e hotelaria, concentrando o setor terciário a maior proporção de população empregada (55%), seguido do setor secundário (42%) e por fim o setor primário (3%).

O turismo, e em particular o de cariz religioso, detém um papel fundamental no desenvolvimento económico do concelho, visto que se estima um volume turístico anual próximo dos 6 milhões de visitantes.

² Roteiro Turístico de Ourém (2004), pág. 9

1.4.2 – Análise SWOT

1.4.2.1 – Pontos Fortes

- Centralidade geográfica relativamente ao contexto nacional;
- Abundância de alguns recursos naturais;
- Proximidade face aos eixos de desenvolvimento do litoral;
- Proximidade à autoestrada A1 e à linha ferroviária do norte;
- Assinalável dinamismo empresarial (em particular a indústria hoteleira, e do setor da madeira e do mobiliário), com alguma diversidade do tecido económico;
- Importância do setor da construção civil no contexto regional e nacional;
- Taxa de desemprego que embora esteja em crescimento se mantém inferior à verificada na generalidade dos Municípios da região;
- Capacidade de atração de imigrantes;
- Presença de equipamentos sociais de apoio à população de elevado nível e alcance supramunicipal (orfanatos, lares, unidades de recuperação infantil, centros de dia e apoio domiciliário);
- Existência de uma escola profissional de qualidade e com elevada capacidade de integração dos seus formandos com pólos nas duas cidades;
- Serviços de administração religiosa de influência nacional e internacional;
- Fluxos turísticos de grande dimensão com potencial para estimular a atividade industrial, de construção civil, o comércio e outros serviços especializados;
- Equipamentos e locais de interesse histórico-cultural (Pegadas dos Dinossáurios, Santuário, Museus, Castelo, ...).

1.4.2.2 – Oportunidades

- Papel de charneira do Município face a dois importantes subsistemas territoriais: Pinhal Litoral e Médio Tejo;
- Dinâmica dos dois principais centros urbanos (Ourém e Fátima) que deverão reforçar a sua coesão e complementaridade;

- Importância internacional de Fátima, enquanto espaço de peregrinação ou visita religiosa, que poderá constituir-se como uma âncora para a região;
- Basílica da Santíssima Trindade como pólo de atratividade de peregrinos;
- Desenvolvimento do Parque de Negócios de Ourém-Fátima;
- A proximidade à A1 e à linha ferroviária do Norte, bem como o IC9, constituem importantes acessibilidades para o desenvolvimento do município;
- A valorização do setor vitivinícola, reconhecendo a tradicional importância deste setor na área deste município;
- Papel de charneira entre elementos do arco patrimonial – Património da Humanidade.

1.4.2.3 – Pontos Fracos

- Excessiva dispersão do povoamento;
- Recessão demográfica de algumas freguesias (denominação das Freguesias aquando dos censos 2011): Alburitel, Casal dos Bernardos, Formigais, Ribeira do Fárrio, Seiça e Urqueira;
- Progressivo envelhecimento da populacional, reflexo da quebra de natalidade registada durante a década de 80;
- Dificuldade em se esboçar uma verdadeira centralidade na área territorial do município, como consequência na sua infraestruturação e dinamização cultural;
- Agricultura denotando um subaproveitamento das potencialidades florestais;
- Propriedade agrícola fragmentada;
- Solo urbano fragmentado – dificuldade de encontrar pontos de urbanização (habitação e indústria)
- Insuficiente valorização do núcleo medieval acastelado de Ourém;
- Reduzido aproveitamento turístico da sede de município face à proximidade de Fátima;
- Deficientes acessibilidades transversais;
- Baixa qualidade e valorização do serviço ferroviário;
- Centralidade do município dividida em dois núcleos com necessidades que se duplicam;
- Sazonalidade da atividade turística, embora com tendências em se esbater;

- Sistema fiscal deficiente (isenções fiscais respeitantes a Fátima, prédios rústicos com baixa tributação dentro das áreas urbanas).
- Excessiva dispersão de equipamentos e infraestruturas induzindo elevados custos de exploração e manutenção.

1.4.2.4 – Ameaças

- Excessiva dispersão do povoamento, com consequências na sua infra-estruturação;
- Complementaridades insuficientes no eixo Ourém/Fátima;
- Dependência funcional de Ourém face a outros centros urbanos (sobretudo Leiria);
- Integração do município no sistema de saúde do Médio Tejo (com três hospitais), dificultando a concretização de investimentos adequados à realidade existente na área do Município e das duas cidades;
- A reforma judicial tende o encerramento de tribunais e transferência de valências, circunstância que afetará a proximidade dos munícipes deste território aos serviços de referência;
- Extensão de área florestal, muito sujeita a ocorrência de incêndios, situação agravada pela existência de uma propriedade florestal fragmentada;
- Tecido económico fortemente fustigado pela adversa conjuntura económica nacional e perceção da existência de reduzidos níveis de confiança dos empresários.

1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município

Desde a primeira metade dos anos 90 que o Instituto Nacional de Estatística promove a publicação de anuários estatísticos regionais, os quais disponibilizam informação estatística à escala regional e municipal.

Em dezembro de 2014 foi divulgado o Anuário Estatístico da Região Centro – 2013, no qual se engloba informação referente à área do Município de Ourém e cujo âmbito temporal é, fundamentalmente, referente a 2012 e 2013.

Tendo por base o documento anteriormente referenciado, apresenta-se, seguidamente, um quadro que contém os elementos estatísticos mais significativos referentes à área do Município de Ourém.

Quadro – Informação Estatística 2012 e 2013 referente à área do Município de Ourém

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, publicado em dezembro de 2014 pelo INE)

1. - TERRITÓRIO	
1.1 - Área, Perímetro e Altitude	
1.1.1 - Área (Km ²)	416,68
1.1.2 - Perímetro (Km)	128
1.1.3 - Altitude máxima (m)	677
1.1.4 - Altitude mínima (m)	95
1.2 - Ordenamento do território	
1.2.1 - Usos do solo identificados nos PMOT (ha)	
1.2.1.1 - Urbano	6.227,3
1.2.1.2 - Equipamentos e parques urbanos	345,7
1.2.1.3 - Industrial	1.197,6
1.2.1.4 - Turismo	49,3
1.3 - Estrutura territorial	
1.3.1 - Lugares	244
1.3.2 - Vilas	4
1.3.3 - Cidades	2
1.3.4 - Freguesias	13
1.4 - Qualidade das águas para consumo humano	
1.4.1 - Análises regulamentares obrigatórias (milhares de m ³)	2.021
1.4.2 - Análises realizadas obrigatórias (milhares de m ³)	2.045
1.4.3 - Análises em falta (milhares de m ³)	0
1.4.4 - Análises realizadas com valor paramédico	
1.4.4.1 - Em incumprimento do valor paramédico	4
1.4.4.2 - Total	1.587
1.4.5 - Água segura (%)	99,75
2. - POPULAÇÃO	
2.1 - Densidade populacional (hab/km ²)	109,1
2.2 - Taxa de crescimento efetivo (%)	-0,41
2.3 - Taxa de crescimento natural (%)	-0,41

2.4 - Taxa bruta de natalidade (%)	7,3
2.5 - Taxa bruta de mortalidade (%)	11,4
2.6 - Taxa bruta de nupcialidade (%)	3,5
2.7 - Taxa bruta de divórcio (%)	2,1
2.8 - Taxa bruta de fecundidade geral	31,6
2.9 - Nados vivos fora do casamento (%)	30,8
2.10 - Proporção de casamentos católicos (%)	61,4
2.11 - Índice de envelhecimento	156,3
2.12 - Índice de dependência de idosos	33,4
2.13 - Índice de longevidade	54,7
2.14 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 hab.	0,21
2.15 - População residente por sexo	
2.15.1 - Homens	21.440
2.15.2 - Mulheres	24.012
2.15.3 - Total	45.452
2.16 - População residente segundo grandes grupos etários	
2.16.1 - Dos 0 a 14 anos	6.282
2.16.2 - Dos 15 a 24 anos	5.315
2.16.3 - Dos 25 a 64 anos	24.037
2.16.4 - 65 e mais anos	9.818
2.16.5 - 75 e mais anos	5.366
3. - EDUCAÇÃO	
3.1 - Indicadores de educação	
3.1.1 - Taxa de pré-escolarização (%)	104
3.1.2 - Taxa bruta de escolarização (%)	
3.1.2.1 - Ensino Básico	116,6
3.1.2.2 - Ensino Secundário	151,8
3.2 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	
3.2.1 - 1º Ciclo	3,3
3.2.2 - 2º Ciclo	7,9
3.2.3 - 3º Ciclo	10,6
3.2.4 - Total	7,3
3.3 - Taxa de transição/conclusão do ensino secundário (%)	
3.3.1 - Cursos gerais/científico-humanísticos	77,4
3.3.2 - Cursos vocacionais	82,3
3.3.3 - Total	79,7
3.4 - Instituições de educação por nível e natureza	
3.4.1 - Educação Pré-Escolar	

3.4.1.1 - Público	30
3.4.1.2 - Privado	5
3.4.2 - 1º Ciclo	
3.4.2.1 - Público	28
3.4.2.2 - Privado	1
3.4.2.3 - Dos quais com menos de 21 alunos	0
3.4.3 - 2º Ciclo	
3.4.3.1 - Público	4
3.4.3.2 - Privado	3
3.4.4 - 3º Ciclo	
3.4.4.1 - Público	4
3.4.4.2 - Privado	3
3.4.5 - Secundário	
3.4.5.1 - Público	1
3.4.5.2 - Privado	4
3.5 - Alunos matriculados, segundo o nível de ensino ministrado	
3.5.1 - Educação Pré-Escolar	1.180
3.5.1.1 - 1º Ciclo	1.754
3.5.1.2 - 2º Ciclo	1.257
3.5.1.3 - 3º Ciclo	1.991
3.5.1.4 - Secundário	2.335
3.6 - Pessoal docente, segundo o nível de ensino ministrado	
3.6.1 - Educação Pré-Escolar	72
3.6.2 - 1º Ciclo	122
3.6.3 - 2º Ciclo	119
3.6.4 - 3º Ciclo e ensino secundário	350
3.6.5 – Formadores (escolas profissionais)	47
3.7 - Pessoal não docente do ensino não superior	389
4. - CULTURA E DESPORTO	
4.1 - Espetáculos ao vivo	
4.1.1 - Espetadores por habitante	0,4
4.1.2 - Valor médio dos bilhetes vendidos (em euros)	4,4
4.2 - Publicações periódicas por município	
4.2.1 - Publicações	25
4.2.2 - Edições	229
4.2.3 - Circulação Total	
4.2.3.1 - Total	2.110.713
4.2.3.2 - Jornais	1.168.392

4.2.3.3 - Revistas	397.493
4.2.4 - Exemplares vendidos	
4.2.4.1 - Total	615.981
4.2.4.2 - Jornais	213.750
4.2.4.3 - Revistas	342.231
4.3 - Recintos de espetáculos e espetáculos ao vivo	
4.3.1 Recintos utilizados	1
4.3.2 Espetáculos ao vivo	83
4.4 - Museus e galerias de arte	
4.4.1 - Museus	2
4.4.2 - Galerias	4
5. - SAÚDE	
5.1 - Indicadores de saúde	
5.1.1 - Enfermeiros por 1000 habitantes	2,4
5.1.2 - Médicos por 1000 habitantes	1,1
5.1.3 - Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	0
5.1.4 - Consultas por habitante	2,6
5.1.5 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2008/2012)	0,6
5.1.6 - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2008/2012)	0,6
5.1.7 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	3,8
5.1.8 - Taxa de mortalidade por tumores malignos	2,8
5.2 - Hospitais	
5.2.1 - Número	0
5.3 - Centros de Saúde e suas extensões	
5.3.1 - Total	2
5.3.2 - Com internamento	0
5.3.3 - Sem internamento	2
5.4 - Consultas médicas	
5.4.1 - Total	120.510
5.4.2 - Medicina geral e familiar/clínica geral	103.673
5.4.3 - Planeamento familiar	3.399
5.4.4 - Saúde do recém-nascido da criança e do adolescente	11.694
5.4.5 - Saúde materna	1.666
5.4.5 - Outras especialidades	78
5.5 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis	
5.5.1 - Farmácias	0
5.5.2 - Postos farmacêuticos móveis	0
5.5.3 - Farmacêuticos de oficina	33

5.5.4 - Profissionais de farmácia	23
5.5.5 - Médicos com residência na área do município	52
6. - MERCADO DE TRABALHO	
6.1 - Indicadores do mercado de trabalho	
6.1.1 - Taxa de TCO em estabelecimentos com < 10 trabalhadores (%)	28
6.1.2 - Taxa de TCO em estabelecimentos com > 250 trabalhadores (%)	13,3
6.1.3 - Ganho médio mensal (em euros)	903,61
6.1.4 - Disparidade no ganho médio mensal por sexo (%)	11,3
6.1.5 - Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa (%)	18,9
6.1.6 - Disparidade do ganho médio mensal por sector de atividade (%)	4,7
6.1.7 - Disparidade no ganho médio mensal por nível de habitações (%)	20
6.2 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o sector de actividade	
6.2.1 - Primário (CAE: A)	89
6.2.2 - Secundário (CAE: B - F)	3.281
6.2.3 - Terciário (CAE: G - U)	7.152
6.3 - Ganho médio mensal dos trab. por conta de outrem, por sector de actividade	
6.3.1 - Primário (CAE: A) (em euros)	660,61
6.3.2 - Secundário (CAE: B - F) (em euros)	958,52
6.3.3 - Terciário (CAE: G - U) (em euros)	881,44
6.4 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações	
6.4.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	105
6.4.2 - 1º ciclo do ensino básico	1.742
6.4.3 - 2º ciclo do ensino básico	1.947
6.4.4 - 3º ciclo do ensino básico	2.957
6.4.5 - Ensino secundário	2.336
6.4.6 - Bacharelato	168
6.4.7 - Licenciatura	1.191
6.4.8 - Mestrado	62
6.5 - Ganho méd. mensal dos trab. por conta de outrem, segundo o nível de habilit.	
6.5.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico (em euros)	734,40
6.5.2 - 1º ciclo do ensino básico (em euros)	825,88
6.5.3 - 2º ciclo do ensino básico (em euros)	816,05
6.5.4 - 3º ciclo do ensino básico (em euros)	808,11
6.5.5 - Ensino secundário (em euros)	890,15
6.5.6 - Bacharelato (em euros)	1.319,87
6.5.7 - Licenciatura (em euros)	1.359,02
6.5.8 - Mestrado (em euros)	1.313,66
7. - PROTECÇÃO SOCIAL	

7.1 - Indicadores de protecção social	
7.1.1 - Valor médio anual das pensões (em euros)	
7.1.1.1 - Invalidez	4.483
7.1.1.2 - Velhice	4.372
7.1.1.3 - Sobrevivência	2.400
7.1.2 - Valor médio do subsídio de desemprego (em euros)	3.256
7.1.3 - Número médio de dias de subsídio de desemprego	207
7.1.4 - Valor médio de subsídio de doença (em euros)	915
7.1.5 - Número médio de dias de subsídio de doença	59
7.2 - Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência	
7.2.1 - Invalidez	1.509
7.2.2 - Velhice	8.284
7.2.3 - Sobrevivência	3.196
7.3 - Beneficiários de subsídio de desemprego, segundo a idade	
7.3.1 - Menos de 25 anos	133
7.3.2 - 25 a 29 anos	278
7.3.3 - 30 a 39 anos	715
7.3.4 - 40 a 49 anos	591
7.3.5 - 50 a 54 anos	295
7.3.6 - 55 e mais anos	401
7.4 - Prestações familiares	
7.4.1 - Total de beneficiários	3.498
7.4.2 - Descendentes ou equiparados	5.878
7.5 - Subsídio por doença	
7.5.1 - Total de beneficiários	2.172
7.5.2 - Dias processados	127.545
7.6 - Subsídio parental	
7.6.1 - Total de beneficiários	689
7.6.2 - Valor processado (milhares de euros)	1.039
7.7 - Total de beneficiários do rendimento social de inserção	382
8 - ATIVIDADE ECONÓMICA	
8.1 - Indicadores das empresas	
8.1.1 - Densidade de empresas (N.º/Km2)	12,3
8.1.2 - Proporção de empresas individuais (%)	63,87
8.1.3 - Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço (%)	100
8.1.4 - Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	94,9
8.1.5 - Pessoal ao serviço da empresa	3
8.1.6 - Volume de negócios por empresa (milhares de euros)	238,6

8.1.7 - Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas (%)	22,16
8.1.8 - Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas (%)	12,7
8.2 - Volume de negócios das empresas segundo a CAE (em milhares de euros)	
8.2.1 - A + B	31.311
8.2.2 - C	236.797
8.2.3 - D	3
8.2.4 - E	8.254
8.2.5 - F	136.666
8.2.6 - G	568.106
8.2.7 - H	74.141
8.2.8 - I	45.468
8.2.9 - J	5.159
8.2.10 - L a S	115.373
8.3 - Comércio internacional declarado de mercadorias	
8.3.1 - Importações	64.819
8.3.2 - Exportações	63.795
8.4 - Agricultura e floresta	
8.4.1 - Produção vinícola declarada expressa em mosto (hl)	
8.4.2 - Vinho licoroso com DOP	0
8.4.3 - Vinho com DOP	
8.4.3.1 - Branco	200
8.4.3.2 - Tinto/Rosado	342
8.4.4 - Vinho com IGP	
8.4.4.1 - Branco	491
8.4.4.2 - Tinto/Rosado	846
8.4.5 - Vinho sem certificação	
8.4.5.1 Branco	1337
8.4.5.2 Tinto/Rosado	3856
8.5 - Árvores de fruto e oliveiras vendidas pelos viveiristas	
8.5.1 - Ameixieiras	572
8.5.2 - Cerejeiras	501
8.5.3 - Damasqueiros	194
8.5.4 - Diospireiros	171
8.5.5 - Laranjeiras	495
8.5.6 - Limoeiros	282
8.5.7 - Macieiras	484
8.5.8 - Nogueiras	171
8.5.9 - Pereiras	426

8.5.10 - Pessequeiros	585
8.5.11 - Tangerineiras	250
8.5.12 - Oliveiras	898
8.5.13 - Amendoeiras	101
8.5.14 - Castanheiros	277
8.5.15 - Kiwi	432
8.6 - Incêndios florestais e bombeiros	
8.6.1 - Ocorrência de incêndios florestais	38
8.6.2 - Área ardida (ha)	
8.6.2.1 - Total	9
8.6.2.2 - Povoamentos florestais	2
8.6.2.3 - Matos	8
8.6.2.4 - Corporações de bombeiros	3
8.6.2.5 - Número total de bombeiros	251
8.7 - Energia	
8.7.1 - Consumo de energia elétrica por consumidor (kWh)	
8.7.1.1 - Total	5.162,8
8.7.1.2 - Doméstico	2.074,2
8.7.1.3 - Agricultura	3.423,4
8.7.1.4 - Indústria	64.558,2
8.7.2 - Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante (kWh)	1.149,0
8.7.3 - Vendas de combustíveis para consumo (t)	
8.7.3.1 - Gás	
8.7.3.1.1 - Butano	430
8.7.3.1.2 - Propano	1.205
8.7.3.1.3 - Gás auto (GPL)	3
8.7.3.2 - Gasolina	
8.7.3.2.1 - Sem chumbo 95	3.410
8.7.3.2.2 - Sem Chumbo 98	707
8.7.3.3 - Petróleo	3
8.7.3.4 - Gasóleo rodoviário	54.174
8.7.3.5 - Gasóleo colorido	5.437
8.7.3.6 - Gasóleo para aquecimento	419
8.7.3.7 - Fuel	2.532
8.8 - Construção e Habitação	
8.8.1 - Indicadores de construção e habitação	
8.8.1.1- Licenciamento de construções novas para habitação familiar	
8.8.1.1.1 - Pavimentos por edifício	2,0

8.8.1.1.2 - Fogos por pavimento	0,6
8.8.1.1.3 - Divisões por fogo	5,2
8.8.1.1.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	20,1
8.8.1.2 - Conclusão de construções novas para habitação familiar	
8.8.1.2.1 - Pavimentos por edifício	2,2
8.8.1.2.2 - Fogos por pavimento	0,5
8.8.1.2.3 - Divisões por fogo	5,6
8.8.1.2.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	20,6
8.8.1.3 - Valor médio dos prédios (em euros)	
8.8.1.3.1 - Urbanos transacionados, em propriedade horizontal	74.430
8.8.1.3.2 - Urbanos transacionados, total	64.643
8.8.1.3.3 - Rústicos transacionados	8.614
8.8.1.3.4 - Urbanos hipotecados, em propriedade horizontal	83.375
8.8.1.3.5 - Urbanos hipotecados, total	126.057
8.8.1.3.6 - Rústicos hipotecados	65.000
8.8.1.4 - Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares p/habitante (em euros)	112
8.8.2 - Edifícios licenciados para construção	
8.8.2.1 - Construções novas	
8.8.2.1.1 - Edifícios para habitação familiar	32
8.8.2.1.2 - Edifícios, total	55
8.8.2.1.3 - Fogos para habitação familiar	36
8.8.2.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
8.8.2.2.1 - Edifícios para habitação familiar	28
8.8.2.2.2 - Edifícios, total	53
8.8.3 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar	
8.8.3.1 - Entidade promotora	
8.8.3.1.1 - Pessoa singular	34
8.8.3.1.2 - Empresa privada	2
8.8.3.1.3 - Outras entidades	0
8.8.3.2 - Tipologia	
8.8.3.2.1 - T0 ou T1	0
8.8.3.2.2 - T2	6
8.8.3.2.3 - T3	26
8.8.3.2.4 - T4 ou mais	4
8.8.4 - Edifícios concluídos em construções novas	
8.8.4.1 - Construções novas	
8.8.4.1.1 - Edifícios para habitação familiar	
8.8.4.1.1.1 - Apartamentos	4

8.8.4.1.1.2 - Moradias	69
8.8.4.1.2 - Edifícios, total	73
8.8.4.1.3 - Fogos para habitação familiar	82
8.8.4.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
8.8.4.2 - Edifícios para habitação familiar	31
8.8.4.3 - Edifícios, total	57
8.8.5 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar	
8.8.5.1 - Entidade promotora	
8.8.5.1.1 - Pessoa singular	62
8.8.5.1.2 - Empresa privada	8
8.8.5.1.3 - Outras entidades	12
8.8.5.2 - Tipologia	
8.8.5.2.1 - T0 ou T1	3
8.8.5.2.2 - T2	10
8.8.5.2.3 - T3	42
8.8.5.2.4 - T4 ou mais	27
8.8.5 - Estimativas do parque habitacional	
8.8.5.1 - Edifícios de habitação familiar clássica	23.970
8.8.5.2 - Alojamentos familiares clássicos	29.433
8.8.6 - Habitação Social	
8.8.6.1 - Edifícios para habitação social	
8.8.6.1.1 - Objeto de obras de conservação no último ano	0
8.8.6.2 - Fogos de habitação social	
8.8.6.2.1 - Arrendados	1
8.8.6.2.2 - Objeto de obras de reabilitação no último ano	0
8.8.6.3 - Contratos de arrendamento efetuados no último ano	0
8.9 - Transportes	
8.9.1 - Indicadores de transportes	
8.9.1.1 - Veículos automóveis novos vendidos e registados por 1000 habitantes	5,94
8.9.1.2 - Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas	2,53
8.9.1.3 - Proporção de acidentes de viação com vítimas nas autoestradas (%)	3,2
8.9.2 - Veículos automóveis registados	
8.9.2.1 - Total	270
8.9.2.2 - Ligeiros de passageiros	154
8.9.2.3 - Ligeiros de mercadorias	60
8.9.2.4 - Pesados de passageiros	0
8.9.2.5 - Pesados de mercadorias	2
8.9.2.6 - Pesados, tratores de espécie diversa	20

8.9.2.7 - Tratores agrícolas	34
8.9.3 - Acidentes de viação e vítimas	
8.9.3.1 - Total de acidentes de viação com vítimas	158
8.9.3.2 - Vítimas	
8.9.3.2.1 - Total	4
8.9.3.2.2 - Mortos	4
8.9.3.2.3 - Feridos graves	13
8.9.3.2.4 - Feridos ligeiros	183
8.10 - Comunicações	
8.10.1 - Indicadores de comunicações	
8.10.1.1 - Acessos telefónicos por 100 habitantes	35,51
8.10.1.2 - Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	27,43
8.10.1.3 - Postos telefónicos públicos por 1000 habitantes	0,37
8.10.1.4 - Estações de correio por 100 000 habitantes	6,59
8.10.1.5 - Postos de correio por 100 000 habitantes	24,15
8.10.2 - Postos telefónicos	
8.10.2.1 - Total de acessos telefónicos públicos	17
8.10.2.2 - Total de acessos telefónicos residenciais	12.495
8.10.2.3 - Total de acessos telefónicos não residenciais	3.679
8.10.3 - Estações e postos de correio	
8.10.3.1 - Estações de correio	
8.10.3.1.1 - Total	14
8.10.3.1.2 - Estações fixas	3
8.10.3.1.3 - Estações móveis	0
8.10.3.2 - Postos de correio	11
8.11 - Turismo	
8.11.1 - Indicadores dos estabelecimentos de alojamento turístico	
8.11.1.1 - Estada média de hóspedes estrangeiros (número de noites)	1,9
8.11.1.2 - Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	160,8
8.11.1.3 - Hóspedes por habitante	7,5
8.11.1.4 - Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	60,5
8.11.1.5 - Proporção de dormidas entre julho-setembro (%)	35,1
8.11.1.6 - Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes	1276,6
8.11.2 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento	
8.11.2.1 - Estabelecimentos	
8.11.2.1.1 - Total	63
8.11.2.1.2 - Hotelaria	43
8.11.2.1.3 - Alojamento local	18

8.11.2.1.4 - Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	2
8.11.2.2 - Capacidade de alojamento	
8.11.2.2.1 - Total	7.322
8.11.2.2.2 - Hotelaria	6.194
8.11.2.2.3 - Alojamento local	'''
8.11.2.2.4 - Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	'''
8.11.3 - Hóspedes, dormidas e aposento nos estabelecimentos de alojamento turístico	
8.11.3.1 - Número total de dormidas	581.422
8.11.3.2 - Número total de hóspedes	343.465
8.11.3.3 - Total de proveitos de aposento (milhares de euros)	13.935
8.11.4 - Dormidas nos estab. de alojamento turístico, segundo o país de residência habitual	
8.11.4.1 - Total	581.422
8.11.4.2 - UE 27	470.053
8.11.4.3 - UE 25	469.287
8.11.4.4 - Portugal	178.701
8.11.4.5 - Alemanha	12.940
8.11.4.6 - Espanha	131.484
8.11.4.7 - França	27.659
8.11.4.8 - Itália	48.332
8.11.4.9 - Países Baixos	4.080
8.11.4.10 - Reino Unido	8.300
8.11.4.11 - E.U.A.	23.126
8.11.5 - Hóspedes nos estab. de alojamento turístico, segundo o país de residência habitual	
8.11.5.1 - Total	343.465
8.11.5.2 - UE 27	270.373
8.11.5.3 - UE 25	269.996
8.11.5.4 - Portugal	135.659
8.11.5.5 - Alemanha	5.491
8.11.5.6 - Espanha	61.119
8.11.5.7 - França	15.487
8.11.5.8 - Itália	24.761
8.11.5.9 - Países Baixos	2.314
8.11.5.10 - Reino Unido	2.622
8.11.5.11 - E.U.A.	11.708
8.12 - Sector Monetário e Financeiro	
8.12.1 - Indicadores do sector monetário e financeiro	
8.12.1.1 - Estabelecimentos de bancos e similares por 10 000 habitantes	7,9
8.12.1.2 - Taxa de depósitos de emigrantes (%)	8,76

8.12.1.3 - Taxa de crédito à habitação (%)	57,25
8.12.1.4 - Crédito à habitação por habitante (em euros)	6.992
8.12.1.5 - Prémios brutos emitidos pelas empresas de seguros, por hab. (em euros)	...
8.12.1.6 - Rede nacional de Multibanco	
8.12.1.6.1 - Caixas automáticas Multibanco por 10 000 habitantes	12,5
8.12.1.6.2 - Operações por habitante	72
8.12.1.6.3 - Levantamentos nacionais por habitante (em euros)	2.249
8.12.1.6.4 - Compras através de terminais de pag. automático por hab (em euros)	1.574
8.12.2 - Estabelecimentos de outra intermediação monetária	
8.12.2.1 - Bancos e caixas económicas	
8.12.2.1.1 - Número de estabelecimentos	31
8.12.2.1.2 - Pessoal ao serviço	163
8.12.2.2 - Caixas de crédito agrícola mútuo	
8.12.2.2.1 - Número de estabelecimentos	5
8.12.2.2.2 - Pessoal ao serviço	13
8.12.3 - Movimentos dos estabelecimentos de outra intermediação monetária	
8.12.3.1 - Depósitos	
8.12.3.1.1 - Total (milhares de euros)	926.656
8.12.3.1.2 - De Emigrantes (milhares de euros)	81.141
8.12.3.2 - Crédito concedido	
8.12.3.2.1 - Total (em milhares de euros)	556.288
8.12.3.2.2 - Para habitação (em milhares de euros)	318.448
9. - JUSTIÇA	
9.1 Indicadores de Justiça	
9.1.1 - Duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância	
9.1.1.1 - Cíveis (meses)	26
9.1.1.2 - Penais (meses)	12
9.1.1.3 - Trabalho (meses)	0
9.1.2 - Evolução anual dos processos nos tribunais judiciais de 1ª instância (%)	-5,6
9.1.3 - Proporção de arguidos condenados nos tribunais de 1ª instância (%)	51,1
9.1.4 - Proporção de não condenados por desistência de queixa (%)	19,3
9.1.5 - Proporção de não condenados por absolvição/carência de prova (%)	42,7
9.1.6 - Taxa de criminalidade por categoria de crimes (%)	
9.1.6.1 - Crimes contra a integridade física	3,1
9.1.6.2 - Furto/roubo por esticção e na via pública	0,4
9.1.6.3 - Furto de veículo e em veículo motorizado	1,9
9.1.6.4 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	2,2
9.1.6.5 - Condução sem habilitação legal	0,6

9.2 - Movimento de processos de 1ª instância (%)	
9.2.1 - Processos Cíveis	
9.2.1.1 - Pendente a 31 de Dezembro	4.139
9.2.1.2 - Entrados	1.726
9.2.1.3 - Findos	1.982
9.2.2 - Processos Penais	
9.2.2.1 - Pendente a 31 de Dezembro	190
9.2.2.2 - Entrados	321
9.2.2.3 - Findos	334
9.2.3 - Processos tutelares	
9.2.3.1 - Pendente a 31 de Dezembro	104
9.2.3.2 - Entrados	162
9.2.3.3 - Findos	156
9.3 - Principais atos notariais celebrados por escritura pública	
9.3.1 - Total de escrituras	1.407
9.3.2 - Compra e venda de imóveis	406
9.3.3 - Constituição de propriedade horizontal	17
9.3.4 - Constituição de sociedades com. e civis	4
9.3.5 - Doação	145
9.3.6 - Habilitação	336
9.3.7 - Hipoteca	33
9.3.8 - Justificação	277
9.3.9 - Mútuo	44
9.3.10 - Partilha	122
9.4 - Crimes registados pelas autoridades policiais	
9.4.1 - Total	1.267
9.4.2 - Contra as pessoas	
9.4.2.1 - Total	224
9.4.2.2 - Contra a integridade física	140
9.4.3 - Contra o património	
9.4.3.1 - Total	695
9.4.3.2 - Furto/roubo por esticção e na via pública	17
9.4.3.3 - Furto de veículo e em veículo motorizado	86
9.4.4 - Contra a vida em sociedade	
9.4.4.1 - Total	239
9.4.4.2 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	102
9.4.5 - Contra o Estado	22
9.4.6 - Legislação avulsa	

9.4.6.1 - Total	87
9.4.6.2 - Condução sem habilitação legal	27
10. - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (apuramento geral referente às eleições de 29/09/2013)	
10.1 - Indicadores da participação política	
10.1.1 - Eleição para as Câmaras	
10.1.1.1 - Taxa de abstenção	45,7
10.1.1.2 - Proporção de votos em branco	4,7
10.1.1.3 - Proporção de votos nulos	3,5
10.1.1.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	38,9
10.1.1.5 - Partido/coligação mais votado	PS
10.1.2 - Eleição para a Assembleia Municipal	
10.1.2.1 - Taxa de abstenção	45,7
10.1.2.2 - Proporção de votos em branco	5
10.1.2.3 - Proporção de votos nulos	4
10.1.2.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	40,3
10.1.3 - Eleição para a Assembleia de Freguesia	
10.1.3.1 - Taxa de abstenção	45,7
10.1.3.2 - Proporção de votos em branco	4,2
10.1.3.3 - Proporção de votos nulos	3,9
10.1.3.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	45,1
10.2 - Resultados na eleição para a Câmara Municipal	
10.2.1 - Mandatos	
10.2.1.1 - PS	3
10.2.1.2 - PPD/PSD - CDS/PP	3
10.2.1.3 - Independente IV	1
10.3 - Resultados na eleição para a Assembleia Municipal	
10.3.1 - Mandatos	
10.3.1.1 - PPD/PSD - CDS/PP	10
10.3.1.2 - PS	8
10.3.1.3 - Independente IV	2
10.3.1.4 - PCP/PEV	1
10.4 - Resultados na eleição para as Assembleias de Freguesias	
10.3.1 - Presidências de Juntas de Freguesias	
10.3.1.1 - PS	7
10.3.1.2 - PPD/PSD - CDS/PP	6

2. Enquadramento interno

2.1 Alterações no órgão executivo

No decurso de 2014, a composição do órgão executivo e a distribuição de funções decorreu conforme o quadro que seguidamente se apresenta.

Quadro – Composição dos membros do Órgão Executivo e funções atribuídas

Nome	Situação	Período	Funções atribuídas
Paulo Alexandre de Oliveira Fonseca	Presidente	01/01 a 31/12	Coordenação geral
			Desenvolvimento Económico
			Segurança e Proteção Civil
			Estudos e Projetos
			Relações Externas/Internacionais
			Apoio ao Investimento
			Apoio às Freguesias
			Relações Públicas/Imagem
			Prospetiva e Planeamento / Fundos Comunitários
			Gestão Financeira (exceto taxas e licenças)
			Coordenação geral
			Gestão Financeira (DGF)
			Assuntos Sociais e Educação (DEAS)
			Recursos humanos (área da Educação)
			Ação Cultural, Desporto e Lazer (DAC)
			Desenvolvimento e Apoio ao Investimento (GAPAE)
			Segurança e Proteção Civil (SMPC)
			Relações Externas/Internacionais (GAPAE, turismo)
			Acompanhamento Ourémviva
			Desenvolvimento Rural e Florestas
			Prospetiva e Planeamento / Fundos Comunitários
			Ambiente
			Planeamento e Ordenamento do Território
			Desenvolvimento Rural e Florestas
Nazareno José Menitra do Carmo	Vice-Presidente	01/01 a 31/12	Educação e Ação Social
			Ação Cultural
			Representação da C.M. (no território de Fátima)
			Relacionamento institucional
			Acompanhamento das políticas setoriais

			Desenvolvimento económico
			Obras municipais
			Licenciamento e autorização de operações urbanísticas
			Taxas e Licenças
			Fiscalização
			Contra-ordenações
	Vice-Presidente	22/10 a 31/12	Representação e Relacionamento Institucional
			Licenciamento e autorização de operações urbanísticas em Fátima (DGU)
			Taxas e Licenças em Fátima
			Ambiente (DA)
			Planeamento e Ordenamento do Território (DPOT)
			Planeamento Administrativo (DAP)
			Fiscalização e Contencioso
			Apoio Jurídico (GAJ)
			Setor Empresarial Local
			Acompanhamento das Políticas Municipais Setoriais
Maria Lucília Martins Vieira	Vereadora a Tempo Inteiro	01/01 a 31/12	Administração e Planeamento
			Recursos Humanos
			Planeamento estratégico
			Licenciamento e Autorização de Operações Urbanísticas (excepto p/território da Freguesia de Fátima)
			Taxas e Licenças (exceto p/ território da Freguesia de Fátima)
			Apoio jurídico
			Contra-ordenações (exceto p/ território da Freguesia de Fátima)
			Fiscalização (exceto p/ território da Freguesia de Fátima)
			Modernização Administrativa
			Tecnologias da Informação e Comunicação
			Licenciamento Autorização de Operações Urbanísticas (DGU)
			Recursos Humanos (DRHP)
			Tecnologias da Informação e Comunicação (DTIC)
			Modernização administrativa
			Obras Municipais (DOM)
			Estudos e Projetos (DEP)
			Taxas e Licenças (exceto p/ território da Freguesia de Fátima)
			Apoio às Freguesias
			Planeamento estratégico
			Saúde Pública (Veterinário Municipal)
Vitor Manuel de Jesus Frazão	Vereador	01/01 a 31/12	--

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	Vereador	01/01 a 31/12	--
Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa	Vereadora	01/01 a 31/12	--
José Manuel Dias Poças das Neves	Vereador	01/01 a 31/12	--

2.2 Política de recursos humanos adotada

2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal

Em 2011 foi aprovada uma nova estrutura orgânica, com publicação em Diário da República, 2ª Série, n.º 123, em 29 de junho de 2011 (Despacho n.º 87452-A/2011).

A referida estrutura orgânica está adequada ao disposto no artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a qual se manteve vigente no decurso de 2014.

2.2.2 – Evolução dos recursos humanos

Pessoal segundo o grupo profissional

Quadro – Evolução do Pessoal segundo o grupo profissional

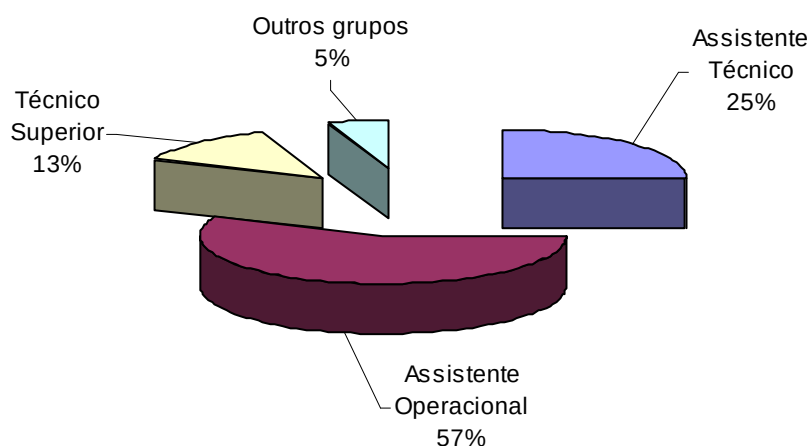
Designação	2012	2013	Var. Abs.	Var. (%)	2014	Var. Abs.	Var. (%)
Pessoal Dirigente	11	11	0	0,00	11	0	0,00
Técnico Superior	50	50	0	0,00	49	-1	-2,00
Informática	4	3	-1	-25,00	2	-1	-33,33
Assistente Técnico	97	95	-2	-2,06	94	-1	-1,05
Assistente Operacional	239	230	-9	-3,77	208	-22	-9,57
Outros Grupos	7	8	1	14,29	7	-1	-12,50
Total	408	397	-11	-2,70	371	-26	-6,55
Grau de Tecnicidade Superior	14,95	15,37	0,41	2,77	16,17	0,81	5,25
Grau de Tecnicidade Geral	39,71	40,05	0,34	0,87	42,05	2,00	4,99

O ano de 2014 demonstra uma variação negativa do número de funcionários da autarquia, na ordem de 6,6%, que, em termos absolutos, significou uma diminuição em 26 funcionários. A variação ocorrida foi influenciada, essencialmente, pelo decréscimo verificado ao nível dos assistentes operacionais (-22).

No final do período em análise, o grau de tecnicidade geral dos recursos humanos afetos ao Município foi de 42,1 ou seja, cerca de 42% dos trabalhadores do Município, enquadravam-se no grupo de pessoal técnico superior, informática e assistente técnico. O grau de tecnicidade superior situou-se próximo de 16,2%.

A estrutura do pessoal, segundo o grupo profissional, caracteriza-se pela predominância do pessoal assistente operacional (57%), assistente técnico (25%) e técnico superior (13%).

Gráfico – Estrutura do pessoal segundo o grupo profissional



Escalão etário e sexo

Na estrutura dos recursos humanos existentes, o número de mulheres manifesta uma dominância, significando estas cerca de 67,1% do total dos recursos humanos disponíveis.

O escalão etário dos 50-59 é o mais representativo com 140 funcionários, com uma variação absoluta negativa, relativa ao ano anterior, em 8 trabalhadores.

Analisando o escalão etário segundo o grupo profissional, verifica-se que a predominância das idades mais baixas está adstrita ao pessoal de informática e técnico superior. Em oposição, a predominância escalões etários mais elevados ocorrem no pessoal assistente operacional.

Importa realçar que 170 funcionários têm mais de 50 anos. Destes, 29 têm idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos.

Quadro – Evolução segundo o escalão etário e sexo

Designação	2012	2013	Var. Abs.	Var. (%)	2014	Var. Abs.	Var. (%)
Até aos 20 anos	0	0	0	--	0	0	--
20-24	1	0	-1	-100,00	0	0	--
25-29	6	3	-3	-50,00	2	-1	-33,33
30-39	112	99	-13	-11,61	80	-19	-19,19
40-49	114	112	-2	-1,75	119	7	6,25
50-59	141	148	7	4,96	140	-8	-5,41
60-69	33	34	1	3,03	29	-5	-14,71
70 ou mais	1	1	0	0,00	1	0	0,00
TOTAL	408	397	-11	-2,70	371	-26	-6,55
Número de Homens	140	137	-3	-2,14	122	-15	-10,95
Número de Mulheres	268	260	-8	-2,99	249	-11	-4,23

Absentismo

Face a 2013, o ano de 2014 regista um acréscimo do número de dias de ausência global, na ordem de 32,9%, apresentando uma variação absoluta positiva de 2.150 dias.

Relativamente ao valor apurado *per capita*, verifica-se um aumento em 7 dias, pelo que o número de ausência *per capita* se situou em 23,4 dias.

Com um peso representativo preponderante, surgem as faltas relativas a doença, as quais totalizaram 6.714 dias (representam 77,3% do total do absentismo) e a de proteção na parentalidade com um total de 1.546 dias (representam 17,8% do total do absentismo).

Desta forma, o número total de dias de ausência situou-se em 8.682 dias em detrimento dos 6.532 dias ocorridos em 2013.

Quadro – Evolução do Absentismo

uni: dias

Designação	2012	2013	Var. Abs.	Var. (%)	2014	Var. Abs.	Var. (%)
Casamento	30	0	-30	-100,00	29	29	--
Protecção na Parentalidade	1430	806	-624	-43,64	1546	740	91,81
Falecimento Familiar	160	122	-38	-23,75	122	0	0,00
Doença	5478	5268	-210	-3,83	6714	1446	27,45
Doença Prolongada	0	0	0	--	0	0	--
Assistência a Familiares	156	167	11	7,05	126	-41	-24,55
Trabalhador Estudante	202	169	-33	-16,34	145	-24	-14,20
Cumprimento - Pena Disciplinar	0	0	0	--	0	0	--
Injustificadas	0	0	0	--	0	0	--
Outras	0	0	0	--	0	0	--
TOTAL (dias de ausência)	7456	6532	-924	-12,39	8682	2150	32,91
Dias de ausência (per capita)	18,27	16,45	-1,82	-9,97	23,40	6,95	42,23

Acidentes ocorridos em serviço

O ano de 2013 demonstra uma diminuição do número de acidentes (-1), verificando-se um total de 15.

O número de dias perdidos com baixa sofreu um decréscimo absoluto em 76 dias, face ao verificado no ano anterior. Deste modo, verificou-se um total de 322 dias perdidos com baixa resultante de acidentes ocorridos no local de trabalho ou no percurso para o respetivo local.

Quadro – Evolução dos acidentes ocorridos em serviço

Designação	2012	2013	Var. Abs.	Var. (%)	2014	Var. Abs.	Var. (%)
Número total de acidentes							
1 a 3 dias de baixa	0	2	2	--	3	1	--
4 a 30 dias de baixa	17	13	-4	-23,53	9	-4	-30,77
Superior a 30 dias de baixa	6	1	-5	-83,33	3	2	200,00
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (a)	23	16	-7	-30,43	15	-1	-6,25
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano							
1 a 3 dias de baixa	0	6	6	--	5	-1	--
4 a 30 dias de baixa	262	155	-107	-40,84	168	13	8,39
Superior a 30 dias de baixa	276	65	-211	-76,45	149	84	129,23
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores							
1 a 3 dias de baixa	3	0	-3	--	0	0	--
4 a 30 dias de baixa	27	0	-27	--	0	0	--
Superior a 30 dias de baixa	392	172	-220	-56,12	0	-172	-100,00
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (a1)	960	398	-562	-58,54	322	-76	-19,10
Número total de Acidentes "in itinere"							
1 a 3 dias de baixa	0	1	1	--	0	-1	--
4 a 30 dias de baixa	2	0	-2	--	0	0	--
Superior a 30 dias de baixa	1	2	1	--	0	-2	-100,00
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (b)	0	0	0	--	0	0	--
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano							
1 a 3 dias de baixa	0	1	1	--	0	-1	--
4 a 30 dias de baixa	27	0	-27	-100,00	0	0	--
Superior a 30 dias de baixa	54	137	83	--	0	-137	-100,00
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (b1)	0	0	0	--	0	0	--
N.º Total de acidentes (a) + (b)	23	16	-7	--	15	-1	--
N.º de dias perdidos com baixa (a1)+(b1)	960	398	-562	-58,54	322	-76	-19,10

Concursos de pessoal

No decurso de 2014 não se verificou qualquer procedimento concursal de pessoal.

2.3 Atividades desenvolvidas

2.3.1 – Departamento de Administração e Planeamento

No decurso de 2014, as funções gerais administrativas estiveram sujeitas, essencialmente, ao Departamento de Administração e Planeamento, o qual é constituído pela Secção de Contencioso, Secção de Fiscalização, pela Divisão de Recursos Humanos, Planeamento e Administração e Divisão de Gestão Financeira.

No Quadro abaixo é apresentado o resumo das atividades da Secção de Contencioso e Secção de Fiscalização.

Quadro – Resumo das atividades da Secção de Contencioso

Tipologia de trabalho	Quantidade	Observações
Informações elaboradas e registadas em sistema informático SGD (Sistema Gestão Documental) e SPO (Sistema Processos de Obras)	234	Inclui pareceres técnico-jurídicos e informações administrativas
Processos de contra-ordenação instaurados pela CMO contra terceiros	154	Por infrações a diversas leis, decretos - lei e regulamentos

Processos de contra-ordenação decididos	291	
Notas de ilicitude (por o auto de notícia / participação estar incorrecta) e despachos diversos elaborados pelos Instrutores nos processos de contra-ordenação	15	
Pessoas inquiridas nos processos de contra-ordenação, e eventualmente noutros procedimentos	45	
Processos de contra-ordenação impugnados judicialmente	18	Visto o arguido ter recorrido judicialmente da decisão
Processos de contra-ordenação remetidos a Tribunal para execução	113	Para cobrança da coima e/ou das custas aplicadas pela CMO
Processos de contra-ordenação remetidos a Tribunal para deduzir acusação	1	Por serem simultaneamente contra-ordenação e/ou crime (desobediência a embargo).
Emissão de guias de pagamento / facturas	151	Pagamento de coimas, totais ou em prestações, e pelo pagamento de custas
Importâncias cobradas em processos de contra-ordenação	€ 56.334,51	Coima e/ou custas pagas em processos de contra-ordenação
Organização e acompanhamento dos processos judiciais em que é parte o Município (como réu e como autor)	43	Em 2014 foram instaurados 10 novas ações judiciais. A 31.12.2014 havia 43 processos judiciais a decorrer.

Elaboração de lista de processos judiciais com eventuais pedidos de pagamento de indemnizações	Diversas	Para elaboração do orçamento
Pedidos de indemnização analisados, movidos contra o Município por responsabilidade civil extracontratual – em regra por acidentes de viação	7	
Pedidos de indemnização, movidos pelo Município contra terceiros, por responsabilidade civil	1	
Atendimento presencial e telefónico, reuniões com mandatários de requerentes e de arguidos, reuniões com colegas de vários serviços (essencialmente DA, DGU, SMPC e DGF), com dirigentes da CMO e representantes de entidades externas (ex.: LCA, MP)	Não quantificados	Nas diligências desenvolvidas foi prestada colaboração relativamente a processos de diversa natureza, que correm na Secção de Contencioso, e ainda noutros que correm por outras unidades orgânicas, cujos esclarecimentos prestados foram essencialmente de índole jurídica e administrativa.
Visitas a obras ou outras situações e desenvolvimento de diligências junto de outras entidades	Diversos	Para conhecimento dos factos e recolha de prova com vista a informação / decisão técnica dos processos/participação como testemunha
Adaptação, às alterações legais, de minutas usadas em processos de contra-ordenações	Diversos	Organização de documentos para colocar no programa informático e em ficheiros partilhados

Introdução de vários elementos no SGC (tendo em conta que o programa vinha completamente vazio de qualquer conteúdo)	Diversas	Infracções, fases processuais, estado de processos, responsáveis, legislação, tipo de participações. Pendente de desenvolvimentos a fazer pela empresa fornecedora do programa informático.
Elaboração de várias minutas novas	Diversas	Com destaque para as minutas de despacho, auto de embargo e mandados de notificação de embargo, ao abrigo das novas alterações ao RJUE em vigor a partir de 07.01.2014 e sua disponibilização à Secção de Fiscalização
Processo de contra-ordenação findos	Diversos	Organização e remessa ao arquivo
Elaboração de relatórios	Diversos	Relatórios de atividades devolvidas na Secção de Contencioso, para apresentar periodicamente à Assembleia Municipal, para integrar os documentos de gestão e elaboração do orçamento
Divulgação e análise de legislação	Diversos	Consulta diária do Diário da República, divulgação de alguns diplomas com índices e notas interpretativas
Notificações diversas e sua expedição documentada; entrega de processos em Tribunal; relatórios; emissão de guias; gestão dos sistemas informáticos de processos de contra-ordenações e seus formulários; organização dos procs., contagem de prazos, ...	Diversos	Tarefas desenvolvidas essencialmente pela Coordenadora Técnica

No âmbito da fiscalização municipal, reportam-se as seguintes ações:

- Autos de notícia em processos de contra-ordenação por violação de normas urbanísticas (RJUE- Regime Jurídico de Urbanização e Edificação) e outros regulamentos municipais: 58
- Embargos de obras: 6
- Informações no SGD (sistema de gestão documental):
 - o Informações Internas: 378
 - o Informações sobre o “Licenciamento zero”:

B1: 188

B2: 85

B3: 78

- Informações no SPO (sistema de processos de obras):

B1: 260

B2: 160

B3: 196

- Processos instruídos para regularização urbanística (reposição da legalidade urbanística nos termos do RJUE: 26
- Número de obras implantadas: 79
- Número de obras visitadas: 407
- Número de demolições /reposições executadas coercivamente pelos serviços municipais: 3

2.3.1.1 – Divisão de Gestão Financeira

Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)

A Administração Pública Local está hoje sujeita a um dilema funcional e conceptual que percorre transversalmente todo o setor público.

Por um lado, verificam-se fortes constrangimentos financeiros, induzidos pelo memorando de entendimento com a Troika, ou mesmo pela crise conjuntural e estrutural que devasta e caracteriza o espectro económico nacional. Noutro sentido, deparamo-nos com uma sociedade civil cada vez mais ávida de mais e melhores serviços públicos, e, especialmente atenta ao binómio custo/benefício, impelindo a maximização do denominado “*value for money*”, em estreita observância pelo retorno legítimo e espectável, que os cidadãos relacionam ao tributo dos seus impostos.

Neste sentido, no primeiro semestre de 2012 surgiu a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, a qual veio agravar um enleado complexo, vasto e desarticulado de uma legislação que tornam a administração pública particularmente burocratizante, obstaculizando a criatividade e impedindo uma correta gestão dos meios materiais e dos recursos humanos, potenciando o risco do cometimento de irregularidades.

Não obstante se reconhecer que o contexto burocrático é um requisito essencial ao regular funcionamento das organizações nos Estados de Direito Democrático, sendo fundamental na definição do relacionamento estabelecido entre os cidadãos e a Administração, ou mesmo no adequado funcionamento das Instituições, circunstâncias que impelem a premência em se definirem e implementarem mecanismos de controlo interno, a LCPA veio induzir um “espartilho” abrupto e nada gradualista, onde o simples e inevitável desenvolvimento de ações que visem um excecional interesse público ou a salvaguarda da vida humana, está particularmente condicionada.

Apesar do disposto, o Município de Ourém cumpriu integralmente o disposto na LCPA, não constando na listagem de entidades públicas em incumprimento divulgada no website da DGTF (Direção Geral do Tesouro e Finanças).

Controlo externo e estatístico

A área financeira está hoje fortemente assolada por diferentes mecanismos de controlo externo e estatístico, num reporte sistemático e crescente de elementos para entidades externas, designadamente, Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças, Direção Geral das Autarquias Locais, Direção Geral do Orçamento e Instituto Nacional de Estatística. Manifesta-se a incompreensibilidade da ausência de partilha de informação entre os diversos organismos públicos, ou ainda a adoção de critérios e conceitos técnicos díspares.

Transparência e divulgação de dados inerentes à área financeira

Neste contexto, assinalam-se inúmeras exigências legais de divulgação de elementos de índole financeira, designadamente no contexto virtual da internet, seja no website do município ou ainda em plataformas públicas nacionais constituídas para o efeito, na qual se destaca o base.gov (divulgação de contratos públicos).

Esta circunstância aumenta não só o nível de transparência das políticas públicas, particularmente no que respeita à utilização dos recursos públicos, incrementando a proximidade e grau de informação dos cidadãos.

Atendimento de serviços

No decurso de 2014, permaneceram as regras iniciadas em 2011, no que concerne ao atendimento presencial ou telefónico a fornecedores, estabelecendo-se a quarta-feira no período da tarde e a sexta-feira no período da manhã, para o efeito. Esta circunstância permite induzir ganhos operacionais significativos, dada a inexistência de constantes interrupções no desenvolvimento das atividades regulares desenvolvidas pelo serviço em referência.

Pagamento de taxas – referência multibanco

Um dos desafios atuais da Administração Pública, deriva da necessidade em se encontrarem novas formas de relacionamento com o cidadão, indo ao encontro das crescentes exigências e expectativas por estes constituídas.

Neste contexto, iniciou-se, em 2011, a implementação de um pagamento de serviços pelos munícipes (taxas) com recurso a uma rede multibanco, através da adesão a um serviço criado pela SIBS, tendo por intermediário uma instituição financeira (a SIBS não contratualiza diretamente o serviço em causa aos potenciais clientes).

Deste modo, o munícipe possuidor de um cartão bancário, passou a poder pagar determinadas taxas municipais, na rede multibanco (ex. caixas automáticas, terminais de pagamento automático, programa de acesso ao multibanco, ...).

No decurso de 2014, esta implementação esteve plenamente instituída, na subunidade “Taxas e Licenças” da Divisão de Gestão Financeira, único setor municipal em que esta valência está disponível, esperando-se que, em breve, esta valência possa ser implementada em outras unidades orgânicas do município.

Protocolos

A Divisão de Gestão Financeira promoveu/acompanhou a elaboração de um conjunto de protocolos ou contratos-programa conforme o quadro que abaixo se apresenta.

Quadro – Protocolos e Contratos-Programa elaborados em 2014

Natureza do Contrato	Entidade	Designação	Apoio Financeiro	Obs.
Protocolo – Delegação de Competências	Freguesia de Alburitel	Nos domínios da rede viária e arruamentos	--	
Protocolo – Delegação de Competências	Freguesia de Atouguia	Nos domínios da rede viária e arruamentos	--	

Protocolo – Delegação de Competências	Freguesia de Caxarias	Nos domínios da rede viária e arruamentos	--	
Protocolo – Delegação de Competências	Freguesia de Espite	Nos domínios da rede viária e arruamentos	--	
Protocolo – Delegação de Competências	Freguesia de Fátima	Nos domínios da rede viária e arruamentos	--	
Protocolo – Delegação de Competências	União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	Nos domínios da rede viária e arruamentos	--	
Protocolo – Delegação de Competências	União de Freguesias de Gondemaria e Olival	Nos domínios da rede viária e arruamentos	--	
Protocolo – Delegação de Competências	União de Freguesias de Matas e Cercal	Nos domínios da rede viária e arruamentos	--	
Protocolo – Delegação de Competências	Freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade	Nos domínios da rede viária e arruamentos	--	
Protocolo – Delegação de Competências	Freguesia de N.ª Sr.ª das Misericórdias	Nos domínios da rede viária e arruamentos	--	
Protocolo – Delegação de Competências	União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	Nos domínios da rede viária e arruamentos	--	
Protocolo – Delegação de Competências	Freguesia de Seiça	Nos domínios da rede viária e arruamentos	--	
Protocolo – Delegação de Competências	Freguesia de Urqueira	Nos domínios da rede viária e arruamentos	--	
Protocolo – Delegação de Competências	União de Freguesias de Gondemaria e Olival	Dinamização e funcionamento de balcões descentralizados	Até ao montante de 500€/mensais	
Protocolo – Delegação de Competências	União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	Dinamização e funcionamento de balcões descentralizados	Até ao montante de 500€/mensais	

Contabilidade

Este setor tem como principal missão abranger todas as operações relativas à arrecadação das receitas e processamento de despesas, compreendendo um conjunto de tarefas e operações como meio de manter a informação financeira atualizada envolvendo a identificação, a agregação, a análise, o cálculo, a classificação, o lançamento nas contas, o resumo e o relato das várias operações e acontecimentos.

Procedimentos mais relevantes implementados em 2014:

- Implementação do sistema de comunicação eletrónica de faturas - envio do ficheiro SAF-T. Configuração do Sistema de Gestão de Faturação de modo a permitir gerar o ficheiro SAF-T relativo à faturação de determinado período para posterior envio através do site da Autoridade Tributária e Aduaneira.
- Operacionalização das adaptações necessárias nas declarações anexas de regularização de IVA, de acordo com a portaria 255/2013 de 12 de Agosto.
- Operacionalização do modelo 10 de acordo com as disposições legislativas da Portaria nº 363/2013, de 20 de dezembro, de modo a que fossem excluídos todos os rendimentos, com origem na conta corrente de vencimentos e que tenham o campo “Tipo de Rendimento” DMR dos códigos de remuneração preenchido.
 - o Definição de planos de pagamento;
 - o Definição de contas patrimoniais e classificações económicas da receita atribuídas a cada artigo de receita;
 - o Definição de tipo de penalizações a aplicar de forma automática;
 - o Possibilidade de envio da receita para débito ao tesoureiro e para execução fiscal;
 - o Possibilidade de utilização da certificação de faturação nos documentos emitidos;
 - o Possibilidade de definição de débitos diretos.
 - o Toda a faturação emitida a partir das aplicações anteriormente descritas será integrada no SGF.

- Análise e resolução célere de constrangimentos e dificuldades decorrentes da aplicação e operacionalização da LCPA e do reporte de informação à DGAL - SIIAL;
- Com a entrada em vigor, em 1 de fevereiro de 2014, da Área Única de Pagamentos em Euros (SEPA – Single Euro Payments Area), procedeu-se à operacionalização e criação dos ficheiros através do ERP Financeiro do Município de Ourém para as entidades bancárias de acordo com o formato SEPA.

Contratação Pública

A realização de despesa por entidades privadas quando objeto de financiamento público está vinculada ao cumprimento do Código dos Contratos Públicos (CCP), pelo que esta subunidade orgânica colaborou com diversas associações e as freguesias existentes na área do Município de Ourém, no cumprimento do CCP.

Quadro – Quantificação dos Processos de Concurso

Tipo de procedimento	2013	2014
Ajuste direto em regime simplificado	55	733
Ajuste direto (valor superior a 5 mil euros)	46	72*
Concurso Público	4	8*
Acordo Quadro	0	1

* 5 Ajustes Directos foram anulados

** 1 Concurso Público não chegou a ter seguimento

Relativamente a procedimentos internos, no ano de 2014 foram desenvolvidos 733 procedimentos de ajuste direto em regime simplificado, 72 procedimentos de ajuste direto (valor superior a 5 mil euros), 8 concursos públicos e um procedimento ao abrigo de um acordo quadro.

Quadro – Proced. desenvolvidos (excluindo o ajuste direto – em regime simplificado)

Entidade Adjudicatária	Fundament. do Procedimento	Designação (n.º sequência do proc. / designação / n.º do cabimento)	Preço Base (€)	Preço Contratual s/ IVA (€)
Construções Martins & Reis, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P001/2014 - Sistema Fátima - Redes e sistemas de abastecimento de água - Ampliação e Ramais Domiciliários - Rua da Subida - Lameira - Fátima - Ourém	740,40 €	734,00 €
Soltráfego, S.A.	alínea b) n.º 1 do 20.º do CCP	P002/2014 - Implementação do sistema integrado de mobilidade da Cova da Iria, em Fátima	883.500,00 €	819.749,00 €
Fernando Major Construções Unipessoal, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P003/2014 - Sistemas de Drenagem de Águas Residuais - Implantação de 1 ramal de esgotos domésticos - Avenida Nuno Álvares Pereira (junto à Rotunda com Rua dos Álamos e Rua 5 Outubro - N.º. S.º. Da Piedade - Ourém	3.580,00 €	3.565,00 €
Fernando Major Construções Unipessoal, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P004/2014 - Sistemas de Drenagem de Águas Residuais - Implantação de 1 ramal de esgotos domésticos e 1 ramal de águas pluviais - Rua Carvalho Araújo - Ourém	2.000,00 €	1.980,00 €
Antobetão - Betão Pronto, S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P005/2014 - Fornecimento de diversos tipos de betão pronto para aplicar na área do concelho de Ourém até 31/12/2014	8.700,00 €	8.670,00 €
Maxiprev, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P006/2014 - Manutenção de extintores e eventual fornecimento de outros, nos edifícios e infra-estruturas municipais para o ano de 2014	6.611,25 €	5.898,30 €
Nuno Roque, Unipessoal, Lda.	alínea b) do 19.º do CCP	P007/2014 - Construção do Posto de Atendimento a Turistas	149.600,00 €	134.779,14 €
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	alínea a) do 20.º do CCP	P008/2014 - Contrato de Manutenção de 23 aplicações AIRC, para o ano 2014	10.015,80 €	10.015,75 €
Contec - Construção e Engenharia, S.A.	alínea a) do 19.º do CCP	P010/2014/CPA - Reabilitação da E.N. 113-1 - Execução de passeio na área expropriada	2.316,00 €	2.314,80 €

Petrotec - Inovação e Indústria, S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P011/2014 - Aquisição de um posto de abastecimento de combustível com bomba dupla para o estaleiro municipal	9.520,00 €	9.511,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P012/2014 - Construção de Ecocentro em Fátima	53.000,00 €	47.517,54
Fernando Major Construções Unipessoal, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P013/2014 - Sistemas de drenagem de águas residuais e pluviais - Implantação de 2 ramais domiciliários de esgotos domésticos na Freixianda (Rua da Portela - Abades e EM502 - Perucha) - União de Freguesias Freixianda Ribeira do Fárrio e Formigais	1.350,00 €	1.348,50 €
Orona, Portugal, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P014/2014 - Aquisição de serviços para contrato de manutenção simples dos equipamentos de elevação do município durante os próximos 3 anos	16.830,00 €	15.120,00 €
Bripealtos - Agregados e Construção, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P016/2014 - Fornecimento contínuo de massas a frio até ao limite de 300 ton e 1460 kg de cola ECR1	15.422,00 €	15.276,00 €
Bripealtos - Agregados e Construção, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P017/2014 - Fornecimento contínuo de inertes (Tout-Venant, Pó de Pedra, Britas e Pedra Rachão) para o ano de 2014	18.907,14 €	15.113,10 €
Viamarca - Pintura de Vias Rodoviárias, S.A.	alínea a) do 19.º do CCP	P018/2014 - Colocação de sistemas de retenção rodoviária na Rua da Lourinha - N.ª S.ª da Piedade	9.200,00 €	7.973,00 €
S.N.S.V. - Sociedade Nacional de Sinalização Vertical, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P019/2014 - Fornecimento e transporte contínuo de vários tipos de sinais para sinalização viária do Concelho	7.480,83 €	6.658,61 €
Ouripneus, Lda.	alínea b) n.º 1 do 20.º do CCP	P020/2014 - Fornecimento e montagem de pneumáticos e serviços complementares, em regime de fornecimento contínuo até 2016	83.900,00 €	83.900,00 €
Contec - Construção e Engenharia, S.A.	alínea a) do 19.º do CCP	P021/2014 - Trabalhos Diversos na Freguesia de Seiça	123.593,66 €	123.490,00 €
Fabrigimno - Fabricação de material de desporto, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P023/2014 - Aquisição de tabelas de basquetebol para os Pavilhões de Caxarias e Freixianda	10.632,00 €	6.139,72 €

Vedap - Espaços verdes, Silçvicultura e Vedações, S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P024/2014 - Prestação de Serviços para trabalho de limpeza de bermas, valetas e taludes na área do concelho de Ourém	61.605,00 €	60.885,00 €
Manuel de Oliveira Ferreira	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P027/2014 - Fornecimento e aplicação de caldeira para produção de água quente nas Piscinas de Ourém	9.200,00 €	9.200,00 €
Fernando Major Construções Unipessoal, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P028/2014 - Implantação de 1 ramal de esgotos domésticos das redes da Freixianda - Rua da Preta - Abades - União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	800,00 €	776,78 €
Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A.	alínea a) do 19.º do CCP	P029/2014 - Reabilitação dos Balneários do Campo de Jogos de Ourém	134.998,55 €	134.895,13 €
Tagusgás - Propano, S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P031/2014 - Fornecimento contínuo de gás propano a granel, para os Centros Escolares de: N.ª S.ª das Misericórdias, Gondemaria, Atouguia, Ourém Nascente (Seiça), Olival e Freixianda, até ao final do ano 2016	60.580,20 €	60.580,20 €
Construções Divireis, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P032/2014 - Correção das anomalias no quiosque localizado na Praceta de Santo António, Fátima	4.706,14 €	4.706,00 €
Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A.	alínea b) do 19.º do CCP	P033/2014 - Remodelação do Piso Sintético no Campo de Jogos da Caridade - Ourém	329.980,00 €	329.980,00 €
Fernando Major Construções Unipessoal, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P034/2014 - Execução de Pontão em Casal dos Moleiros - União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	55.254,88 €	55.208,18 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P036/2014 - Requalificação das Instalações Sanitárias Públicas do Centro Histórico - Ourém	12.632,90 €	12.539,11 €
Ecosistema II, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P037/2014 - Prestação de Serviços para elaboração do Relatório Ambiental da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém	16.625,00 €	16.625,00 €
Polidiagnostico, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P038/2014 - Prestação de serviços de medicina no trabalho para o ano de 2015	7.200,00 €	7.020,00 €

Interclima, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P039/2014 - Aquisição de serviços de manutenção do equipamento AVAC em vários edifícios municipais, durante 3 anos	39.401,40 €	19.701,00 €
Mech Consultores, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P040/2014 - Fórum Cultural de Ourém - Prestação de serviços para a elaboração: dos projetos de especialidades, estudo geológico, estudo geotécnico e levantamento topográfico	40.000,00 €	39.900,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P041/2014 - Beneficiação de Edifícios Escolares - Agrupamento Conde de Ourém - Centro Escolar de Nossa Senhora das Misericórdias	10.484,31 €	10.457,75 €
Construções Divireis, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P042/2014 - Beneficiação de Edifícios Escolares - Agrupamento Conde de Ourém - Centro Escolar Ourém Nascente	13.374,73 €	13.367,58 €
Construções Divireis, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P043/2014 - Beneficiação de Edifícios Escolares - Agrupamento de Escolas de Ourém - Centro Escolar Beato Nuno	7.782,92 €	7.433,33 €
Construções Divireis, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P044/2014 - Beneficiação de Edifícios Escolares - Agrupamento de Escolas de Ourém - Centro Escolar de Cova de Iria	26.654,58 €	26.580,18 €
Fernando Major Construções Unipessoal, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P045/2014 - Beneficiação de Edifícios Escolares - Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão - Centro Escolar Urqueira Norte	11.872,95 €	11.822,43 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P046/2014 - Beneficiação de Edifícios Escolares - Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão - Escola do Ensino Básico de Rio de Couros	44.166,19 €	43.580,74 €
Fernando Major Construções Unipessoal, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P047/2014 - Beneficiação de Edifícios Escolares - Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão - Escola do Ensino Básico de Espite	17.411,31 €	17.339,99 €

Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P048/2014 - Sistemas de Drenagem de Águas Resíduais - Substituição de troço de coletor de esgotos domésticos - Rua S. Vicente Paulo - Fátima	1.813,41 €	1.783,60 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P054/2014 - Beneficiação de Arruamentos - Antigo Retiro de Castela - N.ª S.ª da Piedade	63.837,00 €	61.435,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P055/2014 - Beneficiação de Arruamentos - Rua dos Combatentes - N.ª S.ª da Piedade - Ourém	4,095,00	4.080,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P056/2014 - Beneficiação de Arruamentos - Rua Acácio Paiva - N.ª S.ª da Piedade	8.177,15 €	8.100,45 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P058/2014 - Ampliação da rede pública de abastecimento de água - Rua das Barreiras - Vale do Carro - Freixianda	4.000,00 €	3.997,95 €
Fernanda Paula Oliveira, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P060/2014 - Contratação de serviços para o apoio jurídico no âmbito do direito do Urbanismo e do direito do ordenamento do território	18.900,00 €	18.900,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P061/2014 - Execução de comporta na piscina do Agroal	24.290,00 €	24.103,80 €
Abaladade Matos, Lorena de Séves e Associados, LCA	alínea d) n.º 1 do 27.º do CCP	P062/2014 - Apoio jurídico para patrocínio arbitral referente ao reequilíbrio económico-financeiro do contrato de concessão da <i>Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público no Concelho de Ourém</i>	23.800,00 €	23.800,00 €
Médio Tejo 21, Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P063/2014 - Prestação de Serviços para dinamização de atividades e medidas com vista à utilização racional da energia e à diminuição da fatura energética	8.595,85 €	8.595,85 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P064/2014 - Aquisição de diversos materiais de construção para reabilitação dos estaleiros municipais, em Fátima	13.550,00 €	13.504,89 €
Viamarca - Pintura de Vias Rodoviárias, S.A.	alínea a) do 19.º do CCP	P065/2014 - Colocação de Sistemas de retenção Rodoviária - Guardas de Segurança - Estrada de Alvega - Freguesia de Fátima	2.305,00 €	1.650,90 €

Fernando Major Construções Unipessoal, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P067/2014 - Requalificação das Praças: Praça Mouzinho Albuquerque, Praça Dr. Agostinho de Almeida, Largo Dr. Vitorino de Carvalho	7.328,00 €	7.235,00 €
EDP - Comercial, comercialização de energia, S.A.	b) n.º 1 252.º do CCP	P068/2014 - Acordo Quadro de Eletricidade da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Município de Ourém	1.502.300,00 €	1.473.283,79 €
Construções JJR, S.A.	alínea a) do 19.º do CCP	P069/2014 - Reabilitação da Rede Viária do Concelho em Diversas Localidades	73.170,20 €	72.770,17 €
Construções JJR, S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P070/2014 - Fornecimento de diversos tipos de betuminoso para aplicar na área do Concelho de Ourém até 31/12/2015	18.437,00 €	17.476,00 €
Antobetão - Betão Pronto, S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P071/2014 - Fornecimento de diversos tipos de betão pronto para aplicar na área do Concelho de Ourém até 31/12/2015	8.955,85 €	8.955,10 €
Lena - Agregados, S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P072/2014 - Fornecimento contínuo de massas a frio até ao limite de 300 Tn e 2000 Kg de Cola ECR1, para o ano 2015	16.068,00 €	15.100,00 €
Sicobritas, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P073/2014 - Fornecimento contínuo de inertes (tout-venant, pó de pedra, britas e pedra rachão), para o ano de 2015	10.022,42 €	9.690,00 €
Equitejo, Lda.	alínea b) n.º 1 do 20.º do CCP	"P074/2014 - Fornecimento de produtos e serviços para cópia e impressão"	72.608,40 €	61.939,30 €
Iberhouse, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P075/2014 - Beneficiação de Edifícios Escolares - Beneficiação no Centro Escolar Santa Teresa - Ourém	22.954,65 €	22.935,00 €
Nuno Roque, Unipessoal, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P076/2014 - Construção do Posto de Atendimento a turistas - Processo de regularização dos erros e omissões	11.095,41 €	11.095,41 €
Viamarca - Pintura de Vias Rodoviárias, S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P078/2014 - Fornecimento e transporte contínuo de vários tipos de sinais para a sinalização viária do Concelho, durante o ano de 2015	5.000,00 €	4.571,55 €
António Miguel S. Fernandes (Paladares da Aldeia, actividades)	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P080/2014 - Aquisição de serviços de <i>catering</i> para fornecimento do jantar para os colaboradores do município	8.130,08 €	6.682,00 €

hoteleiras)				
Sociedade de Advogados Abalada de Matos, Lorena de Sêves & Associados	b) n.º 1 do art. 27.º do CCP	P081/2014 - Prestação serviço de Patrocínio Pré - Judiciário e Judiciário em Regime de Avença, para três anos (2015 a 2017)	155.843,08 €	155.843,08 €

Taxas e Licenças

No que respeita a taxas e licenças gerais, apresenta-se quadro de caracterização dos processos, o qual foi objeto de levantamento no ano em análise.

Quadro – Caracterização dos processos reportados às Taxas e Licenças

Tipo de Receita	Quantidade	Receita
Casa Mortuária	34	5.518,20 €
Cemitério – Inumação/Exumação	44	3.548,30 €
Cemitério - Terreno	15	13.853,60 €
Concessão Circuito Turístico	11	3.541,44 €
Carta de Caçador (renovação, 2ª via e substituição)	162	1.905,26 €
Contra-Ordenação	240	55.517,01 €
Elevadores – Inspeção e Reinspeção	219	25.043,90 €
Feira de Santa Iria	114	3.924,00 €
Feira de Santa Iria-Caução s/consumo elect.	4	399,04 €
Feira de Santa Iria – Ocupação de espaço	13	12.266,99 €
Licença de Arraial	22	860,10 €
Licença de espetáculo e divertimentos públicos	1	32,20 €
Licença Especial de Ruído	20	860,10 €
Terrado	3719	101.365,28 €
Ocupação da Via Pública	8	521,18 €
Provas Desportivas – Licenciamento	18	442,80 €
Rendas habitacionais e não habitacionais	49	4.059,51 €
Rendas – Lojas Mercados	61	22.317,28 €
Rendas – Antenas de Telecomunicações	12	7.913,76 €
Publicidade	229	22.147,24 €
Licença de Publicidade – DF	2	140,60 €

Licença de Representação (espetáculos)	19	329,50 €
Cedência e ocupação tempor. equip.(eq. social)	12	1.200,00 €
Balcão do empreend.–taxa administ. comunic. prévia	2	53,20 €
Ocupação da via pública	8	521,18 €
Fornecimento segundas-vias de documentos/avverb.	152	1489.10 €
TOTAL		265.964,39 €

Património

Neste contexto, atendendo a que os Documentos de Prestação de Contas dispõem de detalhe pormenorizado sobre o inventário municipal, documento complementado pelas notas ao balanço à demonstração de resultados, não se dispõem elementos adicionais.

Notariado

No âmbito da atividade desenvolvida no Notariado, destacam-se os seguintes elementos:

- Atos notariais;
- 36 contratos avulso sendo:
 - o 12 contratos de empreitadas, um dos quais foi remetido ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia;
 - o 2 contratos de fornecimento, um dos quais foi remetido ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia;
 - o 10 contratos de prestação de serviços;
 - o 2 contratos de arrendamento comercial.

Será ainda reportar as seguintes ações:

- Remetido ao Tribunal de Contas contratos-programa celebrados com a empresa municipal Ourémviva, Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M. S.A.

- Mensalmente foi remetida online à Autoridade Tributária e Aduaneira, a relação dos actos praticados no Notário Privativo do Município, nos termos da Portaria n.º 975/2004, de 3 de Agosto.
- Apoio na organização do processo de Expropriação das parcelas de terreno, necessárias à obra de “EN 113-1 – Beneficiação do troço entre a Olaia e Estremadouro (limite do Concelho)”.
- Apoio na organização do processo de Expropriação da parcela de terreno, necessárias à obra de “Reabilitação da Estrada de Alburitel – Fontainhas – Caminho Municipal 1052 – Melhoria do Acesso ao Novo Centro Escolar Ourém Nascente”.

Metrologia

Quadro – Verificações efetuadas pelo serviço de metrologia municipal

Instrumentos de peso e medida	2013	2014
Verificados em serviço interno	205	114
Verificados em serviço externo	381	229
Total	586	343

No decurso do ano em análise, o serviço de metrologia municipal efetuou a verificação de 343 instrumentos de peso e medida, dos quais 229 em verificação externa, sendo de assinalar que a deflagração de um incêndio nas instalações do SMM induziram a inoperância deste serviço numa parte significativa do ano em análise.

Importa referir que o serviço em causa possui certificação qualificada pelo Ministério da Economia, tendo a auditoria ocorrida no ano de 2014, relatado a inexistência de inconformidades, tendo inclusive requerido que o SMM preste alguns serviços específicos nas áreas territoriais dos Municípios de Alcanena e Tomar.

2.3.1.2 – Divisão de Recursos Humanos, Planeamento e Administração

Recursos Humanos

Neste âmbito destacam-se as seguintes ações:

- Elaboração do mapa de pessoal e respetivo mapa de encargos para o ano 2015;
- Descrição dos postos de trabalho no âmbito do mapa de pessoal previsto para 2015;
- Processamento de salários e tratamento dos mapas de entrega de descontos;
- Elaboração da Declaração Mensal de Remunerações (DMR) para o serviço de Finanças;
- Tratamento de documentos de despesas com saúde e respetivas participações da ADSE;
- Manutenção da condição de beneficiário titular e dependente da ADSE e inscrição de novos beneficiários;
- Elaboração de notas biográficas com fim a aposentação e juntas médicas de trabalhadores;
- Tratamento de penhoras judiciais;
- Elaboração e acompanhamento de processos de acidentes em serviço;
- Recolha e emissão de mapas de registo de assiduidade;
- Recolha e tratamento das declarações de rendimentos e composição do agregado familiar, para efeitos de atribuição de escalão de abono de família no ano de 2015;
- Parametrização de dados e elaboração do mapa trimestral e semestral, pessoal ao serviço e recursos humanos - Orçamento de Estado, na plataforma do SIIAL;
- Renovação de mobilidades intercarreiras ou categorias;
- Várias publicações em Diário da República;
- Elaboração e distribuição de declarações de rendimentos do ano de 2014, para efeitos de IRS;
- Elaboração de planos de segurança (41 planos) e elaboração da avaliação de riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores do Município (2 espaços);

- Coordenação de Segurança em Obra de obras públicas;
- Visita a obras por administração direta na área de SHST;
- Continuidade do serviço de Medicina no Trabalho (316 trabalhadores consultados);
- Elaboração de Relatório de Trabalho na área na área de higiene e segurança e saúde no trabalho;
- Elaboração do Balanço Social 2013;
- Promoção e coordenação de ações de formação para os trabalhadores (35 de ações de formação e 138 de participantes);
- Preenchimento do questionário RAF a remeter anualmente ao INA;

Início/ abertura de procedimentos concursais para Cargos Dirigentes

Expediente, reprografia e arquivo

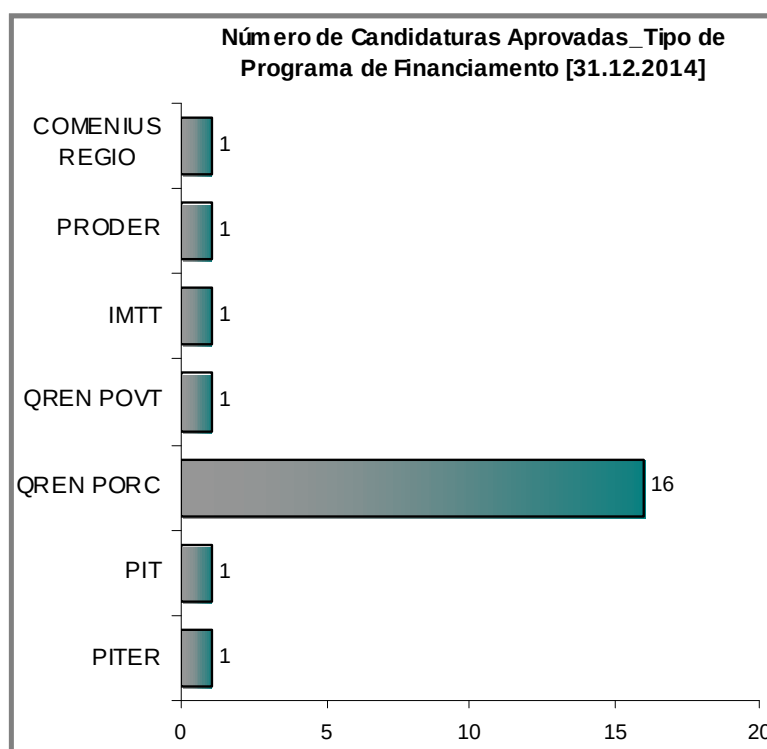
Relativamente a estas funções reportam-se os seguintes elementos estatísticos.

- Elaboração de 30 agendas/atas das reuniões camarárias e respetivas convocatórias;
- Registo, classificação e digitalização da correspondência entrada diariamente (15.043 registos);
- Emissão de 339 Certidões;
- Emissão de fotocópias simples e autenticadas de processos arquivados;
- Emissão de licenças, averbamentos e transferências de licenças de táxis;
- Registo de cidadãos da União Europeia;
- Elaboração de 93 editais e seu registo;
- Reencaminhamento do e-mail geral do Município, registando uma média diária de 100 e-mails;
- Atendimento telefónico, registando uma média diária de 120 telefonemas do exterior.
- Correio Expedido (CTT): 11.160;
- Reprodução de fotocópias e impressões na Reprografia: 213.707 (fotocópias) e 73.382 (impressões)
- Outras tarefas:

- o Digitalização de todos os assuntos agendados, incluindo a agenda, que são remetidos via e-mail a todos os vereadores e dirigentes;
- o Reencaminhamento dos processos e emissão de certidões de deliberação;
- o Indexação das deliberações respeitantes aos processos de obras particulares no Sistema de Processo de Obras (SPO);
- o Indexação das deliberações respeitantes aos restantes processos no Sistema de Gestão Documental (SGD);
- o Movimentação dos registos de entrada com despacho do Director do DAP;
- o Manutenção do arquivo da secção;
- o Execução do expediente geral da secção (referente a despachos do Presidente da Câmara, Vereadores a tempo inteiro bem como de deliberações camarárias);
- o Execução e envio de correspondência à Assembleia Municipal;
- o Organização de todo o processo referente aos Regulamentos Municipais e à atualização de taxas de acordo com o índice de inflação;
- o Organização de processos de concurso para atribuição de licenças de veículo de aluguer para transporte de passageiros – táxis;
- o Organização dos processos de empréstimos de curto prazo e de longo prazo;
- o Organização do processo do Dia da Defesa Nacional (Serviço Militar);
- o Receção e envio de faxes;
- o Organização de processos de florestação;
- o Organização dos processos de protocolos referentes à Delegação de Competências do Município nas Freguesias;
- o Organização de ficheiro de todos os protocolos elaborados pelos diversos serviços municipais;
- o Organização do dossier dos autarcas;
- o Registo de Cidadãos da União Europeia;
- o Organização e acompanhamento de processos de expropriação;
- o Envio de publicações para o Diário da República;
- o Envio de publicações para a imprensa local e em Diário da República;

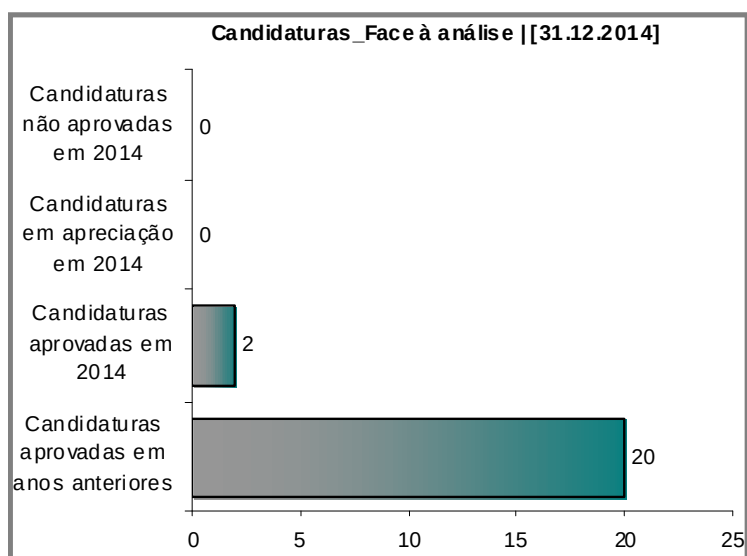
Gestão de candidaturas

A descrição adiante apresentada refere-se à elaboração e gestão de candidaturas apresentadas pelo Município de Ourém a fundos comunitários e/ou nacionais. Os dados apresentados referem-se ao número de candidaturas ativas durante o ano de 2014.

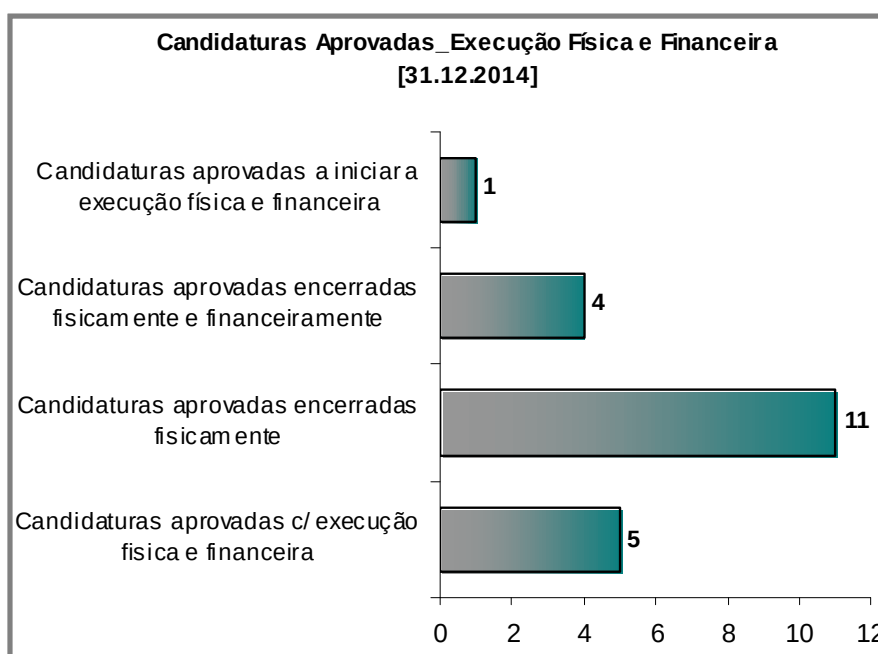


Em 31 de dezembro de 2014, constatava-se a existência de 22 candidaturas, das quais 20 foram deferidas em anos anteriores e 2 aprovadas em 2014.

Salienta-se que relativamente a uma das candidaturas aprovadas em 2014, foi posteriormente rescindido o contrato de financiamento proposto pela Autoridade de Gestão, pelo facto do prazo de execução do projeto exceder o prazo limite de encerramento do Programa Operacional da Região Centro.



Das 21 candidaturas aprovadas e ativas, à data de 31 de dezembro de 2014, a situação relativa à execução física e financeira das mesmas, é a seguinte:



Ano de Apres	Ano de Decisão	Ano Enc	Programa	Designação do projecto	Entidade promotora	Situação em sede análise	Investimento Proposto	Investimento Elegível	Tx Comp.	Montante de Financiamento	Despesa Justificada	Financiamento atribuído		Financiamento recebido relativo à despesa justificada			Financiamento por Receber da despesa justificada (expectável)	Situação em termos de Execução
												A despesa justificada	Mecanismo Pop up (50%) / Adiantamento	Compart. Recebida em anos anteriores	2014	Total Recebido		
2004	2007	2014	PITER - Projectos Integrados de Turismo	Leiria/Fátima 2005 - Requa. do urbanismo comercial de Fátima	TP - Turismo de Portugal, IP	Deferida	1.151.952,94 €	1.021.053,78 €	13%	132.736,99 €	1.021.053,78 €	132.736,99 €	- €	119.384,57 €	13.264,94 €	132.649,51 €	- €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente
2008	2008		QREN - PORC - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1º CEB e Pré-Escolar	Centro Escolar de Ourém (Caridade)	CCDR	Deferida	2.948.469,06 €	1.926.897,46 €	85%	1.637.862,84 €	1.756.099,25 €	1.492.684,36 €	- €	1.421.268,66 €	- €	1.421.268,66 €	71.415,70 €	Encerrada Fisicamente
2008	2008		QREN - PORC - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1º CEB e Pré-Escolar	Centro Escolar Beato Nuno	CCDR	Deferida	1.961.858,22 €	1.842.289,73 €	85%	1.565.946,27 €	1.733.176,29 €	1.473.199,85 €	- €	1.472.888,75 €	- €	1.472.888,75 €	311,10 €	Encerrada Fisicamente
2008	2008		QREN - PORC - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1º CEB e Pré-Escolar	Ampliação da Escola do 1º CEB de Cova da Iria	CCDR	Deferida	3.017.399,79 €	1.503.524,31 €	85%	1.277.995,66 €	1.407.197,70 €	1.196.118,05 €	22.580,04 €	1.142.682,39 €	- €	1.142.682,39 €	76.015,69 €	Encerrada Fisicamente
2008	2008		QREN - PORC - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1º CEB e Pré-Escolar	Centro Escolar Nossa Senhora das Misericórdias	CCDR	Deferida	2.487.445,45 €	2.103.444,99 €	85%	1.787.928,24 €	1.990.745,10 €	1.692.133,34 €		1.606.870,18 €	- €	1.606.870,18 €	85.263,16 €	Encerrada Fisicamente
2008	2009		QREN - POVT - Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano	Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria	DGOTDU/ POVT	Deferida	1.250.400,24 €	1.246.440,00 €	70%	872.508,00 €	254.130,18 €	177.891,13 €	1.076,25 €	178.967,37 €	- €	178.967,37 €	0,01 €	Em execução
2009	2009		QREN - PORC - Regulamento Específico Valorização e Qualificação Ambiental	Requalificação do Agroal	CCDR/CIMT	Deferida	1.495.154,86 €	1.493.730,90 €	80%	1.194.984,72 €	1.276.183,73 €	1.020.946,98 €	- €	1.033.922,17 €	- €	1.033.922,17 €	12.975,19 €	Encerrada Fisicamente
2009	2009		QREN - PORC - Regulamento Específico Prevenção e gestão de riscos tecnológicos - acções materiais	Centro Municipal de Protecção Civil	CCDR/CIMT/POVT	Deferida	274.959,83 €	274.278,60 €	85%	233.136,81 €	274.176,50 €	233.050,03 €	- €	221.397,53 €	- €	221.397,53 €	11.652,50 €	Encerrada Fisicamente
2009	2010		PIT - Programa de Intervenção no Turismo	Gestão da Mobilidade da Cova da Iria	Turismo de Portugal	Deferida	1.545.950,00 €	716.441,60 €	35%	250.754,56 €	151.377,37 €	52.982,08 €	75.226,37 €	25.529,11 €	- €	25.529,11 €	102.679,34 €	Em execução
2009	2009		QREN - PORC - Regulamento Específico "Mobilidade Territorial"	Beneficiação da EN 113-1	CCDR/CIMT	Deferida	936.033,00 €	934.973,34 €	85%	794.727,34 €	898.339,17 €	763.588,29 €	40.634,13 €	754.990,42 €	- €	754.990,42 €	49.232,00 €	Em execução
2009	2010		QREN - PORC - Regulamento Específico Parcerias para a Regeneração Urbana	Congresso Fátima 2009	CCDR	Deferida	66.144,28 €	62.969,61 €	85%	53.524,17 €	46.928,00 €	39.888,80 €		37.983,60 €	- €	37.983,60 €	1.905,20 €	Encerrada Fisicamente
2009	2009	2014	PRODER	Rede de Pontos de Água do Concelho de Ourém	PRODER	Deferida	94.126,80 €	82.782,00 €	70%	57.947,40 €	36.411,80 €	25.488,26 €		19.958,26 €	5.530,00 €	25.488,26 €	- €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente
	2009		Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres	Construção do Terminal Rodoviário	IMTT	Deferida		1.626.984,35 €	58%	951.134,33 €	- €	- €		- €		- €	- €	A executar
2010	2011		QREN - PORC - Regulamento Específico Parcerias para a Regeneração Urbana	Requalificação da Av. D. José Alves Correia da Silva - PARTE B	CCDR	Deferida	7.137.491,24 €	5.801.963,21 €	85%	4.931.668,73 €	5.644.455,41 €	4.797.787,10 €	277.374,93 €	4.653.724,48 €	- €	4.653.724,48 €	421.437,55 €	Em execução
2010	2011		QREN - PORC - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1º CEB e Pré-Escolar	Centro Escolar da Freixianda	CCDR	Deferida	1.744.126,07 €	1.740.777,32 €	85%	1.479.660,72 €	1.493.340,42 €	1.269.339,36 €	33.813,37 €	1.239.964,35 €	- €	1.239.964,35 €	63.188,38 €	Encerrada Fisicamente
2010	2011		QREN - PORC - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1º CEB e Pré-Escolar	Centro Escolar Ourém Nascente	CCDR	Deferida	1.714.272,55 €	1.516.214,90 €	85%	1.288.782,67 €	1.377.064,00 €	1.170.504,40 €	35.890,91 €	1.110.547,12 €	37.997,83 €	1.148.544,95 €	57.850,36 €	Encerrada Fisicamente
2010	2011	2014	QREN -PORC - Regulamento Equipamentos Coesão Local	Readaptação da Casa do Administrador a Núcleo Museológico	CCDR/ CIMT	Deferida	523.244,95 €	424.161,85 €	85%	360.537,57 €	424.161,85 €	360.537,57 €	- €	294.464,09 €	66.073,48 €	360.537,57 €	0,00 €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente
2010	2011		QREN - PORC - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1º CEB e Pré-Escolar	Centro Escolar de Olival	CCDR	Deferida	1.505.676,94 €	1.429.856,55 €	85%	1.215.378,07 €	1.273.650,28 €	1.082.602,74 €	59.397,79 €	1.087.376,68 €	- €	1.087.376,68 €	54.623,85 €	Encerrada Fisicamente
2010	2011		QREN - PORC - Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	Requalificação do Agroal - 2ª fase	CCDR/ CIMT	Deferida	332.208,24 €	331.832,16 €	85%	282.057,34 €	312.272,13 €	265.431,31 €	16.656,10 €	251.297,63 €	- €	251.297,63 €	30.789,78 €	Encerrada Fisicamente
2010	2014	2014	QREN -PORC - Regulamento Equipamentos Coesão Local	Pavilhão Desportivo do Olival	CCDR/ CIMT	Deferida/ Anulada	1.739.129,82 €	1.717.108,37 €	85%	1.459.542,11 €	- €	- €		- €		- €	- €	ANULADA pelo MAISCENTRO
2010	2014		QREN -PORC - Regulamento Equipamentos Coesão Local	Remodelação do Antigo Edifício dos Paços do Concelho	CCDR/CIMT	Deferida	872.953,16 €	577.009,66 €	85%	490.458,21 €	- €	- €		- €		- €	- €	Em execução
2012	2012	2014	Comenius Regio	Comenius Regio Developing Tourism Education - Ourém e Czesochowa	PROALV	Deferida	25.000,00 €	25.000,00 €	95%	23.750,00 €	22.693,91 €	21.559,21 €	- €	19.000,00 €	3.020,43 €	22.020,43 €	- €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente
TOTAL							32.823.997,44 €	28.399.734,69 €		22.343.022,75 €	21.393.456,87 €	17.268.469,84 €	562.649,89 €	16.692.217,36 €	125.896,66 €	16.818.104,04 €	1.013.389,42 €	

LEGENDA:

- Deferida
- Indeferida
- Em apreciação
- Anulada

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

Quadro – Atividades realizadas pelo GIP

Atividades realizadas pelo GIP	
1	Sessões de informação sobre medidas de apoio ao emprego, de qualificação profissional e de reconhecimento, validação e certificação de competências
2	Sessões de Técnicas de Procura de Emprego
3	Registo de Ofertas de Emprego
4	Apresentação de Desempregados a Ofertas
5	Colocação de Desempregados em Ofertas
6	Integração em ações de formação em entidades externas ao IEFP
7	Controlo de apresentação periódica de beneficiários das prestações de desemprego
8	Candidaturas a Medidas Estágio Profissional
9	Candidaturas a Contratos Emprego Inserção/ Património Ativo
10	Medidas de Apoio Estímulo Emprego
11	Divulgação em jornais
12	Atendimento Diário
13	Divulgação redes sociais

Quadro – Estatísticas do GIP

N.º de Inscritos à Procura de Emprego	2014	2013	2012	Var (2014/2013)
<u>Por sexo:</u>				
H	100	120	383	-17%
M	233	328	655	-29%
T	333	448	1038	-26%
<u>Por faixa etária:</u>				
16-23	70	107	264	-35%
24-30	86	148	254	-42%
31-54	171	184	419	-7%
>55	6	9	101	-33%
T	333	448	1038	-26%
<u>Por habilitação literária:</u>				
<6º ano	20	17	78	18%
entre o 6º e <9º ano	33	32	136	3%
9º<12º	58	118	233	-51%
12º ano e licenciatura	222	281	591	-21%
T	333	448	1038	-26%

Em observância ao quadro apresentado conclui-se:

- Em 2014, dos utentes inscritos, em média 77% são mulheres e os restantes 23% são homens;

- Analisando o número de inscritos por faixa etária, verifica-se que a maioria dos inscritos têm idades compreendidas entre os 31 e 54 anos;
- Da análise dos inscritos à procura de emprego, verifica-se nos três anos, que na sua maioria possuem o 12º ano de escolaridade/ licenciatura, seguido de 9º ano de escolaridade;
- Consideram-se inscritos à procura de emprego, utentes desempregados que não são beneficiários de prestações de desemprego, pelo que, se tem verificado que o aumento do número de desempregados beneficiários de prestações de desemprego, tem contribuído desta forma, para uma relação direta no sentido inverso, para a redução do número de utentes inscritos à procura de emprego. Isto porque, os beneficiários de prestações de desemprego deslocam-se ao GIP, para efeitos de controlo da apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego e não diretamente e expressamente para a inscrição de procura de emprego. Assim, em termos gerais, atualmente verifica-se uma tendência decrescente relativa ao número de inscritos de procura de emprego registados no GIP, cerca de menos 26% face ao ano anterior, circunstância esta, ocasionada pelo seguinte:
 - o Aumento do número de desempregados beneficiários de prestações de desemprego;
 - o Forte emigração da população do concelho;
 - o Tendência natural para a estabilização do nível de emprego.

Quadro – Técnicas de procura de emprego realizadas

Técnicas de Procura de Emprego	2014	2013	2012
N.º de TPE Individuais	105	155	223
N.º Sessões colectivas realizadas	1812	2666	1

Quadro – Sessões de orientação profissional realizadas

Orientação Profissional	2014	2013	2012	Var (2014/2013)
N.º de pessoas	97	100	164	-3%

Quadro – Atendimentos no âmbito da prestação de esclarecimentos diversos

Total de Atendimentos	2014	2013	2012	Var (2014/2013)
N.º Atendimentos*	4800	5040	4072	-5%

*Média de atendimento diário (média anual)

Do total de atendimentos efetuados diariamente pelo gabinete, regista-se um atendimento médio diário de 20 utentes, dos quais cerca de 50% correspondem a pedidos de controlo da apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego, 20% pretende a inscrição para efeitos de procura de emprego, 20% pretende informação sobre os apoios à contratação e 10% procura esclarecimentos diversos.

Quadro – Caracterização das ofertas de emprego e colocação de pessoas no mercado de trabalho

Ofertas de Emprego	2014	2013	2012	Var (2014/2013)
N.º Total de Ofertas de Emprego:	76	84	206	-10%
Por área de actividades:				
Serviços	6	3	17	100%
Construção Civil	8	15	26	-47%
Restauração e Hotelaria	35	36	72	-3%
Operários Fabris	16	19	41	-16%
Téc. e Técnicos Superiores	6	5	17	20%
Outros	5	6	33	-17%
T	76	84	206	-10%

Relativamente às ofertas de emprego, verifica-se uma diminuição (-10%), que manifestamente expressiva se efetuada comparação com o ano de 2012, sendo a área da restauração e hotelaria a mais representativa no total das ofertas de emprego.

Quadro – Caracterização do apoio prestado à realização de Estágios Profissionais e Contratos Emprego-Inserção

Estágios Profissionais/ Curriculares e Contratos Emprego Inserção	2014	2013	2012
N.º Estágios Profissionais:	16	36	0
N.º Contratos Emprego Inserção	18*	23	6
N.º Estágios Curriculares:	14	21	28

* 11 para a CMO

O GIP colaborou com diversas empresas na realização de algumas candidaturas a Estágios Profissionais, nomeadamente à Medida Passaporte Emprego e Estágio Emprego. Os Estágios Emprego são estágios com a duração de 12 meses, não prorrogáveis, financiados pelo IEFP. Foram submetidas 16 candidaturas com a colaboração do GIP, colocando 16 jovens em Estágio.

O Programa de Emprego-Inserção e Programa de Emprego-Inserção + consiste na realização, por desempregados subsidiados ou desempregados subsidiados do RSI – Rendimento Social de Inserção, respetivamente, de atividades socialmente úteis que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, no âmbito de projetos promovidos por entidades coletivas públicas ou privadas sem fins lucrativos, durante um período máximo de 12 meses.

Em 2014 foram realizadas 18 candidaturas a estas medidas, resultando uma colocação de 43 pessoas.

Por fim, e em parceria com diversos estabelecimentos escolares, foram integrados cerca de 14 alunos no Município de Ourém, a fim de realizarem um estágio curricular integrado nos planos de formação previstos nos respetivos cursos.

GIAC – Gabinete de Informação Autárquica ao Consumidor

A Lei n.º 24/96 de 31 de julho estabelece o regime aplicável à defesa dos consumidores e estatui a competência do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais na proteção do consumidor (art. 1º). Consequentemente, dando expressão às competências dos municípios, estabelecidas na Lei n.º 159/99 de 14 de setembro, e particularmente em observância à Lei n.º 24/96, o Município de Ourém estabeleceu um protocolo de cooperação com a DECO, em 10 de abril de 2006, dada a sua grande expressão nacional no que se refere à defesa do consumidor.

Quadro – Caracterização estatística do GIAC

Total de Atendimentos		2014	2013	2012
Por sexo:				
	H	36	36	161
	M	31	34	156
	T	67	70	317
Por modalidade de atendimento:				
	Presencial	63	65	317
	Telefone	2	5	0
	Email	2	0	0
	T	67	70	317
Por faixa etária:				
	18/25	3	5	11
	26/45	19	11	96
	46/65	28	30	130
	+ 65	17	24	80
	T	50	70	317
N.º Pedidos de Informação		55	67	314
N.º Total de Processos Mediados iniciados no ano		12	3	28
Situação do Pedido/ Processo:				
	Encerrado com sucesso	7	2	14
	Encerrado	0	0	0
	Encerrado sem sucesso	3	0	12
	Em curso	2	1	2

Analisando o quadro anterior, observa-se o seguinte:

- Ao longo dos 3 anos em observação, o número de atendimentos decresceu, consequência da reestruturação do próprio serviço;

- Os utentes são maioritariamente do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 46 e 65 anos;
- O atendimento é realizado normalmente de forma presencial;
- Dos 12 processos de medição, ocorridos em 2014, 7 foram encerrados com sucesso, ou seja, favoravelmente ao consumidor e 2 encontram-se em curso.

2.3.2 – Departamento de Ambiente, Ordenamento do Território e Obras

2.3.2.1 – Divisão de Ambiente

Fiscalização Ambiental

A Fiscalização Ambiental tem por objetivo a proteção do meio ambiente, através da promoção das políticas ambientais do Município, sensibilizando, constantemente, os munícipes para práticas ambientais adequadas ao meio ambiente. Sempre que o comportamento exceda o bom senso e o previamente legislado, esta equipa tem competências para sensibilizar à sua correção ou levantar autos de notícia, se for caso disso. Os assuntos relacionados com a poluição do solo (53) e poluição da água são os assuntos que mereceram maior atenção por parte da FA. Ao nível das águas, a escorrência de águas residuais e pluviais para terrenos vizinhos são os assuntos que registam mais reclamações.

Quadro – Poluição Água

Poluição Água	Água rede	Consumo de água	1
		Obrigatoriedade de ligação de água rede pública	1
	Águas pluviais	Escorrência de águas pluviais para a via pública	3
		Escorrência de águas pluviais para terreno particular	5
	Águas residuais	Escorrência de águas residuais para via pública	4
		Escorrência de águas residuais para terreno particular	14
	Saneamento	Obrigatoriedade de ligação ao saneamento	4
		Vistoria à ligação de saneamento	1
		Ligação sem autorização ao saneamento	2
		Encaminhamento águas residuais para fossa	0
		Pedido autorização descarga águas residuais - ETAR	1
		Praga de ratos e baratas	1
	Linha de água	Derrocada das margens	1

		Obstrução linhas de água e ribeiras	7
		Abate de árvores	1
	Poços e Lagoas	Muros e vedações - Obrigatoriedade	1
		TOTAL	47

Quadro – Poluição Sonora

Poluição Sonora		Ruído vizinhança	3
		Ruído resultante de atividade comercial e industrial	1
		Ruído de obras, Festas e Romarias	0
		Vistoria – Obras isolamento acústico	1
		TOTAL	5

Quadro – Poluição do Solo

Poluição Solo	Resíduos	Abandono RCD	4
		Remoção e encaminhamento – art.º 8 - resíduos	5
		Abandono de diversos resíduos – Estaleiro	9
		Derrame de óleo	1
		Elétricos e Eletrónicos – EEE	
		Lista Europeia resíduos	
		Outros	
		Queima a céu aberto – art.º 13	
	Espaços verdes	Deposição de sobranes de jardim – Requerimento	1
		Relatórios diversos – Limpeza urbana ou FA, Ribeira Seixa	1
		Danos ou construções em equipamentos públicos	10
		Equipamentos de recolha - Manutenções, revisões, recolocações	2
		Poda e abate de árvores	2
		Estacionamento indevido	
	Defesa de florestas	Abate de sobreiros	1
		Corte de vegetação vs ausência de limpeza	1
		Limpeza vegetação herbácea	11
		Risco de queda de pinheiro em infraestruturas públicas	1
		Plantações (eucalipto, pinheiro, outras)	3
		Destrução do coberto vegetal	1
		Plantações à extrema	
		Plantações REN – Reserva Ecológica Natural	
		Plantações RAN – Reserva Agrícola Natural	
		Abate de pinheiro Bravo	
		TOTAL	53

Quadro – Indústria, Comércio e Serviços

Indústria ou Comércio e Serviços		Atividade sim ou não	2
		Projeto Gestão Resíduos	2
		Posto combustível vs reservatório	2

		Descarga águas residuais – Etar's	
		TOTAL	6

Quadro – Fauna

Fauna Animais	Proteção animais	Licença de canis	1
		Licença canídeo	1
		Alojamento animais	1
		Produção pecuária	2
		Animais de raça perigosa	
		Animais de companhia	1
	Estrume de animais		
		Maus cheiros e praga moscas	1
		TOTAL	7

Sistema de Abastecimento Público de Água

- Gestão do sistema de abastecimento de água

Na área do Município de Ourém, o abastecimento de água está concessionado à empresa CGE(P) desde 1996. Em 2005, verificou-se um aditamento ao contrato inicial, o qual prorrogou por mais 5 anos o período da concessão, transferindo-se simultaneamente para a concessionária responsabilidades em matéria de investimento, num montante total de 15 milhões de euros, atualizáveis, anualmente, em janeiro de cada ano, com base na variação do IPC. Complementarmente, caso se verifique que a concessionária realizou, num determinado ano, Investimento Produtivo, esta deverá ainda assumir a responsabilidade de um investimento adicional de 3% do referido Investimento Produtivo, em acréscimo à atualização ordinária baseada no IPC. Para além da remodelação de infraestruturas, o Plano de Investimentos previa uma pequena verba para ser dispendida em ampliações de redes de água, no valor de 245 mil euros. Este aditamento ao contrato veio responsabilizar a concessionária pela realização de obras de remodelação dos sistemas de abastecimento de água do concelho de Ourém, através de um Plano de Investimentos, onde está discriminado o montante de investimentos a realizar pela concessionária e o respetivo calendário. Será de referir que o atual contrato de concessão vigora até 2027.

No ano de 2014 destaca-se a renegociação do contrato de água, que teve os desenvolvimentos necessários no ano de referência. Contudo, não tendo sido possível um acordo entre as partes, constitui-se um Tribunal Arbitral para decisão.

- Plano de Investimentos

Quadro – Ponto de Situação do Plano de Investimentos

Plano de Investimentos		2005	2006	2007	2008	2009
Previsto (€)	Redes	1.064.000,00	1.677.000,00	415.000,00	319.000,00	319.000,00
	Capacidade de Reserva	653.000,00	1.858.000,00	762.000,00	67.000,00	67.000,00
	Captações e Eq. Eletromecânico	98.000,00	638.000,00	127.000,00	20.000,00	20.000,00
	Total	1.815.000,00	4.173.000,00	1.304.000,00	405.631,58	405.631,58
Executado (€)	Redes - Ampliações	-	10.780,00	-	70.012,62	40.232,18
	Redes - Remodelações	-	292.836,94	1.281.434,93	742.409,05	1.831.297,99
	Capacidade de Reserva	-	-	7.192,00	323.008,23	434.453,63
	Captações e Eq. Eletromecânico	-	-	9.100,00	18.989,85	-
	Total	-	303.616,94	1.297.726,93	1.154.419,75	2.305.983,80
	Diferença	- 1.815.000,00	- 3.869.383,06	- 6.273,07	748.788,17	1.900.352,22
	Total acumulado					-3.041.515,74

Plano de Investimentos		2010	2011	2012	2013	2014
Previsto (€)	Redes	319.000,00	319.000,00	319.000,00	319.000,00	319.000,00
	Capacidade de Reserva	67.000,00	67.000,00	67.000,00	67.000,00	67.000,00
	Captações e Eq. Eletromecânico	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
	Total	405.631,58	405.631,58	405.631,58	405.631,58	405.631,58
Executado (€)	Redes - Ampliações	27.021,48	152.710,49	6.015,80	36.664,00	0,00
	Redes - Remodelações	325.220,38	253.725,14	63.852,86	34.606,41	1.346,19
	Capacidade de Reserva	75.578,12	296.478,00	437.604,34	-	0,00
	Captações e Eq. Eletromecânico	5.552,50	122.197,46	78.713,56	4.000,00	0,00
	Total	433.372,48	825.111,09	586.186,56	75.270,41	0,00
	Diferença	27.740,90	419.479,51	180.554,98	- 330.361,17	-404.285,39
	Total acumulado					-3.148.386,90

Consultando o quadro apresentado na página anterior, verifica-se que no final de 2014 o Plano de Investimentos apresentava um saldo negativo superior a 3,1M€ a preços correntes de 2004. A este valor ainda acresce a respetiva atualização, assim como o montante de 3% a considerar nos casos do investimento produtivo.

- Sistema em alta

O sistema de abastecimento de água na área do Município de Ourém possui cerca de 101 Km de rede para Adução (rede que se destina a abastecer os reservatórios, após ter sido submetida ao tratamento adequado nas ETAs).

Captações

O Município dispõe atualmente de 24 captações de água subterrânea ativas, das quais 20 são exploradas pela concessionária para consumo público e as restantes são utilizadas pelo Município para rega ou uso industrial.

Armazenagem – Reservatórios

O sistema é constituído por 64 reservatórios, com uma capacidade total de 15.035 m³.

Qualidade da Água

O programa de controlo operacional visa assegurar a melhoria contínua e permanente da qualidade da água fornecida ao concelho desde a origem, reservatórios até aos pontos de finais de rede, com objetivo de detetar e corrigir, em tempo útil, as alterações que eventualmente ocorram na qualidade da água.

De acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto, esta entidade gestora submete, anualmente, à aprovação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), os respetivos Programas de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) do ano seguinte.

O PCQA tem como objetivo analisar a qualidade da água para consumo humano distribuída. A frequência de amostragem é determinada, tendo como base a população servida e o volume diário distribuído. Os parâmetros a analisar são definidos no referido Decreto-Lei e estão divididos em três grupos, cuja constituição varia consoante a origem da água: Controlo de Rotina 1 (CR1); Controlo de Rotina 2 (CR2); Controlo de Inspeção (CI).

O PCQA divide-se em dois planos de análises:

- PCQA em Baixa que inclui as análises realizadas nas torneiras dos consumidores finais do concelho de Ourém;
- PCQA em Alta que integra os pontos de entrega aos utilizadores em Alta (PEA), Câmara Municipal de Pombal e SMAS de Leiria.

Quadro – Tipo de controlos da qualidade da água realizados em 2014

Tipo de controlo	Baixa		Alta
	N.º colheitas	N.º Controlos	N.º colheitas
CR1	130	192	-
CR2	48	62	3
CI	14	14	2

Conforme o estabelecido no Decreto-lei n.º 306/2007 de 27 de agosto, a Águas de Ourém elabora trimestralmente um mapa de divulgação de resultados da qualidade da água, que envia para as seguintes entidades: Município de Ourém, Freguesias e Centro de Saúde de Ourém. Este mapa está também disponível nos serviços de atendimento ao público e é disponibilizado no site da Empresa.

A Concessionária realizou durante o ano de 2014 1938 determinações em várias torneiras de consumidores. Nas amostras colhidas em todas as zonas de abastecimento do concelho efetuaram-se a totalidade das análises regulamentares obrigatórias impostas pelo Decreto-Lei 306/2007 de 27 agosto, atingindo o objetivo máximo de 100%.

Complementarmente, também foi atingida a meta de 100% no que se refere à conformidade legal, ou seja, o cumprimento integral dos resultados obtidos quando comparados com os valores paramétricos previstos na Lei (em 2013 tinham ocorrido quatro incumprimentos)

Importa ainda referir que foram 165 determinações em pontos da rede em alta, tendo-se efetuado a totalidade das análises regulamentares obrigatórias e obtido um incumprimento ao valor paramétrico níquel, no ponto de amostragem A1.02 - Lagoa da Pedra (Rua do Feijão), que abastece a Entidade Gestora SMAS de Leiria.

Este incumprimento foi comunicado de imediato a todas as entidades envolvidas no processo e foram averiguadas as causas do mesmo e efetuadas análises de verificação. Os resultados das análises de verificação não confirmaram o desvio obtido pelo que a averiguação das causas foi inconclusiva.

Reclamações e Interrupções do Serviço de Águas

Quadro – Reclamações por anos

Por Alojamento	2010		2011		2012		2013		2014	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Ped. abast água	1	1,49%	-		-		-			
Ramal	2	2,99%	-		-		-			
Contratos	0	-	-		-		-			
Faturação	35	52,24%	32	63,08%	82	63,08%	23	46%	34	44%
Interrupções	0	-	21	15,38%	20	15,38%	14	28%	31	40%
Má prestação do serviço	12	17,91%	19	10,77%	14	10,77%	6	12%	5	6%
Uso abusivo	2	2,99%	-		-		-			
Outros	7	10,45%	-		-		-			
Qualidade água	3	4,48%	2	4,62%	6	4,62%	3	6%	4	5%
Avaria na rede	4	5,97%	-		-		-			
Sinistros	1	1,49%	1	0,77%	1	0,77%	3	6%	2	3%
Totalizador	0	-	-		-		-			
Atendimento	-		3	5,38%	7	5,38%	1	2%	1	1%
Sugestões	-		-		-		-			
Total	67	100%	78	100%	130	100%	50	100%	77	100%

Em 2014 verificou-se um total de 77 reclamações, das quais apenas 10% foram consideradas com fundamento.

Em 2014 continuou-se a verificar uma diminuição nas interrupções de abastecimento, quer nas programadas quer nas não programadas.

Quadro – Interrupções

INDICADORES DE CONTINUIDADE DE SERVIÇO	Antes do PI 2005	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Número de interrupções da distribuição da água não programadas (contêm avarias provocadas + avarias normais)		850	652	485	85 8	844	722
Número de avarias provocadas					87	61	41
Número de interrupções da distribuição da água programadas		51	62	197	38	23	7
Total	1600	901	714	682	896	867	729

- Sistema em baixa

A rede total do sistema em baixa estende-se por cerca de 856 Km de distribuição. A taxa de cobertura é de aproximadamente 100%, estando disponível o acesso à rede de água em todas as povoações existentes na área do Município.

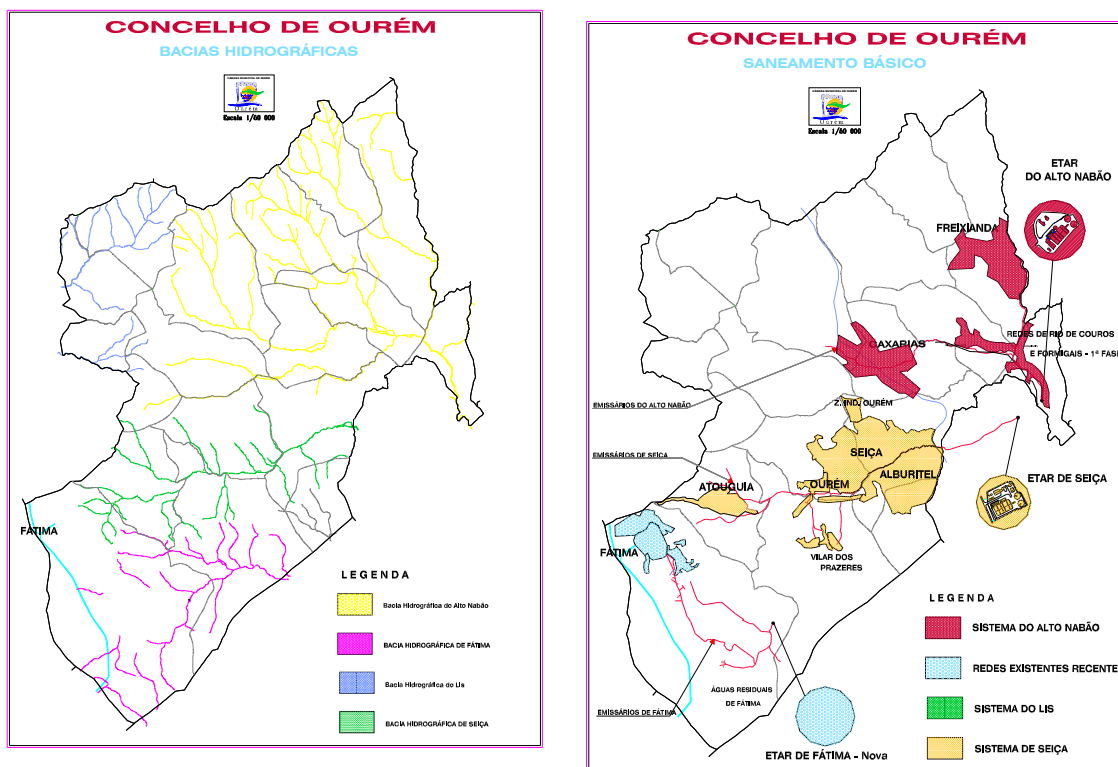
Saneamento e Águas Residuais

A área do Município de Ourém é constituída, basicamente, por quatro bacias (regiões ou zonas em que as linhas de água convergem todas para o mesmo lugar ou linha de água mãe): Bacia Hidrográfica do Alto Nabão; Bacia Hidrográfica de Fátima; Bacia Hidrográfica do Lis e Bacia Hidrográfica de Seiça.

Os sistemas de saneamento são geridos pela autarquia, desde a análise de pedidos de ampliação da rede, de ligação de esgotos domésticos e industriais e de despejo

nas ETAR's, até à elaboração de projetos, fiscalização das obras e entrega das mesmas.

Mapa – Bacias Hidrográficas



Para completar a gestão dos sistemas existem duas empresas que efetuam serviços complementares, nomeadamente:

- A OurémViva que através do contrato de gestão efetua a manutenção e exploração das ETAR's, a manutenção das redes de saneamento e a limpeza e despejo de fossas.;
- A SIMLIS que através da concessão efetua a gestão do sistema multimunicipal em alta no Concelho de Ourém (Sistema em Alta de Fátima e do Lis, abrangendo as Freguesias de Fátima, Cercal, Espite e Matas.

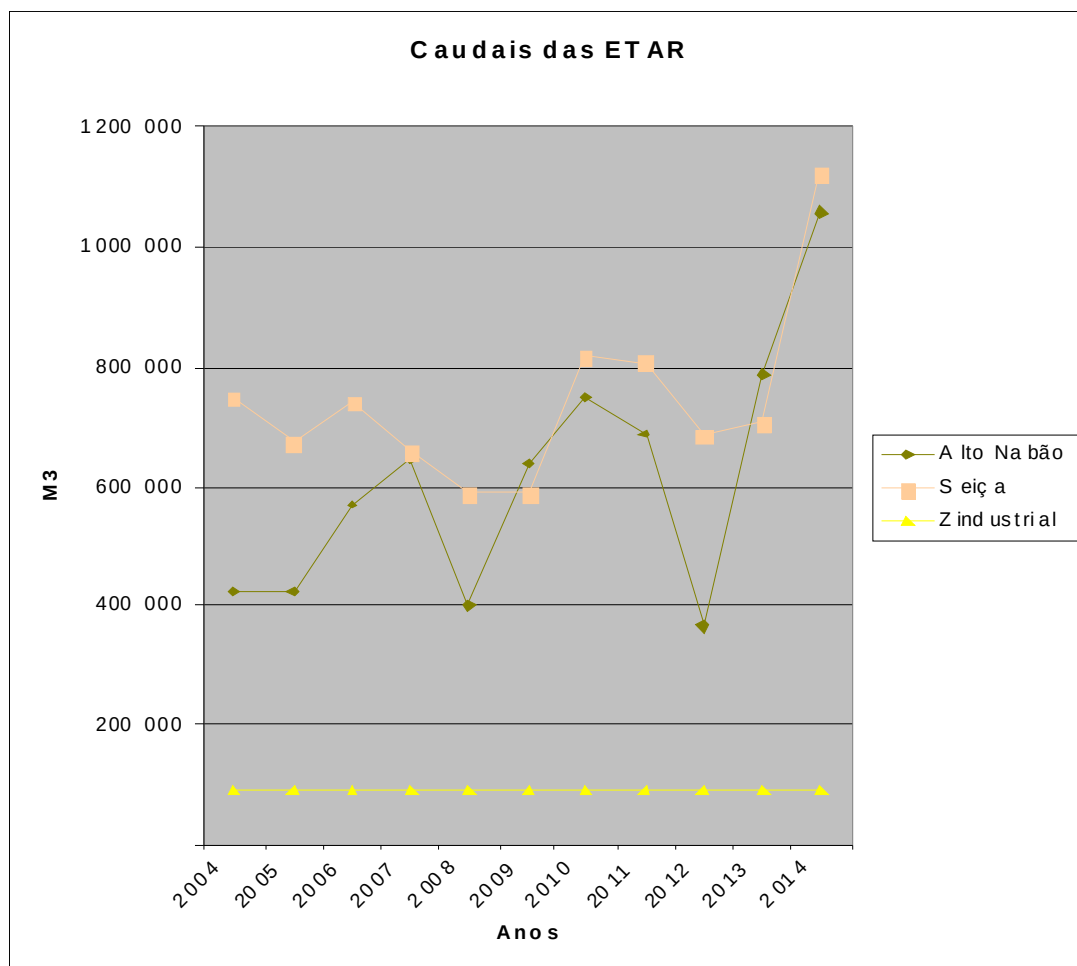
No ano de 2014 os processos de ramais foram distribuídos da seguinte forma: 88 de ligações ao coletor doméstico; 3 de ligação ao coletor pluvial; 1 reclamação de ramais; 2 isenções de ligação e 2 ligações de águas industriais e 1 pedido de prorrogação de prazo para a execução da ligação.

Quadro – N.º de Processo por Anos

Anos	N.º de Processos
Até 2002	Não quantificados
2003	411
2004	262
2005	411
2006	707
2007	755
2008	430
2009	315
2010	172
2011	315
2012	358
2013	128
2014	97
Total	4361

As ETAR's cumprem as normas de qualidade da água à saída do tratamento, não se tendo verificado problemas relevantes neste ponto. O principal dilema deriva da chegada de águas pluviais, que ingressam nas redes e emissários, provocando um aumento do caudal nas ETAR, com consequências a nível dos custos com o tratamento de água limpa e com a destabilização da comunidade microbológica local.

Quadro - Caudais de Entrada na ETAR



- Redes de águas pluviais

As redes de águas pluviais em zonas urbanas são praticamente inexistentes. À exceção das redes de Ourém e Fátima, as redes de Caxarias e Freixianda são de reduzida dimensão.

Numa parte significativa das redes constata-se problemas de escoamento, resultantes, essencialmente, do facto de terem sido construídos imóveis e muros, sobre linhas de água.

- Avaliação dos serviços - ERSAR

Em 2014 pelo terceiro ano consecutivo a ERSAR avaliou o serviço de saneamento do concelho de Ourém, tendo prestado a seguinte avaliação.

Figura – Avaliação da ERSAR – Dados Obtidos

Ficha de avaliação da qualidade do serviço:

Indicador	Avaliação 2013	Valor do indicador (valor de referência)	Fiabilidade dos dados	Histórico 2011 - 2013	Observações
ADEQUAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR					
AR 01 - Acessibilidade física do serviço	●	48 % [85;100]	★	— — —	
AR 02 - Acessibilidade económica do serviço	●	0,23 % [0,0;50]	★★★	— — —	
AR 03 - Ocorrência de inundações	●	18,73 /(1000 ramais/ano) [0,0;25]	★★★	— — —	
AR 04 - Resposta a reclamações e sugestões	✗	NR		— ✗ —	Não foi encontrada capacidade para o reporte dos dados de acordo com as especificações definidas.
SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO					
AR 05 - Cobertura dos gastos totais	●	1,1 (€) [1,0;1,1]	★★	— — —	
AR 06 - Adesão ao serviço	●	79,8 % [95,0;100,0]	★	— — —	O valor do indicador reflete a existência de alojamentos vagos ou com soluções de tratamento individuais.
AR 07 - Adequação da capacidade de tratamento	●	57 % [80;100]	★★★	— — —	
AR 08 - Reabilitação de coletores	●	0,0 %/ano [1,0;4,0]	★	— ✗ —	O valor do indicador reflete apenas dois anos de avaliação.
AR 09 - Ocorrência de colapsos estruturais em coletores	●	1,9 /(100 km.ano) 0,0	★	— — —	
AR 10 - Adequação dos recursos humanos	●	2,8 /(100 km.ano) [5,0;11,0]	★	— — —	
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL					
AR 11 - Eficiência energética de instalações elevatórias	●	0,45 kWh/(m³.100m) [0,27;0,45]	★	— — —	
AR 12 - Destino adequado de águas residuais recolhidas	●	100 % 100	★	— — —	
AR 13 - Controlo de descargas de emergência	●	20 % [90;100]	★★★	— — —	
AR 14 - Análises de águas residuais realizadas	●	96 % 100	★★★	— — —	
AR 15 - Cumprimento dos parâmetros de descarga	●	100 % 100	★	— — —	O valor do indicador não reflete a totalidade das análises requeridas (ver AR14).
AR 16 - Destino de lamas do tratamento	●	4 % 100	★★★	— — —	O valor deste indicador considera apenas o encaminhamento das lamas para entidades operadoras de gestão de resíduos e ou agricultores com atividade em vigor.

Avaliação: ● qualidade de serviço boa; ● qualidade de serviço mediana; ● qualidade de serviço insatisfatória; ○ alerta; — NA não aplicável; ✗ NR não respondeu

Fiabilidade dos dados: ★ a menor fiabilidade e ★★★ a maior fiabilidade

Recomendações:

Neste contexto, verifica-se que o sistema de saneamento possui bastantes pontos fracos nomeadamente: a acessibilidade física do serviço (taxa de cobertura de 48%); a ocorrência de inundações; a resposta a reclamações e sugestões; a adesão ao serviço; a adequação da capacidade de tratamento; a reabilitação de coletores; o controlo de descarga de emergência; o destino das lamas de tratamento. Como pontos

fortes surgem: a acessibilidade económica do serviço; o destino adequado das águas residuais; a eficiência energética das estações elevatórias; o cumprimento dos parâmetros de descarga.

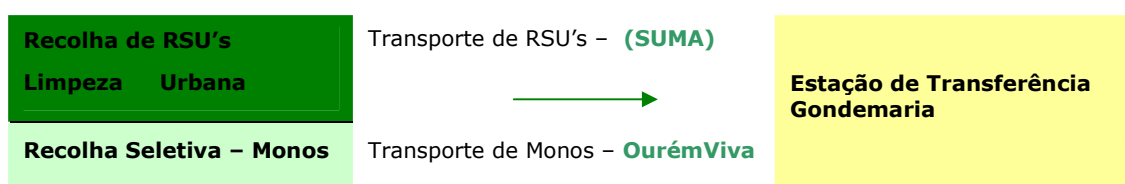
Resíduos e Limpeza

- Gestão do Sistema de Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's Indiferenciáveis e Recicláveis e Limpeza Urbana

Esquematização dos sistemas:

- Sistema em Baixa**

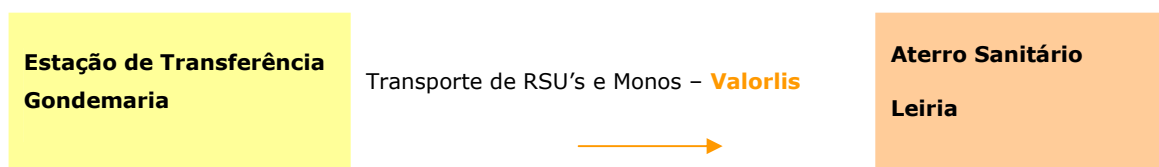
A limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU's) até à Estação de Transferência de Gondemaria (ETG) é efetuada pela empresa STL – Sociedade de Transportes e Limpezas, Lda., atualmente, SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. A recolha e transporte de resíduos de grandes dimensões (monstros/monos) até ao Ecocentros de Gondemaria é desenvolvido pela OurémViva.



No decorrer dos anos, a área de limpeza urbana tem vindo a aumentar, em resultado da expansão dos núcleos urbanos.

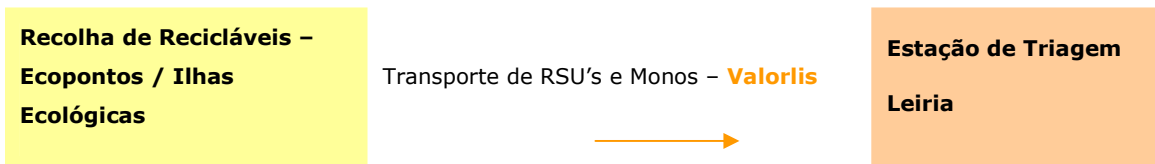
- Sistema em Alta**

O transporte e tratamento de RSU's desde a ETG até ao Aterro Sanitário em Leiria é efetuado pela Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.



- **Sistema da Recolha Seletiva**

A recolha, transporte e valorização dos resíduos recicláveis até à Estação de Triagem de Leiria está a cargo da Valorlis, S.A.



Periodicidade de Recolhas

Nos centros urbanos de Ourém e Fátima a recolha é efetuada diariamente, excluindo os domingos e feriados no que concerne a Ourém. Nos restantes pontos do Município a recolha é efetuada, em regra, duas vezes por semana.

Recolha de recicláveis

A VALORLIS é responsável pela recolha seletiva, tal como está estabelecido no n.º 2., do Contrato de Entrega, podendo visualizar-se a evolução desta recolha na tabela e gráfico seguintes.

Quadro - Evolução na recolha seletiva

Ano	Papel/Cartão		Vidro		Embalagens Plásticas e Metálicas	
	Quant. (ton)	Evo. Anual (%)	Quant. (ton)	Evo. Anual (%)	Quant. (ton)	Evo. Anual (%)
2004	320,00	-	355,00	-	76,80	-
2005	408,00	21,57	419,00	15,27	106,00	27,55
2006	464,00	12,07	473,00	11,42	136,00	22,06
2007	598,00	22,41	574,00	17,60	190,00	28,42
2008	619,91	3,53	649,46	11,62	244,93	22,43
2009	632,38	1,97	1.027,21	36,77	314,48	22,12
2010	613,00	-3,16	1.044,00	1,61	339,00	7,23
2011	555,00	-9,46	1.023,00	-2,0%	340,00	0,29
2012	593,80*	6,53	701,30	-45,87	345,70	1,65
2013	527,59	-12,55	679,27	-3,24	335,67	-2,99
2014	531,00	0,64	709,00	4,19	334,00	-0,50

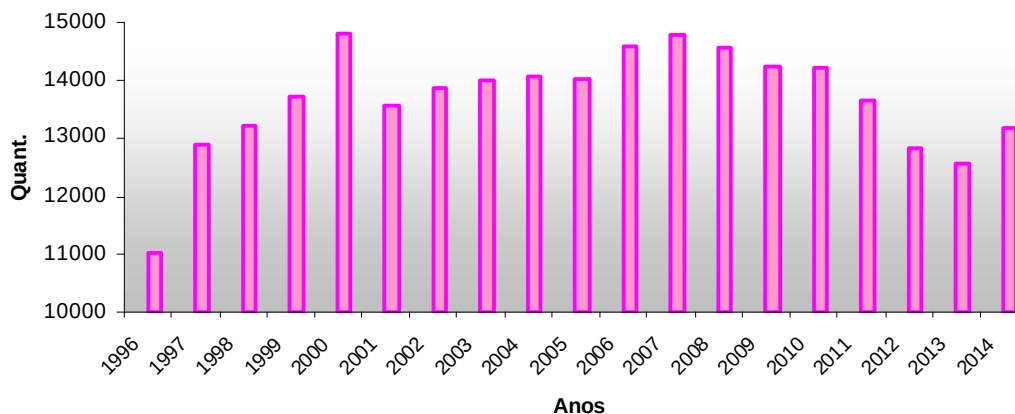
Em relação à periodicidade das recolhas, esta é efetuada em conformidade com o seguinte quadro:

Quadro – Periodicidade da recolha de resíduos recicláveis

	Papel/Cartão		Embalagens		Vidro
	Periodicidade	Dias	Periodicidade	Dias	Periodicidade
Ourém	3 vezes/semana	2. ^a , 4. ^a e 6. ^a feiras	2 vezes/semana	3. ^a e 6. ^a feiras	3 em 3 semanas
Fátima	3 vezes/semana	2. ^a , 4. ^a e 6. ^a feiras	2 vezes/semana	3. ^a e 6. ^a feiras	15 em 15 dias
		+ reforço 5. ^a feira		+ reforço 5. ^a feira	
Resto da área do Município	1 vez/semana	5. ^a feira	1 vez/semana	5. ^a feira	3 em 3 semanas
		+ reforço 3. ^a feira (Caxarias)			

Evolução na recolha de RSU's indierenciados

Recolha de RSU's - Sistema Público (SUMA)



Durante o ano de 2014, a quantidade de RSU's depositada na ETG foi superior em 543,8 ton relativamente ao ano de 2013, invertendo a tendência decrescente que se verificou de 2010 a 2013.

Fornecimento/manutenção de contentores

Quadro – Evolução do N.º de Contentores por Anos

Anos	Quantidade e Tipologia dos Contentores							
	1000 L	800 L	600 L	500 L	240 L	110 L	3000 L	TOTAL
2007	827	1066	116	123	13	382	23	2527
2008	685	1307	164	95	17	252	27	2547
2009	648	1382	164	104	26	235	32	2593
2010	676	1441	159	105	24	220	35	2660
2011	676	1467	159	107	24	221	35	2689
2012	674	1483	159	105	24	221	37	2703
2013	674	1495	159	105	25	221	51	2730
2014	674	1512	159	105	26	221	51	2748

Neste contexto, verifica-se uma tendência para a colocação de contentores de 800lt., em substituição dos de 1.000lt., por serem mais fáceis de manusear e não obstante serem menos estáveis com o vento e de reduzirem a capacidade própria em 110lts.

Evolução dos equipamentos de recolha seletiva

Quadro – Evolução dos equipamentos de recolha seletiva

Anos	Ecopontos	Ilhas Ecológicas (recicláveis)	Outros Equipamentos			TOTAL
			Papelão	Vidrão	Embalão	
2007	86	21	4	26	2	139
2008	87	24	4	29	2	146
2009	103	31	4	36	3	177
2010	105	33	1	39	3	181
2011	108	34	1	44	3	190
2012	109	36	1	45	4	195
2013	110	47	1	45	4	207
2014	105	47	1	39	4	196

Avaliação dos serviços pela ERSAR – Resíduos

Em 2014, foram reportados à ERSAR através do portal todas as informações necessárias para avaliação da qualidade do serviço relativo a 2013, seguindo-se a auditoria e em dezembro submeteu-se as alterações anotadas em sede de vistoria e os resultados obtidos.

Figura – Ficha de Avaliação da Qualidade do Serviço

Ficha de avaliação da qualidade do serviço:

Indicador	Avaliação 2013	Valor do indicador (valor de referência)	Fiabilidade dos dados	Histórico 2011 - 2013	Observações
ADEQUAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR					
RU 01 - Acessibilidade física do serviço	●	95 % [90;100]	★★	— — — —	
RU 02 - Acessibilidade do serviço de recolha seletiva	●	53 % [70;100]	★★	— — — —	A responsabilidade pela atividade de recolha seletiva de resíduos de embalagem é da entidade gestora em alta.
RU 03 - Acessibilidade económica do serviço	●	0,15 % [0,0;50]	★★★	— — — —	
RU 04 - Lavagem de contentores	●	15,5 (-) [12,0;24,0]	★★★	— — — —	
RU 05 - Resposta a reclamações e sugestões	×	NR		— — — —	Não foi evidenciada capacidade para o reporte dos dados de acordo com as especificações definidas.
SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO					
RU 06 - Cobertura dos gastos totais	●	0,6 (-) [1,0;1,1]	★★	— — — —	
RU 07 - Reciclagem de resíduos de embalagem	●	96 % ≥ 95	★★★	— — — —	A responsabilidade pela atividade de recolha seletiva de resíduos de embalagem é da entidade gestora em alta.
RU 11 - Renovação do parque de viaturas	●	471.413 km/viatura [0,250000]	★★★	— — — —	
RU 12 - Rentabilização do parque de viaturas	●	422 kg/m3 ≥ 400	★★★	— — — —	
RU 13 - Adequação dos recursos humanos	●	2,4 n.º/10 ³ [1,5;3,0]	★	— — — —	
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL					
RU 14 - Utilização de recursos energéticos	●	6 tep/t [0,6]	★★★	— — — —	
RU 16 - Emissão de gases com efeito de estufa	●	19 kg CO2/t [0,14]	★★★	— — — —	

Avaliação: ● qualidade de serviço boa; ● qualidade de serviço mediana; ● qualidade de serviço insatisfatória; ○ alerta; — NA não aplicável; × NR não respondeu

Fiabilidade dos dados: ★ a menor fiabilidade e ★★★ a maior fiabilidade

Recomendações:

A entidade gestora deve promover um esforço de melhoria particularmente do(s) indicador(es) com avaliação insatisfatória.
A entidade gestora deve criar condições para melhorar a recolha da informação necessária ao cálculo dos indicadores.
A entidade gestora deve adotar procedimentos para aumentar a fiabilidade da informação reportada.

Relativamente ao indicador **RU 02 – Acessibilidade do serviço de recolha seletiva**, em 2013 o serviço passou a ser mediano verificando-se neste indicador uma evolução positiva que se prendeu essencialmente com a alteração de critério. Apesar da entidade gestora em alta, Valorlis SA, ser a responsável pela atividade de recolha

seletiva, considerou-se que uma distância máxima de 200 metros, entre os alojamentos e o equipamento de recolha seletiva de resíduos é demasiado ambiciosa.

Os indicadores **RU 06 – cobertura de gastos totais** e **RU 11 – renovação do parque de viaturas**, com qualidade do serviço insatisfatória e os **RU 12 – Rentabilização do parque de viaturas** e **RU 16 – emissão de gases com efeito de estufa**, dependem exclusivamente do contrato de prestação de serviços efetuado com a Suma SA.

Em 2012 o indicador **RU 12 – Rentabilização do parque de viaturas** baixou a sua classificação passando de qualidade satisfatória para mediana, mantendo-se em 2013. Situação que vem alertar para a necessidade de otimização da gestão do serviço em termos infraestruturais, no que respeita à rentabilização do parque de viaturas, de forma a otimizar a capacidade das viaturas de recolha.

Quadro – Evolução da avaliação ERSAR

Avaliação Indicador	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Qualidade Insatisfatória	RU02 -Acessibilidade ao serviço de recolha seletiva	RU02-Acessibilidade ao serviço de recolha seletiva	-----
	RU05 -Resposta a reclamações e sugestões	RU05 -Resposta a reclamações e sugestões	RU05 -Resposta a reclamações e sugestões
	RU06 – Cobertura dos gastos totais	RU06 – Cobertura dos gastos totais	RU06 – Cobertura dos gastos totais
	RU11 – Renovação do parque de viaturas	RU11 – Renovação do parque de viaturas	RU11 – Renovação do parque de viaturas
	-----	-----	RU16 - Emissão de gases com efeito de estufa

Sensibilização ambiental

No ano de 2014 destacam-se as seguintes ações:

- “Missão reciclar 2014 – Sensibilizar Portugal”

A Sociedade Ponto Verde desenvolveu em 2014 a maior iniciativa para a reciclagem de embalagens em Portugal, juntamente com diversos municípios, visitando 2 milhões de lares com a entrega de 340 mil ecopontos domésticos de Norte a Sul do País.

Figura – Imagem da Campanha



O Município de Ourém em parceria com a Sociedade Ponto Verde, organizou dia 17 de julho, no Auditório do Edifício Sede do Município, uma sessão de esclarecimentos, para a apresentação de resultados da Missão Reciclar no concelho de Ourém e promoção de hábitos e atitudes, desde a separação de embalagens às regras de reciclagem.

Figura – Auditório



- **“Educação Ambiental em Contexto Escolar – Separação de Resíduos”**

No seguimento do projeto de cooperação entre o Município de Ourém e o Centro de Formação “Os Templários”, nos dias 25 de junho e 2 de julho, entre as 14h e as 17h, a realizou-se a ação de formação “ Educação Ambiental em Contexto Escolar – Separação de Resíduos, nas instalações da Escola Básica e Secundária de Ourém (EBSO).

A formação teve como destinatários os assistentes operacionais das escolas do concelho, sendo o seu objetivo primordial aquisição/desenvolvimento de conhecimentos técnicos específicos no âmbito da educação ambiental, que lhes permitisse ter uma correta intervenção nas suas funções específicas em termos de separação, deposição e tratamento dos resíduos sólidos produzidos nos diferentes espaços escolares.

- “Da loja ao lixo é apenas um passo”

Campanha desenvolvida durante dois dias na festa da criança, que se realizou no Centro de Negócios de Ourém e pretendeu alertar a população para as políticas de prevenção associadas à produção de resíduos e revelando procedimentos de poupança pessoal e ambiental.

- Cidadómetro

No decorrer da Festa da Criança, evento organizado pelo Município de Ourém, nos dias 02 a 06 de Junho, os alunos de Jardim de Infância e 1º Ciclo do Concelho puderam conhecer o CIDADÓMETRO, uma Unidade Móvel de Sensibilização, tendo por base o conceito de permitir testar as práticas de Cidadania, um projeto inovador de educação ambiental concebido maioritariamente para as famílias.

Correspondendo a um espaço interativo, o CIDADÓMETRO é composto por atividades de exterior e interior de exploração sensorial, cujas temáticas incidem sobre as políticas de Redução, Reutilização, Reciclagem, Cidadania Ativa e Limpeza Urbana (relacionada com a remoção dos dejetos caninos e o acondicionamento dos pequenos lixos).

Espaços Verdes, Cemitério e Canil

Os espaços verdes são mantidos pela empresa municipal OurémViva. No decurso de 2010, os espaços verdes de Fátima passaram a ser geridos pela SRU Fátima.

Em 2014, a Ouremviva procedeu ao arranjo dos seguintes espaços: reestruturação dos canteiros da Escadaria da Fonte Luminosa; manutenção do canteiro na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro; combate ao escaravelho da palmeira em jardins municipais.

De acordo com a Ourémviva, os pontos fortes são: o empenho dos colaboradores; o apreço por parte de cidadãos; a produção de espécies por parte da empresa; organização do seminário de Engenharia Natural. No que diz respeito aos pontos fracos, a empresa refere a limitação de recursos humanos que cada vez mais estão a diminuir, face às limitações legais inerentes ao recrutamento de pessoal.

A manutenção do cemitério municipal é efetuada pela empresa municipal OurémViva, no âmbito de contrato de gestão estabelecido e a limpeza do recinto é da responsabilidade da SUMA.

Apesar de alguns melhoramentos já efetuados ao longo de 2011 e 2012, designadamente, pintura de muros e colocação de plantas de embelezamento nas datas festivas, o cemitério necessita, nomeadamente, de um sistema de drenagem de águas pluviais e de melhoramentos em termos de acessibilidades e ampliação.

A gestão desta infraestrutura foi efetuada pela subunidade Taxas e Licenças da Divisão de Gestão Financeira,

Ar, Ruído e Energia

- Ar

No ano de 2014 apenas se regista uma reclamação de poluição do ar em Fátima que transitou de 2013, sobre tóxicos produzidos por uma indústria, que provocavam incomodidade no apartamento do andar de cima de Clotilde Claro. Embora não sejam permitidas indústrias em propriedade horizontal, a indústria em causa está relacionada com o fabrico de pulseiras, sendo uma atividade produtiva similar, em que os instrumentos de gestão territorial de Ourém permitem o seu estabelecimento em locais destinados a comércio. No final do ano de 2014 ainda não estava confirmada a

incomodidade. Contudo, ficou marcada para o início de 2015 uma medição da qualidade do ar por empresa acreditada.

Com a entrada em funcionamento do IC9 e consequente desvio de trânsito de pesados da Avenida D. Nuno Álvares Pereira estima-se que a qualidade do ar em Ourém tenha tido melhorias significativas.

Uma vez que foram realizadas medições junto ao Tribunal antes do desvio de trânsito referido, devem ser feitas novas medições para verificar as diferenças. Contudo, aconselha-se que estas medições sejam realizadas somente após as obras de requalificação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira, para se obterem dados que reflitam uma realidade mais permanente.

- Ruído

Todos os processos relativos ao ruído são analisados sempre que necessário recorrendo a medições de ruído para avaliação da incomodidade causada por atividades ruidosas e elaboração os relatórios de avaliação acústica.

Em 2014 foram analisados 4 novos processos e reavaliados os 8 que transitaram dos anos anteriores, totalizando 21 informações internas sobre esta temática. Dos 12 processos analisados 7 foram resolvidos, 4 encontram-se em tramitação e 1 pendente, pelo facto do estabelecimento se encontrar encerrado.

Quadro – Processos de Ruído

N.º	Fontes de Incomodidade	Morada	Ponto de situação
Processo de 2014			
1	Obras no Interior de Edifício	Av. Beato Nuno, n.º 82 Bloco D - Fátima	Resolvido
2	Reclamação de incumprimento dos índices acústicos – Acústica de Edifícios	Rua das Rosas - Fátima	Resolvido
3	Construções Gabriel A.S Couto, SA – licença especial de ruído	Rua cônego Formigão - Fátima	Resolvido
4	Ruído de Equipamento - Ventoinha	Rua da Escola – vale travesso – N.ª Sr.ª da Piedade	Resolvido

Processos transitados de anos anteriores			
1	Funcionamento de estabelecimento de restauração – “Taberna de alvega”	Cova de Iria – Fátima	Resolvido
2	Funcionamento de Gerador - Telecom	Ourém	Resolvido
3	Ruído de sistema de refrigeração – Vila shopping	Ourém	Resolvido
4	Funcionamento de Frutaria – Frubaça Ida	Cova de Iria – Fátima	Aguarda novo ensaio (agora promovido pela autarquia)
5	Funcionamento de Restaurante “Aquário”	Estrada de Minde – Fátima	Estabelecimento encerrado
6	Estabelecimento Industrial Sousas & Sousas, Lda	Gondemaria	Barreira acústica executada parcialmente - Reanálise
7	Elevador no Edifício João Paulo II	Fátima	Notificação do condomínio para anulação do incómodo, revelado pela avaliação do equipamento em 2014
8	Funcionamento de Ginásio O2	Ourém	Notificado proprietário a regularizar a situação

As situações acústicas reclamadas são referentes, na sua maioria, a atividades ruidosas permanentes (bares, restaurantes), atividades temporárias (obras de construção civil) e equipamentos.

- Energia

Em 2014 não ocorreram atividades de destaque promovidas pela Divisão de Ambiente ao nível da Energia.

2.3.2.2 – Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território

Sistemas de Informação Geográfica

O Sistema de Informação Geográfica (SIG), apresenta-se como uma ferramenta essencial e transversal a outros serviços do Município, pois agrega a informação geográfica do território, possibilitando a análise do mesmo em gabinete para o apoio quer ao desenvolvimento dos diversos projetos das divisões que desta carecem para o seu trabalho, quer para a tomada de decisão, tendo em consideração que tudo é passível de ser georeferenciado e caracterizado.

Informação Geográfica

Os dados recolhidos são tratados pelos técnicos do SIG. Este tratamento implica o cumprimento de regras topológicas e posicionais, sendo que, considerando que a nossa cartografia de referência é a cartografia à escala 1:10000, não poderá conter um erro superior ao admissível para aquela escala.

Assim, no âmbito do tratamento e recolha de dados, quer na atualização/manutenção da base de dados, quer na integração de elementos de apoio à gestão de outras Divisões com as quais a DPOT trabalha em parceria, indicam-se e sempre que possível com quantificação, os trabalhos desenvolvidos:

- Licenciamento de obras particulares

No âmbito desta tarefa, em norma desempenhada por um técnico de SIG e sempre que necessário com a colaboração de um técnico superior, é inserido o limite de propriedade e implantação das construções, e efetuado o preenchimento na base de dados do SIG com informação relevante do processo, para enquadramento face aos IGT em vigor, REN, RAN e outras condicionantes.

Ainda no âmbito da integração dos processos de obras particulares, é ainda preenchida uma tabela da base de dados, com dados do registo da propriedade na conservatória do registo predial e n.º da matriz, registando-se assim, associado à localização geográfica e geométrica da propriedade os dados da matriz e do registo predial.

No caso do processo ter antecedentes, designadamente alvarás de construção, são igualmente integrados em SIG, caso ainda não o tenham sido.

Em 2014 foi integrada em SIG informação relativa a 269 obras particulares.

- Alvarás de construção

No que diz respeito aos Alvarás de construção, é introduzida na base de dados a informação que se considera útil associar à respetiva localização geográfica tendo em vista as questões a colocar ao sistema e as respostas que se pretendem obter.

Após integração em SIG, ficamos com a informação disponível, possibilitando o melhor conhecimento dos atos administrativos praticados, do que foi licenciado em determinada data, a quem e com que finalidade.

Apuraram-se 48 Alvarás de Construção integrados em SIG, no decorrer de 2014.

- Loteamentos

No âmbito da georreferenciação dos loteamentos em vigor, para além do limite do loteamento e dos lotes, foram integradas na base de dados do SIG as áreas de cedência e implantação dos edifícios. São preenchidas tabelas associadas ao loteamento, digitalizadas as plantas de implantação e respetivos alvarás de loteamento, para que se possam associar esses elementos, originais, à respetiva localização geográfica.

Em 2014 foram integrados em SIG 39 Alvarás de Loteamento e 17 Aditamentos.

- Recolha e atribuição de números de polícia

Esta atividade, consiste na verificação do cumprimento das regras estabelecidas no respetivo Regulamento Municipal e implica, em muitos casos, deslocações ao local, sempre que não seja possível confirmar em gabinete a localização indicada pelo requerente (esta confirmação é necessária dado a ocorrência de lapsos de localização por parte de requerentes) ou mesmo para confirmar a existência ou não de outros números, caso recaia numa área do Concelho que não tenha ainda sido validada quanto a esta temática pelo serviços.

Em 2014 foram atribuídos 186 novos números de polícia e recolhidos 716 já existentes no terreno.

- Atribuição de topónimos de Rua

O processo de atribuição de topónimos passa pela verificação do cumprimento das regras estabelecidas no respetivo Regulamento Municipal da Toponímia e Numeração

de Polícia do Concelho de Ourém (RMTNPCO), e em observância à Lei 75/2013, de 12 de setembro. Em determinadas situações implica deslocação ao local e é sempre consultada a junta de freguesia a que pertence a via, para proposta do nome de topónimo a atribuir.

O Regulamento Municipal da Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho de Ourém, de 2007, encontra-se em revisão pelos serviços do SIG, tendo sido identificadas diversas situações pertinentes de serem alteradas/corrigidas.

Foram atribuídos 21 topónimos de rua em 2014.

- Integração de PMOT em SIG

No ano de 2014 foi introduzido em SIG o cadastro da propriedade e a transformação fundiária definida no âmbito da elaboração do PP do Parque de Negócios.

Os prédios inseridos, originais e após transformação, foram tratados topologicamente.

Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica

O projeto de vetorização do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica (CGPR) contempla, para além da vetorização de parte do conteúdo das secções, controlo de qualidade e integração em SIG, dos prédios e parcelas do CGPR, entre outra informação de acordo com as especificações técnicas estabelecidas, no âmbito do protocolo estabelecido com o Instituto Geográfico Português, atual Direção Geral do Território.

Em 2014, ficou concluída a vetorização dos prédios de todas as freguesias. Deu-se continuidade à vetorização das parcelas, encontrando-se por finalizar 7 freguesias (segundo a anterior organização territorial)

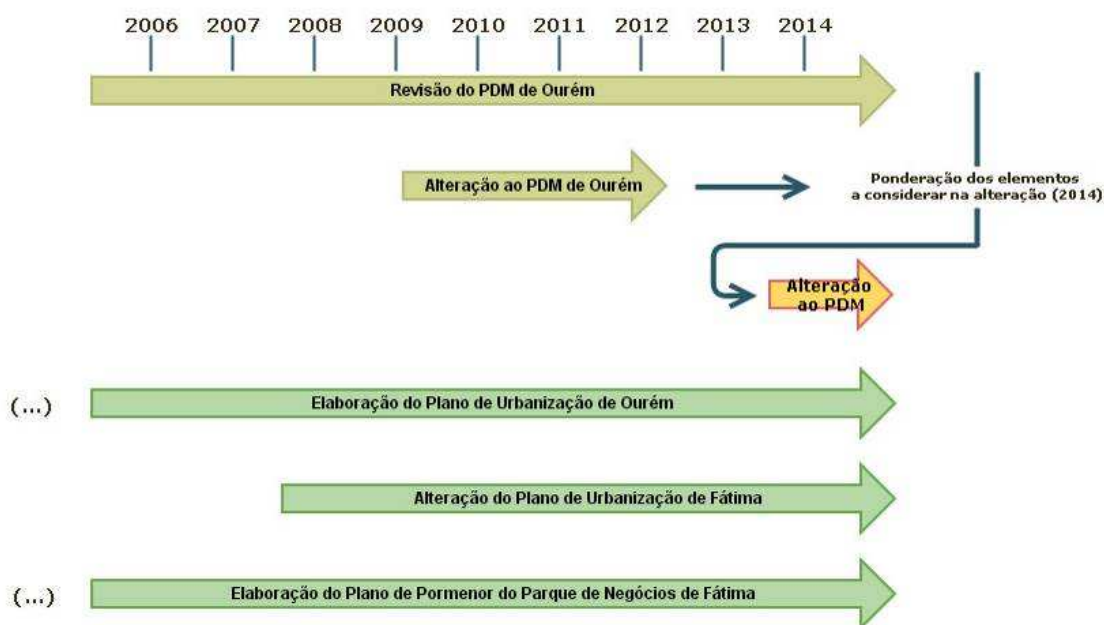
Planeamento e Ordenamento do Território

Alteração do PDM

Os trabalhos conducentes à Alteração ao PDM foram realizados com grande celeridade e acuidade, de forma a não comprometer o rigor técnico da mesma.

Foi fundamentada a abertura do procedimento, definidos os seus objetivos e justificada a isenção de avaliação ambiental, conforme aprovado por unanimidade na reunião do órgão executivo de 4 de fevereiro. Tal deu origem ao Aviso publicado em Diário da República em 27 de fevereiro.

Integração do procedimento de alteração ao PDM na política municipal de ordenamento do território



Decorrido o período de participação preventiva dos interessados³, recolhidos os diversos contributos, elaborou-se o relatório de ponderação, informado e instruído superiormente.

De seguida, procedeu-se à redação do relatório justificativo da alteração ao PDM, bem como da proposta de regulamento, onde eram pormenorizadamente justificadas as alterações e considerações tomadas.

³ Entre o dia 28 de fevereiro e o dia 20 de março.

A 29 de Abril realizou-se uma reunião de acompanhamento com a CCDR-LVT, foram acertadas as entidades a pronunciarem-se em Conferência de Serviços, a qual foi solicitada em ofício no dia 15 de maio e realizada no dia 17 de junho.

Após a conferência de serviços decorreu uma fase de concertação onde foram dirimidas as questões que suscitaram parecer favorável condicionado ou parecer desfavorável, tendo depois subido para reunião do órgão executivo a proposta de alteração ao plano.

Na reunião de 7 de dezembro, o órgão executivo deliberou submeter o procedimento a discussão pública por um período de 30 dias, conforme depois anunciado no Aviso n.º 12227/2014, tendo esse período decorrido entre o dia 6 de novembro e o dia 18 de dezembro.

Concluído o período de discussão pública, foi informado superiormente a necessidade de se solicitar parecer final à CCDR-LVT, o qual antecede a ida do procedimento à apreciação do órgão deliberativo.

Revisão do PDM

- Planta de Ordenamento

No âmbito da realização dos trabalhos tendentes à produção da planta de ordenamento (uma das peças que compõe o plano) efetuaram-se diversos estudos e propostas traduzidas nos pontos que abaixo se descrevem:

- o Delimitação dos perímetros de espaços edificados

No ano de 2014 trabalhou-se, essencialmente, na proposta de plano. Foram realizadas diversas reuniões sectoriais, designadamente, com o ICNF, com a APA e ainda com a CCDRLVT, afim das mesmas acompanharem os trabalhos que foram sendo executados.

Foi definida uma metodologia e sua aplicação para a delimitação dos perímetros de espaços edificados existentes no concelho, nos diferentes 245 lugares existentes.

- o Espaços para atividades económicas/ espaços de recursos geológicos /pecuárias

Conjuntamente com a Divisão de Ambiente, voltaram a ser visitadas as áreas de recursos geológicos no sentido de se aferirem “as evoluções” que se têm registado no terreno. A preocupação para a delimitação destas áreas incide, sobretudo, na preservação da qualidade de vida das populações, visto algumas destas pedreiras funcionarem paredes-meias com povoações.

Foram também revisitadas algumas das áreas de atividades económicas e afinada a redelimitação daqueles espaços. Atendeu-se às licenças já emitidas, bem como às condições do terreno.

Relativamente às pecuárias, depois de elaborado o seu levantamento, foram estudados os exemplos de outros municípios, bem como, a legislação em vigor, com o objetivo de garantir que em sede de revisão se alcance uma proposta que responda às necessidades do município. Foram delineadas algumas propostas a integrar em regulamento, em conjunto com a DA.

- o Espaço de uso especial

Delimitação dos espaços de uso especial existentes no concelho de acordo com a sua classificação: Espaço de Uso Especial – Solo Urbano (Cemitérios...); Espaço de Equipamento e Infraestruturas – Solo Rural (ETAR, ETAS, Aeródromo, IC9, Linha do Norte, subestações...)

- o Espaço canal

Espaço canal, segue as definições do DR n.º 11/2009 e foi incluído neste espaço faixas de proteção à Auto-estrada, ao IC9, à rede ferroviária, entre outros.

o Espaço natural

A delimitação dos espaços naturais procurou atender ao valor natural e ao interesse paisagístico dos territórios do concelho, salvaguardando as suas características essenciais, bem como a conservação das espécies e dos habitats naturais mais sensíveis à perturbação urbana, procurando o assegurar do bom funcionamento ecológico do território municipal.

Para a delimitação dessas áreas foram considerados os espaços de maior valor natural, tendo por base o definido na Carta de Ocupação do Solo 2007, na Carta Geológica, e na delimitação da Rede Natura 2000 à escala municipal, aferida conforme documento em anexo, além de todo o conhecimento do território existente nesta Divisão, acompanhado de fotointerpretação, através dos ortomapas do ano de 2012, da Direção Geral do Território.

- Reserva Ecológica Nacional

o Zonas Ameaçadas por Cheias (ZAC)

Considera-se como Zona Ameaçada pela Cheia, a área contínua à margem de curso de água até à linha alcançada com período de retorno de 100 anos, ou pela maior cheia conhecida, no caso de não existirem dados que permitam identificar a cheia centenária. Não devem ser consideradas as situações de inundação resultantes de outros fenómenos tais como degelo (fusão de neve ou gelo), tsunamis, rotura de barragens ou diques.

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros nº 81/2012 de 3 outubro, os critérios de delimitação da ZAC devem ser os seguintes:

- a) Nas áreas urbanizadas, onde as cheias possam causar danos materiais elevados e colocar um número elevado de pessoas em risco, a delimitação das ZAC deve ser realizada para um período de retorno de 100 ou em algumas situações para um período de 20 anos, apoiada

em estudos hidrológicos referente à bacia hidrográfica e a estudos hidráulicos para os troços associados a ocorrências de cheias.

- b) Nas áreas com usos agrícolas ou florestais dominantes, a delimitação das ZAC pode ser delimitada com base na cota da maior cheia, conhecida, determinada a partir de marcas de cheia, registos vários e dados cartográficos disponíveis, suportando-se nas características geomorfológicas, pedológicas e topográficas do terreno.
- c) A delimitação das ZAC deverá ser descrita, documentada, baseada em informação fidedigna, nomeadamente marcas de cheias conhecidas e validada em campo.

A Reserva Ecológica Nacional, em vigor, para o concelho de Ourém já identifica e delimita Zonas Ameaçadas pelas Cheias. O trabalho efetuado ao longo dos anos procurou identificar possíveis erros e propor algumas alterações a essa delimitação, bem como integrar áreas e linhas de água nas quais foram registadas cheias e que não se encontravam atualmente integradas em Reserva Ecológica Nacional.

Este trabalho foi realizado por etapas: cooperação com as Juntas de Freguesia; levantamento no terreno do leito de cheia; elaboração da proposta de ZAC fora dos aglomerados; integração das ZAC dentro do limite do Plano de Urbanização de Ourém; proposta de delimitação de Zonas Ameaçadas pelas Cheias e elaboração de Memória Descritiva.

A proposta de Zonas Ameaçadas pelas cheias fora dos aglomerados foi confrontada, com diferentes variáveis: altimetria, pedologia, declive, ocupação do solo.

- Áreas de instabilidade de vertentes

Consideram-se como áreas de instabilidade de vertentes, todas as áreas que de acordo com as características de solo, subsolo, declive, dimensão e forma de vertente ou escarpa e hidrogeologia, se encontrem sujeitas à ocorrência de movimentos de massas em vertentes, nomeadamente, deslizamentos, desabamentos e queda de blocos.

A sua determinação deve obedecer ao seguinte conjunto de procedimentos: Inventariação, determinação de tipologia (desabamentos, deslizamentos e escoadas) e análise dos movimentos de vertentes ocorridos no território; Identificação e cartografia das condicionantes; Interpretação dos fatores com recurso a um modelo estatístico espacial.

As escarpas naturais (vertentes com declive superior a 100%) e a sua respectiva faixa de proteção deverão ser consideradas como áreas de instabilidade vertentes.

Em 2014 procedeu-se à identificação e delimitação com recurso a ortofotomapas de diferentes anos (1999, 2004, 2007, 2012, 2013), a cartas topocadastrais e a cartografia 1:10000, de potenciais movimentos de vertente.

- Erosão hídrica

Consideram-se áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo, as áreas que devido ao seu declive e pedologia se encontram sujeitas a perda excessiva de solo por acção do escoamento superficial. Na sua delimitação deverá ser considerada a erodibilidade média do solo referente à sua textura, estrutura e composição, assim como ao declive.

A identificação das áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo deverá resultar da aplicação da Equação Universal de Perda do Solo (EUPS).

A delimitação das áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo deve considerar de forma ponderada para a bacia hidrográfica, a erosividade da precipitação, a erodibilidade média dos solos, a topografia, o uso do solo e a ocupação humana.

Ao longo de 2014 foram aplicadas duas metodologias que permitem determinar as áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo. A primeira é denominada de Perda de Solo Específico (PSE) sendo a segunda baseada no método de Monturiol. A PSE resulta da multiplicação da Erosão específica do solo pela Razão de Cedência de Sedimentos. A Erosão Específica do Solo é calculada através da Equação Universal de Perda de Solo (EUPS). A EUPS é soma de um conjunto de fatores:

Plano de Urbanização de Ourém

Continuou-se a elaboração deste plano, tendo-se procedido à delimitação da Estrutura Ecológica Municipal. Para tal, foi elaborado trabalho de campo e de gabinete, com o sentido de atualizar os estudos de caracterização existentes com o maior rigor possível.

Plano de Pormenor da Tapada, Contrato de Urbanização para concretização da unidade de execução I.

Na sequência da entrada em vigor do Plano de Pormenor da Tapada, assim como, a manifestação do interesse do promotor responsável pela concretização da unidade hospitalar e residências assistidas, de desencadear os procedimentos tendentes ao início dos trabalhos de edificação e de urbanização, desenvolveu-se o projecto de contrato de urbanização relativo às acções programadas para a unidade de execução.



Extracto da Planta de Implantação do PPT, sobre a EU I (CMO, 2013)

Ainda no contexto da preparação dos trabalhos relativos à unidade de execução, concretamente a execução do perfil transversal tipo consagrado no Plano de Pormenor da Tapada, prepararam-se as peças desenhadas necessárias – uma dessas, e que traduz com exactidão a natureza das ações e a área que as mesmas exigem, é a Planta de transformação predial sobre a unidade de execução I, como ilustra a figura abaixo. Um objetivo central que se pretende atingir com a preparação

- Alteração de Cozinha – APDAF (Associação para a Formação do Apoio à Família), Ourém;
- Alteração do Centro Escolar Nossa Senhora das Misericórdias – Biblioteca;
- Antigo Edifício dos Paços do Concelho – acompanhamento das retificações ao projeto da IMPLENITUS;
- Arranjo urbanístico na Chã, Caxarias;
- Beneficiação da Rua da Escola, Gondemaria;
- Beneficiação da Rua da Murteira, Atouguia;
- Beneficiação da Rua dos Arneiros, Gondemaria;
- Beneficiações do Centro Escolar Beato Nuno;
- Beneficiações do Centro Escolar da Cova de Iria;
- Beneficiações do Centro Escolar da Nossa Senhora das Misericórdias;
- Beneficiações do Centro Escolar da Urqueira Norte;
- Beneficiações do Centro Escolar de Rio de Couros;
- Beneficiações do Centro Escolar Ourém Nascente;
- Centro de Recolha Oficial (canil/ gatil) – Estudo Prévio;
- Colocação de sistema de sombreamento no espaço de recreio na escola EB1 e Jardim Infantil de Pisões, Caxarias;
- Estudo para proteção da chuva para a fachada das lojas do mercado municipal, Ourém;
- Levantamento do Edifício da Casa Dr. Alves;
- Melhoramentos no Jardim-de-infância do Bairro;
- Participação no Grupo de trabalho referente à reabilitação urbana no concelho Ourém;
- Projeto Edifício Multiusos do Olival, Olival;
- Proposta de Recreio Coberto - Centro Escolar Cova da Iria;

- Proposta de Recreio Coberto - Centro Escolar Beato Nuno;
- Reabilitação do Antigo Edifício Paços do Concelho, Ourém;
- Reabilitação do Ringue do Parque António Teixeira, Ourém;
- Reconversão da escola de Alqueidão em equipamento social, Alqueidão;
- Recuperação da Fonte e Lavadouro das Louças, N.ª Sr.ª da Piedade;
- Remodelação do antigo Edifício dos Paços do Concelho, Ourém;
- Requalificação da Freixianda: Largo Cavaleiro Mouriscas e Rua da Escola;
- Requalificação de um espaço urbano, sito na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, Ourém;
- Requalificação do antigo jardim-de-infância de Alburitel, adaptando-o a unidade de cuidados de saúde;
- Requalificação do antigo jardim-de-infância de Sobral convertendo-o numa Unidade de Cuidados de Saúde, Ourém;
- Requalificação Urbana da Av. D. Nuno Álvares Pereira, em Ourém – Projeto de execução;
- Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, Ourém.

Medições e estimativas orçamentais de projetos:

- Instalações do Contrato Local de Desenvolvimento Social, Olival;
- Alteração do Centro Escolar Nossa Senhora das Misericórdias – Biblioteca;
- Requalificação Urbana na Freixianda - Largo Cavaleiro Manuel Mouriscas e Rua da Escola;
- Proposta de Recreio Coberto - Centro Escolar Cova da Iria;
- Proposta de Recreio Coberto - Centro Escolar Beato Nuno;
- Colocação de Abrigo na EB1 e JI de Pisões;
- Reabilitação do Ringue do Parque Dr. António Teixeira;

- Reabilitação do Antigo Edifício dos Paços do Concelho;
- Construção do Pavilhão Desportivo do Olival;
- Requalificação da Ava. D. Nuno Álvares Pereira;
- Beneficiações no Centro Escolar Beato Nuno;
- Beneficiações no Centro Escolar Cova de Iria;
- Beneficiações do Centro Escolar das Misericórdias;
- Beneficiações no Centro Escolar Ourém Nascente;
- Beneficiações no Centro Escolar Santa Teresa;
- Beneficiações do Centro Escolar Urqueira Norte;
- Beneficiações na EB1 de Espite;
- Beneficiações na EB1 de Rio de Couros;
- Beneficiação de arruamentos - Antigo Retiro de Castela;
- Beneficiação de arruamentos - Rua Acácio Paiva;
- Beneficiação de arruamentos - Ruas dos Combatentes;
- Requalificação da Praça Mouzinho de Albuquerque;
- Praça Agostinho Albano de Almeida e Largo Vitorino de Carvalho, Ourém;
- Requalificação do Caminho da Estrada Funda, Conceição;
- Requalificação da Rua dos Arneiros, Gondemaria;
- Beneficiação do Jardim-de-infância do Pinheiro, Pinheiro.

Projetos de engenharia civil:

- Projeto de estabilidade e contenção periférica da Associação de Fontainhas de Seiça, Seiça;
- Estabilidade da fundação do muro da Avenida D. Nuno Álvares Pereira, Ourém;

- Sistema de drenagem de águas pluviais do largo público e do fontenário, Pinheiro;
- Procedeu-se à continuação do acompanhamento das empreitadas do IC9.
- Elaboração de relatórios vários solicitados à Divisão de Estudos e Projectos;
- Apoio ao Gabinete de Sinalização e Trânsito;
- Participação no Grupo de trabalho referente à Reabilitação Urbana no Concelho de Ourém.
- Especialidades da Cobertura do recreio Escola Santa Teresa;
- Recreio Escola de Santa Teresa - Projeto de águas pluviais;
- Recreio Escola do Pinheiro - Projeto de águas pluviais.

Acompanhamento de empreitadas:

- Construção do Pavilhão Desportivo do Olival;
- Sanitários Públicos do Centro Histórico, N.ª Sr.ª Misericórdias;
- Reconversão da Escola de Alqueidão em Equipamento Social;

Levantamentos Topográficos:

- Arruamento de ligação entre avenidas, Fátima;
- Beneficiação de arruamento, Caxarias;
- Calçada do Conde, Ourém;
- Caminho da Estrada Funda, Olival;
- Castelo – Calçada de N.ª Sr.ª da Conceição, Ourém;
- Cemitério do Olival;
- Cruzamento do Monte Luzio, Rio de Couros;
- E.N. 349 – Alargamento da faixa de rodagem, Vilar dos Prazeres;

- Edifício da Junta de Freguesia de Alburitel, Alburitel;
- Envolvente ao Lar, Urqueira;
- Escola de Pisões, Caxarias;
- Estudo de zona de Lazer, Lagoa do Furadouro;
- Fonte nas Louças, N.ª Sr.ª da Piedade;
- Largo da Chã, Caxarias;
- Requalificação da Av. D. Nuno Álvares Pereira, N.ª Sr.ª Piedade;
- Parcerias – Drenagem Pluvial, Freixianda;
- Projeto para o canil/ gatil, Estaleiro Municipal;
- Rua da Murteira, Atouguia;
- Rua dos Poços, Pêras Ruivas;
- Rua Francisco Sá Carneiro, N.ª Sr.ª da Piedade;
- Ruas do Retiro de Castela, N.ª Sr.ª da Piedade;
- Ruas na Envolvente ao Cemitério, Ourém;
- Terreno contíguo à Junta Freguesia da Piedade;
- Terrenos Junto à Av. D. José Alves Correia da Silva, Fátima;
- Zona envolvente ao edifício dos Paços de Concelho;
- Terreno em Fátima para a SRU.

Implantações:

- Arruamento Junto ao Lar, Urqueira;
- Envolvente ao Lar, Urqueira;
- Estremas Junto à Av. D. J. Alves Correia da Silva, Fátima;
- Muros envolventes ao Lar Matas, Matas;
- Rua dos Poços, Pêras Ruivas;
- Sondagens Arqueológicas, Capela de São Sebastião.

Estudos Viários:

- Beneficiação da Rua dos Arneiros, Gondemaria;
- Beneficiação de Cruzamento, Ventilharia;
- Beneficiação de Ruas do Retiro de Castela, N.ª Sr.ª da Piedade;
- Estudo da Variante do Regato para o PU de Ourém;
- Estudo Prévio para Alargamento e Beneficiação do Caminho da Estrada Funda, Olival;
- Perfis da Av. D. Nuno Álvares Pereira, Ourém;
- Rua em Pêras Ruivas, Seiça.

2.3.2.4 – Divisão de Obras Municipais

A Divisão de Obras Municipais compreende, o Setor de Apoio Administrativo, o Setor de Fiscalização de Obras, o Setor de Obras por Administração Direta, o Setor de Conservação e Manutenções Diversas, o Setor de Gestão, Manutenção e Reparação do Parque de Máquinas e Viaturas e o Setor de Gestão de Energia.

A estrutura acima referida foi alterada, a partir de junho de 2012, com entrada em funcionamento das BIT (Brigadas de Intervenção Territorial). Assim a estrutura da administração direta, mais concretamente o Setor de Conservação e Manutenções passou a ser desdobrada na BITSUL, BITOESTE e BITNORTE/CENTRO.

Setor de Fiscalização de Obras

A sua actividade reparte-se nas seguintes áreas:

- Fiscalização das empreitadas promovidas pelo Município e adjudicadas a empreiteiros;
- Realização de projetos relativos a beneficiação de caminhos e estradas municipais, pontões, muros de suporte de terras e de vedação, medições e

orçamentos diversos; pareceres sobre projectos de obras públicas realizados por gabinetes projetistas; acompanhamento de obras promovidas por outras entidades, ex. Bewater, Freguesias; acompanhamento de intervenções na via pública Tagusgás, PT, EDP;

- Outras ações: vistorias para análise de anomalias em edifícios, vias de comunicação, obras de arte, infra-estruturas de drenagem pluvial;
- Elaboração de relatórios técnicos; despacho de expediente, verificação no terreno de anomalias comunicadas;

Fiscalização

Empreitadas do Município de Ourém:

- Reparação e conservação da Ponte dos Namorados OA120, Corredoura, Ourém;
- Plano de Recuperação de Danos Públicos Provocados pelas Catástrofes Naturais – Reabilitação da Rede Viária do Concelho: Rua do Casal (Tomaréis); Rua do Vale D'Água; Rua do Laranjal e Rua do Vale do Freixo – Freguesia do Olival;
- Requalificação da entrada do Centro Escolar de Ourém Nascente;
- Beneficiação de edifícios escolares – Agrupamento de escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – escola do ensino básico de Espite;
- Sistemas de drenagem de águas residuais – Implantação de um ramal de esgotos domésticos das redes da Freixianda – Rua da Prata – Abades – União de Freguesias Freixianda;
- Sistema de drenagem de águas residuais – substituição de troço de coletor de esgotos domésticos – Rua S. Vicente Paulo – Fátima – Ourém;
- Prestação de Serviços para Trabalho de limpeza de bermas, valetas e taludes na área do concelho de Ourém;
- Construção do Posto de Atendimento a Turistas – Fátima;
- Remodelação do Antigo Edifício dos Paços do Concelho de Ourém;
- Remodelação do piso sintético no Campo de Jogos da Caridade – Ourém;
- Reabilitação dos Balneários do Campo de Jogos de Ourém;

- Beneficiação de Edifícios Escolares – Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – Centro Escolar de Urqueira Norte”;
- Beneficiação de edifícios escolares – Agrupamento de Escolas de Ourém – Centro Escolar Ourém Nascente”;
- Beneficiação de Arruamentos – Rua dos Combatentes – Antigo Retiro de Castela – N.ª. S.ª. da Piedade”;
- Requalificação das Instalações Sanitárias Públicas do Centro Histórico – Ourém”;
- Beneficiação de edifícios escolares – agrupamento de escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – Escola do ensino básico de Rio de Couros”;
- Ampliação da rede pública de abastecimento de água – Rua das Barreiras – Vale do Carro – Freixianda”;
- Correção de anomalias no quiosque localizado na Praceta de Sto. António, Fátima;
- Remodelação do antigo Edifício dos Paços do Concelho;
- Execução de Pontão na Freguesia de Casal dos Moleiros – União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos;
- Construção Ecocentro em Fátima;
- Beneficiação de Edifícios Escolares – Centro Escolar N.ª Sr.ª das Misericórdias;
- Beneficiação de Edifícios Escolares – Centro Escolar Beato Nuno em Fátima;
- Beneficiação de Edifícios Escolares – Centro Escolar Cova de Iria em Fátima;
- Sistema de Fátima – Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramais Domiciliários – Rua Subida da Lameira – Fátima;

Empreitadas promovidas pelas Freguesias:

- Freguesia de Alburitel - Reabilitação da Estrada de Alburitel/Fontainhas
- Freguesia de Seiça - Preservação e ampliação da Casa Museu/Multiusos – Seiça
- Reparação e conservação da Ponte dos Namorados OA120, Corredoura, Ourém;

Setor de Gestão de Energia

A atividade deste serviço reparte-se pelas seguintes áreas:

- Iluminação pública, ramais, baixadas, obras da EDP;
- Gestão de energia;
- Elaboração de planos de racionalização de energia em edifícios públicos;
- Elaboração de planos para aquecimento em escolas;
- Fiscalização de empreitadas na sua componente eletromecânica e de redes de dados;
- Avarias.

Obras por administração direta

Trata esta vertente da ação da Divisão de Obras em que são executados os trabalhos com recurso aos meios humanos, de equipamento e de materiais do município, sendo talvez os trabalhos de beneficiação da rede viária, aqueles que mais visibilidade têm no público em geral, pela comodidade que geram na sua utilização e pela qualidade com que são realizados, dada a experiência que neste domínio tem vindo a ser acumulada ao longo dos anos.

Elaboração de projetos

No decurso de 2014, destacam-se os seguintes:

- Projeto de Pontão em Casal dos Bernardos;
- Projeto de Pontão na Amieira.

2.3.3 – Departamento de Cidadania

2.3.3.1 – Divisão de Educação e Ação Social

O trabalho da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS) reflete a operacionalização das atribuições e competências para as autarquias locais, previstas

no regime jurídico das autarquias locais, através da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nas quatro principais áreas de intervenção enquadradas nas matérias previstas para a unidade orgânica na estrutura orgânica do Município de Ourém.

Para o efeito, a DEAS tem como principal missão garantir o cumprimento das linhas estratégicas para as áreas da educação, ação social, habitação e saúde, assegurar a realização da política educativa e social e dos objetivos municipais neste domínio, com vista à promoção da educação e da qualidade de vida e bem-estar social dos munícipes.

Em 2014, a DEAS tinha como objetivos melhorar a qualidade de vida dos munícipes, desenvolver parcerias, desenvolver os instrumentos de planeamento social, melhorar a qualidade do serviço prestado ao Município e criar condições favorecedoras da melhoria das condições educativas no Município.

Educação

Contrato de Execução referente à transferência de competências na área da Educação

Nos termos do decreto-lei n.º 144/2008 de 28 de julho, foram transferidas competências em matéria de educação para os municípios. A concretização do processo de transferência de competências no Município de Ourém resultou da aprovação e assinatura do Contrato de Execução (Contrato 473/2009, de 16.11.2009), o qual produziu efeitos a 01.01.2010.

O documento define as condições de transferência, para o Município de Ourém, das atribuições a que se referem as alíneas a), c) e d) do art.º 2.º do decreto lei n.º 144/2008, de 28 de julho, designadamente nos domínios:

- a) gestão do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar: um total de 186 trabalhadores/as, 55 com relação jurídica com o município e 131 com o MEC;

- b) atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico: valor estimado para o ano letivo 2014/2015 com base no despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho – 237.450,00€;
- c) gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico: 60.000,00€.

Relativamente a esta questão há um problema ao qual o MEC ainda não deu resposta que se prende com o facto de as alterações introduzidas às AEC's implicarem alterações ao previsto no contrato. Sobre o assunto os serviços municipais ainda aguardam resposta.

Gestão do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar

Uma das atribuições previstas prende-se com a gestão do pessoal não docente (adiante designado por PND) da educação pré-escolar e das escolas básicas. Sobre este assunto o Município entendeu delegar nos órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas (ponto 4 do artigo 5.º do decreto-lei n.º 144/2008 de 28 de julho), as competências da gestão e avaliação do PND, cabendo à DEAS recrutar os recursos humanos com a colaboração da unidade orgânica que tem esta responsabilidade, bem como recorrendo à Ourémviva - Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A., entidade com a qual a CMO celebrou contrato para efeitos de operacionalização de algumas competências sócio-educativas. Em matéria de avaliação de desempenho, a DEAS integra a Seção Autónoma do Conselho Coordenador de Avaliação.

Caraterização dos Recursos Humanos por Estabelecimento de Ensino

No ensino pré-escolar público existem 42 educadores/as e 39 assistentes operacionais. No ensino privado, e da rede solidária, temos mais 16 recursos humanos não docentes e apenas 14 educadores/as. No total, neste concelho, temos 56 educadores/as e 55 recursos humanos não docentes afetos aos equipamentos de ensino pré-escolar (público e privado).

Em relação aos recursos humanos do 1.º ciclo do ensino básico, verificamos que existem 77 docentes no ensino público e apenas 4 no ensino privado. Em relação aos recursos humanos não docentes, temos 60 no ensino público e 5 no privado. No total,

neste concelho, temos 81 docentes do 1.º ciclo do ensino básico e 65 recursos humanos não docentes.

O número de docentes a lecionar, os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, no ensino público e cooperativo é de 499 docentes.

Em relação ao pessoal não docente, e no caso das escolas: EB 2, 3 de Freixianda, EB 2, 3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, EB 2, 3 D. Afonso IV Conde de Ourém e Escola Básica e Secundária de Ourém, englobámos não só os/as assistentes operacionais como também os/as assistentes técnicos/as que trabalham nos serviços administrativos e os/as encarregados/as operacionais. No total existem 276 trabalhadores/as não docentes.

Para além da competência prevista em matéria de recursos humanos, o Contrato de Execução integra ainda a transferência das Atividades de Enriquecimento Curricular, como iremos clarificar no ponto seguinte.

Neste âmbito, os/as docentes das Atividades de Enriquecimento Curricular do concelho de Ourém são contratados/as pela empresa INSIGNARE para o ensino de Inglês, para a Atividade Física e Desportiva e Animação Sociocultural, e os/as docentes do ensino musical são contratados/as pelas escolas de música Ourearte – Escola de Artes e Musica de Ourém e a Associação - Conservatório de Música de Ourém - Fátima, entidades às quais o Município recorreu para a prestação deste serviço, tendo para o efeito celebrado um protocolo de cooperação. Como podemos verificar no quadro 7 e gráfico 2, temos assim 49 docentes a lecionar as aulas de inglês, atividade física e desportiva, animação sociocultural e música.

Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico

A organização das AEC's sempre se revelou muito complexa, dado o necessário envolvimento de meios humanos, administrativos e outros, para além da dificuldade de alterar hábitos presentes na organização escolar. Decorrente de um trabalho organizativo considerável e da dedicação de muitos/as docentes, foi possível disponibilizar as AEC's a todos/as os/as alunos/as deste Município, que frequentam escolas públicas, facto registado com agrado.

Considerando as alterações ao despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho, pelo despacho normativo n.º 7/2013, de 11 de junho, despacho normativo n.º 7-A/2013, de 10 de julho, despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho e despacho normativo n.º 6/2014, de 26 de maio, a forma de implementação e o financiamento foram alterados. As AEC's, no caso de promoção por entidade exterior à escola, não poderão exceder, em regra, 5 horas por semana; o valor máximo da comparticipação financeira anual é de 150,00€; quando o agrupamento de escolas dispuser de recursos docentes de quadro para realização de uma ou mais AEC's, estes serão obrigatoriamente afetos às AEC's das entidades promotoras, mediante protocolo e com a entidade promotora, havendo lugar à devolução do montante correspondente, à disponibilização dos referidos recursos humanos no valor a transferir para a entidade promotora em termos a contar do respetivo contrato-programa.

Todos os Agrupamentos de Escolas foram favoráveis à implementação das AEC's na tipologia prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho, ou seja, o Município de Ourém é a entidade promotora e, por força do n.º 3 deste artigo, com recurso a docentes dos próprios Agrupamentos.

Em termos globais para o ano letivo 2014/2015, optou-se pela seguinte distribuição de minutos/atividades: os Agrupamentos de Escolas Conde de Ourém e de Ourém optaram por 120 minutos de Atividades Físicas e Desportivas, 60 minutos de Animação Sócio-Cultural, 60 minutos do ensino/aprendizagem da Língua Inglesa e 60 minutos do ensino/aprendizagem da música; e o Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão optou por 60 minutos de Atividades Físicas e Desportivas, 60 minutos de Animação Sócio-Cultural, 90 minutos do ensino/aprendizagem da Língua Inglesa e 90 minutos do ensino/aprendizagem da música.

Gestão de pedidos das escolas no âmbito da responsabilidade do Município na área da educação

No domínio da gestão de pedidos das escolas, existem uma série de tipologias de intervenção que, do ponto de vista organizacional, que se pode categorizar nos seguintes domínios de intervenção: assistência informática, abastecimento de

gasóleo, abastecimento de gás, limpeza das fossas séticas, aquisição de mobiliário, mudança de material escolar, obras de manutenção e conservação – pequena, média e grande dimensão, transportes escolares, gestão curricular, projetos escolares, equipamento para apetrechar novas salas e troca de mobiliário.

A maior parte dos pedidos registados, em 2014, estavam relacionados com intervenções físicas nos edifícios escolares e foram encaminhados para a equipa de intervenções em escolas da empresa municipal Ourémviva. Estes casos foram situações relacionadas com reparação de fechaduras, vidros, fechos de janelas, telhas, caleiras, chão (tacos estragados), vedações exteriores, reparação e manutenção de equipamentos exteriores do recreio, fornecimento de cera e lenha.

Para o arranque do ano letivo 2014/2015, foram solicitados pelos Agrupamentos de Escolas o fornecimento de equipamentos para apetrechar novas salas ou a troca de mobiliário que estivesse mais antiquado e que já não correspondesse às exigências.

No ano de 2014, foram encaminhados cerca de 291 pedidos de intervenção em escolas, dos quais 218 foram intervenções em edifícios escolares, 64 intervenções no domínio da informática e 9 intervenções em avarias dos telefones.

Realça-se ainda que, com a suspensão da EB1/JI de Sandoeira e da EB1/JI de Urqueira, houve necessidade de proceder à mudança de mobiliário e outro material para os estabelecimentos de ensino de acolhimento, a saber a EB1/JI de Rio de Couros e a EB1/JI de Urqueira Norte, respetivamente, numa lógica de rentabilização do mobiliário, material didático e informático.

Obras de beneficiação de escolas, melhoria dos espaços exteriores, aquisição de mobiliário e equipamento infantil

O Município de Ourém procedeu ao lançamento dos processos administrativos para a realização de obras de beneficiação de escolas, melhoria dos espaços exteriores, aquisição de mobiliário e equipamento infantil, com vista ao melhoramento das condições escolares, tanto para os/as alunos/as como para os/as docentes, destinando-se aos seguintes estabelecimentos:

- Centro Escolar de N.ª S.ª das Misericórdias,
- Centro Escolar Ourém Nascente,
- Centro Escolar de Santa Teresa,
- Centro Escolar Beato Nuno,
- Centro Escolar de Cova de Iria
- EB1/JI de Urqueira Norte,
- EB1/JI de Rio de Couros,
- EB1/JI de Espite,
- EB1/JI de Gondemaria.

Componente de Apoio à Família e programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares

Para que possamos alcançar um patamar de igualdade, no acesso às refeições escolares assume-se de fulcral relevância o desenvolvimento das condições que viabilizem o fornecimento de refeições escolares à generalidade dos/das alunos/as do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Considerando o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos/às alunos/as do 1º Ciclo do Ensino Básico, aprovado pelo Ministério da Educação nos termos do regulamento de acesso ao financiamento desse programa, aprovado pelo despacho n.º 22251/2005, de 25 de outubro, retificado pelo despacho n.º 12037/2007 de 18 de junho, e nos termos do decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março, do despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto, com as alterações introduzidas pelos despachos n.º 14368-A/2010, de 14 de setembro, n.º 11 886-A/2012, de 6 de setembro, e n.º 11861/2013, de 12 de setembro, o Município de Ourém celebrou vários protocolos de cooperação com diferentes entidades de âmbito local.

Deste modo, o Município obriga-se a proceder ao pagamento das refeições, ao abrigo do despacho n.º 22251/2005 de 25 de outubro, rectificado pelo despacho n.º 12037/2007 de 18 de junho, do valor de 1,04€, sendo 0,52€ correspondente à

comparticipação do Município e 0,52€ correspondente à comparticipação do Ministério da Educação e Ciência por aluno/a, a atualizar anualmente de acordo com despacho do Gabinete do Ministro da Educação e Ciência, bem como ao pagamento das refeições das crianças economicamente carenciadas (escalões A e B), de acordo com os valores estabelecidos na lei e com os resultados da análise das respetivas candidaturas a auxílios económicos (conforme se especifica no ponto referente à ação social escolar).

No âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos/às alunos/as do 1º Ciclo do Ensino Básico, ano letivo 2014/2015, e como resultado da reformulação da rede escolar consequente da construção dos novos Centros Escolares, foi necessário proceder à alteração das condições de fornecimento de refeições escolares, tanto a nível de instalações, como a nível das entidades responsáveis pelo fornecimento de refeições. Foram assinados os protocolos referentes à prestação das refeições escolares a 12.09.2014.

Atividades de Animação e de Apoio à Família

Face à tendência de universalização que a educação pré-escolar tem vindo a assumir progressivamente, a par da necessidade do crescente envolvimento de toda a comunidade na formação das suas crianças, designadamente através das suas famílias, é necessário desenvolver as formas de colaboração, entre as diversas entidade públicas e privadas interessadas e competentes na matéria, com vista ao estabelecimento de um processo pedagógico-educativo adequado às necessidades atuais da comunidade escolar.

Por despacho ministerial foram alterados os conceitos dos serviços associados ao apoio à família. Deste modo a antiga designação Componente de Apoio à Família destinada ao ensino pré-escolar foi substituída pelas Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF). A CAF atualmente destina-se aos/às alunos/as do 1.º CEB. Assim, foram prestados novos protocolos a celebrar com as diversas instituições prestadoras do serviço, conforme modelo adotado em anos anteriores.

De forma a regular as condições relativas à participação ativa no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação pré-escolar de acordo com os princípios

consagrados na lei nº 5/97, de 10 de fevereiro, no decreto-lei nº 147/97, de 11 de junho, artigo 6.º, pontos 1 e 2, despacho n.º 18 987/2009, de 17 de agosto, com as alterações introduzidas pelos despachos n.º 14 368-A/2010, de 14 de setembro, n.º 11886-A/2012, de 6 de setembro, n.º 11 861/2013, de 12 de setembro e despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho, o Município de Ourém celebrou os protocolos a 12 de setembro de 2014.

Transportes escolares

Os transportes escolares dos alunos do Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico são assegurados na sua maioria por mini-autocarros de 18 ou 26 lugares e carrinhas de 9 lugares municipais, adquiridos em 2000, 2001 e 2008, para garantir o transporte dos alunos de cerca de 80 estabelecimentos de ensino suspensos até à data. Clarifica-se que a suspensão foi realizada por indicação do Ministério da Educação, no âmbito do reordenamento escolar, ou por falta de alunos inscritos nos respetivos estabelecimentos, optando-se, conforme consta do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, por adotar circuitos especiais, dada a idade dos alunos a transportar, com carácter mais individualizado.

O Município de Ourém possui também um autocarro de 51 lugares a fim de assegurar as deslocações dos alunos do concelho para a realização de visita de estudo anuais, sendo um recurso também potenciado para o apoio ao associativismo, às instituições particulares de solidariedade social e demais atividades de interesse municipal. Para o funcionamento da frota, o Município e a Ourémviva EEM dispõem de 12 motoristas e 16 vigilantes, devidamente credenciados de acordo com a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril.

Nas freguesias de Atouguia, Cercal, Espite, Fátima e na União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, o transporte dos alunos do Pré-Escolar e 1º Ciclo é assegurado por veículos de transportes escolares (carrinha de 9 lugares ou mini-autocarros) propriedade de entidades públicas ou instituições particulares de solidariedade social, mediante protocolo de cooperação celebrado com o Município de Ourém.

Para o ano 2013/2014, o número de alunos do Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico inscritos nos transportes escolares atinge 599 alunos, conforme descrição, o que representa uma diminuição de 21,8% face ao número de 766 alunos transportados no ano letivo 2012/2013.

No que se refere aos alunos dos 2.º, 3.º Ciclos, Secundário e Profissional, os transportes escolares são efetuados em regime de carreiras públicas, pela Rodoviária do Tejo (RT) e Rodoviária da Beira Litoral (RBL), conforme referido no quadro 15, de acordo com o Decreto-lei n.º 299/84, de 5 de setembro.

As infra-estruturas de transportes escolares no Município de Ourém estão, na sua quase totalidade, concessionadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT) à Rodoviária do Tejo, estando apenas a zona norte da Freguesia de Freixianda concessionada à Rodoviária da Beira Litoral (RBL ou Transdev).

Os circuitos de transportes públicos assegurados pela Rodoviária do Tejo cobrem a maior parte do território do concelho e permitem incluir os circuitos de transportes escolares, favorecendo assim uma maior oferta a toda a população durante o tempo letivo.

Gráfico: Número dos/as alunos/as do Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico inscritos/as nos transportes escolares, para o ano letivo 2014/2015

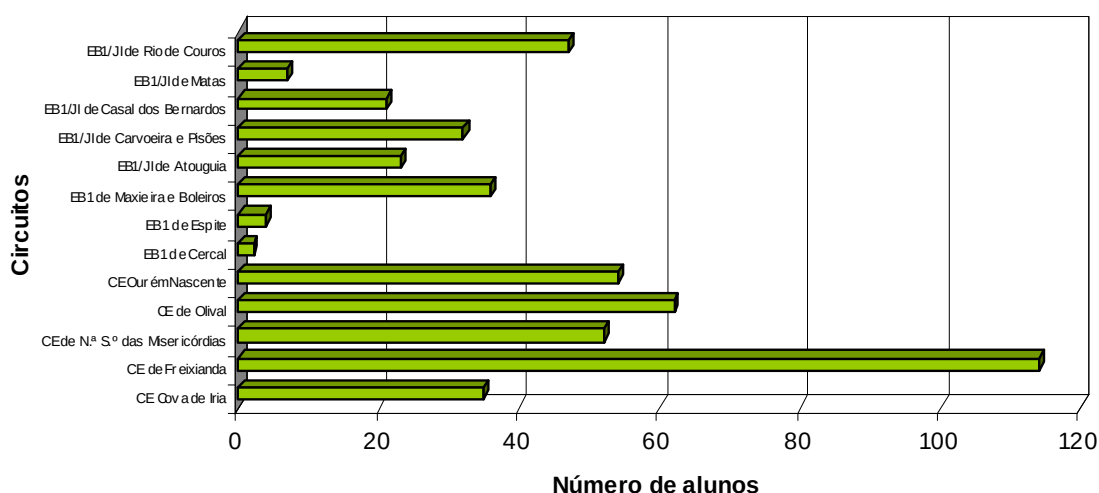
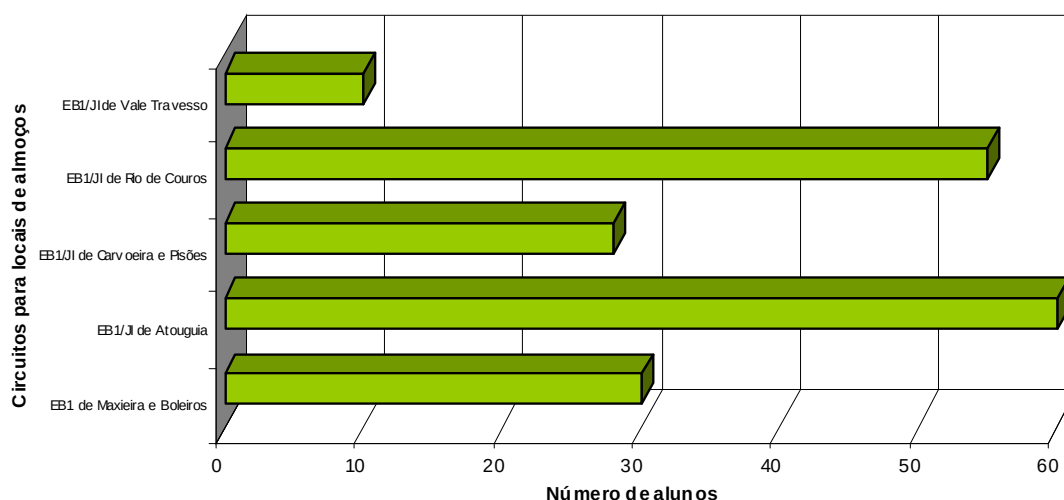


Gráfico: Número dos/as alunos/as do Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico inscritos/as nos transportes escolares e transportados/as para os locais de refeições, para o ano letivo 2014/2015



No que se refere aos/as alunos/as dos 2.º e 3.º CEB, Secundário e Profissional, os transportes escolares são efetuados em regime de carreiras públicas, pela Rodoviária do Tejo (RT) e Rodoviária da Beira Litoral (RBL) de acordo com o decreto-lei n.º 299/84, de 5 de setembro.

As infra-estruturas de transportes escolares do concelho de Ourém estão, na sua quase totalidade, concessionadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT) à Rodoviária do Tejo, estando apenas a zona norte da Freguesia de Freixianda concessionada à Rodoviária da Beira Litoral (RBL ou Transdev).

Os circuitos de transportes públicos assegurados pela Rodoviária do Tejo cobrem a maior parte do território do concelho e permitem incluir os circuitos de transportes escolares, favorecendo assim uma maior oferta a toda a população durante o tempo letivo.

Outras atividades no domínio da Educação

- Ação de formação intitulada: Relações Interpessoais

O Município de Ourém organizou a Ação de Formação “Relações Interpessoais” destinada aos/às motoristas dos transportes escolares, em que participaram 12 elementos, nos dias 03 e 05 de março de 2014.

- Organização de ações de formação para pessoal não docente

O Município de Ourém e o Centro de Formação "Os Templários" organizaram as ações de formação direcionadas para o pessoal não docente afeto às escolas do concelho, mas também com participantes vindos/as dos concelhos de Tomar e Ferreira do Zêzere. Os/As formadores/as foram os/as técnicos/as superiores do município e também técnicos/as de saúde do Centro de Saúde de Ourém.

- Festa da criança

Esta autarquia e a Ourémviva organizaram a Festa da Criança que decorreu nos dias 02 a 06 de junho, no Centro de Negócios, onde estiveram presentes 2.824 crianças. A iniciativa caracterizou-se por ter diversas atividades designadamente: insufláveis, animação infantil e atividades de prevenção, segurança e ambiente. Para além das atividades acima referidas, o programa da Festa da Criança contou com um Concerto “The Show must go on”, com músicas dos Beatles e dos Queen, organizado pelo Conservatório de Música de Ourém e Fátima, no dia 31 de maio. No dia 01 de junho, para além dos insufláveis, pinturas faciais e balões, atividades dinamizadas pelo Município e a Ourémviva, as crianças tiveram ainda a oportunidade de ver o Filme “Frozen” e o espetáculo “Músicas do Festival da Canção”, dinamizado pela Ourearte – Escola de Musica e Artes de Ourém.



Assuntos Sociais

Comissões Sociais de Freguesia

Foi retomado o processo de constituição das Comissões Sociais de Freguesia, em parceria com a Segurança Social. Para o efeito realizou-se a 2 de junho uma reunião preparação, onde se delineou um plano estratégico e se prepararam ações conducentes à constituição destas Comissões.

No ano em apreço realizaram-se 18 sessões de sensibilização local com os parceiros. Atualmente estão formalmente constituídas 3 Comissões Sociais de Freguesia: Fátima, Espite e Nossa Senhora da Piedade.

Reuniões dos grupos setoriais: Grupo do Envelhecimento e Grupo da Infância, Juventude e Toxicodependência

O Município de Ourém promoveu uma reunião com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, para eleição da entidade representante das instituições no Núcleo Executivo e definição do Plano de Ação Anual da Rede Social – 2014. Nesta reunião, elegeu-se, por maioria, a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida como representante das IPSS no Núcleo Executivo e decidiu-se criar grupos por áreas temáticas, após algumas entidades terem manifestado essa vontade.

Intervenção Social

No âmbito da intervenção social realizaram-se visitas domiciliárias, reuniões interinstitucionais, acompanhamentos individualizados, encaminhamentos e sinalizações de casos nas áreas da saúde, educação, emprego, segurança social, entre outros, acompanhamento conjunto de situações, acompanhamento de processos de trabalho comunitário e elaboração, em cooperação com o/a munícipe de planos e programas no processo do seu “projeto de vida”, entre outras ações fulcrais para a resolução da situação-problema.

Subsídios escolares

No âmbito da competência municipal prevista na alínea hh), do nº 33, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente «deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita à alimentação, alojamento e atribuição de

auxílios económicos a estudantes», procedeu-se à abertura do período de candidaturas aos benefícios de ação social escolar e refeições escolares para alunos/as do 1.º Ciclo de Ensino Básico que frequentam estabelecimentos de ensino neste Município.

Deste modo atribuíram-se 22.091,00€ em subsídios escolares aos/às alunos/as do 1.º CEB do Município de Ourém para o ano letivo de 2014/2015. Foram analisadas as candidaturas aos subsídios escolares, tendo sido atribuído ao escalão A um subsídio de 45,00€ e ao escalão B um subsídio de 28,00€. O Município de Ourém deliberou manter os valores dos subsídios escolares (apoio aos livros e material escolar) definidos nos anos anteriores, devido à conjuntura atual e às limitações financeiras impostas pela lei dos compromissos.

Concluindo o processo de análise das 726 candidaturas, apresentaram-se os seguintes resultados:

Resultado da análise das candidaturas	N.º de candidaturas	Valor por escalão (€)	Total (€)
Escalão A	278	45,00 €	12.510,00€
Escalão B	335	28,60 €	9.581,00€
Não Subsidiados	113	0 €	0 €
Excluídos	0	0 €	0 €
Total	726	-	22.091,00€

Ação Social Escolar 2014/2015

Núcleo de Apoio à Vítima (NAV)

O NAV iniciou a sua atividade a 22.02.2011, Dia Europeu da Vítima de Crime. É um espaço reservado para receber vítimas, designadamente as de violência doméstica, num ambiente de total privacidade. Aqui a vítima pode receber apoio social e psicológico, sentindo-se confortável e segura para falar sobre a situação vivenciada. O NAV tem ainda uma outra vertente que se prende com encaminhamento para estruturas de apoio especializado e o acolhimento em situação de emergência.

Em 2014 foram atendidas 8 vítimas às quais foi efetuado o projeto de vida, dado o encaminhamento ajustado à situação e efetuado o apoio psicossocial.

Candidatura à 1.ª Edição do Prémio “Concelho Mais Acessível”

Elaborámos o projeto de candidatura à 1ª Edição do Prémio “Concelho Mais Acessível”, promovido pelo INR. Este visou premiar as intervenções e iniciativas municipais, relevantes e inovadoras, que tenham por objetivo a garantia da acessibilidade, a todos/as os/as cidadãos/cidadãs, em especial aqueles/as com necessidades especiais e/ou mobilidade condicionada. Foi submetida a candidatura a obra de requalificação urbana da Avenida D. José Alves Correia da Silva – Fátima.

Equipamentos Sociais do Município

O Município dispõe ainda de equipamentos sociais destinados ao alojamento de pessoas em situação de risco social: os apartamentos de emergência I e II e a república social.

Apartamentos de Emergência Social I e II: é uma resposta social, através de um imóvel do Município, situada na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 48, 1º e 2.º esquerdo, 2490-548 Ourém, para fins habitacionais que visa acolher pessoas em situação de emergência ou risco, mediante a caracterização da situação social, económica ou de risco fundamentado pelos serviços técnicos da DEAS. São considerados essencialmente dois tipos de situações: Crise – caracteriza-se por uma situação de grave vulnerabilidade e desproteção, resultante de não estarem asseguradas, a breve prazo, as condições mínimas de sobrevivência pelo que se impõe uma intervenção urgente e encaminhamento para os serviços locais de ação social; Emergência – caracteriza-se por uma situação de grande vulnerabilidade e desproteção, resultante de não estarem asseguradas, as condições mínimas de sobrevivência e que constituam um perigo real, atual ou iminente, para a integridade física, psíquica e emocional do indivíduo/família, necessitando de intervenção imediata. Poderão beneficiar deste equipamento social munícipes que revelem vulnerabilidade económica, social, habitacional ou risco, situação devidamente

fundamentada pelos serviços técnicos da DEAS. O apoio prestado é de carácter excecional e temporário.

República Social (RS): é uma resposta social deste Município que surgiu da necessidade em se criar uma estrutura habitacional de apoio temporário a cidadãos/cidadãs excluídos/as socialmente, designadamente por se encontrarem sem abrigo, com problemas de alcoolismo, seropositividade ou outras doenças. A RS tem um modelo de funcionamento baseado nas repúblicas académicas dos/as estudantes universitários/as. Deste modo, cada cidadão/cidadã acolhido/a usufrui de uma parte privada, o quarto, e de partes comuns de habitação, casa de banho, cozinha, sala, dispensa e espaços exteriores (varanda). Existe um processo de co-habitação onde os espaços comuns são geridos pelos próprios durante o período de interação. Só beneficiam da RS os/as cidadãos/cidadãs que acolheram um plano de intervenção conducente à melhoria da sua situação de vida, autonomia e interação social.

No ano 2014 foram alojadas, nos equipamentos sociais do Município, 15 pessoas, perfazendo 8 famílias.

No âmbito do acompanhamento do processo de integração habitacional às famílias nos equipamentos sociais, semanalmente são realizadas visitas domiciliárias, com o objetivo de serem avaliadas as condições da ocupação e manutenção do espaço de acordo com as normas de utilização estabelecidas com as famílias e definidos projetos de vida.

O Município dispõe ainda de um alojamento proporcionado através de uma estrutura modelar instalada num terreno propriedade da autarquia, constituída por duas divisões e uma casa-de-banho com acesso à rede de água, esgotos e eletricidade. Nela está acolhida uma família.

Programa de Emergência Alimentar: Cantinas Sociais

O Programa de Emergência Alimentar visa garantir às famílias que mais necessitam o acesso às refeições diárias a título gratuito. O Instituto da Segurança Social, IP para o concelho de Ourém estabeleceu protocolo de 525 refeições diárias praticadas pelas 6 cantinas sociais integradas nas seguintes instituições particulares de solidariedade

social: APAJEFÁTIMA – Associação de Pais e Encarregados de Educação de Fátima; APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família; Centro de Apoio Social de Olival; Centro Social Paroquial de Freixianda; Centro Social Paroquial de S. João Baptista de Espite e Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida.

Com base nos mapas de registos de refeições efetuadas pelas seis instituições que têm cantinas sociais, o número de refeições prestadas nos meses de janeiro a dezembro de 2014 perfaz um total de 136.654 refeições, tendo sido apoiados, em média, 110 agregados familiares. Salienta-se que no período referido, as instituições que assinalaram um maior número de refeições prestadas foram a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida e a APAJEFÁTIMA.

Plano Local de Saúde do Médio Tejo

O Município deu o seu contributo ao Plano Local de Saúde do Médio Tejo, respondendo a um inquérito e participando numa reunião realizada em 28 de novembro na CIMT, onde esteve presente, juntamente com 3 elementos da Unidade de Saúde Pública do Agrupamento dos Centros de Saúde do Médio Tejo-Centro de Saúde de Ourém. Numa primeira fase, foi elaborado o Diagnóstico da Situação para identificar os principais problemas de saúde. Foram consultados os parceiros que aceitaram responder ao inquérito e demonstrados os resultados obtidos. No Médio Tejo relacionou-se um elevado número de fatores de risco com um conjunto de doenças metabólicas, de doenças oncológicas e de doenças mentais. Foi decidido propor aos parceiros o desenvolvimento de 3 projetos: A - Comportamentos favorecedores da saúde; B - Combate às adições; e C - Prevenção da doença oncológica.

Equipa de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) no âmbito da parceria entre o Município de Ourém e o Centro de Saúde de Ourém

A DEAS participa em diversas reuniões de trabalho equipa da unidade de cuidados continuados, efetua a referenciação de processos e articula os projetos de intervenção individual ou familiar com a área da saúde. Faculta transporte para familiares de doentes de modo a que estes participem nas sessões da saúde sobre o apoio a doentes. No ano 2014 realizou 79 visitas domiciliárias e participou em 10 reuniões.

Espaço Infantil

Verificou-se o acompanhamento de 76 crianças no espaço infantil durante o período em que os pais usufruíram dos serviços da equipa de intervenção social, da CPCJ ou do atendimento geral do município.

Projeto “Vamos dar as Mãos”

Um grupo de funcionárias do Município de Ourém entregou bens alimentares e de higiene pessoal, adquiridos com os 879,05€ angariados no âmbito da “Barraquinha de Natal”, iniciativa integrada no projeto “Vamos dar as Mãos”.



Momento da entrega dos bens alimentares e de higiene

Serviço de Apoio Técnico de Proximidade a Cidadãos Vulneráveis

Para responder às necessidades da população mais vulnerável e dando continuidade à política de excelência social defendida pelo executivo, o Município de Ourém implementou, em janeiro 2014, o Serviço de Apoio Técnico de Proximidade a Cidadãos Vulneráveis.

Este serviço pretende garantir uma melhor qualidade de vida aos cidadãos do Município de Ourém, realizando pequenas intervenções nas habitações de munícipes em situação de vulnerabilidade, nomeadamente, portadores/as do Cartão Municipal 65+ Social com um rendimento per capita inferior ao IAS (ou rendimento superior mediante as condições previstas nas normas de funcionamento), famílias com um membro portador de deficiência com grau superior a 60% ou com um membro dependente, beneficiários/as de Rendimento Social de Inserção, famílias

acompanhadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém e famílias sinalizadas pela equipa de intervenção social da Câmara Municipal.

As intervenções a efetivar abrangem várias áreas como canalização, carpintaria, eletricidade, serralharia e outros, desde que os serviços disponham de capacidade para a sua realização. Os serviços realizados no âmbito do Serviço de Apoio Técnico de Proximidade a Cidadãos Vulneráveis têm uma natureza social e são executados numa lógica não concorrencial, logo as intervenções serão tendencialmente gratuitas para os/as beneficiários/as, excetuando-se os cidadãos portadores do Cartão 65+ com um rendimento per capita superior ao IAS.

No ano 2014 apoiamos 4 agregados familiares ao nível da eletricidade e carpintaria.

Ação de sensibilização sobre violência no namoro

No âmbito do Núcleo de Apoio à Vítima e na CPCJ de Ourém, realizou-se uma ação de sensibilização sobre violência no namoro, assinalando o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres. A ação decorreu no Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém, tendo sido dinamizada pela equipa do GRAAL – Projeto Entra Mais em Ação pela Igualdade. Foram desenvolvidas duas sessões, tendo como participantes cerca de 50 alunos/as do ensino secundário.



Comemoração do Dia Mundial da Consciencialização do Autismo

No dia 2 de abril, o edifício Sede do Município esteve iluminado pela cor que identifica a consciencialização do autismo. O Município de Ourém decidiu associar-se ao movimento mundial “Acendam a Luz Azul”, ao comemorar o Dia Mundial da

Consciencialização do Autismo, com a iluminação do edifício administrativo do município.

A Assembleia Geral das Nações Unidas designou o dia referido como Dia Mundial da Consciencialização do Autismo, iniciando as comemorações em 2008, ano em que várias entidades se associaram ao movimento “Light it up Blue”, tendo sido instituída a cor azul para identificar esta celebração.

A campanha promovida em Portugal pela Federação Portuguesa de Autismo é desenvolvida a partir da maior organização americana de autismo - a Autism-Europe e Autism Speaks, apela a que todos os edifícios e monumentos se acendam de azul, como alerta para a consciencialização sobre esta problemática.

O autismo é uma perturbação neurobiológica complexa que influencia a comunicação, o comportamento e as relações sociais, sendo uma fonte de preocupação crescente no domínio da saúde pública a nível mundial, dado que afeta cerca de 67 milhões de pessoas no mundo.

Dia Internacional do/a Idoso/a 2014

À semelhança dos anos anteriores, o município assinalou o Dia Internacional do Idoso com uma panóplia de atividades dirigida aos/às idosos/as do concelho no dia 1 de outubro, designadamente atividades cinotécnica e equestres, um espetáculo dinamizado por instituições com respostas sociais na área do envelhecimento e um lanche convívio partilhado. Participaram cerca de 380 idosos/as.

Candidatura ao Prémio Nacional do Ano 2014

A Universidade do Minho lançou a plataforma UM-Cidades, com a qual pretende “contribuir para preencher a lacuna entre o conhecimento, a política e a prática na temática das cidades e das regiões”. Um dos projetos-âncora desta plataforma, denominado Prémios Município do Ano Portugal 2014, “visa reconhecer e premiar as boas práticas em projetos implementados pelos municípios com impactos assinaláveis no território, economia e/ou sociedade, que promovam o crescimento, a inclusão e/ou a sustentabilidade”. O Município apresentou uma candidatura do Centro Comunitário

de Voluntariado de Ourém aos Prémios Município do Ano Portugal 2014. De entre as 98 candidaturas remetidas, o Município de Ourém foi um dos finalistas nomeados para a cerimónia de entrega de prémios, para a categoria Região Centro.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém (CPCJ): Comissão Alargada

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém, na sua modalidade alargada, aprovou, no dia 29 de janeiro, por unanimidade, o relatório de atividades referente ao ano 2014 e o plano de ação para 2015.

Da análise ao relatório de atividades importa salientar o seguinte: processos activos: 115 (dez 2014); média processos activos: 106,92/mês; média processos arquivados: 4,92 processos arquivados/mês, num total de 59; média processos transferidos para o Ministério Público: 1,08/mês; média processos encerrados liminarmente: 1,67 processos//mês; freguesias com maior nº de processos: Piedade (34), Fátima (33), Misericórdias (15), Freixianda (7) e Atouguia (6); freguesias com menor número de processos: Ribeira do Fárrio e Seiça (4), Matas (3), Caxarias, Gondemaria e Olival (2), Casal dos Bernardos, Formigais e Urqueira (1), Alburitel, Cercal, Espite e Rio de Couros (0); média etária: 10,4 anos; problemáticas associadas à sinalização mais expressivas: violência doméstica (30%), negligência (26%), exposição a comportamentos desviantes (19%) e comportamentos graves, anti-sociais e indisciplina (13%); medida mais frequente: apoio junto dos pais (45%), processos sem medida (37%); medida mais frequente: apoio junto dos pais (45%), processos sem medida (37%).

Foram ainda referidas as principais atividades dinamizadas pela Comissão ao longo do ano 2014: terceira edição do projeto de voluntariado docente “Tempo para ensinar. Tempo para aprender”; sessão de esclarecimento sobre “A função do Juiz Social na Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens”, “Semana Aventura 2014”, ação de sensibilização sobre “Violência no namoro”, ciclo de formação sobre “Intervenção em crise”, e sessões de música para crianças dos 0 aos 3 anos. Para o ano 2015 a CPCJ pretende dar continuidade à maioria das atividades levadas a cabo anteriormente, anunciando a pretensão de, em conjunto com as forças de segurança, levar a cabo ações de sensibilização sobre “substâncias ilícitas e intervenção no risco da

toxicodependência” e sobre “os perigos da internet”. Será ainda reforçado o projeto de educação parental “Crescer em família” e será assinalado o “mês de prevenção de maus tratos”. Como projetos estratégicos para o trabalho da CPCJ alargada salientou-se a continuidade do Projeto Tecer a Prevenção.

Música para crianças dos 0 aos 3 anos

Este projeto visa proporcionar uma atividade em que pudessem participar pais e filhos/as, numa interação de afetividades paterno-infantis, num ambiente de relaxamento; exercitar as capacidades cognitivas das crianças através dos benefícios que a música e jogos musicais exercem sobre elas; e proporcionar momentos de brincadeira através de um ambiente lúdico-musical. Ao longo do ano participaram 279 crianças, o que significou uma média por sessão de 28 crianças.

Centro de Competências e Aconselhamento para Jovens

O Centro de Competências e Aconselhamento para Jovens pretende apoiar jovens até aos 25 anos que se encontrem em situações de vida fragilizadas (desemprego, dificuldades de definir um projeto de vida, absentismo e abandono escolar, problemas psicológicos que provocam disfuncionalidade nas vivências sociais e comunitárias, entre outros).



Este projeto visa desenvolver competências para a empregabilidade através de estratégias criativas e não convencionais; fomentar a participação social e comunitária, de forma a estimular sentimentos de competência e autoconfiança; prevenir o risco de abandono escolar precoce, desocupação e desemprego; e prevenir percursos de vida desajustados, desintegrados da sociedade e até delinquentes.

O apoio pode ter várias vertentes:

- Apoio à autonomização;
- Apoio na construção de um projeto de vida;
- Aconselhamento psicológico;

- Criação de espaços que estimulem competências e promovam a sociabilidade e desenvolvimento pessoal;
- Ligação a redes de instituições que permitem a prática do voluntariado;
- Trabalho em rede com instituições relacionadas com o emprego e educação que permitem o encaminhamentos destes jovens para o mercado de trabalho;
- Observatório do abandono escolar e desemprego jovem.

2.3.3.2 – Divisão de Ação Cultural

Associativismo, Desporto e Juventude

- Apoio ao Associativismo 2014 (técnico, logístico e equipamentos);
- Preparação da proposta do Cartão Municipal Jovem;
- Programa Marcha e Corrida de Ourém, Espaço Jovem (Segunda-feira: 10h00-12h00; Quarta-feira: 18h00 -20h00; Sexta-feira: 16h00-18h00);
- Organização do programa de caminhadas “Passo a Passo” pelas freguesias de Urqueira (9 de fevereiro) e N.ª Sr.ª da Piedade (23 de fevereiro);
- Realização semanal (quintas-feiras) do projeto do “Mexa-se com a Idade” destinado a utentes de lares e/ou centros de dia.
- Instituições visitadas: Residencial Sénior Fátima Spa Clube, Centro Social e Paroquial da Atougua, Lar residência Abrigo N. S. Ajuda – Alburitel, Centro de Dia das Matas, Casa Diocesana do Clero Leiria – Fátima, Centro Social Paroquial de Rio de Couros.
- Apoio à realização da Maratona de BTT Ourém;
- Organização do Encontro “Vantagens das Associações RNAJ”, dia 21 de fevereiro, com as participações do Instituto Português da Juventude, da federação de Associações Juvenis do distrito de Santarém e do Conservatório de Música de Ourém-Fátima;
- Emissão de pareceres técnicos nas áreas do desporto e do associativismo e elaboração de minutas de protocolos de cooperação entre o Município e coletividades concelhias;
- Preparação da CENOURÉM 2014;

- Apoio à Associação Recreativa e de Propaganda de Ourém e à Associação Recreativa e Cultural Atouguiense nos projetos de alterações às respetivas sedes;
- Gestão do Espaço Jovem;
- Dia Mundial da Dança, 27 de abril (Workshop pelos bailarinos da companhia de dança de Almada no Cineteatro Municipal; Performance pelos alunos da academia Arabesque na Praça Mouzinho de Albuquerque e espetáculos de dança com a Companhia de Dança de Almada “RIOT” e escolas de danças de Ourém no Cineteatro Municipal);
- “Encontro Juventude & Europa”, 12 de abril (animação infantil na BMO e nas praças da cidade; prova de orientação; concerto em parceria com o Arte Caffé);
- “Correr ou caminhar... o importante é exercitar” - Atividades voluntárias e gratuitas no Parque Dr. António Teixeira:
 - o Às quintas feiras: aula de Body Combat e Caminhada/Corrida de 5 km.
 - o Às sextas feiras: caminhada de 2km destinada ao público sénior.
- Conceção de projeto pedagógico do regulamento das férias ativas a realizar durante o mês de julho;
- Candidatura ao programa OTL do IPDJ;
- Workshop “Contigo à conversa sobre...Promoção da Linguagem e fala da criança”, 05 de abril;
- “Passo a Passo” pelas freguesias de: Caxarias (11 de maio), Cercal (18 de maio), Rio de Couros (08 de Junho);
- Conceção e dinamização do projeto PARQUE ANIMA: Projeto de animação desportiva de verão no Parque da Cidade António Teixeira. Inauguração em 19 de Junho;
- Apoio técnico no registo de novas associações;
- Lançamento do projeto “CENOUREM 2014 – Teatro em Itinerância Concelhia” pelas Juntas de Freguesias e Associações do Concelho.
- Participação na Festa da Criança, de 2 a 6 de Junho (realização de oficinas pedagógicas e atividades desportivas);
- Colaboração nas atividades de férias desportivas com o Clube Atlético Ouriense para crianças dos 6 aos 16 anos;

- Apoio à iniciativa Jorge Pina - Corre por mais Portugal, realizada a 8 de outubro;
- 9.º Encontro Nacional de Tocadores de Instrumentos Tradicionais, a 07 de dezembro no Centro de Negócios de Ourém. Organização da Casa do Povo de Fátima, do Grupo de Concertinas de Ourém e do Município de Ourém;
- Natal Auren Chess. Realização a 23 de dezembro no Cineteatro Municipal de Ourém. Iniciativa da Escola e Município de Ourém;
- Reunião do Conselho Municipal da Juventude de Ourém, a 5 de dezembro;
- Férias ativas, de 17 a 23 de dezembro de 2014. Organização do Município de Ourém e do Clube Atlético Ouriense.

Artes e ação cultural

- Exposição de fotografia “Silêncios”, por Feliciano Pipa, de 16 de dezembro a 03 de janeiro;
- Exposição de fotografia “Surrealismo”, por André Boto, de 10 a 31 de janeiro;
- Quarta Exposição de Modelismo, pelo Clube de Modelismo de Leiria, de 01 a 09 de fevereiro;
- Exposição “Breve História do Parlamentarismo Português”, pelo Museu da Assembleia da República, de 17 a 28 de fevereiro;
- Workshop de fotografia conceptual/ photoshop avançado, por André Boto (7, 8 e 9 de fevereiro);
- Preparação da Via-sacra ao vivo na Vila Medieval;
- Apoio logístico e divulgação de eventos realizados por coletividades, juntas de freguesia e outras entidades;
- Agenda mensal da cidade e participação na distribuição da agenda quinzenal do Município;
- Gestão da Oficina do Castelo;
- Participação nos trabalhos de análise do projeto do Fórum Cultural na componente da valorização patrimonial do edifício pré-existente e na componente programática do edifício;
- Apoio logístico à produção cinematográfica “O milagre de Fátima”, pelo CINEMATE;

- Exposição de Fotografia “Proteção Civil” por Óscar Rodrigues - 1 a 22 de março;
- Exposição de Fotografia “Rostos de Timor” de António Cotrim - 5 a 25 de abril;
- Comemorações oficiais do 25 de abril / 40 anos de democracia em Ourém;
- Participação no processo de acolhimento da Delegação de Teruel a Ourém;
- Programação e coordenação da organização das Festas do Município 2014;
- Exposição “uma vida em imagens” de António Tomás, 10 a 30 de maio;
- Exposição “ flamenco” de Alcino Vieira, 6 a 27 de junho;
- Encontro nacional de veículos elétricos, 13 e 14 de junho;
- Danças na Praça, 6 de maio;
- Envio de elementos para o Turismo Centro de Portugal para o projeto “Acontece ao Centro”;
- Preenchimento e envio de inquéritos INE sobre as áreas cultural e desportiva;
- Exposição “All Together” da escola AMARTE, 9 a 30 de julho;
- Exposição “Linhas que falam” de Artistas e Artesãos Ourieenses, 4 a 17 de Agosto;
- Exposição “Sobreviventes - Imagem de um mundo a preservar” de Filipe Silva, 23 de agosto a outubro;
- Exposição coletiva Hans Christian Andersen na sala de exposições dos Paços do Concelho, inaugurada a 31 de outubro;
- Exposição de fotografia: “Sobreviventes, imagens de um mundo a preservar,” por Filipe Silva, patente até 10 outubro, no espaço de exposições dos Paços do Concelho;
- Apoio ao concerto Esgotofonia, realizado a 11 de outubro, no Parque da Cidade António Teixeira, numa parceria SIMLIS, Município de Ourém e Ourearte;
- Apoio logístico à atividade Bolo Rei Solidário, realizada a 9 de novembro, por iniciativa da Pastelaria Camões, revertendo a favor do Centro de Recuperação Infantil de Ourém (CRIO).
- “Árvores de Natal – contos, ambições e sonhos de natal”. Decoração de natal de 27 árvores públicas na cidade de Ourém por 24 entidades de todo o concelho (escolas, instituições particulares de solidariedade social e coletividades;

- Lançamento de concurso de artes Hans Christian Andersen;
- Espetáculo de música e dança Os cisnes selvagens, pela Arabesque (Academia de Dança e Representação) e Associação Filarmónica 1.º Dezembro e Artística Vilarense Reis Prazeres;
- “Festa Andersen” - Dramatização de Histórias pelos alunos do Centro Escolar da Caridade, a 05 de dezembro, no cineteatro municipal de Ourém;
- “Andersen FM”- Espetáculo de teatro pelo Grupo de Teatro Apollo, a 06 de dezembro, no cineteatro Municipal de Ourém;
- “Natal + com Andersen” - Espetáculo de música e dança pela Escola Básica e Secundária de Ourém e pela Sociedade Filarmónica Ouriense, a 12 de dezembro, no cineteatro Municipal de Ourém;
- Acolhimento e apoio à instalação de esculturas nas praças e jardins da cidade de Ourém, no âmbito do projeto Hans Christian Andersen; conceção e apoio à produção e instalação permanente de escultura alusiva na Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida;
- Comemoração do dia internacional contra a pena de morte: "Cidades pela Vida - Cidades contra a Pena de Morte". Iniciativa da Comunidade de Sant'Egídio, fundadora da rede de Municipalidades, com iluminação e inscrição "Cidades pela vida" no edifício Antiga Casa dos Magistrados, nos dias 29 e 30 de novembro e dia 1 de dezembro.

Museu Municipal e Património Cultural

Investigação, documentação e conservação

- Registo fotográfico, estudo e inventário do espólio do MMO e carregamento da base de dados OUREANA;
- Desinfestação de emergência do espólio etnográfico;
- Campanha de limpeza de cantarias interiores da Capela da Perucha;
- Workshop de “Conservação preventiva e curativa de madeiras”;
- Workshop “Encadernação em pele e Gravação” em 18 e 25 de janeiro;
- Participação na solução de conservação da Ponte dos Namorados;
- Investigação, programação e tratamento de documentação e de bens a integrar no projeto “Espaço de Memória” dos antigos Paços do Concelho;

- Reativação da proposta de regulamento de valorização da gastronomia tradicional de Ourém.;
- Projeto de iluminação da cisterna do Castelo e da antiga Colegiada de Ourém;
- Campanha de limpeza da Fonte e Cruzeiro do Olival;
- Conclusão do acompanhamento das obras da capela da Perucha;
- Candidatura a programa de financiamento promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian para investigação arqueológica na capela de São Sebastião;
- Integração do Museu Municipal na Rede Portuguesa de Museus;
- Conclusão da intervenção de limpeza da Fonte Gótica do Centro Histórico;
- Intervenção de valorização do Memorial aos Antigos Combatentes (conservação e conceção de painel interpretativo);
- Conservação e restauro de documentos e livros de atas do Arquivo Histórico;
- Levantamento fotográfico do espólio etnográfico;
- Workshop “Introdução à construção e reabilitação de edifícios em Taipas, 27 e 28 de junho;
- Participação, com comunicação, no 1.º seminário “museus e desenvolvimento turístico”, organizado pelo Instituto Politécnico de Tomar (12 de Junho);
- Higienização de livros de atas do arquivo municipal;
- Conclusão do projeto de iluminação da antiga Colegiada de Ourém;
- Intervenção de valorização da Fonte de Seiça, com o apoio da Ourémviva e Junta de Freguesia de Seiça;
- Receção e análise do relatório final da campanha arqueológica na Capela de São Sebastião em 2014;
- Empréstimo de peças e documentos, ao Santuário de Fátima para a exposição temporária “Neste Vale de Lágrimas”;
- Intervenção de conservação e restauro de plantas documentais e livros de atas incorporados no Arquivo Municipal;
- Dinamização da rubrica de divulgação do património cultural “Sabia que?”;
- Disponibilização de informação sobre o património cultural do concelho;
- Acompanhamento, com a DOM, das obras de alteração das instalações sanitárias da Vila Medieval.

Exposição, Serviço educativo e cultural

- Quintas com música pela AMBO, 23 de janeiro;
- Concerto de guitarra clássica, 25 de janeiro;
- Acontece no Museu: Documentário “Depois liga para cá”, 7 de fevereiro;
- Realização de oficinas pedagógicas no museu e em itinerância pelas instituições do concelho;
- Conceção de duas novas oficinas pedagógicas”;
- Atendimento e disponibilização de informação sobre o património cultural do concelho;
- Espetáculo de música pelo grupo “Tabacaria”, 1 de março;
- Peça de Teatro “É Cancro, é pois é?”, 16 de março;
- Peça de Teatro “Florbelas Espancas – a hora que passa”, 28 de março;
- Workshop de Fotografia de Natureza de 12 e 13 de abril;
- Implementação da nova oficina pedagógica “A sementinha mágica”;
- Casa do Administrador: Inauguração da exposição temporária na Casa do Administrador “Roberto Chichorro – Ilustração Infantil” e apresentação do livro: “Sebastião Toupeira” de António Galamba, 1 de junho;
- Comemoração do 5º Aniversário do MMO e adesão à Rede dos Museus, incluiu dia aberto com: insufláveis, danças da Europa, documentário “Ciclos agrícolas” e oficinas pedagógicas, 04 de julho de 2014;
- Realização do primeiro festival de cinema “CinANTROP”, dias 19 e 20 de julho, na Casa do Administrador e Torreão do Castelo;
- Danças na Praça com danças da Europa a 12 de setembro;
- Preparação do primeiro “Festival de setembro – música e outras artes” de 25 a 27 de setembro;
- Inauguração da exposição coletiva Hans Christian Andersen, a 31 de outubro, na Casa do Administrador;
- Exposição de fotografia “Aquabilis” de José Valverde, patente até 26 de outubro, na Galeria Municipal;
- Inauguração da exposição de pintura “Anjos Novos” de Catarina Machado, patente de 1 de novembro a 30 de dezembro, na Galeria Municipal;

- Ateliê de desenho com o pintor Roberto Chichorro e os utentes do CRIO E CRIF nos dias 2 e 3 de outubro;
- Conferência: “Arqueologia em Ourém: camponeses, artesãos e viajantes de há 3000 anos”, por Raquel Vilaça, a 9 de outubro no auditório dos Paços do Concelho (85 participantes);
- Danças no museu a 10 de outubro e 4 de novembro;
- Participação na cerimónia pública de adesão do Museu Municipal de Ourém na Rede Portuguesa de Museus, a 14 de novembro no Palácio Nacional da Ajuda;
- Celebração do centenário de Henrique Oliveira Santos, herdeiro do administrador Artur Oliveira Santos, na Casa do Administrador, a 13 de dezembro;
- Apoio logístico à IV Cerimónia Capitular da nossa Comenda de Tomar, realizada a 29 de novembro no Torreão do Castelo de Ourém;
- Acolhimento da apresentação da aplicação JiTT em Ourém, na Galeria Municipal, a 18 de dezembro (organização GAPAE).

Galeria Municipal

- Exposição de Fotografia "A Casa das Glicínias" por João Galamba de Oliveira - 7 de dezembro a 2 de fevereiro;
- Exposição de pintura "Expressões da Cor" por Cláudio Silva - 7 de fevereiro a 6 de março;
- Gestão do Posto de Turismo;
- Exposição de Ilustração "Olhar o interior e trazê-lo para fora" por Helena Zália - 7 a 23 de março;
- Exposição de Pintura "Paisagem sem ti" por Francisco Ferro de 29 de março - 27 de abril;
- Exposição de Ilustração "Porcaria" de Jair Cardoso de 10 a 29 de maio; Exposição de Pintura "Imperfeições Poéticas" de Joana Lopes de 7 a 29 de junho;
- Concerto com Sir Richard Bishop no Torreão do Castelo de Ourém, 15 de maio;

- Comemoração do Dia Internacional dos Museus: Coleções em Conexão com os Museus, com a exposição “O Museu vai andar por aí...” de 16 a 30 de maio;
- Palestra “Portugal na Grande Guerra de 1914 a 1918” pelo Coronel Lemos Pires, 19 de Maio;
- Encontro à conversa com... António Frazão sobre agricultura familiar, 23 de maio;
- Acontece no Museu “Reutilização na recuperação das Igrejas” com a arquiteta Estela Safara Cameirão, 23 de maio;
- Realização de visitas guiadas à Vila Medieval;
- Exposição de Pintura "Entre outros" de Sofia Areal de 11 de julho a 10 de agosto;
- Exposição de Pintura "Encontro de Memórias" de Teresa Mendonça de 16 de agosto a 12 de setembro;
- Exposição de fotografia "Aquabilis" de José Valverde, de 13 de setembro a 26 de outubro;

Arquivo Municipal

- Recenseamento e inventário de um acervo documental doado ao Município por Marília Costa Pedro;
- Higienização, conservação preventiva, restauro e reacondicionamento de documentos soltos;
- Higienização e colmatação de lacunas da espécie bibliográfica “Cartilha Maternal”, doada por Carlos Justo Marques;
- Pesquisa de documentos relacionados com o municipalismo entre 1834 a 1980, tendo sido descritos cerca de 180 documentos;
- Pesquisa de documentos sobre a Primeira Grande Guerra de 1911 a 1922, tendo sido descritos cerca de 250 documentos;
- Atendimentos e pedidos de pesquisa e consulta presenciais e à distância e prestado o respetivo apoio na pesquisa;
- Elaboração de base de dados relativa ao Fundo Local do Concelho;
- Atualização do Digitarq, com conteúdos do Arquivo Municipal;

- Levantamento de dados relativos aos testamentos do Administrador do Concelho desde 1822;
- Transcrição de livros de atas das sessões de Câmara;
- Digitalizações de fotos da Quinta dos Poços e 500 documentos do acervo documental do Arquivo;
- Investigação relativa à passagem dos videntes de Fátima por Ourém com vista à criação da Rota dos Videntes que integrará o projeto “Espaço de Memória” dos antigos Paços do Concelho;
- Pesquisa de documentação relativa à Ponte dos Namorados;
- Pesquisa relativa às feiras e mercados no concelho de Ourém;
- Investigação relativa aos forais concedidos a Ourém;
- Pesquisa documental sobre as alterações urbanísticas de Vila Nova de Ourém desde a sua implantação.
- Digitalizações de documentos do Arquivo Municipal, na prossecução do projeto de criação do Arquivo Digital;

OFICINA DAS ARTES

- Apoio ao atelier de pintura e programação de atividades para 2014;
- Apoio ao atelier de pintura promovido pelo pintor Roberto Chichorro;
- Curso de Iniciação às Técnicas de Tecelagem, promovido pelo CEARTE – realização de 21 de outubro a 06 de novembro;
- Exposição de tapeçaria mural, da autoria de Graça Costa, patente de 29 de novembro a 31 de dezembro.

BIBLIOTECA MUNICIPAL

- “Montras com livros”, e exposição de fotografia respetiva, a propósito da comemoração do Mês das Bibliotecas Escolares;
- (Con)Tributos - Apresentação do livro “Uma família diferente” de Cátia Lopes - 22 de fevereiro;
- Exposição “As nossas aventuras” pelos pais e crianças da Creche Familiar “O Sorriso”, de 06 a 31 de janeiro;

- Fora da Estante: “Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto” – 02 a 31 de janeiro e “Centenário do Nascimento do escritor Julio Cortázar” – 01 a 28 de fevereiro;
- Projeto “Bibliomóvel”;
- Atividade “Voz das Lendas de Portugal” (com deslocações aos Centros de Dia e Lares de Idosos, às quartas feiras);
- Atividade “Histórias com... movimento”, à sexta-feira, para crianças dos 06 aos 11 anos, à volta do livro “Depressa e Devagar” de Layn Marlow;
- Atividade “Afetos e uma manta!”- Hora do Conto à volta do livro “A manta” de Isabel Minhós Martins, seguida de atividade lúdica, para crianças dos 03 aos 06 anos;
- Catalogação no programa Bibliobase de livros e DVD’s doados à BMO;
- Organização e participação nas reuniões do Grupo de Trabalho Concelhio da Rede de Bibliotecas do Município de Ourém;
- Palestra sobre Hiperatividade, no dia 17 de fevereiro, por Cátia Domingues.
- Exposição “Vida em movimento, desafio ao tempo” do Centro Social e Paroquial da freguesia de Atouguia - 03 a 31 de março;
- Exposição “Registos com Arte” de Maria Salomé Batista, - 02 a 30 de abril;
- Fora da Estante: “Agricultura - Ano Internacional da Agricultura Familiar” - 03 a 31 de março e “40 anos de abril” de 01 a 30 de abril;
- Organização da Feira do Livro 2014 de 10 a 21 de março;
- Exposição “InstalARTE” dos alunos da EB 2,3 D. Afonso Conde de Ourém, de 05 a 30 de maio;
- Exposição de artesanato “As cores da infância” de Maria João Pato, em junho;
- Fora da Estante: “Mês do Autor Português” de 02 a 30 de maio e “Luís Vaz de Camões” em junho;
- (Con)Tributos - Lançamento do livro “Nas asas do corvo”, de Maria Gaspar, dia 24 de maio;
- Folhas Mágicas – Workshop de artesanato para pais e filhos - sábados 07 e 14 de junho;
- Xadrez na Biblioteca – aulas gratuitas de xadrez, em colaboração com a Academia de Xadrez PEscola;

- 40 – O que queremos para nós? (Portugal 1974-2014) – Conferência subordinada ao tema “Portugal, que país será este em 2020? Um olhar intergeracional”, no dia 02 de junho, com Professor Doutor Freitas do Amaral, Professor Doutor Joel Hasse Ferreira, Dr. Telmo Faria e Dr. Carlos Silva;
- Palestra sobre “Coaching em contextos educativos”, no dia 02 de julho – das 18h às 20h, com a Psicóloga Mafalda Branco;
- Exposição "Exposição de desenho a carvão "Os meus Rabiscos" por Sílvia Brota, de 02 a 31 de julho;
- Exposição de artesanato “Os olhos do medo”, pela AmArte – Escola de Artes, de 04 a 29 de agosto;
- Exposição de tapeçaria em ponto cruz “A linha e a tinta”, por Filipe Antunes dos Santos, a decorrer até 30 de setembro;
- Fora da Estante: “Histórias dos avós”, de 02 a 31 de julho, “Igualdade de género”, de 01 a 29 de agosto e “Antero de Quental” em setembro;
- (Con)Tributos - Apresentação do livro “São Brás acuda ao rapaz – Vida de São Brás contada às crianças” de Filipe Antunes dos Santos, dia 19 de setembro;
- Histórias com animais - Hora do Conto nos meses de agosto e setembro, à volta do livro “Vamos nadar, Baltazar” de Nick Ward, seguida de atividade de expressão plástica.
- Exposição Hans Christian Andersen, inaugurada a 31 de outubro de 2014. Visitas guiadas diariamente durante o funcionamento da BMO;
- Fora da Estante: “Castelos de Portugal”, de 01 a 31 de outubro; “José Saramago”, de 01 a 30 de novembro; e “Hans Christian Andersen” durante dezembro;
- Brinca com Andersen - Hora do Conto para alunos do ensino pré-escolar. Realização a 03, 10, e 24 de novembro e 01, 15, e 19 de dezembro;
- Conta com Andersen - Hora do Conto para alunos do 1º CEB. alização a 03, 10, 17 e 24 de novembro e 01, 15 e 18 de dezembro;
- Hora do Conto em Família “A bruxa Mimi”, realizada a 15 de novembro;
- Oficina de Música - “O Caracol Mi-Fá-Sol” realizada a 29 de novembro;
- Teatro Zumbado da Mané e da Mãe Natal, realizado a 06 de dezembro;
- Pais e filhos com música, realização a 20 de dezembro;

- Histórias de Sempre: Deslocações a lares e centros de apoio a idosos, a 05, 12, 19 e 26 de novembro e a 03 e 10 de dezembro.

Elementos estatísticos

Relativos à Biblioteca:

- Inscrição de novos leitores – 124

Número de atendimentos e requisições:

- Até aos 11 anos – 330 pessoas;
- Dos 12 aos 16 anos – 434 pessoas;
- A partir dos 17 anos – 1356 pessoas;
- Total – 2244 pessoas
- Livros requisitados para casa – 3956
- DVD's requisitados para casa - 718

Ocupação do Espaço Internet:

- Até aos 11 anos – 108 pessoas;
- Dos 12 aos 16 anos – 429 pessoas;
- A partir dos 17 anos – 3000 pessoas.
- Total – 3537
- Masculino – 1865 pessoas;
- Feminino – 1708 pessoas.

Participação nas atividades de **Hora do Conto** e **Oficinas**:

- “Histórias com movimento” – 353 crianças;
- “Conta com Andersen” – 253 crianças;
- “Vamos nadar, Baltazar!” – 126 crianças;
- “Afetos e uma manta” – 355 crianças;
- “Brinca com Andersen” – 387 crianças;

- “A voz das Lendas de Portugal” – 17 Lares e Centros de Apoio a Idosos usufruíram da atividade;
- “Histórias de sempre” – 12 Lares e Centros de Apoio a Idosos usufruíram da atividade;
- “Palestra sobre Hiperatividade” – 48 participantes;
- Conferência “40 – Portugal 1974-2014 – O que queremos para nós – 60 participantes;
- Xadrez na Biblioteca – 25 sessões com uma média de 6 participantes por sessão;
- Workshop de artesanato para pais e filhos (aos sábados) – 3 sessões com uma média de 6 participantes por sessão;
- “A Bruxa Mimi” – 10 participantes;
- “Pais e filhos com música” – 10 participantes;
- “O caracol mi-fá-sol” – 23 participantes;
- “Teatro zumbado da Mãe Natal” – 15 participantes.

Feira do Livro – 2014

Registámos **1210 participantes nas várias sessões**, ão havendo quantificação do número de visitantes.

Complementarmente, será de referir a realização de 3 sessões de (Con)Tributos, 10 Exposições temporárias e 12 Fora da Estante.

2.3.4 – Divisão de Gestão Urbanística (DGU)

A atividade desenvolvida na DGU tem como finalidade principal, o licenciamento/admissão/autorização de operações urbanísticas.

A seguir descrevem-se as principais vertentes desta atividade:

Setor de licenciamento, admissão e autorização de operações urbanísticas (setor técnico):

- Apreciação e informação de processos respeitantes a pedidos relativos a controlo prévio de licenciamento, de comunicações prévias e de autorização de utilização. Esta análise é feita, verificando o enquadramento dos processos nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, e na legislação e normas em vigor.
- Realização de vistorias, com vista à concessão de autorização de utilização e receção de loteamentos, ao abrigo do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro com as respetivas alterações.
- A concessão de autorização de utilização pode ainda ser efetuada ao abrigo de legislação específica, designadamente a relacionada com Empreendimentos Turísticos, Postos de Abastecimento de Combustíveis, Estabelecimentos Industriais, etc.
- Análise e informação de Pedidos de Certidões, com vista à certificação (certidões de destaque, de propriedade horizontal, etc.).
- Análise e informação de exposições, pedidos de esclarecimentos, área de parcela edificável, reclamações, denúncias, ou outras, relacionadas com assuntos da DGU.

Setor de Apoio Administrativo

- Emissão de alvarás de licença de obras/utilização.
- Levantamento de todos os processos que estavam a aguardar resposta por parte do requerente e cujo prazo já tinham expirado, tendo sido informados para uma decisão superior. Estas tarefas, foram também executadas para os processos que se encontram aprovados/deferidos e sujeito a despacho de aperfeiçoamento, respeitando os prazos legais previstos.
- Levantamento de algumas situações a contemplar/alterar na tabela de taxas e outras receitas do Município.
- Elaboração de fluxogramas dos procedimentos a aplicar na divisão
- Notificação dos requerentes para efeitos do nº 3 do artº 1º do Decreto-Lei 120/2013 de 21/08.
- Criação de brochura relacionada com a atividade de Alojamento Local (AL).

- Participação em Sessões de Esclarecimento relacionada com AL.
- Registo de Estabelecimentos de AL.
- Criação de brochuras relacionadas com o DL n.º 165/2014 de 05/11.
- Sessão de Esclarecimentos relativa ao DL n.º 165/2014 de 05/11.
- Envio de ofícios a potenciais interessados relacionados com as atividades referidas no DL n.º 165/2014 de 05/11.
- Conferência e atualização do estado dos processo no SPO que se encontram ainda em situação de tramitação.
- Inserção de processos e alvarás de construção (anos 2000 e seguintes) que não se encontravam informatizados.

Atendimentos efectuados pelos colaboradores da DGU

Os técnicos da DGU efectuam atendimento diário, sendo que os atendimentos com a Chefe de Divisão ocorreram às quintas-feiras de manhã e perfizeram um total de 1152 atendimentos. Estes atendimentos servem para esclarecer técnicos e munícipes/requerentes para a instrução dos processos. Neste atendimento os processos são recebidos pelos técnicos no sentido de se fazer uma análise para verificar se os mesmos se encontram bem instruídos. O tempo médio de análise de processos pelos técnicos é de 7 (sete) dias.

Quadro – Requerimentos (por tipo) recebidos pelos serviços da DGU

Requerimento por tipo de pedido	Quantidades	
	2013	2014
Pedido de Destaque	2	10
Ocupação da Via Pública	12	10
Pedido de Informação Prévia - Edificação	15	16
Pedido de Autorização de Utilização	196	170
Pedido de Lic. Operações Loteamento (alteração)	7	6
Pedido de Licenciamento	199	219
Projectos de Especialidade	149	130
Pedido de Licenciamento Instalação Combustíveis	7	12
Pedido de Substituição	52	72
Anexação de Elementos ao Projecto	548	552
Prorrogação Alvará/Comunicação Prévia	45	29
Pedido de Vistoria - Combustíveis	3	5
Pedido de Emissão de Alvará de Utilização	186	152

Pedido de área de Parcela Edificável	2	2
Comunicação Prévia - Obras	42	45
Pedido de Emissão de Alvará	229	219
Autorização para Execução de Redes e Ramais	1	1
Pedido de Averbamento - Combustíveis	0	2
Pedidos Vários - Licenciamento Industrial	3	12
Pedido de Vistoria - Licenciamento Industrial	3	3
Regime Excecional de Extensão de Prazos	0	27
Pedido de arquivamento de processo	0	4
Pareceres de entidades externas ao Município de Ourém	9	6
Ficha Técnica de Habitação	12	18
Licenciamento Zero	0	42
Averbamento - Entidade Exploradora	0	1
Pedido Certidão Propriedade Horizontal	2	2
Pedido de Vistoria	1	1
Informação Técnica	4	21
Pedido de Vistoria a Obras Degradadas	1	15
Entrada SGD	166	67
Pedido Autorização Instalação - Indústrias	4	6
Exposição	390	386
Alojamento Local - MCP de Abertura	0	74
MCP de Instalação de Estabelecimento	0	47
MCP de Modificação de Estabelecimento	0	49
MCP de Encerramento de Estabelecimento	0	5

Quadro – Alvarás emitidos (por tipo)

Alvarás emitidos por tipo	Quantidades	
	2013	2014
Averbamento de Combustíveis à Licença de Utilização	3	4
Certidão de Destaque	0	9
Combustíveis	1	3
Demolição	4	7
Especial Acabamentos - Art.º 88.º	3	3
Obras	201	189
Ocupação da Via Pública	10	12
Título de Exploração - Licenciamento Industrial	4	7
Título Exp. Lic. Industrial - Leg. Antiga	6	15
Utilização	187	153

2.3.5 – Divisão de Tecnologias da Informação e Comunicação (DTIC)

No âmbito da atividade desenvolvida pela DTIC merecem particular destaque as seguintes áreas de intervenção:

1. Modernização administrativa:

- o Em 2014, obteve-se a aprovação da AMA (Agência para a Modernização Administrativa) para os cadernos de encargos da primeira fase de implementação do projeto SAMA, onde serão efetuados investimentos de 61 mil euros, com 85% de comparticipação de fundos comunitários;
- o Entrada em produção a 28 de abril, da plataforma de acesso mediado para os pedidos de Licenciamento Zero (PMC – Plano Multicanal), em que Ourém esteve entre os 10 primeiros municípios a aderir à plataforma e foi o 2º município do distrito de Santarém, sendo o primeiro o Município de Abrantes;
- o Entrada em funcionamento do Balcão do Empreendedor – BdE, que ocorreu em junho. Esta plataforma de apoio ao licenciamento zero, embora da responsabilidade da AMA (Agência para a Modernização Administrativa), contém informação referente ao Município de Ourém, nomeadamente os custos, os critérios e as formalidades associados a cada serviço, que foi carregada pela DTIC, tendo sido disponibilizados 48 serviços de diversas áreas do Município de Ourém. Desde a entrada em produção do BdE, deram entrada 352 pedidos;
- o Dando continuidade ao trabalho iniciado anteriormente e com a entrada em funcionamento do MyNet Atendimento como ferramenta de apoio ao Balcão Único de Atendimento, foram desenvolvidos mais formulários eletrónicos e reformulados ou melhorados os existentes. Assim, uma boa parte dos pedidos efetuados no Balcão Único, são preenchidos em formato digital, ficando automaticamente registados no Sistema de

Gestão Documental, melhorando, desta forma, o tempo de resposta dado aos pedidos dos munícipes;

2. Apoios prestados pela DTIC:

- o Disponibilização de acesso à Internet ao médico e enfermeiro da equipa da medicina no trabalho. Numa primeira fase a Internet foi fornecida no antigo edifício da Câmara e posteriormente, realizou-se a sua mudança para o espaço do antigo edifício da PSP;
- o Colaboração com a DEP, na elaboração dos mapas de infra-estruturas de comunicação e dados para o projeto de remodelação do antigo edifício dos Paços do Concelho.

3. Desenvolvimento interno:

- o Desenvolvimento do Sistema de Partilha de Ficheiros (disponível em <http://cloud.cm-ourem.pt>) que permite aos serviços da autarquia disponibilizarem na Internet ficheiros de grandes dimensões em vez de os remeterem por email;
- o A DTIC colaborou com a DPOT, num espírito aberto e de equipa, para implementação de um projeto de software de SIG baseado em soluções abertas (opensource), mas que ao mesmo tempo permite o aproveitamento dos investimentos feitos anteriormente, sendo esta uma solução pioneira a nível nacional. Com este projeto o Município de Ourém irá poupar em licenciamento de software, aproximadamente 100 mil euros nos próximos cinco anos. Durante o período em análise, foi realizada uma apresentação do nosso projeto de SIG na CIMT aos restantes municípios tendo alguns manifestado a vontade em replicar o nosso exemplo;
- o Desenvolvimento e disponibilização a partir da intranet, de uma aplicação que permite a cada funcionário consultar os dias de férias a que tinha direito em 2014. Esta aplicação permitiu também à Secção de Recursos Humanos atualizar os dias de férias para cada funcionário;

- o Aumento da capacidade instalada de comunicações de voz sobre IP (VOIP) através da instalação e configuração de mais 24 extensões telefónicas;

4. Centros Escolares:

- o Conclusão da instalação do sistema de videovigilância, do sistema de comunicações, das impressoras e computadores e da ligação à Internet nos Centros Escolares de Freixianda, Olival e Ourém Nascente.
- o Apoio ao arranque do ano letivo e assistência informática a todos os centros escolares, escolas do ensino básico e jardins de infância em funcionamento;

5. Projetos intermunicipais:

- o Desenvolvimento do novo portal municipal em colaboração com os restantes municípios do Médio Tejo e com a CIMT;
- o Participação no projeto Simplex Autárquico através do envio de propostas de medidas a serem implementadas no Município de Ourém.

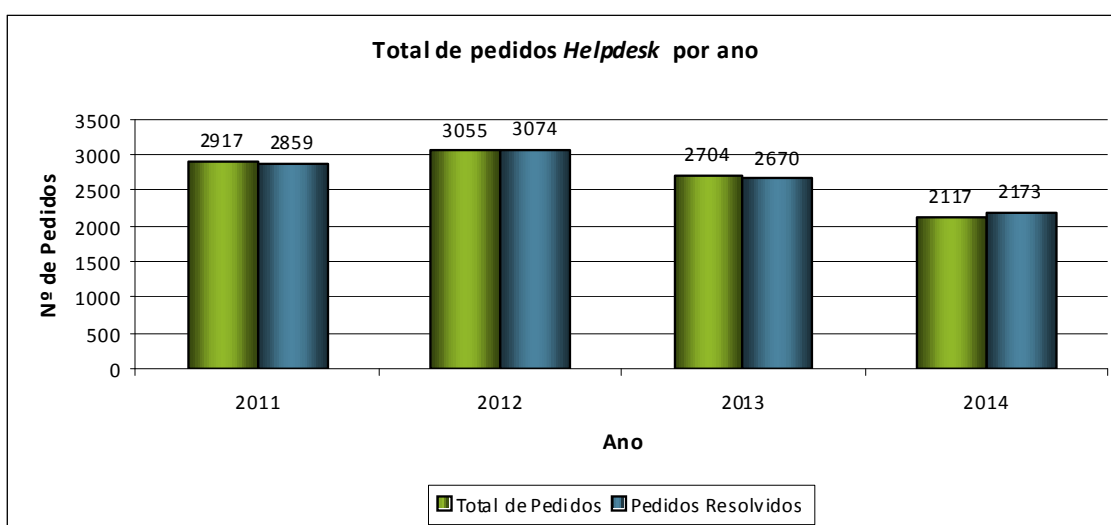
6. Protocolos/acordos realizados através da DTIC:

- o Protocolo entre a Agência para a Modernização Administrativa, I.P., e o Município de Ourém, relativo ao Licenciamento Zero e ao Sistema de Indústria Responsável, que estabelece o sistema de pagamentos eletrónicos a utilizar pelo Município de Ourém na cobrança de taxas relativas ao Licenciamento Zero e ao Sistema de Indústria Responsável através do Balcão do Empreendedor;
- o Acordo de Colaboração entre o Município de Ourém e a ACISO - Associação Empresarial Ourém-Fátima, relativo ao acesso mediado no âmbito do Licenciamento Zero, que estabelece o sistema de acesso dos técnicos da ACISO à plataforma de acesso mediado do Balcão do Empreendedor.

Indicadores de Atividade

Serviço de Helpdesk

Desde a entrada em produção do Serviço de Helpdesk, verifica-se uma média de 2700 pedidos efetuados por ano. Em 2014, registou-se uma quebra de cerca de 20% no serviço de helpdesk face ao ano anterior, que em boa medida se justifica pela instabilidade ocorrida nos recursos humanos afectos à DTIC.



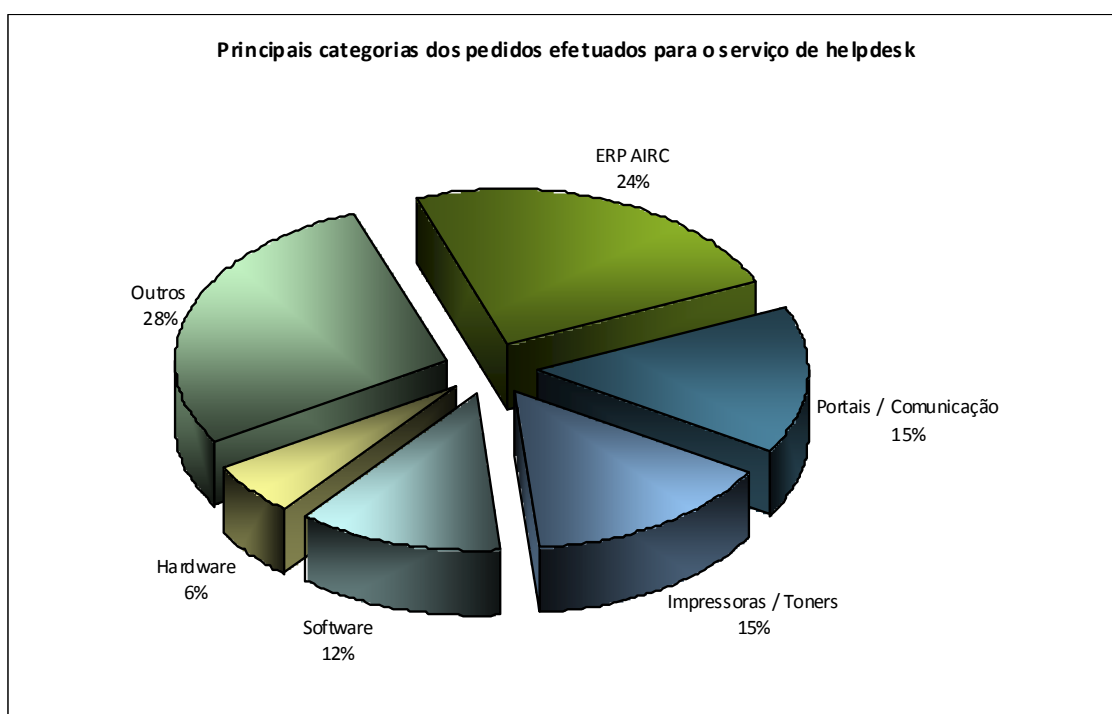
A categoria ERP AIRC inclui pedidos relacionados com as aplicações de gestão em uso no município, desde a atualização das aplicações, correções e esclarecimento de dúvidas de utilização.

A categoria Portais / Comunicação refere-se aos pedidos de publicação de conteúdos nos diversos portais geridos pela DTIC, tais como, intranet, site do Município e ao alojamento temporário de conteúdo para ser descarregado via http.

Os pedidos da categoria Impressoras / Toners referem-se a pedidos para substituição de consumíveis nas impressoras de rede e resolução de avarias das mesmas.

Todos os pedidos de reparação e substituição de equipamento informático (monitor, teclado, rato) bem como os pedidos para atualização e instalação de aplicações inserem-se nas categorias Hardware e Software respetivamente.

Os pedidos de permissão de acesso à rede da câmara e aplicações diversas, criação e gestão de contas de e-mail, apoio a eventos, reservas e empréstimos de equipamento informático, telefones, acesso à rede, escolas e jardins de infância, empresas municipais e juntas de freguesia, representam 28% dos pedidos de suporte informático.

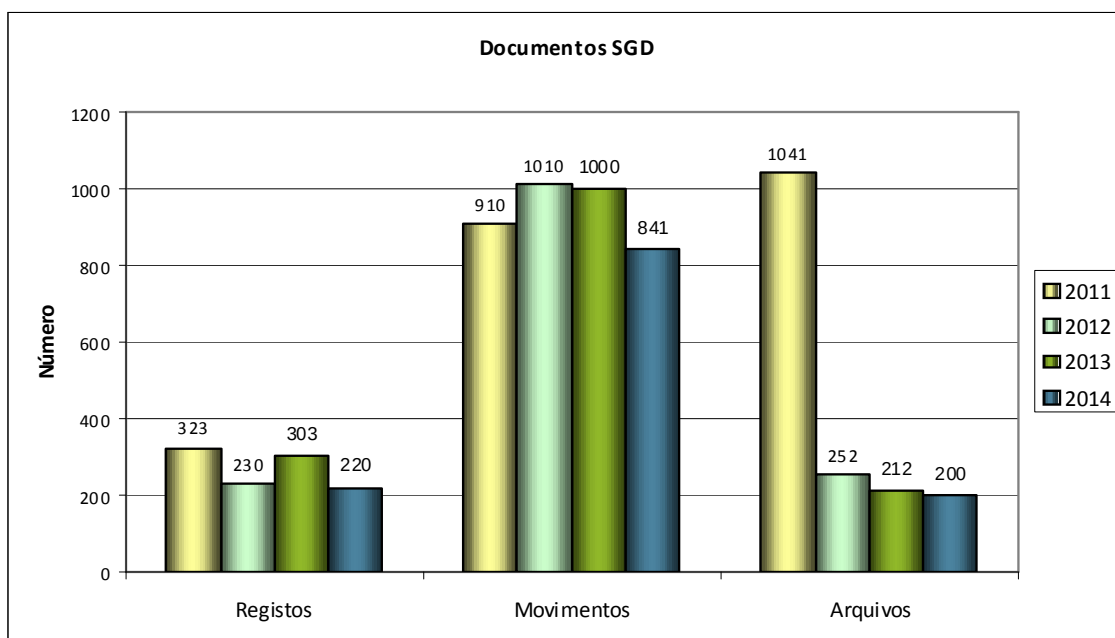


Gestão Documental

Os dados relativos à Gestão Documental também registaram quebra face ao ano anterior (27% nos registos, 16% nos movimentos e 6% nos documentos arquivados).

As solicitações efetuadas via SGD, dizem respeito ao expediente geral da DTIC e também aos registos para intervenção informática nas escolas e Centros Escolares,

que chegam através da DEAS. Estes pedidos de assistência informática a escolas e Centros Escolares, em 2014 ascenderam a um total de 85 pedidos.

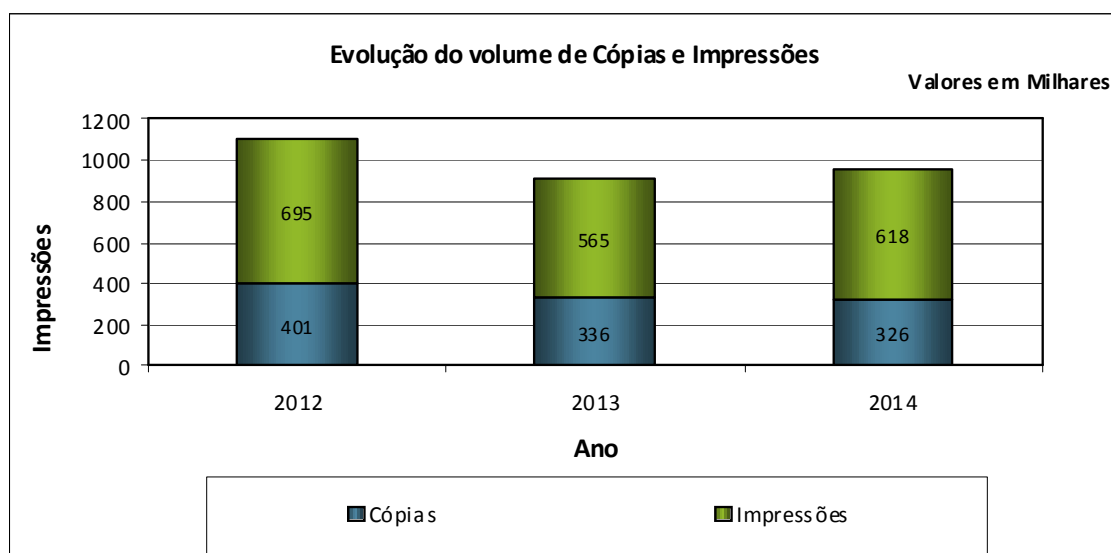


Impressões

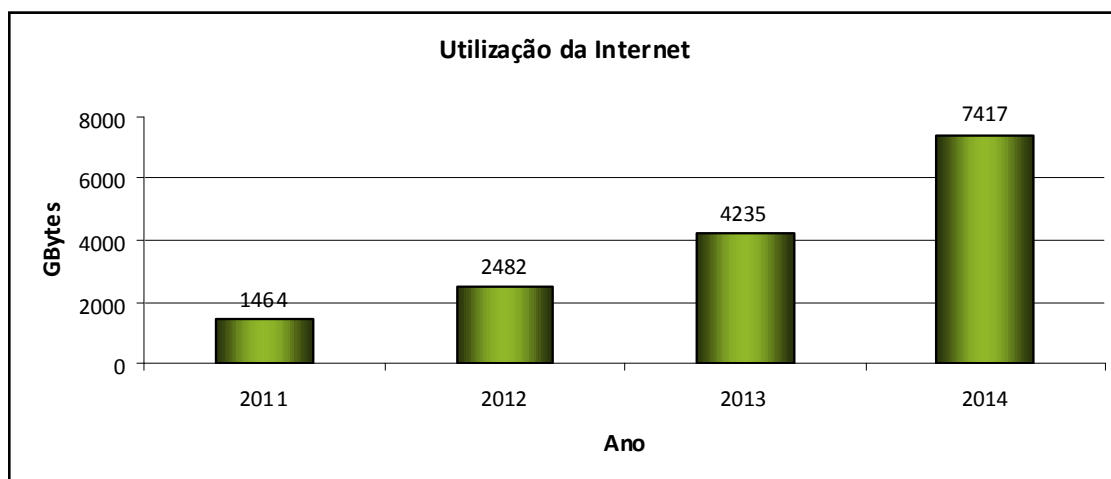
Comparativamente ao ano anterior, em 2014 nota-se um aumento de 9% no volume de impressões, enquanto o volume de cópias efetuadas no município diminui 3%. No total regista-se um aumento de cerca de 5% face a 2013, mas ainda assim representa uma diminuição de 14% face a 2012.

Da análise aos dados históricos, baseados em mais de 40 meses de utilização e mais de 3 milhões de páginas em impressões ou cópias, consegue-se apurar que 85% são cópias e impressões a preto e branco e 15% corresponde a cores.

Estes dados já serviram de referência para a elaboração do caderno de encargos do próximo contrato para este serviço estimando-se uma redução dos custos entre 20% a 40%.



Tráfego da Internet



No ano 2014 o tráfego de Internet aumentou em cerca de 75% relativamente ao ano anterior. No entanto os dados apontam para uma estabilização de consumo em torno dos 618Gb/mês.

Este aumento resulta em parte pela melhoria da qualidade do acesso à Internet, e por outro lado pelo aumento da utilização da Internet nas tarefas quotidianas, onde se

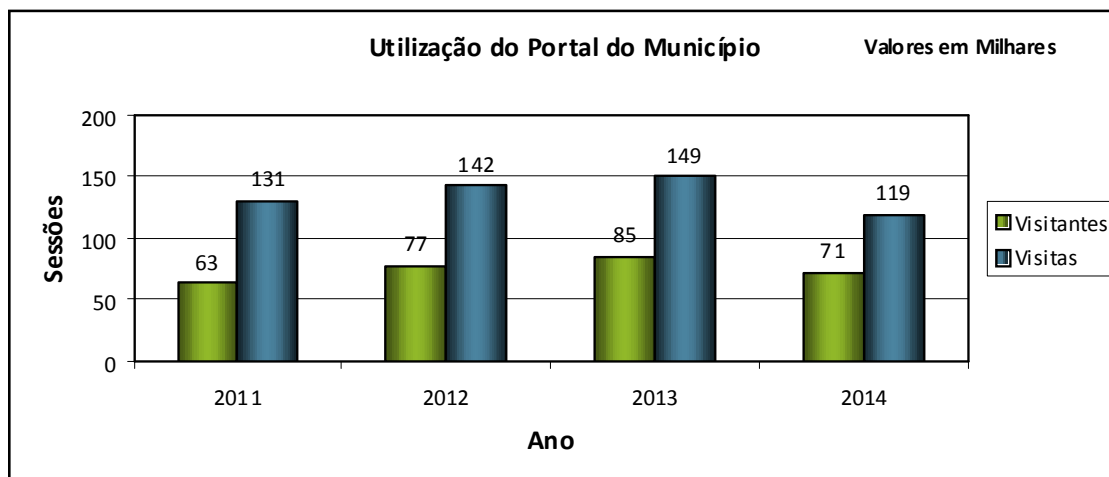
destacam as plataformas eletrónicas da administração pública (plataforma de acesso mediado para os pedidos de Licenciamento Zero ou PMC – Plataforma Multicanal, Balcão do Empreendedor, portal do RJUE, ADSE Directa, entre muitas outras) ou a plataforma de compras públicas (Gatewit).

Serviço de e-mail

No servidor de email do município, existem 430 contas ativas. Durante 2014 foram trocadas 2.163.521 mensagens representando um tráfego total de 867 GBytes. Em média cada utilizador trocou 5.000 mensagens tendo realizado 2GB de tráfego. Assim, é possível concluir que cada vez mais o email é uma ferramenta de trabalho imprescindível, sendo um meio de comunicação prático e rápido.

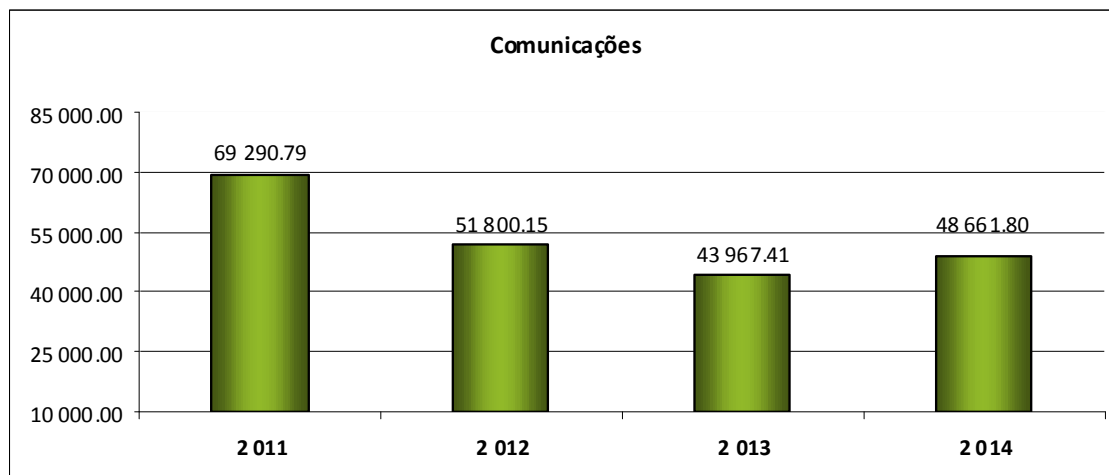
Portal Municipal

Em termos médios, registou-se em 2014 uma diminuição de cerca de 16% no número de visitante do portal municipal. O número de visitas efetuadas ao portal do município apresenta uma diminuição de cerca de 20%, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

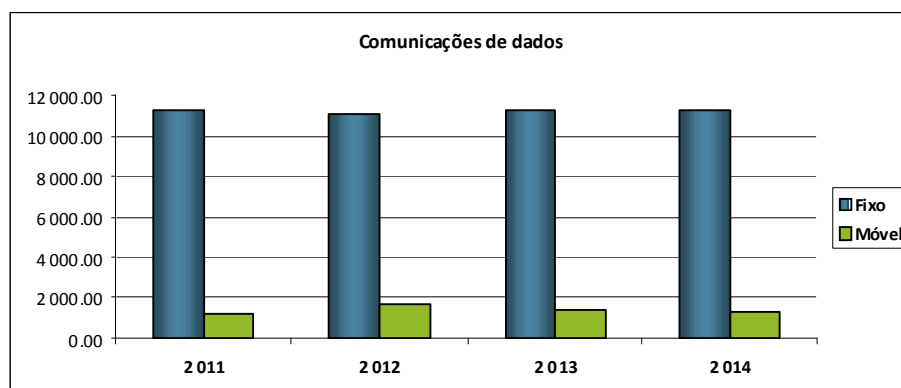
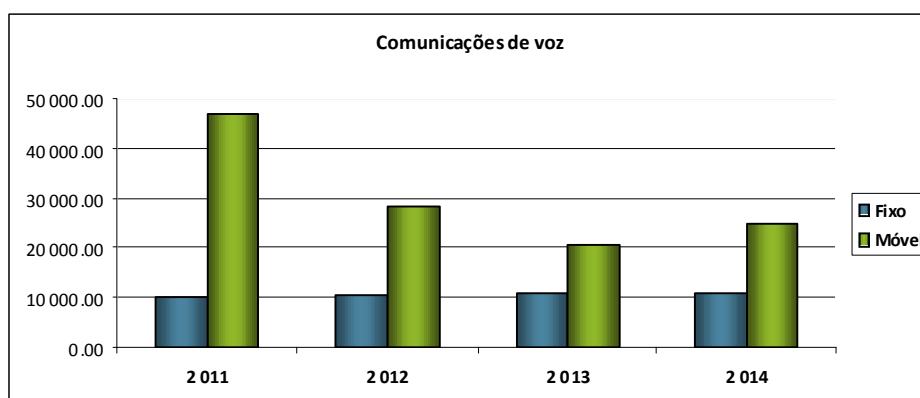


Comunicações

Na área das telecomunicações fixas e móveis, sobre as quais a DTIC está responsável, verifica-se que ao longo dos anos têm-se efetuado esforços no sentido de minimizar os custos, conforme se pode verificar nos gráficos apresentados.



Até 2014 os esforços foram feitos essencialmente sobre os contratos de telecomunicações móveis. Para 2015, está previsto uma reforma nos sistemas de comunicações fixas, onde se espera também conseguir reduções significativas nos montantes pagos e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do serviço prestado.



2.3.6 – Serviço Municipal de Proteção Civil

O concelho de Ourém está sujeito a vários tipos de vulnerabilidades que podem fragilizá-lo, potenciando os seus riscos, decorrentes não só de causas naturais e tecnológicas, como da sua situação sócio-geográfica, da concentração de pessoas, bens e infra-estruturas, meios de produção e serviços, entre outros.

Perante esta realidade, e reforçada pelas novas e constantes exigências dos diplomas legais que têm vindo a ser publicados de alguns anos a esta parte, o município de Ourém considerou que a proteção da vida e integridade física das pessoas e dos seus bens deverá, acima de tudo, ser assegurada permanentemente.

Nesse sentido, o Município de Ourém criou, há alguns anos, no seu organigrama interno, o Gabinete de Segurança e Proteção Civil, através do qual tem vindo a desenvolver a sua política municipal de segurança, no âmbito da Proteção Civil.

Reconhece-se aqui o papel preponderante e decisivo das autarquias nesta problemática, através de uma intervenção sistemática ao nível da planificação preventiva e operacional e ainda no pressuposto de que a segurança se constitui como o eixo fundamental do desenvolvimento urbano e ambiental necessário à garantia e melhoria dos padrões de qualidade de vida das populações.

A atuação na luta contra as catástrofes deve ter um cunho eminentemente local, por razões de ordem prática e porque a abordagem espacial restrita propicia um conhecimento mais direto e exato dos cidadãos, do seu grau de preparação face aos riscos a que estão sujeitos e ainda das suas próprias representações sociais, fatores indispensáveis para uma atuação que se pretende eficaz.

Pela imposição legal que resulta da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, foi extinto o Gabinete de Segurança e Proteção Civil e criado o Serviço Municipal de Proteção Civil, com a publicação de um regulamento municipal próprio – Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil, publicado a 14 de março de 2008, em Diário da República.

Na sequência do acordo realizado entre a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais e o município de Ourém, foi criada, no dia 04 de novembro de 2004, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e posteriormente, em 01 de março de 2005, a entrada em funcionamento o Gabinete Técnico Florestal.

Com a publicação do Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil, o Gabinete Técnico Florestal foi inteiramente integrado no Serviço Municipal de Proteção Civil.

Em suma, o Município de Ourém tem-se esforçado para levar a cabo um planeamento eficaz e concertado tendo em vista a resposta institucional e operacional o mais atempadamente possível a situações de acidente grave ou catástrofe, surgindo naturalmente dessa necessidade a implementação de uma dinâmica institucional quer do Serviço Municipal de Proteção Civil, quer do Gabinete Técnico Florestal.

Proteção Civil

De acordo com o artigo 10.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, compete ao Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à proteção civil municipal e nacional.

No âmbito dos seus poderes de planeamento e operações, dispõe o SMPC das seguintes competências:

- Acompanhar a elaboração e atualização do plano municipal de emergência e os planos especiais, quando estes existam;
- Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC;
- Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no município, com interesse para o SMPC;
- Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequência dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município, em função da magnitude e do local previsível da sua ocorrência; promover a cartografia do concelho de modo a prevenir, quando possível, as

manifestações de risco, avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;

- Manter a informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às medidas adotadas para fazer face às consequências; avaliação da eficácia das ações empreendidas em cada caso;
- Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situações de emergência;
- Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em situações de emergência;
- Elaborar planos prévios de intervenção, preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil;
- Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas.

Nos domínios da prevenção e segurança, o SMPC é competente para:

- Propor medidas de segurança face aos riscos inventariados;
- Colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros;
- Elaborar projetos de regulamentos de prevenção e segurança;
- Realizar ações de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis;
- Promover campanhas de informação sobre medidas preventivas dirigidas a segmentos específicos de população alvo, ou sobre riscos específicos em cenários prováveis previamente definidos;
- Fomentar o voluntariado em proteção civil;
- Estudar as questões que vier a ser incumbido, propondo as soluções que entenda mais adequadas.

No que se refere à matéria da informação pública, o SMPC dispõe dos seguintes poderes:

- Assegurar a pesquisa, análise, seleção e difusão da documentação com importância para a proteção civil;
- Divulgar a missão e estrutura do SMPC;
- Recolher a informação pública emanada das comissões e gabinetes que integram o SMPC destinada à divulgação pública relativa a medidas preventivas ou situações de catástrofe;
- Promover e incentivar ações de divulgação sobre proteção civil junto dos municípios com vista à adoção de medidas de autoproteção;
- Indicar na iminência de acidentes graves ou catástrofes, nas medidas preventivas e procedimentos a levar a cabo pela população para fazer face à situação;
- Dar seguimento a outros procedimentos, por determinação do presidente da câmara municipal ou vereador com competência delegada.

Comissão Municipal de Proteção Civil

De acordo com o estatuído no n.º 3 do Artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro as competências da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) são as seguintes:

- Acionar a elaboração do plano municipal de emergência, remetê-lo para aprovação pela Comissão Nacional de Proteção Civil e acompanhar a sua execução;
- Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique;
- Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil;
- Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

A CMPC do Município de Ourém reúne periodicamente, numa média de quatro vezes por ano, assegurando este serviço todos os procedimentos administrativos que daí advêm.

Principais atividades desenvolvidas:

- Plano Municipal de Emergência do concelho de Ourém (em fase de elaboração):
 - a. Levantamentos de dados no terreno;
 - b. Tratamento dos dados;
 - c. Elaboração de mapas;
 - d. Preparação da Base de Dados com a Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território;
 - e. Análise de risco.
- Participação no Plano de Emergência Distrital, no preenchimento de bases de dados relativas ao alojamento, alimentação espaços abertos, postos de combustíveis;
- Elaboração de relatórios de campo a enviar à entidade correspondente no que concerne à reparação de infra-estruturas: boca-de-incêndio, marco de água, poste de eletricidade, entre outras;

Principais Tarefas Operacionais:

- Colaboração em exercícios e simulacros em estabelecimentos de ensino e empresas localizadas no concelho de Ourém;
- Participação em exercícios e simulacros fora do concelho, nomeadamente no Exercício Municipal de Ferreira do Zêzere e no exercício na cidade do Entroncamento;
- Acompanhamento e resolução de situações de perigo coletivo;

- Coordenação entre várias entidades e organismos nas Peregrinações a Fátima, nomeadamente em maio, junho, agosto e outubro;
- Participação nos briefings técnico-operacional distrital, no Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém;
- Acompanhamento e resolução de ocorrências de emergência, nomeadamente inundações, aluimento de terras, abate de árvores, entre outros, no concelho de Ourém;
- Participação em jornadas temáticas na área da Proteção Civil;
- Carregamento periódico de garrafas ARICAS dos respectivos Corpos de Bombeiros Voluntários;
- Tratamento dos dados de sinistralidade rodoviária recebidos mensalmente do Destacamento Territorial de Tomar da Guarda Nacional Republicana, em virtude do protocolo celebrado com esta entidade;
- Preparação e realização de ações de formação intituladas “Segurança na Escola” ministradas a funcionários dos agrupamentos escolares em colaboração com a Divisão de Educação e Ação Social;
- Participação na Festa da Criança 2014, com os meios afetos ao SMPC, bem como a participação das Corporações de Bombeiros do concelho, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana, efetuando sensibilização e divulgando as medidas de autoproteção às crianças e docentes de concelho;
- Atendimento semanal aos munícipes.

Gabinete Técnico Florestal

Enquadramento Institucional

A constituição do Gabinete Técnico Florestal (GTF), a funcionar desde março de 2005, resulta de um acordo entre o Município de Ourém e o Ministério de Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Durante o presente ano foi estabelecido um contrato programa com a empresa municipal OurémViva de modo a operacionalizar este Gabinete, estando dois colaboradores destacados nas instalações do Serviço Municipal de Proteção Civil.

O objetivo do GTF consiste em desenvolver tarefas de planeamento, operacionais, de gestão e controlo, administrativas e de formação e treino, entre as quais:

- Elaboração e atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Plano Operacional Municipal, participação nos processos de planeamento e de ordenamento dos espaços rurais e florestais;
- Acompanhamento dos programas de ação previstos no Plano de Desenvolvimento Florestal, centralização da informação relativa a incêndios florestais, promoção do cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, acompanhar e divulgar o índice diário do risco de incêndio florestal, relacionamento com as entidades públicas e privadas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios (DFCI), coadjuvar o Exmo. Sr. Presidente da Câmara na Comissão Municipal de Proteção Civil em reuniões e situação de emergência;
- Supervisão e controlo das obras municipais e subcontratadas relativas à DFCI, construção e gestão do sistema de informação geográfica para DFCI, gestão da base de dados para DFCI, envio de propostas e pareceres de DFCI;
- Elaboração de relatórios de atividade relativos aos programas de ação previstos no plano de defesa da floresta; elaboração de informações periódicas (mensais) acerca dos incêndios ocorridos no município, elaboração de informação especial sobre os grandes incêndios.

Foi recentemente publicada a Lei n.º 20/2009, de 12 de maio que estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos GTF, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta, entre elas:

- Acompanhamento das políticas de fomento florestal;
- Acompanhamento e prestação de informação no âmbito dos instrumentos de apoio à floresta;
- Promoção de políticas e de ações no âmbito do controlo e erradicação de agentes bióticos e defesa contra agentes abióticos;

- Apoio à comissão municipal de defesa da floresta;
- Elaboração dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios a apresentar à Comissão Municipal de Defesa da Floresta;
- Proceder ao registo cartográfico anual de todas as ações de gestão de combustíveis;
- Recolha, registo e atualização da base de dados da Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios (RDFCI);
- Apoio técnico na construção de caminhos rurais no âmbito da execução dos planos municipais de defesa da floresta;
- Acompanhamento dos trabalhos de gestão de combustíveis de acordo com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho;
- Preparação e elaboração do quadro regulamentar respeitante ao licenciamento de queimadas, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho;
- Aprovar pela Assembleia Municipal, preparação e elaboração do quadro regulamentar respeitante à autorização da utilização do fogo de artifício ou outros artefactos pirotécnicos, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, a aprovar pela Assembleia Municipal.

Comissão Municipal de Defesa da Floresta

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), do município de Ourém, (criada no âmbito da Lei n.º 14/2004 de 8 de maio) foi formalmente constituída a 13 de junho de 2005, funcionando como um centro de coordenação e ação local de âmbito municipal sob a coordenação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, no atual mandato.

Com a alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 janeiro, foi revogado a Lei n.º 14/2004, pelo que teve que ser constituída nova CMDFCI, tendo as seguintes atribuições:

- Articular a atuação dos organismos com competências em matérias de defesa da floresta, no âmbito da sua área geográfica;

- Elaborar um plano de defesa da floresta contra incêndios, que defina as medidas necessárias para o efeito e que inclua a previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades perante a ocorrência de incêndios em consonância com o PNDFCI, com o respetivo plano distrital de defesa da floresta contra incêndios e com o respetivo plano regional;
- Avaliar e propor à Autoridade Florestal Nacional, de acordo com o estabelecido nos planos referidos na alínea b), os projetos de investimento de prevenção e proteção da floresta contra incêndios e levar a cabo a sua execução;
- Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover ações de proteção florestal;
- Desenvolver ações de sensibilização da população;
- Promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais integrados ou adjacentes a áreas florestais, sensibilizando para tal a sociedade civil, e dotá-los de meios de intervenção, salvaguardando a formação do pessoal afeto a esta missão, para que possa atuar em condições de segurança;
- Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma utilização rápida e eficaz por parte dos meios de combate;
- Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a informação especial, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência;
- Colaborar na divulgação de avisos às populações;
- Avaliar os planos de fogo controlado que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento do Fogo Controlado;
- Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta.

A CMDF do Município de Ourém reúne, em média, quatro vezes por ano, assegurando este serviço todos os procedimentos administrativos que daí advêm.

Principais atividades desenvolvidas:

- Preparação e apresentação dos briefings mensais ao longo do período crítico de incêndios florestais, nos meses de julho, agosto, setembro e outubro;
- Plano Operacional Municipal - 2014;
- Aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio;
- Informação diária de divulgação do Índice de Risco de Incêndio, durante o período crítico;
- Actualização das fichas caracterizadoras dos pontos de água de abastecimento aos meios aéreos;

Comandante Operacional Municipal

Enquadramento Institucional

De acordo com o artigo 14.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, compete em especial ao Comandante Operacional Municipal:

- Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho;
- Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;
- Promover reuniões periódicas de trabalho sobre materiais de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros;
- Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município;
- Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem;
- Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano de emergência municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um grupo de bombeiros.

Resumo de atividades:

- Acompanhamento de todas as operações de socorro mais relevantes que se desenrolam na área do município;
- Acompanhamento permanente, durante o período crítico, de todos os fogachos e incêndios florestais ocorridos no concelho de Ourém;
- Preparação e acompanhamento das peregrinações a Fátima, nomeadamente em maio, junho, agosto e outubro;
- Elaboração e apresentação dos *briefing's* semanais durante os meses de julho, agosto e setembro;
- Participação em reuniões de trabalho com as mais diversas instituições (Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, entre outras entidades);
- Colaboração na implementação do plano de emergência da Escola EB 2,3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, Colégio de São Miguel, Escola Básica 2.º e 3.º Ciclo IV Conde de Ourém;
- Acompanhamento na elaboração das medidas de auto-proteção dos Centros Escolares do concelho;

3. Análise Orçamental

3.1 Evolução do orçamento da receita por classificação económica

Quadro – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Impostos diretos	7.330.195,25	8.455.148,23	15,35	9.668.133,41	14,35
Imposto municipal sobre imóveis	4.577.439,67	5.880.795,73	28,47	6.937.096,19	17,96
Impostos municipal sobre veículos	916.523,11	1.087.382,83	18,64	1.011.636,50	-6,97
Impostos municipal sobre transmissões	1.327.315,68	921.037,27	-30,61	1.216.010,00	32,03
Derrama	508.916,79	565.932,40	11,20	503.390,72	-11,05
Impostos abolidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Impostos diversos	0,00	0,00	--	0,00	--
Impost. indiretos, taxas, multas ...	2.595.401,83	2.540.922,04	-2,10	2.467.971,83	-2,87
Mercados e feiras	136.814,41	96.960,74	-29,13	110.243,58	13,70
Loteamentos e obras	478.069,59	446.951,86	-6,51	443.932,14	-0,68
Ocupação da via pública	1.857,59	867,84	-53,28	586,70	-32,40
Publicidade	80.575,30	76.043,05	-5,62	22.972,37	-69,79
Saneamento	1.000.144,22	1.024.204,02	2,41	1.086.026,62	6,04
Multas	814.545,12	817.400,10	0,35	724.068,48	-11,42
Outras	83.395,60	78.494,43	-5,88	80.141,94	2,10
Rendimentos de Propriedade	1.629.940,09	1.660.343,92	1,87	1.627.079,90	-2,00
Transferências correntes	11.472.772,48	12.797.012,69	11,54	12.946.644,40	1,17
Administração Central - Estado	11.176.128,38	12.743.557,16	14,02	12.891.956,10	1,16
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	38.731,04	4.075,20	-89,48	4.925,63	20,87
Outras (transferências correntes)	257.913,06	49.380,33	-80,85	49.762,67	0,77
Venda de bens e serviços correntes	2.014.154,09	1.840.727,02	-8,61	2.065.245,96	12,20
Venda de bens	26.076,07	6.292,20	-75,87	2.642,98	-58,00
Serv. sociais recreat., cult. e de desporto	1.535,00	0,00	-100,00	116,00	--
Saneamento - Ligação	163.027,85	59.600,61	-63,44	40.118,85	-32,69
Resíduos Sólidos	1.611.879,14	1.621.735,52	0,61	1.773.222,87	9,34
Trabalhos por conta de particulares	3.073,68	807,89	-73,72	9.615,37	1090,18
Cemitérios	21.143,64	21.870,20	3,44	18.723,30	-14,39
Rendas	53.083,80	30.118,70	-43,26	47.119,67	56,45
Outras (venda de bens e serv. correntes)	134.334,91	100.301,90	-25,33	173.686,92	73,16

Quadro – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Outras receitas correntes	358.769,20	377.582,98	5,24	315.019,21	-16,57
Venda de bens de investimentos	4.802.387,50	4.808.643,00	0,13	4.873.050,00	1,34
Transferências de capital	18.046.943,20	5.731.276,55	-68,24	1.818.318,43	-68,27
Administração Central - Estado	3.731.688,00	2.265.844,00	-39,28	900.604,00	-60,25
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	8.695.475,42	3.053.140,56	-64,89	384.303,85	-87,41
Outras (transferências de capital)	5.619.779,78	412.291,99	-92,66	533.410,58	29,38
Ativos financeiros	179.420,80	22.768,84	-87,31	19.035,78	-16,40
Passivos financeiros	500.000,00	4.118.152,72	723,63	1.500.000,00	-63,58
Outras receitas de capital	0,00	0,00	--	0,00	--
Rep. não abatidas nos pagamentos	34.263,10	4.388,46	-87,19	77.642,92	1669,25
Saldo da gerência anterior			--	1.354.309,00	--
Total	48.929.984,44	42.352.577,99	-13,44	38.732.450,84	-8,55
Total ¹	43.627.596,94	33.425.782,27	-23,38	31.005.091,84	-7,24

(1) Receitas Totais (exclui os efeitos extraordinários das vendas de bens de investimento, de passivos financeiros e do saldo da gerência anterior)

Impostos diretos

Compreende as receitas advindas dos impostos diretos municipais estabelecidos na lei das finanças locais, designadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis, o Imposto Municipal sobre Veículos, o Imposto Municipal sobre Transmissões e a Derrama.

Em 2014, as receitas relativas a estes impostos, denotam um acréscimo próximo de 14,4%, que em termos absolutos significa um incremento das receitas desta natureza ligeiramente superior a 1,2 milhões de euros.

Para a referida circunstância contribuíram os aumentos verificados no imposto sobre imóveis (18%, em termos absolutos, uma variação positiva na ordem de 1,1 milhões de euros) e no imposto municipal sobre transmissões (32%, em termos absolutos, uma variação positiva próxima de 295 mil euros).

Em sentido oposto serão de registar as quebras verificadas no imposto municipal sobre veículos (-7%, em termos absolutos, uma variação negativa na ordem de 75,7

mil euros) e na derrama (-11%, em termos absolutos, uma variação negativa ligeiramente superior a 62,5 mil euros).

Impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades

Os impostos indiretos compreendem as receitas que recaem, exclusivamente, sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais, nomeadamente, as respeitantes a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade e saneamento.

As taxas incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. Incluem-se neste capítulo as cobranças a particulares relativas a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública e saneamento. Englobam-se ainda as receitas provenientes de multas pela transgressão da lei, de posturas e de outros regulamentos.

Estas receitas denotam um ligeiro decréscimo em 2,9%, essencialmente por influência da diminuição das receitas reportadas a loteamentos e obras (-0,7%), ocupação da via pública (-32,4%), publicidade (-69,8%) e multas (-11,4%). Ao invés, observa-se um aumento das receitas com mercados e feiras (+13,7%) e saneamento (+6%), sendo estas últimas, as mais representativas, ao significarem um valor próximo de 1,1 milhões de euros.

Rendimentos de Propriedade

Compreende as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e renda de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Estes rendimentos apresentam uma quebra, face ao período homólogo do ano anterior, na ordem de 2%, representando um valor ligeiramente superior a 1,6 milhões de euros.

A expressividade destas receitas é decorrente, essencialmente, do contrato de concessão em curso com a EDP, no âmbito da distribuição de energia em baixa.

Destacam-se ainda as receitas inerentes a torres eólicas instaladas na área territorial adstrita ao Município, tendo estas ascendido a um montante na ordem de 119,3 mil euros.

Transferências correntes

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida.

As receitas desta natureza demonstram um ligeiro aumento em 1,2% refletindo, essencialmente, a variação verificada nas transferências do Estado,

Deste modo, verifica-se uma variação absoluta positiva ligeiramente superior a 149,6 mil euros. As receitas totais neste âmbito ascendem a um valor na ordem de 12,9 milhões de euros.

Venda de bens e serviços correntes

Compreende quer o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda os recebimentos relativos à prestação de serviços.

Em 2014, verifica-se um aumento absoluto destas receitas em 224,5 mil euros o que significa um acréscimo de 12,2%.

Este facto repercute, essencialmente, o aumento verificado nos resíduos sólidos (+151,5 mil euros), nas rendas (+17 mil euros). De reportar a quebra verificada na ligação ao saneamento (-19,5 mil euros).

A receita com maior expressividade neste contexto é a inerente aos resíduos sólidos a qual ascendeu a um valor próximo de 1,8 milhões de euros, ou seja, representando 86% do total das receitas desta natureza económica.

Outras receitas correntes

Rubrica de natureza residual, onde se incluem receitas como o reembolso de IVA e indemnizações.

Estas receitas sofreram uma diminuição em 16,6% que, em termos absolutos, significou uma variação negativa próxima de 62,6 mil euros.

A receita mais representativa neste capítulo reporta-se ao reembolso de despesas com encargos com instalações, o qual ascede a um valor na ordem dos 228,7 mil euros.

Venda de bens de investimento

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Por comparação com o período económico anterior, estas receitas de efeito extraordinário, apresentam uma ligeira variação de 1,3%.

Salienta-se que esta receita liquidada repercute a alienação de terrenos relativos aos complexos desportivos de Ourém, à entidade Maisourém, S.A (entidade na qual o Município de Ourém participa em 49% do capital), no âmbito do desenvolvimento de uma parceria público-privada.

Transferências de capital

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui as receitas relativas a heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados. Abrange também as quantias ou valores apreendidos, bem como a venda de géneros e mercadorias apreendidos e ainda as receitas referentes a fianças-crime quebradas e depósitos de contratos não cumpridos.

No que respeita a estas receitas, o ano de 2014, denota um expressivo decréscimo em 68,3% que, em termos absolutos, significa uma diminuição destas receitas superior a 3,9 milhões de euros (quebra em 12,3 milhões de euros, em 2013), evidenciando uma quebra acumulada de 16,2 milhões de euros, se efetuada comparação com o volume obtido em 2012

Neste capítulo, importa reportar a diminuição das transferências de capital resultantes da Administração Central – Estado (-1,4 milhões de euros).

Será ainda de referir a quebra próxima de 2,7 milhões de euros no que concerne a financiamentos comunitários, circunstância que deriva do facto de estarmos perante a fase final do ciclo de investimento associado ao QREN 2007/2013 e do quadro comunitário vigente em 2014, não apresentar qualquer execução no ano em análise.

Importa ainda referir que o aumento observado nas outras receitas de capital (+121,1 mil euros), decorrente do protocolo estabelecido com o protocolo estabelecido com o Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

Ativos Financeiros

Compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação.

O ano de 2014 apresenta uma receita ligeiramente superior a 19 mil euros.

Passivos Financeiros

Compreende o produto resultante dos empréstimos contraídos a curto, a médio e longo prazos.

Ao nível destas receitas cujo efeito é extraordinário, registou-se uma diminuição absoluta em 2,6 milhões de euros, sendo de salientar que o ano de 2013, apresenta a influência de empréstio de médio longo prazo contraído no âmbito do PAEL.

O valor de 1,5 milhões de euros ocorrido reporta-se, integralmente, ao empréstimo de curto prazo, o qual foi totalmente amortizado no exercício em análise, pelo que não transita de ano económico qualquer montante em dívida, observando-se as disposições legais aplicáveis, pelo que se reflete igual montante no orçamento de despesa, inclusive no pagamento.

Outras receitas de capital

Rubrica de natureza residual onde se incluem receita, designadamente, compensações relativas a sinistros, alienação de direitos de propriedade intelectual ou ainda contratos de cedência de know-how.

Durante o ano de económico de 2014, não se verificaram quaisquer receitas desta natureza, em similaridade com o ocorrido no ano anterior.

Reposições não abatidas aos pagamentos

Abrange as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam. No decurso do ano em reporte, registaram-se reposições abatidas aos pagamentos, ligeiramente superiores a 77,7 mil euros.

Resumo das Receitas Liquidadas

Quadro – Resumo das Receitas Liquidadas a preços correntes

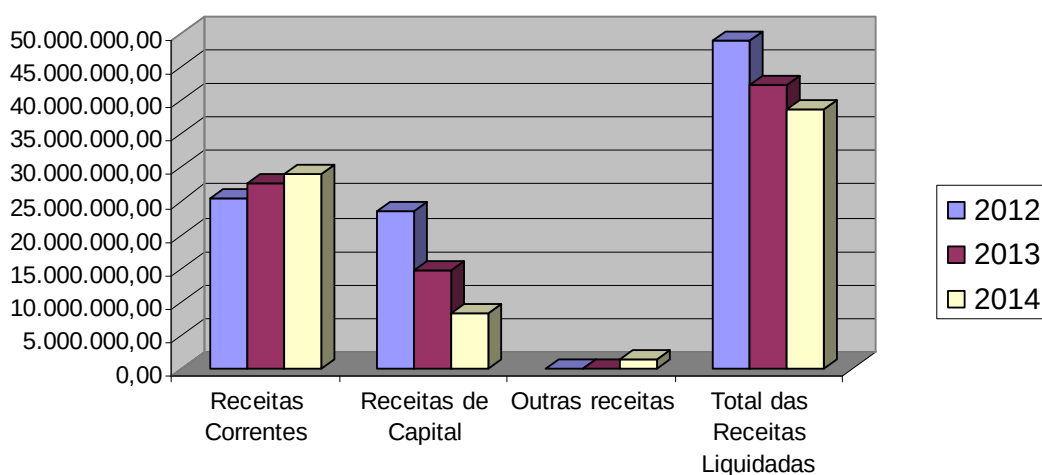
uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Receitas Correntes	25.401.232,94	27.671.736,88	8,94	29.090.094,71	5,13
Receitas de Capital	23.528.751,50	14.680.841,11	-37,60	8.210.404,21	-44,07
Outras receitas	0,00	0,00	--	1.431.951,92	--
Total das Receitas Liquidadas	48.929.984,44	42.352.577,99	-13,44	38.732.450,84	-8,55

No cômputo geral, o total das receitas liquidadas manifesta uma diminuição próxima de 8,6%. Será relevante referir que, excluindo os efeitos extraordinários que se associam às receitas resultantes da venda de bens de investimento, de passivos financeiros e do saldo da gerência anterior, face a 2013, verificou-se uma quebra das receitas liquidadas na ordem de 7,2% que, em termos absolutos, representou uma diminuição ligeiramente superior a 2,4 milhões de euros.

Em termos de variação absoluta, as receitas liquidadas denotam um decréscimo ligeiramente superior a 3,6 milhões de euros, atingindo em termos totais, um valor ligeiramente superior a 38,7 milhões de euros.

Gráfico - Resumo das Receitas Liquidadas



3.2 Evolução do orçamento da despesa por classificação económica

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Despesa	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Despesas com pessoal	6.394.605,43	6.859.173,96	7,27	6.569.236,03	-4,23
Remunerações certas e permanentes	5.148.884,00	5.423.362,05	5,33	5.105.183,63	-5,87
Abonos variáveis ou eventuais	58.498,63	61.760,59	5,58	39.191,82	-36,54
Segurança social	1.187.222,80	1.374.051,32	15,74	1.424.860,58	3,70
Aquisição de bens	1.445.895,69	986.221,94	-31,79	816.358,59	-17,22
Matérias-Primas e subsidiárias	267.829,98	121.500,66	-54,64	119.485,82	-1,66
Combustíveis e lubrificantes	296.900,62	245.208,34	-17,41	239.572,32	-2,30
Material de escritório	96.630,80	60.616,52	-37,27	65.156,23	7,49
Alimentação - refeições confeccionadas	636.099,47	469.612,73	-26,17	278.473,21	-40,70
Material de transporte-peças	59.132,10	43.451,85	-26,52	36.453,95	-16,10
Outros bens	42.473,08	45.821,84	7,88	34.601,63	-24,49
Aquisição de serviços	11.573.980,24	12.322.186,75	6,46	10.592.445,97	-14,04
Encargos das instalações	580.036,39	625.374,24	7,82	645.207,02	3,17
Limpeza e Higiene	53.950,02	133.201,03	146,90	80.072,00	-39,89
Conservação de bens	385.377,73	277.170,83	-28,08	562.212,52	102,84
Locação de edifícios	31.093,32	32.138,05	3,36	32.456,16	0,99
Comunicações	85.387,98	64.646,33	-24,29	69.874,52	8,09
Transportes	1.244.369,40	1.646.290,30	32,30	1.303.841,87	-20,80
Seguros	48.756,12	35.291,93	-27,62	37.964,06	7,57
Estudos, pareceres, proj. e consultadoria	244.710,39	181.692,83	-25,75	127.015,36	-30,09
Publicidade	55.010,30	5.904,09	-89,27	15.944,83	170,06
Vigilância e segurança	77.683,19	135.236,46	74,09	86.234,38	-36,23
Assistência Técnica	35.703,41	21.297,35	-40,35	22.973,62	7,87
Encargos de cobrança	171.177,22	195.633,16	14,29	223.097,32	14,04
Manutenção de espaços verdes	464.918,84	655.486,93	40,99	685.328,94	4,55
Exploração e manutenção de ETAR's	791.145,26	1.081.852,27	36,75	769.102,37	-28,91
Recolha, transp. e tratam, RSU's	1.590.829,83	2.640.482,17	65,98	1.944.939,80	-26,34
Iluminação Pública	1.163.542,56	1.225.426,92	5,32	1.247.957,92	1,84
Outros serviços	4.550.288,28	3.365.061,86	-26,05	2.738.223,28	-18,63
Juros e outros encargos	449.111,34	586.476,90	30,59	401.983,33	-31,46

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição da Despesa	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Transferências correntes	837.341,08	680.458,21	-18,74	1.303.966,21	91,63
Administração Local	83.535,07	24.353,60	-70,85	264.096,34	984,42
Instituições sem fins lucrativos	512.835,79	266.647,24	-48,01	212.220,48	-20,41
Outras (transferências correntes)	240.970,22	389.457,37	61,62	827.649,39	112,51
Subsídios	575.975,71	736.637,79	27,89	857.443,27	16,40
Outras despesas correntes	475.276,22	481.414,13	1,29	705.371,04	46,52
Aquisição de bens de capital	14.878.402,25	8.003.431,30	-46,21	2.839.562,57	-64,52
Investimentos	6.355.676,06	3.994.030,48	-37,16	2.340.534,01	-41,40
Locação financeira	41.070,68	0,00	-100,00	0,00	--
Bens de domínio público	8.481.655,51	4.009.400,82	-52,73	499.028,56	-87,55
Transferências de capital	3.252.469,92	2.099.121,55	-35,46	1.543.721,79	-26,46
Administração Local	860.429,21	487.939,57	-43,29	633.520,73	29,84
Instituições sem fins lucrativos	1.352.290,54	905.254,18	-33,06	910.201,06	0,55
Empresas Públicas	1.039.750,17	705.927,80	-32,11	0,00	-100,00
Empresas Privadas	0,00	0,00	--	0,00	--
Outras (transferências capital)	0,00	0,00	--	0,00	--
Ativos financeiros	0,00	0,00	--	0,00	--
Passivos financeiros	3.599.884,83	4.243.572,70	17,88	5.246.334,53	23,63
Outras despesas de capital	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	-100,00
Total	43.582.942,71	37.098.695,23	-14,88	30.876.423,33	-16,77

Despesas com pessoal

Compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes, como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem contudo serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença. Acrescem ainda as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

As despesas desta natureza apresentam uma diminuição em 4,2% que, em termos absolutos, significou um decréscimo em 289.937,93 euros. Contudo, será de referir que o valor observado situa-se superior ao ocorrido em 2012, em 174.630,60 euros, ano em que vigoraram reduções remuneratórias mais expressivas as quais em 2013, foram determinadas como inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional.

Deste modo, as despesas incidentes neste capítulo ascenderam a um valor próximo de 6,6 milhões de euros.

Aquisição de bens

Compreende, de um modo geral, as despesas com bens de consumo (duráveis ou não), e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como despesas de investimento, designadamente matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, material de escritório, iluminação pública e outras eventuais despesas.

O ano económico de 2014 regista um decréscimo destas despesas em 17,2%, influenciadas pela quebra verificada, essencialmente, alimentação – refeições confeccionadas (-40,7%) e material de transporte – peça (-16,1%). Em sentido inverso, destaca-se um aumento das despesas com material de escritório em 7,5%

Em termos absolutos totais, a aquisição de bens significa um valor próximo de 816,4 mil euros, tendo registado um decréscimo em 169,9 mil euros, face ao ano anterior.

Aquisição de serviços

Compreende as despesas efetuadas com a aquisição de serviços a terceiros, designadamente a entidades empresariais ou a profissionais autónomos, tais como, encargos de instalações, conservação de bens, locação de bens, comunicações, transportes, representação dos serviços, seguros, estudos, encargos de cobrança de receitas e outras despesas com serviços.

Face a 2013, o ano económico de 2014 regista uma quebra em 14%, traduzindo, essencialmente, uma diminuição verificada nas despesas relacionadas com limpeza e higiene (-39,9%), transportes (-20,8%), estudos, pareceres, projetos e consultadoria (-30,1%), vigilância e segurança (-36,2%), exploração e manutenção de ETAR's (-28,9%) e recolha, transporte e tratamento de RSU's (-26,3%).

Em oposição, verifica-se um aumento nos encargos das instalações (3,2%), conservação de bens (102,8%), comunicações (8,1%), seguros (7,6%), publicidade (170%), assistência técnica (7,9%), encargos de cobrança (14%), manutenção de espaços verdes (4,6%)

Em termos globais, as despesas com a aquisição de serviços representam um valor próximo de 10,6 milhões de euros, tendo registado uma variação absoluta negativa superior a 1,7 milhões de euros.

Juros e outros encargos

Compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente juros de empréstimos, juros de locações financeiras, serviços bancários e outras eventuais despesas financeiras.

Estas despesas apresentam uma diminuição em 31,5%, atingindo em 2013, um valor na ordem dos 402 mil euros. Para os valores verificados contribuiu a permanência de taxas de juro historicamente reduzidas.

Transferências correntes

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As despesas desta natureza sofreram um aumento em 91,6%, refletindo a acréscimo nas transferências para a administração local (onde assumem relevância as freguesias) e para as empresas municipais. No último caso, surge o impacto da cobertura dos prejuízos do setor empresarial local em 798,9 mil euros.

No total, estas despesas representaram um valor na ordem de 1,3 milhões euros.

Subsídios

Compreendem os fluxos financeiros não reembolsáveis para as empresas públicas municipais, intermunicipais, empresas participadas e outras, destinadas a influenciar níveis de produção, preços ou fatores de produção.

Estas despesas sofreram um acréscimo em 16,4% e reportam na sua totalidade a indemnizações compensatórias concedidas a empresas municipais, resultantes da vigência de preços sociais (inferiores aos custos), em determinados equipamentos, cuja responsabilidade de gestão incide sobre uma empresa do setor empresarial local, nomeadamente no âmbito das piscinas municipais e equipamentos desportivos.

Em termos globais, as despesas reportadas a subsídios atingiram um valor na ordem dos 857,4 mil euros, denotando um aumento absoluto em 120,8 mil euros.

Outras despesas correntes

Rubrica de natureza residual onde se incluem despesas tais como, restituição de IVA, ou as quotizações, tendo sofrido uma variação positiva em 46,5% (224 mil euros). Assumem particular relevância os reembolsos e restituições, essencialmente de impostos, os quais ascenderam a 309 mil euros.

Em termos absolutos, estas despesas atingiram um valor de 705,4 mil euros.

Aquisição de bens de capital

Compreende as despesas com aquisição (e também grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando, em regra, um aumento do ativo, designadamente terrenos, instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento de transporte e outros, as despesas relativas a contratos de locação financeira e as despesas com a aquisição (e também grandes reparações) de bens de domínio público.

No que respeita a este capítulo, o ano de 2014, por comparação ao ano anterior, verifica um decréscimo de 64,5%, que em termos absolutos representa uma variação negativa próxima de 5,2 milhões de euros, para um total de despesas desta natureza ligeiramente superiores a 2,8 milhões de euros. Esta quebra reflete a fase terminal em que se encontra o IV quadro comunitário de apoio e o atraso na implementação do seguinte.

Transferências de capital

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, destinadas a financiar despesas de capital do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As transferências de capital concedidas assinalam uma diminuição em 26,5%. Deste modo, verificou-se uma variação absoluta negativa na ordem de 555,4 mil euros.

Neste contexto, destaca-se a quebra ocorrida para as empresas públicas, em virtude da inexistência de qualquer transferência de capital para o setor empresarial local. Em oposição, será de registar o aumento verificado para Administração Local (29,8%).

Estas despesas assinalaram um valor total ligeiramente superior a 1,5 milhões de euros.

Ativos Financeiros

Compreende as despesas com títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação.

No ano de 2014 não se verificou qualquer despesa neste âmbito.

Passivos Financeiros

Compreende as operações financeiras, designadamente amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos e outros.

Estas despesas apresentam um aumento em 23,6%. Em termos totais, a amortização de empréstimos de médio e longo prazo representou superior a 3,7 milhões de euros.

Outras despesas de capital

Nesta rubrica, não se verificou qualquer despesa, pelo que se regista uma variação absoluta negativa, face ao ano anterior, em 100 mil euros. Note-se que em 2013 se verificou a última das prestações consignadas à aquisição à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria dos créditos referentes à Cooperativa Agrícola de Ourém, CRL.

Resumo das Despesas Realizadas

Quadro – Resumo das Despesas Realizadas a preços correntes

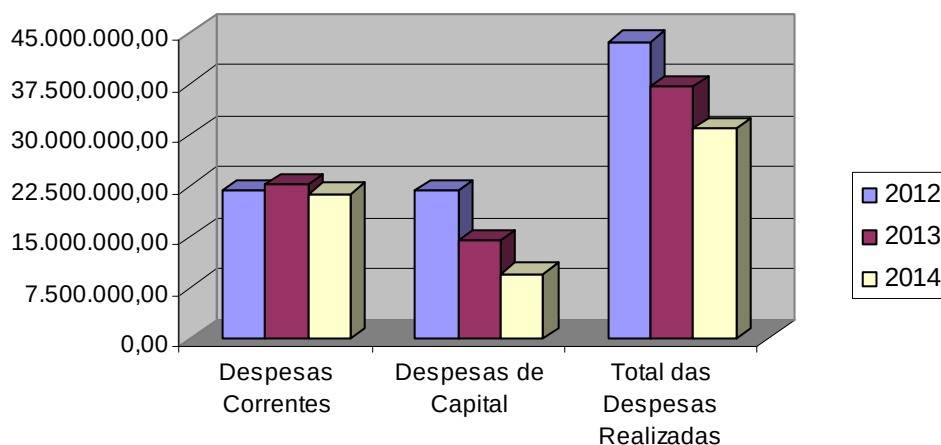
uni: Euro

Descrição da Despesa	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Despesas Correntes	21.752.185,71	22.652.569,68	4,14	21.246.804,44	-6,21
Despesas de Capital	21.830.757,00	14.446.125,55	-33,83	9.629.618,89	-33,34
Total das Despesas Realizadas	43.582.942,71	37.098.695,23	-14,88	30.876.423,33	-16,77

No cômputo geral, o total das despesas realizadas exibem uma variação negativa próxima de 16,8%, face ao valor registado no ano anterior, sendo o valor total obtido na ordem dos 30,9 milhões de euros.

As despesas de correntes assinalam uma quebra em 6,2% (variação absoluta negativa em 1,4 milhões de euros), ascendendo a um valor ligeiramente superior a 21,2 milhões de euros, invertendo o aumento verificado no ano de 2013, face a 2012. No mesmo sentido, verifica-se uma diminuição nas despesas de capital realizadas (-33,3%) as quais se situaram na ordem dos 9,6 milhões de euros.

Gráfico - Resumo das Despesas Realizadas



3.3 Evolução e estrutura das GOP's por objetivos e programas

3.3.1 Evolução das GOP's

As despesas incidentes nas Grandes Opções do Plano sofreram uma diminuição na ordem dos 26,6%, face ao valor ocorrido em 2012. O volume total realizado situou-se na ordem dos 23,2 milhões de euros.

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes

Descrição	uni: Euro				
	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Educação	8.653.331,21	6.641.895,67	-23,24	3.553.096,67	-46,50
Ensino Básico	4.456.812,55	2.848.224,12	-36,09	216.932,92	-92,38
Ensino Secundário e Profissional	125.000,00	125.000,00	0,00	375.000,00	200,00
Ensino Superior	0,00	0,00	--	0,00	--
Ações de Cooperação e Apoio ao Ensino	4.071.518,66	3.668.671,55	-9,89	2.961.163,75	-19,29

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Cultura, Desporto e Tempos Livres	1.996.287,24	1.355.787,34	-32,08	1.728.188,72	27,47
Cultura	336.105,16	222.027,61	-33,94	306.311,48	37,96
Desporto e lazer	1.640.745,93	1.133.474,49	-30,92	1.418.359,77	25,13
Património	19.436,15	285,24	-98,53	3.517,47	1133,16
Ação Social	619.015,15	714.615,46	15,44	692.020,39	-3,16
Habituação e Urbanismo	10.659.202,25	5.169.306,88	-51,50	2.849.875,67	-44,87
Habituação	0,00	0,00	--	0,00	--
Planeamento Urbanístico	342.326,94	356.553,24	4,16	284.827,41	-20,12
Iluminação	1.196.967,71	1.225.426,92	2,38	1.261.286,81	2,93
Urbanização	9.119.907,60	3.587.326,72	-60,66	1.303.761,45	-63,66
Saneamento e Salubridade	3.356.445,44	4.453.555,28	32,69	3.585.798,70	-19,48
Despoluição das Bacias Hid. do Concelho	1.035.539,92	1.168.251,88	12,82	975.609,90	-16,49
Resíduos Sólidos	2.314.181,14	3.284.685,85	41,94	2.596.897,46	-20,94
Higiene Pública	0,00	0,00	#DIV/0!	13.291,34	--
Cemitérios	6.724,38	617,55	-90,82	0,00	-100,00
Protecção Civil	570.904,40	304.284,89	-46,70	274.892,28	-9,66
Serviços Municipais de Protecção Civil	148.062,18	30.065,44	-79,69	22.140,00	-26,36
Bombeiros	422.842,22	274.219,45	-35,15	252.752,28	-7,83
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	673.454,59	663.889,92	-1,42	281.184,85	-57,65
Água	76.728,60	22.588,32	-70,56	734,00	-96,75
Energia	0,00	0,00	--	0,00	--
Turismo	321.005,83	219.973,29	-31,47	116.131,68	-47,21
Feiras e Mercados	656,85	0,00	-100,00	0,00	--
Apoio ao Tecido Empresarial	1.560,49	80.501,04	5058,70	0,00	-100,00
Outras Ações de Desenvolvimento	268.373,96	335.246,23	24,92	162.376,72	-51,56
Ações de Cooperação com o Exterior	5.128,86	5.581,04	8,82	1.942,45	-65,20
Comunicações e Transportes	1.615.773,03	2.010.055,50	24,40	380.658,76	-81,06
Rede Viária e Sinalização	1.563.747,62	2.010.055,50	28,54	380.658,76	-81,06
Transportes	52.025,41	0,00	-100,00	0,00	--
Defesa do Meio Ambiente	531.935,34	725.189,67	36,33	761.833,71	5,05
Parques e Jardins	464.918,84	655.486,93	40,99	685.328,94	4,55
Protecção Ambiental	67.016,50	69.702,74	4,01	76.504,77	9,76

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Freguesias	942.117,46	596.689,93	-36,67	934.058,33	56,54
Apoio ao Investimento	383.915,29	227.564,86	-40,73	75.076,68	-67,01
Deleg. de competências - âmbito do Invest.	391.870,83	204.996,09	-47,69	257.773,40	25,75
Apoio a despesas correntes	97.416,74	157.845,90	62,03	69.791,43	-55,79
Deleg. de compet. - âmbito de desp. corr.	68.914,60	6.283,08	-90,88	531.416,82	8357,90
Instalações e Serviços Municipais	775.562,06	590.626,03	-23,85	454.197,48	-23,10
Edifícios	155.842,77	15.373,09	-90,14	4.706,00	-69,39
Medidas de Modernização e Eficiência	604.957,43	554.478,30	-8,34	430.669,29	-22,33
Outros investimentos	14.761,86	20.774,64	40,73	18.822,19	-9,40
Total	30.394.028,17	23.225.896,57	-23,58	15.495.805,56	-33,28

Educação

No decurso de 2014, as despesas realizadas no presente objetivo manifestam um decréscimo em 46,5%, circunstância que deriva da quebra verificada no programa “Educação Ensino Básico” e nas “Ações de Cooperação e Apoio ao Ensino”. O valor global deste objetivo situou-se ligeiramente próximo de 3,6 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Aquisição do edifício dos Monfortinos em Fátima (aquisição por fases);
- Atividades de Animação e Apoio à Família;
- Generalização de refeições escolares;
- Atividades de enriquecimento curricular;
- Transporte escolar;
- Aquecimento das escolas;
- Conservação e manutenção de equipamentos educativos;
- Vigilantes das escolas;
- Ação social escolar.

Cultura, Desporto e Tempos Livres

Este objetivo evidencia um acréscimo em 27,5%, face ao valor verificado no ano transato, verificando-se aumentos nos programas “Cultura” (38%), “Desporto e Lazer” (25%) e “Património” (1.133%, que em termos absolutos significam uma variação em 3,2 mil euros). O total das despesas inerentes a este objetivo ascendeu a um valor ligeiramente superior a 1,7 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Remodelação do Edifício dos Paços do Concelho;
- Programa Cultural;
- Apoios ao investimento concedidos a associações de desporto e lazer (contratos-programa estabelecidos em anos anteriores);
- Beneficiação do Complexo Desportivo da Caridade;
- Indemnizações compensatórias (preços sociais praticados nas piscinas municipais em equipamentos desportivos municipais e na Galeria e Museu Municipal);
- Locação operacional do espaço afeto à Biblioteca Municipal;
- Manutenção de espaços de lazer.

Ação Social

O ano de 2014 registou uma diminuição das despesas verificadas neste objetivo em 3,2%. Neste âmbito, as despesas ascenderam a um montante ligeiramente superior a 692 mil euros, as quais se reportam, essencialmente, ao contrato de gestão nesta área existente com a empresa municipal OurémViva, à manutenção de instalações de âmbito social, bem como a apoios ao investimento concedidos a Instituições Particulares de Solidariedade Social, designadamente no âmbito do PARES.

Habitação e Urbanismo

O volume total das despesas verificadas neste objetivo denota um substancial decréscimo, o qual se pautou numa variação negativa em 44,9%, atingindo, este

objetivo, um valor na ordem dos 2,8 milhões de euros. Neste contexto, reporta-se a diminuição verificada no programa de “planeamento urbanístico” (-20,1%) e urbanização (-63,7%), em oposição ao aumento verificado no programa “Iluminação” (+2,9%).

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Revisão do Plano Diretor Municipal;
- Iluminação Pública (remodelação, ampliação e consumos);
- Requalificação da Av. D. José Alves Correia da Silva (realização financeira inerente à aquisição de terrenos);
- Sistema Integrado de Mobilidade;
- Brigada de Intervenção Urbana de Fátima;
- Ação integrada de valorização urbana (contrato com a SRUFátima)
- Diversas intervenções de urbanização das cidades e vilas existentes na área do Município.

Saneamento e Salubridade

Este objetivo sofreu uma diminuição em 19,5%, assinalando um valor de despesas realizadas próximo de 3,6 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Ampliação e remodelação de esgotos;
- Exploração e manutenção de ETAR's;
- Recolha, tratamento e transporte de RSU's..;
- Limpeza urbana.

Proteção Civil

As despesas inseridas neste objetivo sofreram uma diminuição em 9,7%, apresentando um valor total realizado de 274,9 mil euros. Os programas “Serviços

Municipais de Proteção Civil” e “Bombeiros” denotam uma variação negativa em 26,4% e 7,8%, respetivamente.

Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público

Este objetivo, apresenta uma variação negativa, a qual se situa em 57,7% (variação absoluta negativa em 382,7 mil euros), reportando um valor total das despesas realizadas próximo de 281,2 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Gestão de espaços promocionais (Ucharia do Conde e Centro de Negócios de Ourém);
- Ações de apoio ao emprego;
- CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) – Quotização e comparticipação do Município nos projetos em que aderiu.

Comunicações e Transportes

O ano de 2014 apresentou um decréscimo das despesas afetas a este objetivo em 81,1%. Em termos totais, estas despesas situavam-se num valor próximo de 380,7 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Sinalização viária do concelho;
- Construção e/ou beneficiação de pontes e pontões;
- Beneficiação de diversos caminhos municipais.

Defesa do Ambiente

As despesas realizadas e inseridas neste objetivo denotam um aumento em 5,1%, para o qual contribuiu a incremento verificada no programa “Parques e Jardins”

(+4,6%) e “Proteção Ambiental” (+9,8%). O valor total de despesas realizadas no presente objetivo foi na ordem dos 761,8 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Manutenção de espaços verdes públicos;
- Vigilância de espaços verdes públicos;
- Gabinete Técnico Florestal.

Freguesias

O presente objetivo denota um acréscimo em 56,5%. As despesas totais realizadas neste âmbito ascenderam a um montante próximo de 934,1 mil euros.

Neste contexto, importa destacar o apoio concedido para a construção/beneficiação de sedes de Freguesia (15,8 mil euros), construção/beneficiação de cemitérios (26,5 mil euros), intervenção florestal (11,9 mil euros), delegação de competências correntes (257,8 mil euros), arranjos urbanísticos e espaços públicos (265,3 mil euros) e rede viária (266,1 mil euros).

Instalações e Serviços Municipais

O ano de 2014 assinala uma quebra nas despesas realizadas adjacentes a este objetivo (-23,1%). Estas despesas totalizaram um valor na ordem dos 454,2 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

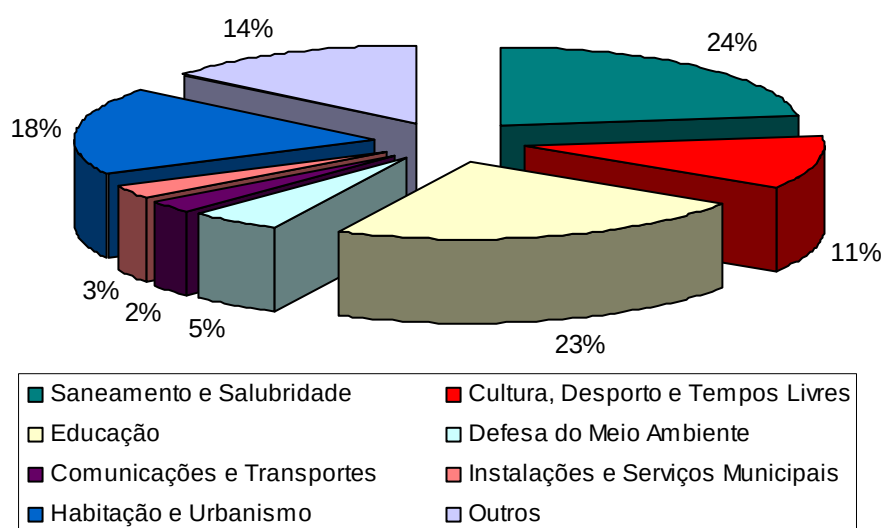
- Aquisição de equipamento informático;
- Honorários para patrocínio judicial e pareceres;
- Promoção e imagem do Município;
- Vigilância e segurança dos edifícios municipais;
- Limpeza dos edifícios municipais;
- Medicina do trabalho.

3.3.2 Estrutura das GOP's

Quadro – Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's

Descrição	Uni:Euro	
	2014	Peso (%)
Educação	3.553.096,67	22,93
Cultura, Desporto e Tempos Livres	1.728.188,72	11,15
Acção Social	692.020,39	4,47
Habitação e Urbanismo	2.849.875,67	18,39
Saneamento e Salubridade	3.585.798,70	23,14
Protecção Civil	274.892,28	1,77
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	281.184,85	1,81
Comunicações e Transportes	380.658,76	2,46
Defesa do Meio Ambiente	761.833,71	4,92
Freguesias	934.058,33	6,03
Instalações e Serviços Municipais	454.197,48	2,93
Total	15.495.805,56	100,00

Gráfico - Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's



Conforme decorre da leitura do quadro e do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas realizadas em GOP's, no ano de 2014, reporta-se aos objetivos “Saneamento e Salubridade”, “Educação” e “Habitação e Urbanismo”, tendo um peso no cômputo das despesas em GOP's de, respetivamente, 23,1%, 22,9% e 18,4%.

3.4 Evolução da execução orçamental

3.4.1 Orçamento da Receita

Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Receita

Uni: Euro

Descrição	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
<i>(ótica das liquidações)</i>					
G.E.O.R (Corrente)	110,59	111,96	1,24	103,81	-7,28
G.E.O.R (Capital)	75,23	80,78	7,38	135,84	68,16
G.E.O.R. (Total)	90,20	98,75	9,48	109,35	10,73
<i>(ótica das cobranças líquidas)^a</i>					
G.E.O.R (Corrente)	101,47	104,77	3,26	96,78	-7,63
G.E.O.R (Capital)	55,34	49,17	-11,15	44,97	-8,55
G.E.O.R. (Total)	74,94	81,22	8,39	88,28	8,68

^{a)} considera os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições

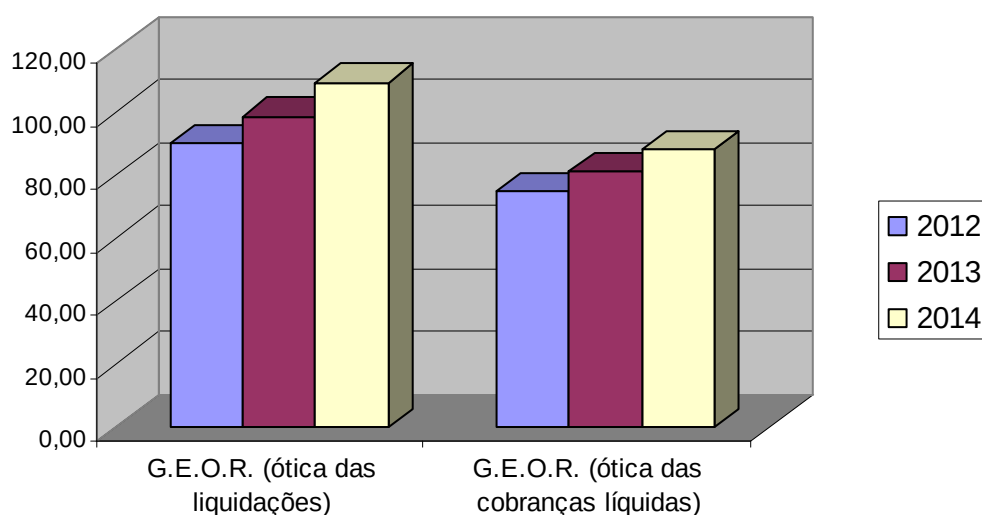
O grau de execução orçamental da receita visa apurar a relação entre o valor de receita cobrada líquida (ótica das cobranças líquidas) na qual se consideram os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições e da receita liquidada (ótica das liquidações), ambos os fatores comparativamente ao valor total previsto no orçamento da receita num determinado ano económico.

Na ótica das liquidações, o grau de execução orçamental da receita obtido foi na ordem dos 109,4%, sofrendo uma variação positiva em 10,6 p.b. face ao valor ocorrido no ano anterior. O grau de execução da receita corrente na ótica das liquidações foi próximo de 104% e de capital na mesma ótica situou-se em 136%, ou seja, em ambas as situações superando o valor da dotação inicial estabelecida.

Na ótica das cobranças, o grau de execução orçamental situou-se nos 88,3%, tendo o Município obtido o seu melhor grau de execução deste o indicador, desde que implementou o POCAL (2002), tendo observado uma variação em 7,1 p.b. face ao grau obtido no ano anterior.

Importa realçar que, face ao valor obtido, o Município de Ourém superou a meta definida no n.º 3 do artigo 56.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, a qual promove alertas precoces para a DGAL, para o membro do Governo responsável pela área das finanças e ainda para os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, sempre que a autarquia registar em dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento inferior a 85%.

Gráfico - Grau de Execução do Orçamento da Receita



3.4.2 Orçamento da Despesa

O grau de execução orçamental da despesa visa apurar a relação entre o valor da despesa comprometida (ótica dos compromissos), a despesa realizada (ótica das realizações) e da despesa paga (ótica dos pagamentos), e o total previsto no orçamento da despesa, num determinado ano económico.

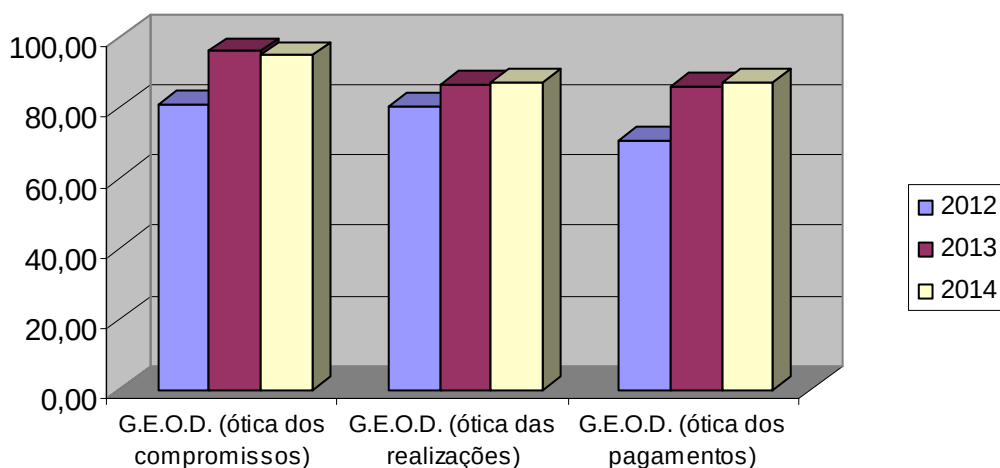
Os graus de execução referidos denotam, ligeiras variações em todas as óticas apresentadas. Na ótica dos compromissos, o grau de execução orçamental foi de 94,7%. Na ótica das realizações, as quais se devem entender pelas despesas realizadas, o valor apurado demonstra que se executaram 87,2% das despesas previstas. Na ótica dos pagamentos, o grau de execução situou-se nos 87,1%.

Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Despesa

Uni: Euro

Descrição	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
<i>(ótica dos compromissos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	96,70	99,56	2,96	97,13	-2,44
G.E.O.D (Capital)	69,51	91,19	31,20	90,23	-1,05
G.E.O.D. (Total)	80,88	95,92	18,60	94,72	-1,25
<i>(ótica das realizações)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	95,90	93,47	-2,53	92,14	-1,42
G.E.O.D (Capital)	69,17	77,44	11,97	77,89	0,58
G.E.O.D. (Total)	80,34	86,50	7,66	87,17	0,77
<i>(ótica dos pagamentos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	87,33	92,44	5,85	92,06	-0,42
G.E.O.D (Capital)	58,80	77,37	31,58	77,88	0,65
G.E.O.D. (Total)	70,73	85,89	21,43	87,11	1,42

Gráfico - Evolução do Grau de Execução do Orçamento da Despesa



3.4.3 Grandes Opções do Plano

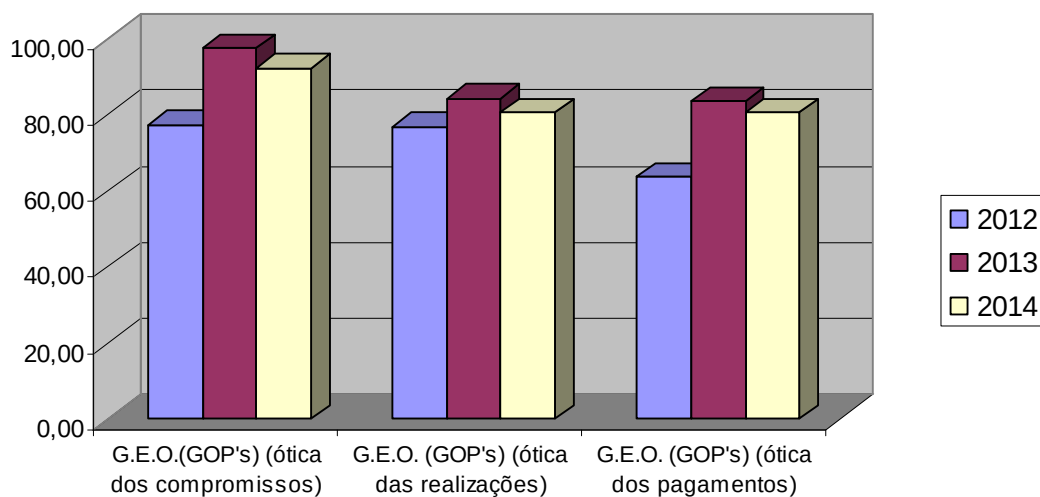
Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental das GOP's

(inclui desagregação pelo PPI e AMR's)

Uni: Euro

Descrição	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
<i>(ótica dos compromissos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	77,28	97,35	25,97	92,26	-5,22
G.E.O. (PPI)	66,99	44,47	-33,62	81,45	83,16
G.E.O. (AMR's)	90,59	97,98	8,15	96,17	-1,85
<i>(ótica das realizações)</i>					
G.E.O. (GOP's)	76,76	84,23	9,73	80,58	-4,33
G.E.O. (PPI)	66,61	35,83	-46,21	55,65	55,31
G.E.O. (AMR's)	89,90	88,20	-1,89	89,58	1,57
<i>(ótica dos pagamentos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	63,68	83,41	30,99	80,48	-3,52
G.E.O. (PPI)	54,80	35,77	-34,72	55,63	55,50
G.E.O. (AMR's)	75,16	86,97	15,71	89,45	2,85

Gráfico - Grau de Execução Orçamental Anual das GOP's



O nível de execução anual das GOP's (Grandes Opções do Plano), que inclui o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e as AMR's (Atividades Mais Relevantes), visa estabelecer a relação entre o valor da despesa comprometida (ótica dos

compromissos), a despesa realizada (ótica das realizações) e da despesa paga (ótica dos pagamentos), e o total previsto, num determinado ano económico.

Na ótica dos compromissos, na ótica das realizações e na ótica dos pagamentos, o grau de execução orçamental anual das GOP's foi, respetivamente, de 92,3%, 80,6% e 80,5%.

No que concerne ao PPI, este apresenta um grau de execução orçamental na ótica das realizações e dos pagamentos de 55,7%.

As AMR's apresentam um grau de execução orçamental, na ótica das realizações de 89,6% e na ótica dos pagamentos de 89,5%.

3.5 Compromissos assumidos para anos seguintes

Quadro – Mapa resumo dos compromissos assumidos⁴

Ano	Montantes
2015	11.000.862,50
2016	4.104.687,62
2017	3.124.033,44
Seguintes	9.678.802,73
TOTAL	27.908.386,29

No término do ano económico em relato, verificava-se a existência de um total de 26,4 milhões de euros de compromissos.

⁴ Compromissos assumidos ainda sem realização, pelo que ainda não conferem dívida, com exceção do que respeita a empréstimos de médio longo prazo já contraídos

Do montante reportado, e de acordo com os contratos assumidos, e face à sua potencial realização, os encargos irão incidir, essencialmente, nos anos económicos de 2014 (7,1 milhões euros) e de 2015 (4,2 milhões de euros).

Note-se que os compromissos assumidos reportados não contemplam a dívida sobre a qual já existe realização, mas somente os atos assumidos perante terceiros, os quais apenas após cumprimento pela outra parte interveniente, do estabelecido se podem constituir como uma dívida municipal.

3.6 Evolução dos resultados orçamentais

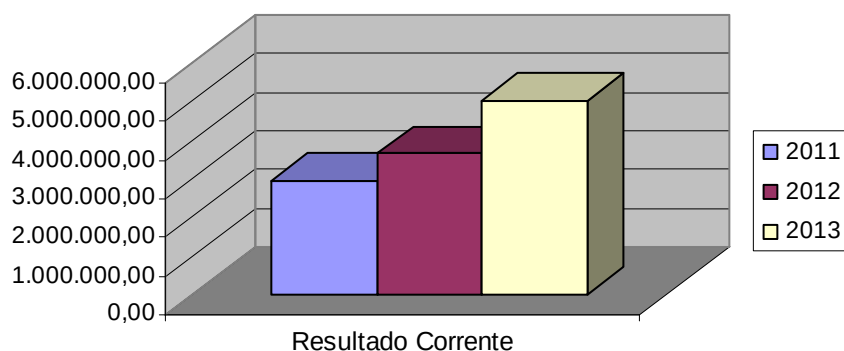
3.6.1 Resultado corrente

Quadro – Evolução dos Resultados Correntes a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Receitas correntes liquidadas	25.401.232,94	27.671.736,88	8,94	29.090.094,71	5,13
Despesas correntes realizadas	21.752.185,71	22.652.569,68	4,14	21.246.804,44	-6,21
Resultado Corrente	3.649.047,23	5.019.167,20	37,55	7.843.290,27	56,27
Nota Orçamental	poupança corrente	poupança corrente		poupança corrente	

Gráfico - Evolução dos Resultados Correntes



O ano de 2014 evidencia a ocorrência de um superavit corrente superior a 7,8 milhões de euros, ou seja, as receitas correntes liquidadas foram superiores às despesas correntes realizadas, permitindo a ocorrência de uma poupança corrente.

Contudo, importa observar dois fatores que influenciam a análise ao valor disposto e que contextualizam uma análise mais efetiva ao resultado apresentado.

O primeiro fator reporta-se às receitas liquidadas e às despesas realizadas que transitam de ano económico e que, deste modo, têm uma influência direta no resultado apurado.

Consequentemente, tendo por referência a influência decorrente do primeiro fator enunciado e extraíndo a sua influência do apuramento do resultado em análise, verifica-se que o resultado corrente se situa na ordem dos 6,3 milhões de euros, manifestando uma variação absoluta positiva próxima de 1,6 milhões de euros, face ao volume apurado para o ano económico de 2013 (na ordem dos 4,7 milhões de euros).

Quadro – Evolução dos resultados correntes excluindo o impacto derivado do anterior a p.c.

Descrição	uni: Euro				
	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Resultado corrente obtido	3.649.047,23	5.019.167,20	37,55	7.843.290,27	56,27
Receitas liquidadas correntes que transitaram de ano	2.300.289,26	2.229.089,30	-3,10	1.776.846,28	-20,29
Despesas realizadas correntes que transitaram de ano	2.368.510,04	1.942.581,01	-17,98	249.377,49	-87,16
Resultado orçamental corrente, excluindo o impacto derivado do ano anterior	3.717.268,01	4.732.658,91	27,32	6.315.821,48	33,45

Como segundo fator, salienta-se ainda o impacto da despesa corrente inerente à aquisição de matérias-primas, a qual ascendeu a 119,5 mil euros, na medida em que as referidas despesas são transformadas em investimento, através da execução de obras por administração direta.

3.6.2 Resultado orçamental

O ano de 2014 regista um superavit orçamental próximo de 7,9 milhões de euros. Em termos de representatividade, o superavit ocorrido significa 20,3% do total das receitas liquidadas e 25,4% das despesas realizadas.

Quadro – Evolução dos Resultados Orçamentais a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Total das Receitas Liquidadas	48.929.984,44	42.352.577,99	-13,44	38.732.450,84	-8,55
Total das Despesas Realizadas	43.582.942,71	37.098.695,23	-14,88	30.876.423,33	-16,77
Resultado Orçamental	5.347.041,73	5.253.882,76	-1,74	7.856.027,51	49,53
Nota Orçamental	Superávit Orçamental	Superávit Orçamental		Superávit Orçamental	

Quadro – Evolução do resultado orçamental obtido excluindo o impacto derivado do anterior a p.c.

uni: Euro

Descrição	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Resultado orçamental obtido	5.347.041,73	5.253.882,76	-1,74	7.856.027,51	49,53
Receitas liquidadas que transitaram de ano	7.912.921,26	8.448.429,81	6,77	7.521.359,81	-10,97
Despesas realizadas que transitaram de ano	7.317.447,37	5.213.728,44	-28,75	262.293,70	-94,97
Resultado orçamental, excluindo o impacto derivado do ano anterior	4.751.567,84	2.019.181,39	-57,50	596.961,40	-70,44

Importa contudo, considerar o efeito resultante da alienação de terrenos relativos aos complexos desportivos de Ourém e Fátima, à entidade Maisourém, S.A. (entidade na qual o Município participa em 49% do capital), no âmbito do desenvolvimento de uma parceria público-privada, cujo montante ascende a 4,8 milhões de euros.

Excluindo o impacto decorrente das receitas liquidadas e das despesas realizadas que transitam de ano económico, verificou-se a ocorrência de um resultado orçamental positivo próximo de 597 mil euros.

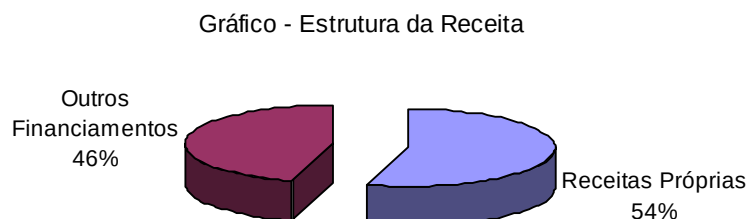
4. Fontes de Financiamento

4.1 Receitas Próprias

4.1.1 Estrutura das Receitas Próprias

São consideradas Receitas Próprias, aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Desta forma, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

A análise destas receitas permite aferir a capacidade da autarquia em gerar, localmente, recursos financeiros indispensáveis à prossecução da sua missão e dos objetivos propostos.

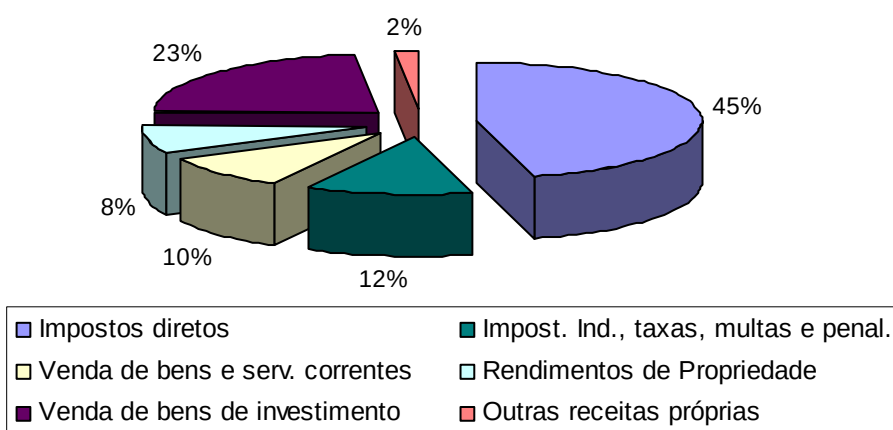


O gráfico acima apresentado denota que as receitas próprias do município representam 54% das receitas totais, valor que indicia, que esta autarquia, no ano de 2014, não esteve maioritariamente dependente de financiamentos externos. Será ainda de referir que o valor apresentado denota uma melhoria deste indicador em 7 p.b, face ao valor obtido no ano anterior.

Os impostos diretos, onde se incluem os impostos sobre o património, são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, rondando os 45%, seguidos da venda de bens de investimento (23%).

Os impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, a venda de bens e serviços correntes e os rendimentos de propriedade, representam 12% 10% e 8%, respetivamente, do total das receitas próprias.

Gráfico - Estrutura das Receitas Próprias



4.1.2 Evolução das Receitas Próprias

Quadro – Evolução das Receitas Próprias a preços correntes

uni: Euro					
Receitas Próprias	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Total	18.910.268,76	19.706.136,03	4,21	21.035.536,09	6,75

Em 2014, as receitas próprias assinalam um valor ligeiramente superior a 21 milhões de euros, denunciando uma variação positiva na ordem dos 6,8% face ao volume verificado no ano anterior.

4.1.3 Indicadores

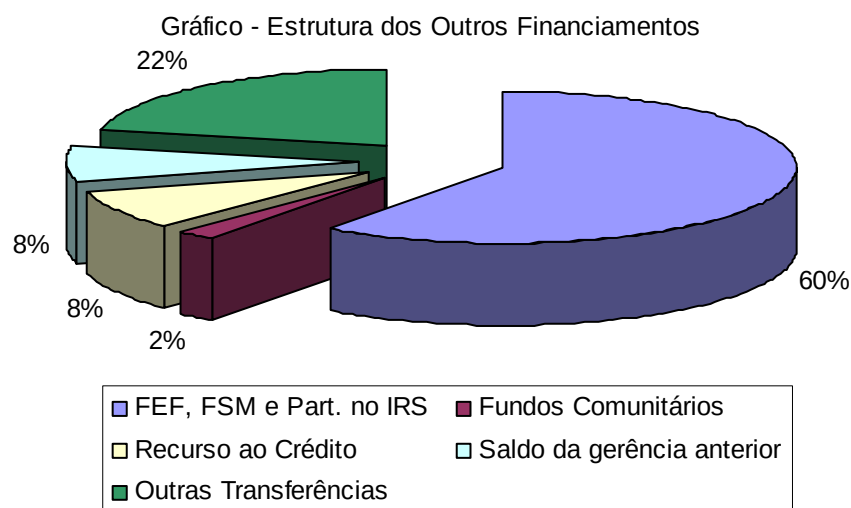
Através da análise dos indicadores seguidamente expostos, podemos verificar que as receitas próprias aumentaram a sua representatividade nas receitas totais em 16,7%. O grau de cobertura das despesas pelas receitas próprias é de 68%. As receitas próprias, *per capita*, foram na ordem dos 462,81 euros (+7,3%), e, por Km², de 50.493,37 euros (+6,8%).

Quadro – Evolução dos Indicadores de Receitas Próprias

Indicadores	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Receitas Próprias / Receita Total	0,39	0,47	20,46	0,54	16,74
Receitas Próprias / Despesa Total	0,43	0,53	22,42	0,68	28,26
Receitas Próprias por Km2	45.391,91 €	47.302,29 €	4,21	50.493,37 €	6,75
Receitas Próprias <i>per capita</i>	412,62 €	431,41 €	4,56	462,81 €	7,28

4.2 Outros Financiamentos

4.2.1 Estrutura dos Outros Financiamentos



Conforme resulta da leitura do gráfico apresentado, em 2014, o maior recurso financeiro relativo aos “Outros Financiamentos”, provém da participação do município nos impostos do Estado (60%) e de outras transferências (22%).

As receitas provenientes do saldo da gerência anterior e dos fundos comunitários representam no total dos outros financiamentos, 8% e 2%, respetivamente.

4.2.2 Evolução dos Outros Financiamentos

Quadro – Evolução dos Outros Financiamentos a preços correntes

uni: Euro

Outros Financiamentos	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Total	30.053.978,78	22.650.830,42	-24,63	17.696.914,75	-21,87

Os “Outros Financiamentos” manifestam uma diminuição na ordem dos 21,9%, sendo o volume total verificado, em 2014, próximo de 17,7 milhões de euros.

4.2.3 Participação do Município nos Impostos do Estado

No decurso de 2014, a participação dos municípios nos impostos do Estado consubstanciou-se no Fundo de Equilíbrio Financeiro (Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal), no Fundo Social Municipal e na participação do IRS.

O FGM visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento, sendo a sua distribuição efetuada tendo por base os seguintes critérios:

- 5% igualmente por todos os municípios;
- 65% na razão direta da população (ponderada) residente e da média diária de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo, sendo a população residente nas Regiões Autónomas ponderada pelo fator 1.3, estabelecendo-se ainda os seguintes ponderadores marginais:
 - o os primeiros 5000 habitantes – 3;
 - o de 5001 a 10000 habitantes – 1;
 - o de 10001 a 20000 habitantes – 0,25;
 - o de 20001 a 40000 habitantes – 0,5;
 - o de 40001 a 80000 habitantes – 0,75;
 - o > 80000 – 1.
- 25% na razão direta da área ponderada por um fator relativo à amplitude altimétrica do município e 5% na razão direta da área afeta à Rede Natura 2000 e da área protegida; ou

- 20% na razão direta da área ponderada por um fator de amplitude altimétrica do município e 10% na razão direta da área afeta à Rede Natura 2000 e da área protegida, nos municípios com mais de 70% do seu território afeto à Rede Natura 2000 e de área protegida.

O Fundo de Coesão Municipal visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos e é a soma da compensação fiscal (CF) e da compensação por desigualdade de oportunidades (CDO) baseada no índice de desigualdade de oportunidades (IDO), os quais traduzem situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais.

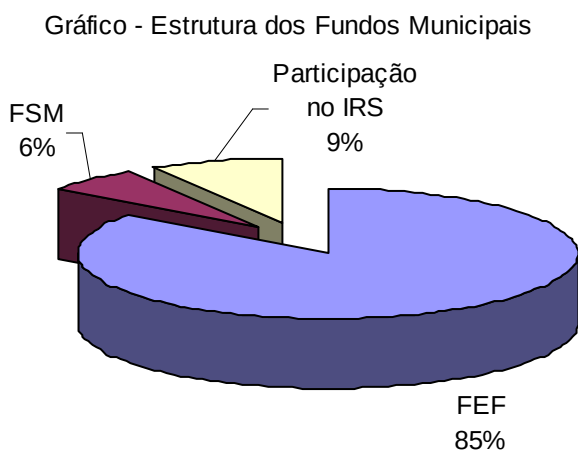
O Fundo Social Municipal constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social, sendo a sua repartição anual pelos municípios estabelecida, de acordo com os seguintes indicadores:

- 35% de acordo com os seguintes indicadores relativos às inscrições de crianças e jovens nos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico do município:
 - o 4% na razão direta do número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar público;
 - o 12% na razão direta do número de jovens a frequentar o 1º ciclo do ensino básico público;
 - o 19% na razão direta do número de jovens a frequentar o 2º e 3º ciclos do ensino básico público;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes inscritos na rede de saúde municipal:
 - o 10,5% na razão direta do número de beneficiários dos programas municipais de cuidados de saúde continuados;
 - o 22% na razão direta do número de utentes inscritos nos centros de saúde concelhios;

- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes e beneficiários das redes municipais de creches, estabelecimentos de educação pré-escolar, equipamentos na área dos idosos, designadamente estruturas residenciais e centros de dia e programas de ação social de cada município:
 - o 5% na razão direta do número de inscritos em programas de apoio à toxicodependência e de inclusão social;
 - o 12,5% na razão direta do número de crianças até aos 3 anos de idade, que frequentam as creches e jardins de infância;
 - o 15% na razão direta do número de adultos com mais de 65 anos residentes em lares ou inscritos em centros de dia e programas de apoio ao domicílio.

Os municípios têm ainda direito a uma participação fixa de 2% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial e uma participação variável até 3% no IRS, sendo esta última aplicável em consonância com a deliberação do órgão deliberativo do município. Neste contexto, o Município de Ourém deliberou manter a participação de 5%.

4.2.3.1 Estrutura dos Fundos Municipais



O fundo municipal que financeiramente produz maior volume de receitas para o município é o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) que representa cerca de 85% do total dos três fundos. O Fundo Social Municipal, o qual é um financiamento consignado a algumas despesas no âmbito da educação, saúde e ação social, constitui 6% dos fundos municipais, cabendo os restantes 9% à participação no IRS.

4.2.3.2 Evolução dos Fundos Municipais

Por observação do quadro abaixo exposto verifica-se que o FEF sofreu uma quebra em 2,4%.e o FSM não sofreu qualquer variação. A participação no IRS regista um aumento em 2,7%, face ao volume verificado no ano anterior.

No conjunto, estas receitas observam um decréscimo em 1,8%, significando uma variação absoluta negativa em 195,4 mil euros.

Quadro – Evolução dos Fundos Municipais a preços correntes

Descrição dos Fundos Municipais	uni: Euro				
	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
FEF	9.350.370,00	9.287.617,28	-0,67	9.068.229,80	-2,36
FSM	642.823,00	642.823,00	0,00	642.823,00	0,00
Participação no IRS	904.975,00	904.975,00	0,00	928.924,00	2,65
Total	10.898.168,00	10.835.415,28	-0,58	10.639.976,80	-1,80

4.2.4 Cooperação Técnica e Financeira

Em 2014, a exemplo do já ocorrido no ano anterior, não se verificou qualquer receita enquadrável neste âmbito.

4.2.5 Fundos Comunitários

Quadro – Evolução dos Fundos Comunitários a preços correntes

uni: Euro					
Fundos Comunitários	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Total	8.734.206,46	3.057.215,76	-65,00	389.229,48	-87,27

No decurso de 2014, verificou-se uma quebra substancial das receitas relativas a fundos comunitários em 87%. Estas receitas situaram-se num valor ligeiramente superior a 389,2 mil euros, denotando uma quebra próxima de 2,7 milhões de euros.

4.2.6 Endividamento Municipal

4.2.6.1 Curto Prazo

Em 2014 utilizou-se um empréstimo de curto prazo contraído para fazer face a necessidades de tesouraria, tendo esse valor sido integralmente pago no mesmo ano económico. Dadas as características deste tipo de empréstimo, realça-se que, por observância às movimentações orçamentais que origina, nomeadamente refletindo igual valor, quer no orçamento da receita, quer no orçamento da despesa, este empréstimo acaba por apresentar um efeito nulo.

4.2.6.2 Médio e Longo Prazo

Quadro – Evolução do financiamento reportado a empréstimos de m.l.p a preços correntes

uni: Euro					
Empréstimos de m.l.p	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Total	0,00	3.348.152,72	--	0,00	--

Como se verifica no quadro acima exposto, em 2014 não se obteve qualquer receita inerente a empréstimos de médio e longo prazo.

4.2.7 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores dos Outros Financiamentos

Indicadores	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Outros Financ. / Receita Total	0,61	0,53	-12,88	0,46	-14,56
Outros Financ. / Despesa Total	0,69	0,61	-11,46	0,57	-6,13
Outros Financiamentos por Km2	72.141,09 €	54.370,69 €	-24,63	42.479,39 €	-21,87
Outros Financiamentos <i>per capita</i>	655,77 €	495,88 €	-24,38	389,35 €	-21,48
Fundos Municipais / Receita Total	0,22	0,26	14,93	0,27	7,39
Fundos Municipais / Despesa Total	0,25	0,29	16,80	0,34	17,98
Fundos Municipais por Km2	26.159,79 €	26.009,16 €	-0,58	25.540,03 €	-1,80
Fundos Municipais <i>per capita</i>	237,80 €	237,21 €	-0,24	234,09 €	-1,32
Coop. Tén. Financ. / Receita Total	0,00	0,00	--	0,00	--
Coop. Tén. Financ. / Despesa Total	0,00	0,00	--	0,00	--
Coop. Tén. Financeira por Km2	0,00 €	0,00 €	--	0,00 €	--
Coop. Tén. Financeira <i>per capita</i>	0,00 €	0,00 €	--	0,00 €	--
Fundos Comunitários / Receita Total	0,18	0,07	-59,54	0,01	-86,08
Fundos Comunitários / Despesa Total	0,20	0,08	-58,88	0,01	-84,70
Fundos Comunitários por Km2	20.965,45 €	7.338,49 €	-65,00	934,30 €	-87,27
Fundos Comunitários <i>per capita</i>	190,58 €	66,93 €	-64,88	8,56 €	-87,21
Empréstimos m.l.p. / Receita Total	0,00	0,08	--	0,00	-100,00
Empréstimos m.l.p. / Despesa Total	0,00	0,09	--	0,00	-100,00
Empréstimos m.l.p por Km2	0,00 €	8.036,85 €	--	0,00 €	-100,00
Empréstimos m.l.p <i>per capita</i>	0,00 €	73,30 €	--	0,00 €	-100,00

O quadro que se apresenta permite aferir que o peso dos outros financiamentos no total da receita diminuiu cerca de 14,6%. As receitas resultantes dos outros financiamentos cobriram 57% das despesas totais realizadas em 2014. Os outros financiamentos, *per capita*, foram na ordem dos 389,35 euros e, por Km², de 42.479,39 euros.

Em 2014, os fundos municipais representaram 27% do total das receitas e cobriram 34% das despesas totais realizadas. Estas receitas significaram, *per capita*, um valor de 234,09 euros e, por Km², de 25.540,03 euros.

Será de salientar que os fundos comunitários significaram apenas 1% do total das receitas e financiaram igualmente 1% das despesas realizadas, tendo sido obtido um valor de financiamento, *per capita*, de 8,56 euros.

5. Aplicação dos Recursos Financeiros

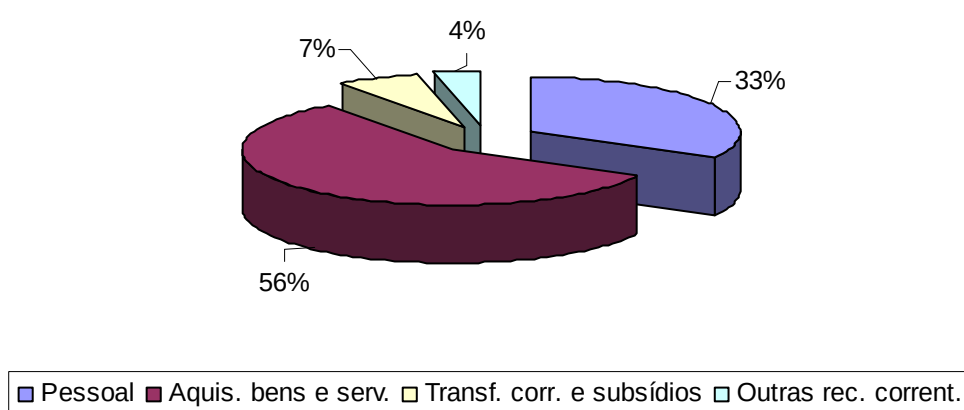
5.1 Despesas de Funcionamento

O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas como essenciais para o funcionamento da entidade coincidindo, quase na totalidade e na maioria das situações, com a despesa corrente. São, para o efeito, retirados os encargos financeiros com o serviço da dívida que constituem uma despesa de financiamento. De igual modo, não são consideradas neste grupo as despesas com a execução de projetos por administração direta que, na prática, são registadas por despesas correntes.

Assim sendo, as despesas de funcionamento consistem nas despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes e os subsídios, bem como aquelas que são registadas na conta residual, designada por “outras despesas correntes”.

5.1.1 Estrutura das despesas de funcionamento

Gráfico - Estrutura das Despesas de Funcionamento



Conforme decorre da leitura do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas de funcionamento realizadas no decurso de 2014 reporta-se à aquisição de bens e serviços (56%). As despesas com pessoal e as despesas relativas às transferências

correntes e subsídios representam respetivamente 33% e 7% do total das despesas de funcionamento.

5.1.2 Evolução das despesas de funcionamento

Quadro – Evolução das Despesas de Funcionamento a preços correntes

uni: Euro

Despesas de Funcionamento	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Total	21.303.074,37	22.066.092,78	3,58	19.987.377,84	-9,42

As despesas de funcionamento sofreram uma quebra em aumento em 9,4%, (note-se que a variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor se situou-se em -0,2% no decurso de 2014).

Complementarmente, importa atender aos efeitos internos, relacionados com a disponibilização de novas infra-estruturas e consequentemente de novos serviços públicos, os quais induzem um crescimento natural das despesas de funcionamento.

5.1.3 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas de Funcionamento

Indicadores	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Desp. Func. / Receitas Correntes	0,84	0,80	-4,92	0,69	-13,84
Desp. Func. / Despesas Correntes	0,98	0,97	-0,54	0,94	-3,43
Desp. Func. / Despesas Totais	0,49	0,59	21,69	0,65	8,83
Despesas de Funcionamento por Km ²	51.135,56 €	52.967,10 €	3,58	47.977,38 €	-9,42
Despesas de Funcionamento <i>per capita</i>	464,83 €	483,08 €	3,93	439,75 €	-8,97

A absorção das receitas correntes pelas despesas de funcionamento registou uma quebra em 13,8%. No ano em análise, estas despesas representam 65% das despesas totais. As despesas de funcionamento, *per capita*, foram na ordem dos 439,75 euros, e, por Km², de 47.977,38 euros.

5.2 Despesas com pessoal

5.2.1 Evolução das despesas com pessoal

Quadro – Evolução das Despesas com Pessoal a preços correntes

uni: Euro

Despesas com Pessoal	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Total	6.394.605,43	6.859.173,96	7,27	6.569.236,03	-4,23

Estas despesas sofreram uma quebra em 4,2%, assinalando uma variação absoluta negativa em 289,9 mil euros.

5.2.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Pessoal

Indicadores	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Desp. Pessoal / Receitas Correntes	0,25	0,25	-1,54	0,23	-8,90
Desp. Pessoal / Despesas Correntes	0,29	0,30	3,00	0,31	2,11
Desp. Pessoal / Despesas Totais	0,15	0,18	26,01	0,21	15,07
Despesas de Pessoal por Km ²	15.349,51 €	16.464,65 €	7,27	15.768,69 €	-4,23
Despesas de Pessoal <i>per capita</i>	139,53 €	150,16 €	7,62	144,53 €	-3,75

As despesas com pessoal consumiram 23% das receitas correntes liquidadas, evidenciando um valor inferior em 2 p.b., face ao ocorrido no ano. A representatividade das despesas com pessoal no total das despesas foi de 21% e significou *per capita*, um valor na ordem dos 144,53 euros e por Km² de 15.768,69 euros.

5.3 Aquisição de bens e serviços

5.3.1 Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços

Quadro – Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços a preços correntes

uni: Euro

Despesas c/ Aquis. Bens e Serviços	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Total	13.019.875,93	13.308.408,69	2,22	11.408.804,56	-14,27

No que respeita às despesas com a aquisição de bens e serviços, denota-se um decréscimo destas, face ao ano anterior, em 14,3%.

5.3.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Indicadores	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Desp. Aquis. B.S. / Receitas Correntes	0,51	0,48	-6,17	0,39	-18,45
Desp. Aquis. B.S. / Desp. Correntes	0,60	0,59	-1,85	0,54	-8,60
Desp. Aquis. B.S. / Despesas Totais	0,30	0,36	20,08	0,37	3,00
Despesas c/Aquis. B.S. por Km ²	31.252,70 €	31.945,29 €	2,22	27.385,51 €	-14,27
Despesas c/Aquis. B.S. <i>per capita</i>	284,09 €	291,35 €	2,56	251,01 €	-13,85

Em 2014, 39% das receitas correntes foram afetadas às despesas com a aquisição de bens e serviços, valor que significa uma diminuição deste fator em 18,5%. O peso destes consumos nas despesas correntes e nas despesas totais foi respetivamente de 54% e 37%. As despesas de funcionamento, *per capita*, foram de 251,01 euros e, por Km², de 27.385,51 euros.

5.4 Serviço da dívida

O serviço da dívida constitui uma despesa decorrente do financiamento da atividade municipal no desenvolvimento das suas atribuições, nomeadamente através do recurso a empréstimos de médio e longo prazo.

5.4.1 Evolução do serviço da dívida

Quadro – Evolução das Despesas com o Serviço da Dívida a preços correntes

uni: Euro

Serviço da Dívida	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Total	4.048.996,17	4.830.049,60	19,29	5.648.317,86	16,94
(excluindo a amortização do emp. de curto prazo)	3.535.827,26	4.050.815,42	14,56	4.147.205,42	2,38

Estas despesas sofreram um aumento em 16,9%. No entanto, esta circunstância está influenciada pela utilização de um empréstimo de curto prazo. Excluindo o mencionado fator de influência (empréstimo a curto prazo), o qual assume um efeito nulo no âmbito orçamental (relação receita/despesa), estas despesas apresentam um acréscimo em 2,4%.

5.4.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Serviço da Dívida

Indicadores	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Serviço da Dívida / Receitas Totais	0,07	0,10	32,36	0,11	11,95
Serviço da Dívida / Despesas Totais	0,08	0,11	34,59	0,13	23,01
Serviço da Dívida por Km ²	8.487,34 €	9.723,51 €	14,56	9.954,89 €	2,38
Serviço da Dívida <i>per capita</i>	77,15 €	88,68 €	14,95	91,24 €	2,89

Nos indicadores acima expostos, exclui-se das despesas com o serviço da dívida, o volume reportado à amortização do empréstimo de curto prazo.

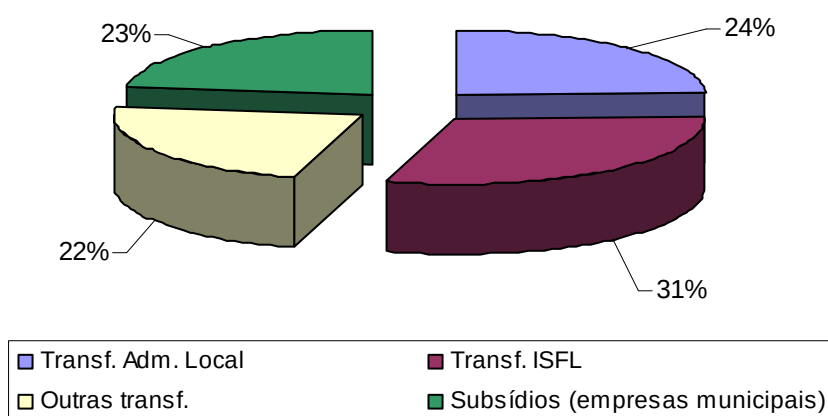
Deste modo, o serviço da dívida representa 13% das despesas totais e absorve 11% do cômputo das receitas. As despesas com o serviço da dívida, *per capita*, foram de 91,24 euros e, por Km², de 9.954,89 euros.

5.5 Apoios concedidos a terceiros

5.5.1 Estrutura dos apoios concedidos a terceiros

Aproximadamente 24% dos apoios concedidos são respeitantes a verbas cedidas à Administração Local (essencialmente, freguesias) e 31 % referentes aos apoios concedidos às instituições sem fins lucrativos. Note-se o peso relevante dos subsídios a empresas municipais, essencialmente pela prática de preços sociais (23%).

Gráfico - Estrutura dos apoios concedidos



5.5.2 Evolução dos apoios concedidos a terceiros

Quadro – Evolução dos apoios concedidos a terceiros a preços correntes

uni: Euro					
Apoios Concedidos	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Total	4.665.786,71	3.516.217,55	-24,64	3.705.131,27	5,37

No decurso de 2014, os apoios concedidos a terceiros significaram um valor na ordem dos 3,7 milhões de euros, denotando uma variação positiva em 5,4%, face ao valor verificado no ano anterior.

5.5.3 Indicadores

Os apoios concedidos afetam cerca de 10% das receitas totais, significam 12% do somatório das despesas realizadas totais e uma capitação por habitante de 81,52 euros.

Quadro – Evolução dos Indicadores dos apoios concedidos a terceiros

Indicadores	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Apoios concedidos / Receitas Totais	0,10	0,08	-12,93	0,10	15,22
Apoios concedidos / Despesas Totais	0,11	0,09	-11,47	0,12	26,61
Apoios concedidos por Km2	11.199,68 €	8.440,27 €	-24,64	8.893,74 €	5,37
Apoios concedidos <i>per capita</i>	101,81 €	76,98 €	-24,39	81,52 €	5,90

5.6 Investimento Municipal

5.6.1 Investimento direto

5.6.1.1 Evolução do investimento direto

Quadro – Evolução do Investimento Direto Municipal a preços correntes

uni: Euro					
Investimento Directo Municipal	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Total	14.837.331,57	8.003.431,30	-46,06	2.839.562,57	-64,52

O período em análise evidencia um decréscimo do volume de investimento direto municipal em 64,5%, tendo o montante realizado ascendido a um na ordem dos 2,8 milhões de euros.

5.6.1.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores de Investimento Direto

Indicadores	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Investimento Direto / Receitas Totais	0,30	0,19	-37,68	0,07	-61,20
Investimento Direto / Despesas Totais	0,34	0,22	-36,63	0,09	-57,37
Investimento Direto por Km2	35.615,29 €	19.211,31 €	-46,06	6.816,04 €	-64,52
Investimento Direto <i>per capita</i>	323,75 €	175,21 €	-45,88	62,47 €	-64,34

Em 2014 o investimento direto municipal realizado absorveu 7% das receitas totais e significou 9% das despesas totais. O volume de investimentos diretos, *per capita*, foi de 62,47 euros e, por Km², de 6.816,04 euros.

5.6.2 Investimento total (direto e indireto)

Nesta análise, considerar-se-á como investimento do município não só o investimento por este realizado, denominado por investimento direto, mas também o investimento realizado por terceiros, mas que é financiado por transferências de capital, apenas na proporção do montante suportado pelo município.

5.6.2.1 Evolução do investimento total

Quadro – Evolução do Investimento Total Municipal (direto e indireto) a preços correntes

uni: Euro

Investimento Total Municipal	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Total	18.130.872,17	10.102.552,85	-44,28	4.383.284,36	-56,61

O investimento direto total reporta uma quebra em 56,6% e representa um volume próximo de 4,4 milhões de euros.

5.6.2.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores de Investimento Total (direto e indireto)

Indicadores	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Investimento Total / Receitas Totais	0,37	0,24	-35,63	0,11	-52,56
Investimento Total / Despesas Totais	0,42	0,27	-34,54	0,14	-47,87
Investimento Total por Km ²	43.521,06 €	24.250,01 €	-44,28	10.521,57 €	-56,61
Investimento Total <i>per capita</i>	395,61 €	221,17 €	-44,09	96,44 €	-56,40

A absorção das receitas totais pelas despesas de investimento situou-se nos 11%, registando uma diminuição em 52,6%, face ao ano anterior. No ano em análise, estas despesas representaram 14% das despesas totais. A capitação das despesas de

investimento municipal total foi na ordem dos 96,44 euros, e por Km², de 10.521,57 euros.

5.6.3 O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento

Quadro – O Investimento Mun. e as suas principais fontes de financiamento a preços correntes

uni: Euro

Designação	2012	Peso (%)	2013	Peso (%)	2014	Peso (%)
Investimento Total a)	18.130.872,17	--	10.102.552,85	--	4.383.284,36	--
Receitas de Capital (1)	23.528.751,50	86,57	14.680.841,11	74,52	8.210.404,21	51,14
Venda de Bens de Investimento	4.802.387,50	17,67	4.808.643,00	24,41	4.873.050,00	30,35
Participação nos Impostos do Estado (Capital)	3.731.688,00	13,73	1.865.844,00	9,47	900.604,00	5,61
Cooperação Técnica e Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos Comunitários (Capital)	8.695.475,42	31,99	3.053.140,56	15,50	384.303,85	2,39
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso ao Crédito	0,00	0,00	3.348.152,72	17,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	6.299.200,58	23,18	1.605.060,83	8,15	2.052.446,36	12,78
Poupança Corrente (2)	3.649.047,23	13,43	5.019.167,20	25,48	7.843.290,27	48,86
Total das Fontes de Financiamento (b)	27.177.798,73	--	19.700.008,31	--	16.053.694,48	--
Fontes de Financiamento / Investimento	1,50	--	1,95	--	3,66	--
(Fontes de Financ. - Investimento Total)	9.046.926,56		9.597.455,46		11.670.410,12	

a) Investimento direto e indireto

b) (1) + (2)

Através da análise efetuada ao quadro apresentado, verifica-se que, no ano de 2014, as fontes de financiamento de capital foram superiores ao investimento total, em aproximadamente 11,7 milhões. Para esta circunstância contribuiu, nomeadamente, a poupança corrente verificada.

6. Cumprimentos legais na despesa

6.1 Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal

Neste âmbito importa observar as limitações impostas pela LOE/2014 (Lei 83-C/2013), particularmente a redução de trabalhadores prevista no artigo 62.º do mencionado diploma, no qual consta que, durante o ano de 2014, as autarquias locais reduzem, no mínimo, em 2% o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro, sem prejuízo do disposto no n.º 7 e do cumprimento do disposto no artigo 55.º.

Ora, observada a evolução do pessoal disposta no ponto 2.2.2 do presente relatório, verifica-se que 2014 apresenta uma diminuição dos trabalhadores em 6,6%, ou seja, superando-se a meta legalmente estabelecida.

Complementarmente, importa observar os condicionalismos estabelecidos no âmbito do Plano de Ajustamento Financeiro, circunstância que inibia o recrutamento de pessoal no decurso de 2014, situação integralmente cumprida.

6.2 Cumprimento dos limites de endividamento

A Lei das Finanças Locais (revogada pela Lei 73/013 de 3 de setembro, a qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014) estabelece princípios orientadores em matéria de endividamento autárquico, redefinindo quer o conceito de endividamento, quer o modelo de apuramento dos limites, destacando-se, neste âmbito:

- Artigo 52.º – Definição do limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- A dívida total de operações orçamentais do município, engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de

endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

No artigo 54.º da Lei 73/2013, definem-se as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total. Deste modo, as entidades que relevam são:

- Os serviços municipais e intermunicipalizados, neste último caso de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio previstas no artigo 40.º daquela lei;
- As cooperativas e fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifiquem de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção por parte do município, pelo montante total.

A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no artigo 52.º da Lei 73/2013, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (artigo 58.º) e em situação de rutura financeira (artigo 61.º)

6.2.1 Endividamento líquido – SEC/2010

O montante de endividamento líquido municipal, cujo conceito é transposto no SEC2010 é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira, as dívidas a fornecedores e a soma dos ativos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria. Para o cálculo deste limite, relevam ainda os montantes de endividamento líquido das entidades em que o município participa (proporcionalmente à sua participação), nomeadamente as associações de municípios e o setor empresarial local, caso se verifique incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial local.

Quadro – Síntese do endividamento líquido municipal à data de 31/12/2014

Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	15.477.462,76	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	1.562.923,81	(D) = Passivos - Ativos da linha (A) do Quadro 2. Ativos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos* (1)
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido* (1)
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	4.644.617,00	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	10.832.845,76	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	0,00	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)

O endividamento líquido, apurado nos termos do SEC 2010, situava-se na ordem de 1,6 milhões de euros. Considerando que 4,6 M€ do capital em dívida de empréstimos e médio e longo prazo estão excecionados dos limites, o endividamento líquido a considerar é 0, decorrente da circunstância dos ativos financeiros superarem os passivos financeiros, após exclusão do capital em dívida excecionado.

6.2.2 Endividamento de curto prazo

Nos termos do artigo 50.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos de curto prazo são contraídos para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

A legislação aplicável não reporta qualquer limite ao montante permitido contratualizar com instituições financeiras, contribuindo para tal circunstância, o condicionalismo deste empréstimo se amortizar no ano económico da sua constituição, pelo que não consente fundar dívida de curto prazo em médio longo prazo.

Neste contexto, esta autarquia contratualizou um empréstimo de curto prazo de 1,5 milhões de euros não apresentando no final do exercício, qualquer valor em dívida neste âmbito.

6.2.3 Endividamento de médio e longo prazo

Os empréstimos de médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.

Face aos condicionalismos induzidos pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, o montante admissível tem resultado de rateio comunicado pela DGAL, estando agora associado ao limite da dívida total.

No decurso de 2014, esta autarquia não contraiu qualquer empréstimo desta natureza. Consequentemente, o capital em dívida de médio e longo prazo situava-se em 15,5 milhões de euros.

6.2.4 Volume de pagamentos em atraso

A LOE/2014 e a LCPA (Lei 8/2012, de 21 de fevereiro) estabelecem a obrigatoriedade na diminuição do volume de pagamentos em atraso.

Neste contexto, reporta-se que em 31 de dezembro de 2014, não existia qualquer pagamento em traso apurado nos termos da LCPA.

6.2.5 Limite da dívida total

Quadro – Limite da dívida total (artigo 52.º da Lei 73/2013)

Designação	Valores (em euros)
Receitas correntes líquidas cobradas - 2011	23.025.998,79
Receitas correntes líquidas cobradas - 2012	23.172.143,64
Receitas correntes líquidas cobradas - 2013	25.894.890,60
Limite da Dívida Total (1,5 x a média aritmética dos 3 últimos anos)	36.046.516,52
Dívida Total apurada em 31/12/2014	17.546.889,01
Margem face ao limite legal previsto na Lei 73/2013*	18.499.627,51

* Não inclui a dívida total das entidades intermunicipais e participadas que sejam de considerar

Conforme se pode verificar no quadro acima apresentado, o Município de Ourém cumpre o limite da dívida total definido, dispondo de uma margem próxima de 18,5 milhões de euros.

Importa ainda mencionar que o apuramento apresentado ainda não é o definitivo, considerando que será de imputar o contributo para o endividamento das entidades do setor empresarial local, circunstância que só será exequível após encerramento e aprovação das contas pelas entidades participadas, designadamente empresas municipais e associações de municípios. Contudo, os eventuais valores a imputar, face à sua reduzida relevância material no contexto dos valores apresentados, não deverão alterar substancialmente o sentido da análise disposta.

7. Análise Económico-financeira

7.1 Análise da Situação Económica

7.1.1 Condições Económicas

Quadro – Mapa de Condições Económicas

Designações	Exercícios	
	2014	2013
1. Rendibilidade		
1.1 Financeira ^(a)	-0,78%	-0,31%
1.2 Económica	-0,57%	-0,22%
1.3 Vendas	-77,05%	-33,94%
2. Equações Fundamentais		
2.1 Rendibilidade dos Fundos Próprios	-0,006	-0,001
2.2 Grau de alavancagem	-1,368	-1,431
2.3 Rendibilidade dos Capitais Totais	-0,006	0,00
3. Rotações		
3.1 Rotação do Ativo	0,007	0,006
3.2 Rotação do Ativo Corrente	0,15	0,13
3.3 Rotação do Ativo Imobilizado	0,007	0,006
4. Gestão		
4.1 de Matérias	1,59	2,11
4.2 Clientes, contribuintes e utentes		
4.2.1 Prazo médio de cobrança expresso em dias	122,5	120,7
4.3 Fornecedores c/c		
4.3.1 Prazo médio de pagam. expresso em dias	45,9	103,4

(a) Entendeu-se adotar o critério da exclusão do R.L.E. no total dos Fundos Próprios

Rendibilidade

A rendibilidade pode ser entendida como a taxa representativa da remuneração dos capitais investidos na atividade.

Todos os indicadores de rendibilidade denotam uma deterioração, decorrente do aumento da expressividade do resultado líquido do exercício obtido. Consequentemente, salienta-se a existência de uma rendibilidade financeira e económica negativa em 0,78%, e 0,57%, respetivamente.

Equações fundamentais

A rendibilidade dos fundos próprios indica a forma como a autarquia geriu o seu ativo. Este rácio regista um valor negativo (-0,006), o qual deriva do resultado do exercício obtido.

A alavancagem, designada também por *financial leverage factor*, representa não só as condições económicas, mas também as condições financeiras, tendo por referência a taxa de retorno dos capitais investidos. Desta forma, poderá apresentar-se o grau de alavancagem financeira para 2014 (-1,37) que resulta do rácio entre a rendibilidade financeira e a rendibilidade económica, manifestando este indicador, a existência de uma taxa de retorno dos capitais investidos negativa.

Rotações

A autarquia apresenta valores significativamente modestos, no que concerne à rotação do ativo. No entanto, será conveniente mencionar que os rácios em causa sofrem a influência do volume de vendas ocorrido, variável esta, que não é preponderante no desenvolvimento da atividade do Município.

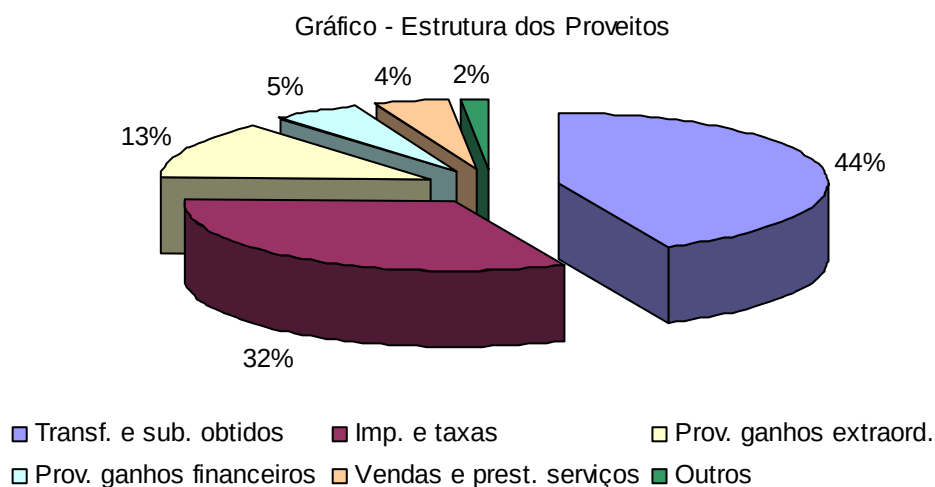
Gestão

O prazo médio de cobrança a clientes, contribuintes e utentes expresso em dias, regista um aumento substancial. Desta forma, o prazo médio de cobrança expresso em dias situou-se na ordem dos 123 dias, essencialmente decorrentes de algumas dificuldades de cobrança no que concerne às áreas do saneamento e dos resíduos sólidos.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores c/c indica uma melhoria substancial deste indicador, pelo que o prazo médio de pagamentos, no decurso de 2014, situou-se em torno dos 46 dias (103 dias em 2013).

7.1.2 Proveitos

7.1.2.1 Estrutura dos proveitos



A estrutura dos proveitos demonstra que 44% destes resultam de transferências e subsídios obtidos, onde assumem relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento de Estado. Os impostos e taxas representam 32 % dos proveitos totais. Os proveitos e ganhos extraordinários e os proveitos e ganhos financeiros significam 13% e 5%, respetivamente, do cômputo do total de proveitos. Os proveitos relativos à venda de bens e prestação de serviços significam 4% do total dos proveitos.

7.1.2.2 Evolução dos proveitos

Quadro – Evolução dos proveitos a preços correntes

uni: Euro

Proveitos	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Vendas e prestações de serviços	1.434.970,76	1.260.932,42	-12,13	1.399.764,22	11,01
Vendas	11.208,74	4.613,58	-58,84	1.682,68	-63,53
Prestação de serviços	1.430.297,27	1.259.196,27	-11,96	1.400.277,31	11,20
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	1.248,34	0,00	-100,00	94,31	--
Saneamento - Tarifa de Ligação	139.344,62	40.918,68	-70,63	32.135,69	-21,46
Resíduos Sólidos	1.164.874,67	1.185.891,45	1,80	1.299.783,02	9,60
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	14.681,16	7.159,00	-51,24	4.249,85	-40,64
Trabalho por conta de particulares	1.061,29	72,00	-93,22	7.232,56	9945,22
Cemitérios	21.143,64	21.870,20	3,44	18.723,30	-14,39
Parques de Estacionamento	0,00	0,00	--	0,00	--
Outros	77.562,56	3.284,94	-95,76	27.502,56	737,23
Impostos e taxas	8.543.708,75	9.392.306,95	9,93	10.315.117,18	9,83
Impostos diretos	7.049.667,15	7.922.855,65	12,39	9.107.947,83	14,96
Imposto municipal sobre imóveis	4.395.848,77	5.258.851,99	19,63	6.482.741,38	23,27
Impostos municipal sobre veículos/IUC	916.905,87	1.114.329,35	21,53	990.776,54	-11,09
Imposto municipal sobre transmissões	1.159.608,73	950.568,71	-18,03	874.122,94	-8,04
Derrama	577.303,78	537.424,60	-6,91	534.661,56	-0,51
Impostos abolidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Impostos indiretos e taxas	1.494.041,60	1.564.655,90	4,73	1.440.936,72	-7,91
Mercados e feiras	118.644,68	110.831,26	-6,59	115.992,67	4,66
Loteamentos e obras	478.069,59	446.405,47	-6,62	305.444,21	-31,58
Ocupação da via pública	1.857,59	867,84	-53,28	586,70	-32,40
Publicidade	80.295,30	76.043,05	-5,30	23.678,93	-68,86
Saneamento (Conserv. e tratamento)	731.549,24	819.309,98	12,00	905.910,62	10,57
Outros	83.625,20	111.198,30	32,97	89.323,59	-19,67

Quadro – Evolução dos proveitos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Proveitos	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Proveitos Suplementares	193.829,48	173.297,46	-10,59	34.234,09	-80,25
Transferências e subsídios obtidos	14.903.546,40	14.590.602,89	-2,10	13.874.813,35	-4,91
Outros proveitos e ganhos operac.	0,00	0,00	--	0,00	--
Trabalho para a própria entidade	275.422,75	111.153,58	-59,64	531.416,82	378,09
Proveitos e ganhos financeiros	1.673.606,41	1.679.143,99	0,33	1.655.454,71	-1,41
Juros obtidos	13.003,53	4.827,32	-62,88	3.838,35	-20,49
Rendimentos de participações de capital	6.387,02	0,00	--	0,00	--
Ganhos em entidades participadas	0,00	4.934,08	--	5.477,20	11,01
Rendimentos de imóveis	1.654.215,86	1.669.381,69	0,92	1.646.139,16	-1,39
Proveitos e ganhos extraordinários	2.427.316,50	4.574.240,42	88,45	4.201.670,46	-8,14
Ganhos em imobilizações	30.910,55	928,04	-97,00	14.400,00	1451,66
Benefícios de penalidades contratuais	84.158,45	85.129,23	1,15	170.637,44	100,45
Transferências de capital	1.038.167,74	1.672.038,46	61,06	1.654.364,82	-1,06
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.274.079,76	2.816.144,69	121,03	2.362.268,20	-16,12
Total	29.452.401,05	31.781.677,71	7,91	32.012.470,83	0,73

Os proveitos totais evidenciam uma ligeira variação em 0,7%, refletindo, essencialmente, o aumento ocorrido nos proveitos relativos às vendas e prestações de serviços (+11%), impostos e taxas (+9,8%) e trabalhos para a própria entidade (+378%). Em sentido inverso, salientam-se as quebras ocorridas nos proveitos e ganhos extraordinários (-8,1%) e nos proveitos suplementares (-80%).

Vendas e Prestações de Serviços

Nesta conta são registadas todas as operações de venda, resultantes da atividade autárquica corrente. Complementarmente, registam-se ainda os proveitos referentes aos trabalhos e serviços prestados que sejam próprios dos objetivos ou das finalidades principais da autarquia.

Estes proveitos ostentam um valor total próximo de 1,4 milhões de euros e assinalam uma variação negativa em 11%, face ao volume verificado no ano anterior.

Os proveitos de maior relevância neste âmbito são os relativos aos resíduos sólidos os quais ascendem a um valor próximo de 1,3 milhões de euros e a tarifa de ligação ao saneamento com um valor na ordem dos 32,1 mil euros.

Impostos e Taxas

Esta conta destina-se ao registo das operações respeitantes a impostos e taxas das autarquias locais, os quais são discriminados de acordo com a elencagem destas receitas definidas no regime financeiro das autarquias locais.

Os proveitos com impostos e taxas situaram-se na ordem dos 10,3 milhões de euros e evidenciam um aumento ligeiramente superior a 9,8% (variação absoluta de 922,8 mil euros).

No âmbito dos impostos diretos regista-se o acréscimo no Imposto Municipal sobre Imóveis (+1,2 milhões de euros). Em sentido inverso denota-se uma quebra nos proveitos relativos ao Imposto Municipal sobre Veículos (-123,6 mil euros), Imposto Municipal sobre Transmissões (-76,4 mil euros) e derrama (-2,8 mil euros).

Consequentemente, o IMI assinala um valor próximo de 6,5 milhões de euros, o Imposto Municipal sobre Veículos 990,8 mil euros, o Imposto Municipal sobre Transmissões 874,1 mil euros e a derrama de 534,7 mil euros.

Relativamente aos impostos indiretos e taxas, no seu cômputo denota-se uma diminuição em 123,7 mil euros, essencialmente decorrente do decréscimo inerente às taxas de loteamentos e obras (-141 mil euros) e publicidade (-52,4 mil euros). Ao invés, verifica-se um aumento dos proveitos relativos aos mercados e feiras (+5,2 mil euros) e saneamento (+86,6 mil euros).

Proveitos Suplementares

Neste contexto, são registados os proveitos, inerentes ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos da autarquia.

Estes proveitos apresentam uma diminuição em aproximadamente 139 mil euros, face ao volume verificado no ano anterior. No seu cômputo geral estes proveitos são na ordem dos 34,2 mil euros.

Transferências e subsídios obtidos

Nesta conta registam-se as transferências a que as autarquias têm direito, designadamente nos termos do regime financeiro das autarquias locais e de acordo com a Lei do Orçamento de Estado respeitante a cada ano económico, que sejam de natureza corrente ou de capital, excepcionando as transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinados por lei, por protocolo ou por contrato-programa, as quais configuram um subsídio ao investimento.

O ano de 2014 denota um decréscimo destes proveitos em 4,9%, ou seja, verificando-se uma variação absoluta negativa próxima de 715,8 mil euros.

Neste âmbito assume particular preponderância a redução das transferências do Ministério da Educação, particularmente ao nível dos acordos de colaboração do ensino pré-escolar (-136,7 mil euros), atividades de enriquecimento curricular (-212,8 mil euros), transferência de competências (pessoal não docente do MEC: - 74,1 mil euros). Será ainda de assinalar a quebra inerente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (-343,8 mil euros).

No seu cômputo geral estes proveitos situam-se próximos de 13,9 milhões de euros.

Outros proveitos e ganhos operacionais

Nesta conta registam-se os proveitos, alheios ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais da autarquia.

Em 2014 não se verifica a existência de qualquer proveito desta natureza.

Trabalhos para a própria entidade

Esta rubrica regista os trabalhos que a autarquia realiza para si mesma, sob a sua administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que sejam destinados ao seu imobilizado ou que sejam de repartir por vários exercícios.

Relativamente a estes proveitos, verifica-se um acréscimo em 378%, totalizando estes, em 2014, um montante de 531,4 mil euros, ou seja, apresentando uma variação absoluta positiva em 420,3 mil euros, face ao volume verificado em 2013.

Proveitos e ganhos financeiros

Nesta conta registam-se designadamente, os proveitos inerentes aos juros obtidos, aos ganhos em entidades participadas, aos rendimentos de imóveis, aos rendimentos de participações de capital, às diferenças de câmbio favoráveis, aos descontos de pronto pagamento obtidos e aos ganhos na alienação de aplicações de tesouraria.

Os proveitos totais apurados neste âmbito são próximos de 1,7 milhões de euros e denotam uma variação negativa, face ao volume verificado no ano anterior, em 1,4% (variação absoluta de -23,7 mil euros).

Para a referida circunstância contribuiu, essencialmente, a redução verificada nos rendimentos de imóveis (-23,2 mil euros).

Os proveitos mais expressivos neste âmbito são os inerentes a imóveis (representam 99,4% do total dos proveitos desta natureza), assumindo particular relevo a renda de concessão da energia elétrica em baixa e média tensão à EDP.

Proveitos e ganhos extraordinários

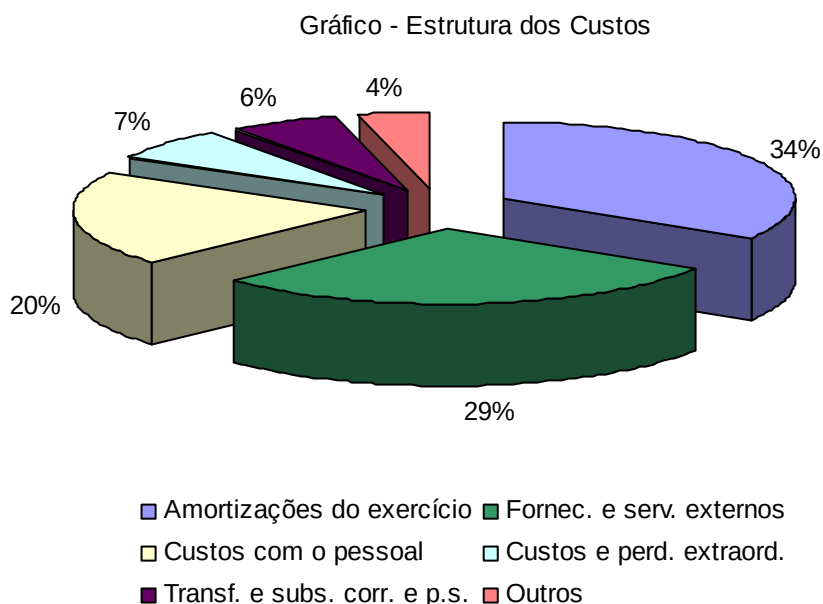
Nesta conta são registados, nomeadamente, os proveitos relativos à restituição de impostos, à recuperação de dívidas, aos ganhos em existências, aos ganhos em imobilizações, aos benefícios de penalidades contratuais, às correções relativas a exercícios anteriores ou outros diversos não especificados.

Estes proveitos manifestam um decréscimo em 8,1%, essencialmente decorrente da quebra verificada nas correções relativas a exercícios anteriores.

Em suma, os proveitos e ganhos extraordinários verificados em 2014 situaram-se num valor ligeiramente superior a 4,2 milhões de euros.

7.1.3 Custos

7.1.3.1 Estrutura dos custos



Com o peso mais preponderante na estrutura dos custos, surgem as amortizações e os fornecimentos e serviços externos, os quais representam, respetivamente, 34% e 29% dos custos totais.

Realce-se ainda o peso na estrutura dos custos com pessoal (20%), custos e perdas extraordinárias (7%) e com as transferências e subsídios correntes e prestações sociais (6%).

7.1.3.2 Evolução dos custos

Quadro – Evolução dos custos a preços correntes

uni: Euro

Custos	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Custo das merc. vend. e mat. cons.	522.680,72	623.433,15	19,28	454.738,09	-27,06
Fornecimentos e Serviços Externos	10.998.226,61	9.225.579,66	-16,12	9.481.308,43	2,77
Eletricidade	1.591.907,20	1.676.410,35	5,31	1.721.543,47	2,69
Combustíveis	75.456,04	84.634,57	12,16	69.759,52	-17,58
Água	29.478,18	26.324,83	-10,70	45.137,76	71,46
Material de Escritório	37.134,81	23.363,28	-37,09	39.184,65	67,72
Rendas e Alugueres	34.897,64	35.244,40	0,99	36.557,16	3,72
Comunicação	76.380,32	62.471,60	-18,21	68.212,90	9,19
Seguros	50.138,10	35.424,32	-29,35	32.670,08	-7,77
Deslocações e Estadas	7.552,88	9.899,68	31,07	13.964,54	41,06
Patrocínio Jurídico/pareceres jurídicos	61.869,62	108.326,88	75,09	102.036,29	-5,81
Conservação e reparação	501.436,39	461.573,27	-7,95	751.258,74	62,76
Publicidade e propaganda	19.235,95	4.172,02	-78,31	17.766,89	325,86
Limpeza, Higiene e Conforto	125.693,93	92.247,85	-26,61	115.004,61	24,67
Vigilância e Segurança	167.316,48	114.015,97	-31,86	162.535,43	42,55
Trabalhos Especializados	504.283,89	385.912,65	-23,47	398.078,35	3,15
Exploração e Manutenção de ETAR's	787.570,72	857.182,30	8,84	636.913,62	-25,70
Encargos de Cobrança	177.303,78	92.698,54	-47,72	72.843,84	-21,42
Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's	1.446.231,23	1.421.602,06	-1,70	1.454.805,23	2,34
Transportes Escolares	1.193.707,07	1.091.989,83	-8,52	1.036.363,43	-5,09
Manutenção de espaços verdes	540.376,61	394.923,69	-26,92	553.576,47	40,17
Limpeza Urbana	385.841,62	389.693,39	1,00	383.808,72	-1,51
Fornecimento de refeições	808.909,80	624.675,91	-22,78	461.211,66	-26,17
Atividades educativas	908.395,24	752.407,94	-17,17	480.958,46	-36,08
Acordos de prolongamento de horários	205.356,66	209.682,89	2,11	141.369,97	-32,58
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	1.261.752,45	270.701,44	-78,55	685.746,64	153,32
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	1.460.352,92	982.638,11	-32,71	2.090.370,70	112,73
Transferências Correntes Conced.	810.327,58	312.513,59	-61,43	1.291.494,80	313,26
Freguesias	70.751,76	10.000,00	-82,72	262.542,92	2525,43

Quadro – Evolução dos custos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Custos	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Associações de Municípios	1.507,59	2.224,88	17084,35	0,00	-100,00
Instituições s/fins lucrativos	290.251,24	256.844,59	-11,51	202.828,89	-21,03
Famílias	30.733,74	22.995,55	-25,18	22.389,60	-2,64
Outras transferências correntes concedidas	417.083,25	20.448,57	-95,10	803.733,39	3830,51
Subsídios Correntes Concedidos	650.025,37	670.124,52	3,09	798.875,90	19,21
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	647.550,34	668.009,52	3,16	798.875,90	19,59
Custos com o Pessoal	6.761.360,37	6.846.122,69	1,25	6.531.296,49	-4,60
Remuneração dos membros dos órgãos autárquicos	334.436,37	331.387,08	-0,91	258.182,67	-22,09
Remunerações do pessoal	5.244.394,84	5.169.789,40	-1,42	4.860.115,18	-5,99
Pensões	4.889,85	7.244,51	48,15	30.309,42	318,38
Encargos sobre remunerações	869.770,36	1.060.365,96	21,91	1.123.256,54	5,93
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	44.004,02	35.414,94	-19,52	40.896,91	15,48
Outros custos com pessoal	263.864,93	241.920,80	-8,32	218.535,77	-9,67
Outros custos e perdas operacionais	152.774,22	150.785,49	-1,30	146.696,92	-2,71
Amortizações do exercício	10.782.460,61	11.043.397,99	2,42	11.281.421,96	2,16
Provisões do Exercício	662.651,53	260.808,31	-60,64	412.291,99	58,08
Custos e perdas financeiros	779.879,19	332.102,18	-57,42	277.803,26	-16,35
Juros suportados - Empréstimos Bancários de médio longo prazo	755.728,56	303.701,13	-59,81	250.866,59	-17,40
Outros custos e perdas financeiros	8.067,57	7.494,45	-7,10	5.916,76	-21,05
Custos e Perdas Extraordinários	2.842.292,70	2.744.833,30	-3,43	2.415.065,23	-12,01
Transf. de capital concedidas	1.998.455,57	1.290.360,39	-35,43	1.539.199,98	19,28
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	245.342,62	64.424,37	-73,74	0,00	-100,00
Freguesias	595.666,88	355.309,07	-40,35	606.493,50	70,69
Associações de Municípios	65.275,81	15.460,10	-76,32	22.505,42	45,57
Instituições s/fins lucrativos	1.092.170,26	853.398,25	-21,86	910.201,06	6,66
Outras transferências de capital concedidas	0,00	1.768,60	--	0,00	--
Outros custos e perdas extraord.	1.753.112,95	1.454.472,91	-17,03	875.865,25	-39,78
Total	34.962.678,87	32.209.700,88	-7,87	33.090.993,07	2,74
Total (s/amortizações)	24.180.218,26	21.166.302,89	-12,46	21.809.571,11	3,04

Os custos totais apresentam um aumento em 2,7%, significando, em volume monetário, um valor na ordem dos 33,1 milhões de euros, ou seja denotando uma variação absoluta positiva próxima de 881,3 mil euros. Extraindo dos custos totais os

custos relacionados com as amortizações, a variação ocorrida terá sido negativa em 3%.

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Esta conta serve de registo das saídas de existências nela mencionadas, por venda ou consumo (integração no processo produtivo).

Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas refletem uma quebra em 27,1% e estão relacionadas, essencialmente, com a diminuição das matérias-primas e subsidiárias consumidas durante o período em análise, quando efetuada comparação com o ano anterior.

Fornecimentos e serviços externos

Nesta conta registam-se todos os custos incorridos com a aquisição de bens de consumo corrente (não armazenáveis) e/ou de serviços prestados por terceiros.

Os custos desta natureza sofreram um aumento em 2,8%, que em termos absolutos significa uma variação positiva ligeiramente superior a 255,7 mil euros, atingindo no seu cômputo um valor próximo de 9,5 milhões de euros. Os custos com eletricidade, recolha, tratamento e transporte de rsu's e transportes escolares, são os mais representativos, significando 44% do total destes fornecimentos e serviços externos.

A variação ocorrida deriva, essencialmente, do aumento verificado nos custos com eletricidade (+45,1 mil euros), conservação e reparação (+289,7 mil euros), limpeza, higiene e conforto (22,8 mil euros), vigilância e segurança (+48,5 mil euros) e manutenção de espaços verdes (+158,7 mil euros).

Em oposição salientam-se as quebras verificadas nos custos com exploração e manutenção de ETAR's (-220,3 mil euros), fornecimento de refeições (-163,4 mil euros), atividades educativas (-271,4 mil euros) e acordos de prolongamento de horário (-68,3 mil euros).

Relativamente aos combustíveis, será de observar os registos inerentes às saídas de armazém, pelo que os custos totais nesta área, em 2014, ascenderam a 342 mil euros (313,8 mil euros em 2013), pelo que evidenciam uma diminuição em 28,2 mil euros, face ao volume verificado no ano anterior.

Transferências e subsídios correntes concedidos

Nesta conta são registadas as transferências correntes concedidas às unidades institucionais, ou seja, as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador. Complementarmente incluem-se ainda os subsídios concedidos com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção, sem contrapartida a unidades produtivas, como é o caso das empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas.

Os custos desta natureza ostentam um expressivo aumento em 113%, o qual representa uma variação absoluta ligeiramente superior a 1,1 milhões de euros, atingindo no seu cômputo, um valor próximo de 2,1 milhões de euros.

Neste âmbito, no que concerne às transferências correntes concedidas, destacam-se as variações absolutas positivas para as freguesias (+252,5 mil euros). As outras transferências correntes concedidas estão influenciadas pela transferência efetuada para as empresas municipais na ordem dos 798,9 mil euros para cobertura dos prejuízos inerentes ao exercício de 2013. Ao invés verifica-se uma diminuição das transferências correntes para instituições sem fins lucrativos (-54 mil euros).

Já no que concerne aos subsídios correntes concedidos, essencialmente decorrentes da prática de preços sociais nos serviços prestados pelas empresas municipais (o valor total atribuído às empresas municipais sob a forma de indemnização compensatória ascendeu a um valor na ordem dos 798,9 mil euros, assinalando uma variação absoluta positiva em 128,8 mil euros.

Custos com pessoal

Nesta conta registam-se as remunerações ilíquidas de todo o pessoal afeto ao Município, bem como todos os encargos patronais associados, designadamente: subsídio de refeição; abono para falhas; ajudas de custo; vestuário e artigos pessoais; prestações sociais diretas e a ADSE.

Estes custos denotam um decréscimo em 4,6% (-314,8 mil euros), resultante da diminuição observada nos custos inerentes à remuneração dos órgãos autárquicos (-73,2 mil euros) e às remunerações do pessoal (-309,7 mil euros). Em sentido inverso será de destacar o aumento verificado nos encargos sobre remunerações, em resultado do aumento estabelecido para os encargos da entidade patronal (+62,9 mil euros). Importa observar que o ano de 2013 apresenta em parte do período, a influência decorrente da inconstitucionalidade de algumas reduções na área das despesas com pessoal.

Deste modo, os custos totais com pessoal situaram-se num valor ligeiramente superior a 6,5 milhões de euros.

Outros custos e perdas operacionais

Esta conta de carácter residual regista uma quebra em 2,7% (-4,1 mil euros). Em termos globais, estes custos situaram-se na ordem dos 146,7 mil euros.

Amortizações do exercício

Esta conta destina-se ao registo da depreciação das imobilizações corpóreas (exceção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens do domínio público, atribuída ao exercício, e desde que não tenham carácter extraordinário. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respetivo imobilizado.

Estes custos denotam uma variação positiva em 2,2%, ascendendo a um valor total próximo de 11,3 milhões de euros.

Provisões do exercício

Esta conta regista, de forma global, no final do período contabilístico, a variação positiva da estimativa dos riscos, em cada espécie de provisão entre dois períodos contabilísticos que tiver características de custo operacional.

Estes custos, em 2014, ascenderam a 412,3 mil euros e resultam de riscos associados à dificuldade de cobrança de parte do valor contratualizado com o Santuário de N.^a Sr.^a do Rosário de Fátima, no âmbito da requalificação da Av. D. José Alves Correia da Silva, particularmente da passagem desnivelada.

Custos e perdas financeiras

Nesta conta registam-se designadamente, os custos inerentes aos juros suportados, perdas em entidades participadas, amortizações de investimentos em imóveis, provisões para aplicações financeiras, diferenças de câmbio desfavoráveis e perdas na alienação de aplicações de tesouraria

Os custos totais apurados neste âmbito são na ordem de 277,8 mil euros e denotam uma variação negativa, face ao volume verificado no ano anterior, em 16,4% (variação absoluta negativa em 54,3 mil euros).

Custos e perdas extraordinárias

Nesta conta são registados, nomeadamente, os custos relativos às transferências de capital concedidas, às dívidas incobráveis, às perdas em existências, às perdas em imobilizações, às multas e penalidades, aos aumentos de amortizações e de provisões, às correções relativas a exercícios anteriores ou outros diversos não especificados.

Estes custos manifestam uma diminuição absoluta negativa em 329,8 mil euros, apesar do aumento verificado nas transferências de capital concedidas para as freguesias (+258,2 mil euros) e instituições sem fins lucrativos (+56,8 mil euros).

Neste capítulo será ainda de reportar o custo resultante de indemnizações, o qual ascendeu a 441,4 mil euros, inerentes, essencialmente, de processos judiciais com a entidade Imotecnorém, bem como de um sinistro rodoviário com consequências no condutor.

7.1.4 Resultados

7.1.4.1 Resultado operacional

O resultado operacional apresentou um aumento da sua negatividade em aproximadamente 17,7%. Desta forma, o resultado foi negativo apurado, situou-se num valor ligeiramente superior a 4,2 milhões de euros.

Quadro – Evolução do Resultado Operacional a preços correntes

uni: Euro

Resultado Operacional	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Total	-5.989.028,84	-3.604.472,10	-39,82	-4.242.778,92	17,71

7.1.4.2 Resultado financeiro

Este indicador denota uma melhoria deste resultado em 2,3%, atingindo um valor próximo de 1,4 milhões de euros.

Quadro – Evolução do Resultado Financeiro a preços correntes

uni: Euro

Resultado Financeiro	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Total	893.727,22	1.347.041,81	50,72	1.377.651,45	2,27

7.1.4.3 Resultado corrente

Quadro – Evolução do Resultado Corrente a preços correntes

uni: Euro					
Resultado Corrente	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Total	-5.095.301,62	-2.257.430,29	-55,70	-2.865.127,47	26,92

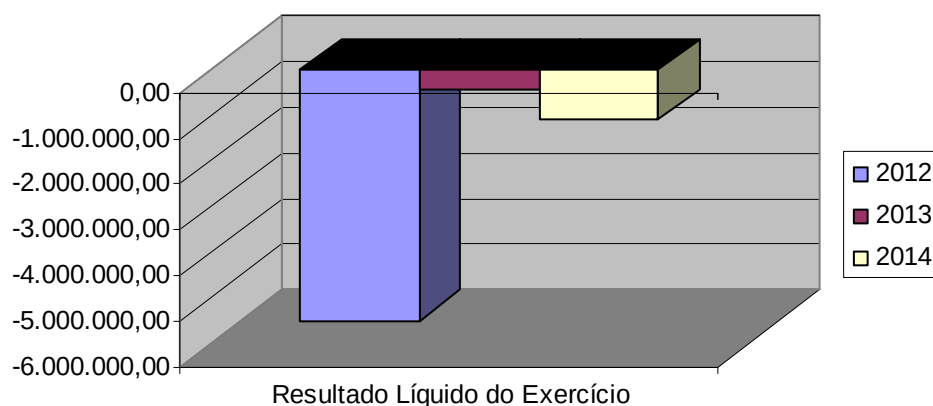
O quadro apresentado demonstra que o resultado corrente sofreu uma deterioração (em 26,9%), apresentando-se negativo num montante próximo de 2,9 milhões de euros.

7.1.4.4 Resultado Líquido do Exercício

Quadro – Evolução do Resultado Líquido do Exercício a preços correntes

uni: Euro					
Resultado Líquido do Exercício	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Resultado Líquido do Exercício	-5.510.277,82	-428.023,17	-92,23	-1.078.522,24	151,98

Gráfico - Resultado Líquido do Exercício



Sobre a interpretação do resultado não será consentâneo quer com os objetivos das autarquias locais, quer sob a ótica conceptual, a associação do R.L.E., ao termo lucro ou prejuízo, visto que as autarquias locais visam essencialmente a satisfação das necessidades dos munícipes, pelo que se torna necessário demarcar a interpretação do resultado obtido, de qualquer analogia efetuada com base nos conceitos vigentes para o setor privado.

Importa ainda destacar a ausência de doutrina que disponha quer sobre a terminologia técnica, quer sobre a interpretação do valor obtido, pois a especificidade do POCAL e a especificidade das autarquias locais, nomeadamente em matéria de políticas contabilísticas, deriva na obtenção de resultados, em nada similares com os provenientes do regime contabilístico em vigor para o setor privado.

Porém, será importante constatar que esta autarquia apresenta um valor negativo, próximo de 1,1 milhões de euros.

Quadro – Comparação entre alguns municípios (dados de 2013)

Município	Custos com Amortizações	Valor do Ativo Bruto
Abrantes	6.436.678 €	245.902.380 €
Ourém	11.043.398 €	274.604.187 €
Pombal	5.754.421 €	233.403.295 €
Santarém	5.021.818 €	266.683.570 €
Tomar	4.226.770 €	149.455.041 €
Torres Novas	6.281.873 €	188.779.170 €

Será ainda de referenciar a dimensão dos custos com amortizações verificados (superiores a 11 milhões de euros), os quais se julgam que estão a influenciar a comparabilidade deste indicador com outras autarquias locais, veja-se, por exemplo o quadro acima apresentado (dados extraídos do website da DGAL referentes ao ano económico de 2013). Note-se que nos dados referentes ao ano em causa, surgem dois municípios que não apresentam quaisquer custos com amortizações.

Consequentemente, poderão estar em causa os seguintes aspetos que tenderão a serem cumulativos (hipóteses não avaliadas e consequentemente não demonstradas:

- a comparabilidade dos dados entre municípios está comprometida, por eventual ausência de fiabilidade nos reportes apresentados por algumas autarquias;
- A excessiva dispersão dos aglomerados populacionais terá induzido?
 - o o Município de Ourém a dispor de uma duplicação de equipamentos e infra-estruturas com uma utilização manifestamente aquém do seu efetivo potencial, circunstância que se reflete na existência de um ativo imobilizado manifestamente expressivo;
 - o A representatividade de infra-estruturas, cuja vida útil é mais reduzida, apresenta-se mais expressiva, na composição do imobilizado do Município de Ourém, designadamente, rede viária, saneamento, electricidade, iluminação pública, entre outros. Note-se que, segundo o CIBE, uma rede viária terá um período de vida útil máximo de 20 anos, enquanto um edifício (ex. centro escolar), o período de vida útil mínimo situa-se nos 60 anos.

7.2 Análise da Situação Financeira

7.2.1 Condições Financeiras

Fundo de Maneio

O fundo de maneio pode ser considerado como a margem de segurança da entidade, com a qual se pode fazer face ao exigível a curto prazo, devendo este ser suficiente para garantir o ajustamento da cadência de transformação de ativos em meios líquidos de resposta às dívidas e, além disso, permitir à entidade a existência de fundos fora da exigência imediata dos credores, para cobertura dos riscos que possam afetar, no futuro, a manutenção desse ajustamento.

O valor apresentado indica que o passivo corrente se encontra coberto pelo ativo corrente. Desta forma, o fundo de maneo reflete-se num valor positivo próximo de 3,7 milhões de euros, significando uma melhoria deste indicador num valor ligeiramente superior a 2,1 milhões de euros (melhoria em 8,6 milhões de euros se efetuada comparação com o montante apurado no ano de 2012, o qual se situou negativo em 4,9 milhões de euros)

Quadro – Mapa de condições financeiras

Designações	Exercícios	
	2014	2013
(Fundo de Maneio)	3.664.735,63 €	1.546.342,30 €
(Cash Flow Estático (MLL))	10.615.191,71 €	10.876.183,13 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	3,64	3,30
1.2 Autonomia	0,73	0,70
1.3 Estabilidade (s.r.)	2,64	2,30
2. Estrutura do Ativo		
2.1 Cobertura do A.I. em Fundos Próprios	0,73	0,70
2.2 Cobertura do A.I. em Capitais Permanentes	0,79	0,78
2.3 Peso Relativo do A.I. no Ativo Total	92,35%	92,59%
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	1,61	1,19
3.2 Liquidez Reduzida	1,57	1,15
3.2 Participação - Existências no Ativo Corrente	2,97%	3,04%
3.4 Financiamento do Ativo Corrente	0,38	0,16
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	0,38	0,44
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	0,03	0,32
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por F.P.	22,93	16,73
4.4 Estrutura do endividamento (dívidas a terceiros de curto prazo)	0,10	0,12
4.5 Grau de dependência de dívidas a médio e longo prazo	0,07	0,08
4.6 Racio de envelhecimento do Imobilizado	0,38	0,34

Cash Flow Estático

O cash flow revela a propensão para a obtenção de lucros e por um natural prolongamento da liquibilidade, assim corresponde às amortizações, às provisões e ao R.L.E.. O ano de 2014 denota uma ligeira variação negativa deste indicador, o qual se situa agora na ordem dos 10,6 milhões de euros.

Estabilidade

Os rácios de estabilidade pretendem demonstrar a proporcionalidade das massas patrimoniais mais importantes.

A autarquia apresenta um bom nível de solvabilidade e estabilidade (s.r.). Quanto à autonomia, o valor supera a barreira dos 0,5, facto que resulta num índice de autonomia consistente.

Estrutura do Ativo

No que diz respeito à estrutura do ativo, regista-se uma diminuição da cobertura do ativo imobilizado em capitais permanentes. O peso relativo do ativo imobilizado no ativo total é bastante pronunciado, denotando um valor de 92%.

Liquidez

Estes índices permitem avaliar a aptidão da entidade em satisfazer os seus compromissos a curto prazo.

Os índices relacionados continuam a demonstrar uma melhoria significativa destes indicadores, denotando valores que demonstram uma boa capacidade da entidade em satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

A representatividade das existências no total do ativo corrente registou uma pequena variação, significando, em 31 de dezembro, 3% deste total.

O financiamento do ativo corrente denota um valor positivo, refletindo a melhoria observada no que concerne ao fundo de maneiço obtido.

Complementares

O rácio da capacidade de endividamento denota uma deterioração. Importa observar que o valor apresentado é inferior à unidade (1), pelo que, segundo este indicador, a autarquia dispõe de uma boa capacidade de endividamento. Contudo, convém ainda mencionar que a capacidade de endividamento apresentada não é similar à definição estabelecida no regime financeiro das autarquias locais, pelo que para melhor compreensão se aconselha leitura atenta ao ponto 6.2 do presente documento (cumprimentos legais na despesa – cumprimento ao limite da capacidade de endividamento).

O grau de dependência do ativo líquido total face ao financiamento resultante de dívidas a médio e longo prazo reflete que 7% do ativo líquido total se deve a financiamento externo.

A medida de envelhecimento do imobilizado denota um valor razoável, indiciando a existência de uma parte muito significativa de imobilizado novo ou recente.

7.2.2 Dívidas de terceiros

No que concerne a dívidas de terceiros de curto prazo, estas situam-se próximas de 1,7 milhões de euros, tendo sofrido uma quebra em 36%. Neste âmbito assume particular relevo as dívidas referentes a fundos comunitários.

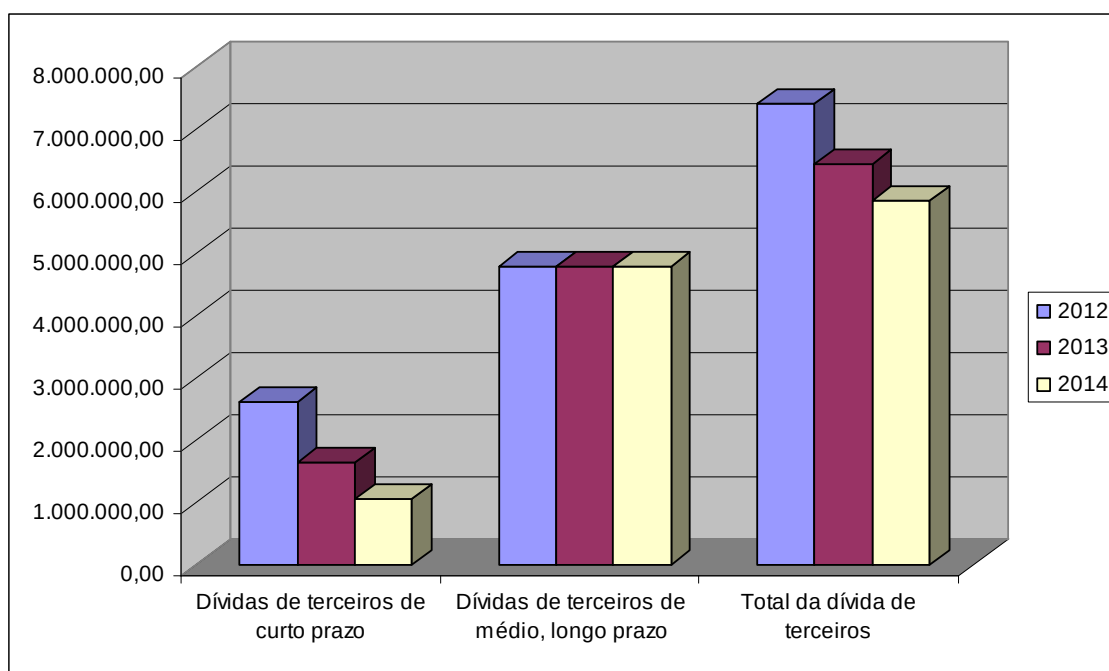
O volume total das dívidas de terceiros ascendeu a um valor na ordem dos 5,9 milhões de euros, apresentando, em termos absolutos, uma variação negativa em 589,7 mil euros.

Quadro – Evolução das dívidas de terceiros a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Dívidas de terceiros de curto prazo	2.614.052,66	1.650.960,66	-36,84	1.061.281,79	-35,72
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes c/c	83.300,50	83.179,45	-0,15	103.370,72	24,27
Contribuintes c/c	97.907,42	205.745,82	110,14	148.888,98	-27,63
Utentes, c/c	104.587,02	128.059,81	22,44	217.559,79	69,89
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	--	0,00	--
Estado e outros entes públicos	0,00	70.879,82	--	137.032,65	93,33
Administração autárquica	0,00	0,00	--	0,00	--
Outros Devedores	2.328.257,72	1.163.095,76	-50,04	454.429,65	-60,93
Dívidas de terceiros de médio, longo prazo	4.801.500,00	4.801.500,00	0,00	4.801.500,00	0,00
Total da dívida de terceiros	7.415.552,66	6.452.460,66	-12,99	5.862.781,79	-9,14

Gráfico – Evolução das dívidas de terceiros



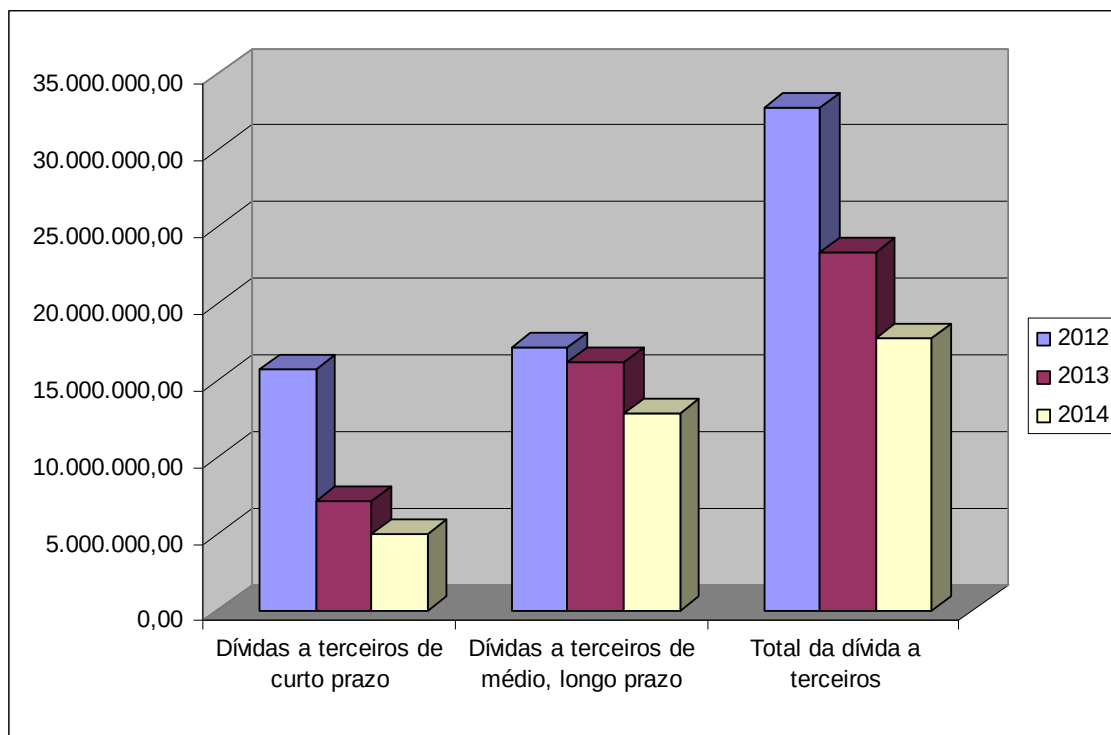
7.2.3 Dívidas a terceiros

Quadro – Evolução das dívidas a terceiros a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2012	2013	var. (%)	2014	var. (%)
Dívidas a terceiros de curto prazo	15.667.887,62	7.075.690,23	-54,84	4.919.225,21	-30,48
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	--	0,00	--
Empréstimos de m/l prazo (amort. prox. 12 meses)	3.351.351,31	3.747.084,65	11,81	2.791.386,69	-25,51
Adiantamento por conta de vendas	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores, c/c	1.569.432,41	239.096,93	-84,77	17.166,30	-92,82
Fornecedores, c/c - Faturas em receção e conferência	5.011.658,43	2.552.293,18	-49,07	1.232.632,47	-51,70
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes e utentes c/cauções	34.558,01	35.371,28	2,35	44.465,36	25,71
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores de imobilizado, c/c	1.392.848,21	0,00	-100,00	251.230,00	--
Estado e outros entes públicos	163.044,79	93.883,29	-42,42	82.805,65	-11,80
Administração autárquica	450.814,40	0,00	-100,00	2.211,54	--
Outros Credores	2.263.789,39	155.590,07	-93,13	447.871,97	187,85
Fornecedores de imobilizado - Fat. em receção e conferência	1.430.390,67	252.370,83	-82,36	49.455,23	-80,40
Dívidas a terceiros de médio, longo prazo	17.163.045,96	16.226.892,64	-5,45	12.811.256,07	-21,05
Dívidas a instituições de crédito	15.998.045,96	15.476.892,64	-3,26	12.686.256,07	-18,03
Dívida a fornecedores imobilizado - locação financeira	0,00	0,00	--	0,00	--
Dívidas a fornecedores Imobilizado - aquis. mlp	1.165.000,00	750.000,00	-35,62	125.000,00	-83,33
Total da dívida a terceiros	32.830.933,58	23.302.582,87	-29,02	17.730.481,28	-23,91

Gráfico – Evolução das dívidas a terceiros

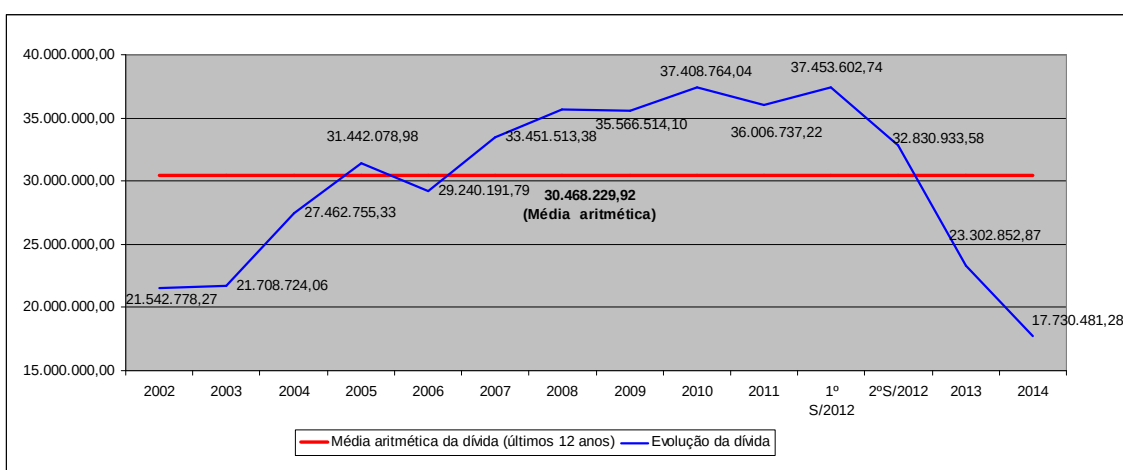


No que concerne às dívidas a terceiros de curto prazo, continua a denotar-se um tendência para um expressivo decréscimo (-30,5%), as quais ascenderam, em 2014, a um valor ligeiramente superior a 4,9 milhões de euros, evidenciando uma diminuição absoluta na ordem dos 2,2 milhões de euros. Se excluído o montante reportado referente à amortização de empréstimos de médio longo prazo que irá ocorrer nos próximos 12 meses (pelo que transita a sua influência para o curto prazo), teremos uma dívida a terceiros de curto prazo na ordem dos 2,1 milhões de euros (3,3 milhões de euros em 2013).

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo apresentam uma diminuição em 21,1% que, em termos absolutos, significou uma quebra ligeiramente superior a 3,4 milhões de euros. No cômputo geral, as dívidas desta natureza situam-se em 12,8 milhões de euros (15,6 milhões se acrescido o montante em dívida de empréstimos de médio e longo prazo que serão amortizados nos próximos 12 meses, razão pela qual surgem expostos nas dívidas a terceiros de curto prazo).

O valor total das dívidas a terceiros apurado situa-se ligeiramente superior a 17,7 milhões de euros, apresentando uma diminuição em 23,9%, face ao valor registado em 2013 (quebra absoluta próxima de 5,6 milhões de euros).

Gráfico – Evolução das dívidas a terceiros no período comparável (2002/2014)



Se efectuada comparação com a dívida total existente na data de referência à aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro (junho de 2012: dívida total de 37,7 milhões de euros), verifica-se uma diminuição da dívida total, no decurso do PAF (em 30 meses), ligeiramente superior a 19,7 milhões de euros.

Importa salientar que a dívida total apurada no final do período em análise (17,7 milhões de euros) é, agora, pela primeira vez, inferior ao valor mais baixo apurado subjacente ao período comparável (2002/2014), evidenciando uma variação absoluta negativa em 3,8 milhões de euros. Note-se que, em 2002, o valor da dívida total se situava na ordem dos 21,5 milhões de euros. Se efectuada comparação à média aritmética dos últimos 12 anos (30,5 milhões de euros), verifica-se que em 31 de dezembro de 2014, a dívida se situa inferior à média num montante ligeiramente superior a 12,7 milhões de euros.

8. Contabilidade de custos

Enquadramento

No cumprimento do disposto no ponto 2.8.3 do DL 54-A/99 de 22/2 - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) o Município de Ourém, continuou o trabalho desenvolvido no âmbito da Contabilidade de Custos (CC).

A implementação da Contabilidade de Custos no Município de Ourém ocorreu no ano 2009, pelo que este foi o sexto ano em que se dispôs de tão importante instrumento de gestão.

Atendendo ao disposto na Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro, a informação obtida na Contabilidade de Custos contribuirá de forma decisiva para a fixação de Taxas, Tarifas e Preços, dos bens e serviços produzidos e prestados pelo Município de Ourém.

Todos os custos (ótica económica) do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis.

O Município de Ourém tratou também os proveitos, embora o POCAL não exija o seu registo. Os proveitos são reconhecidos quando estes são obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respectivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeira.

A imputação dos custos indiretos foi efetuada, após o apuramento dos custos diretos por função através de coeficientes. O coeficiente de imputação dos custos indiretos de cada função corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções.

O coeficiente de imputação dos custos de cada bem ou serviço corresponde à percentagem do total dos respetivos custos directos no total dos custos directos da função em que se enquadram.

Os custos indirectos de cada função resultam da aplicação do respetivo coeficiente de imputação ao montante total dos custos indirectos apurados. Os custos indirectos de cada bem ou serviço obtêm-se aplicando ao montante do custo indirecto da função em que o bem ou serviço se enquadra o correspondente coeficiente de imputação dos custos indirectos.

Apuramento de resultados da Contabilidade de Custos

Através da análise dos resultados finais produzidos pela aplicação AIRC/SCA relativa aos quadros CC7 – apuramento de custos por bens, serviços e CC9 – apuramento de custos por funções e relação de movimentos, procedemos à construção de alguns mapas que consideramos mais relevantes na atividade do município.

É de referir que da análise do resultado dos mapas CC's atrás referidos, não foram incluídos os custos indirectos, pelo facto destes, nalgumas funções, serem elevados e poderem vir a desvirtuar a análise dos dados. No entanto, tem-se trabalhado no sentido de diminuir ao máximo os custos indirectos.

Função Administração Geral

A Função Administração Geral compreende os custos com as actividades de âmbito geral do município.

No decurso de 2014, e no que à função 111 diz respeito, continuamos a verificar uma tendência de diminuição dos custos em quase todos os bens e serviços.

Quadro – Apuramento de custos da função Administração Geral

Administração Geral					
	2012	2013	Var. (%)	2014	Var. (%)
Atas	14.017,08 €	14.761,10 €	5,04	12.981,69 €	-13,71
Apoio utilizadores int. e manutenção de HW e SW	37.985,10 €	35.787,47 €	-6,14	24.212,47 €	-47,81
Receção e registo de correspondência	15.484,72 €	26.717,97 €	42,04	17.539,79 €	-52,33
Formação de Pessoal	12.548,89 €	1.543,25 €	-713,15	2.836,92 €	45,60
Reparação/Manutenção de edifícios Municipais	93.997,50 €	111.607,16 €	15,78	102.430,19 €	-8,96
Limpeza de Instalações Municipais	70.483,21 €	53.125,01 €	-32,67	61.577,10 €	13,73
Patrocínio Jurídico	61.689,62 €	108.326,88 €	43,05	99.572,99 €	-8,79
Gastos Gerais do Executivo e Gab. de Apoio	92.626,17 €	32.348,81 €	-186,34	41.371,13 €	21,81
Gastos Gerais da Divisão de Tec. Inform. e Comunicação	34.343,48 €	20.807,26 €	-65,06	26.954,48 €	22,81
Gastos Gerais da Divisão de Gestão Urbanística	10.193,81 €	9.252,73 €	-10,17	9.845,53 €	6,02
Gastos Gerais da Divisão de Gestão Financeira	210.677,68 €	36.890,49 €	-471,09	46.066,36 €	19,92
Gastos Gerais da Divisão Recursos Humanos, Plan e Admin	15.797,49 €	14.652,80 €	-7,81	15.563,04 €	5,85
Gastos Gerais do Departamento Administração e Planeamento	6.302,64 €	9.536,92 €	33,91	8.323,08 €	-14,58
Gastos Gerais da Divisão de Pla. e Orden. o Território	49.799,98 €	10.303,66 €	-383,32	3.844,76 €	-167,99
Gastos Gerais da Divisão de Estudos e Projectos	8.770,37 €	6.407,85 €	-36,87	3.798,24 €	-68,71
Gastos Gerais da Divisão de Obras Municipais	25.087,08 €	30.043,91 €	16,50	25.764,19 €	-16,61
Gastos Gerais da Divisão de Ambiente	61.107,82 €	12.079,82 €	-405,87	31.563,77 €	61,73
Gastos Gerais da Divisão de Educação e Acção Social	34.204,34 €	98.990,51 €	65,45	12.776,36 €	-674,79
Gastos Gerais da Divisão de Acção Cultural	14.379,68 €	6.341,74 €	-126,75	10.538,78 €	39,82

Função proteção civil e luta contra incêndios

Quadro – Apuramento de custos da função proteção civil e luta contra incêndios

Protecção civil e luta contra incêndios					
	2012	2013	Var. (%)	2014	Var. (%)
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Caxarias	79.172,24 €	44.172,51 €	-79,2342	28.158,24 €	-56,87
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Fátima	28.951,97 €	38.115,84 €	24,04216	38.981,11 €	2,22
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Ourém	304.709,55 €	211.622,61 €	-43,99	155.429,41 €	-36,15

A função proteção civil e luta contra incêndios compreende os serviços de prevenção, combate a incêndios e socorro às populações, bem como subsídios concedidos às instituições que prosseguem tais objectivos.

Função ensino não superior e serviços auxiliares de ensino

Quadro – Apuramento de custos da função proteção civil e luta contra incêndios

Ensino não superior/Serviços auxiliares de ensino					
	2012	2013	Var. (%)	2014	Var. (%)
Prolongamento de horário	232.548,99 €	212.642,48 €	-9,36	182.297,27 €	-16,65
Fornecimento de refeições pré escolar	360.923,15 €	252.830,59 €	-42,75	231.511,91 €	-9,21
Atividades de enriquecimento escolar	200.229,35 €	125.123,95 €	-60,02	96.374,35 €	-29,83
Enriquecimento Curricular áreas inic. ao desp. e artes	230.625,65 €	206.982,24 €	-11,42	131.710,63 €	-57,15
Fornecimento de refeições Ensino Básico	473.446,05 €	363.945,01 €	-30,09	370.699,22 €	1,82
Transporte pré-escolar e 1º CEB	420.048,02 €	436.432,33 €	3,75	426.045,63 €	-2,44
Transportes alunos p/ piscinas - 1º CEB	20.275,32 €	15.239,03 €	-33,05	16.095,46 €	5,32
Transportes alunos p/ piscinas - Pré-escolar	2.695,38 €	2.439,31 €	-10,50	4.250,21 €	42,61
Transporte escolar 2º e 3º ciclos	380.566,10 €	479.296,90 €	20,60	510.429,53 €	6,10
Transporte escolar Secundário e Profissional	226.442,56 €	178.599,82 €	-26,79	114.710,53 €	-55,70
Vigilantes escolares - Auxiliares	478.081,80 €	415.024,38 €	-15,19	252.873,48 €	-64,12
Manutenção de espaços verdes nas escolas	86.982,96 €	64.726,70 €	-34,38	85.863,64 €	24,62
Reparação e Manutenção das escolas e Jardins de Inf.	7.720,55 €	140.750,59 €	94,51	182.627,81 €	22,93
Aquecimento das escolas	57.352,19 €	89.937,88 €	36,23	63.438,54 €	-41,77
Encargos com instalações escolares	182.054,71 €	181.880,29 €	-0,10	171.209,72 €	-6,23

A função ensino não superior e serviços auxiliares de ensino reúne todos os apoios a estudantes em matéria de transportes escolares, bem como a recuperação, conservação e manutenção dos edifícios escolares.

As variações ocorridas ao nível da função 211 são o reflexo da conjuntura que se vive atualmente em Portugal, nomeadamente a falta de emprego que permite aos pais fazerem um acompanhamento mais permanente, prescindindo assim de alguns serviços da autarquia.

Função ação social

A função ação social absorve designadamente subsídios a infantários, terceira idade, deficientes e a outras instituições de assistência e de solidariedade social. Importa referir que o centro de custo Contratos-programa com IPSS se refere a apoios financeiros para construção de infra-estruturas de âmbito social.

Quadro – Apuramento de custos da função ação social

Ação Social					
	2012	2013	Var. (%)	2014	Var. (%)
APDAF - Assoc. Prom. Din. Apoio à Família	169.489,30 €	53.605,40 €	-216,18	53.880,48 €	0,51
Contratos-programa com IPSS	148.178,94 €	414.033,87 €	64,21	522.784,98 €	20,80
Acção Social	98.637,64 €	139.665,54 €	29,38	82.832,87 €	-68,61

Função saneamento

Quadro – Apuramento de custos da função saneamento

Saneamento					
	2012	2013	Var. (%)	2014	Var. (%)
Exploração e manutenção de Etar's	786.876,49 €	867.398,28 €	9,28	643.058,09 €	-34,89
Manutenção das redes e sistemas de saneamento	76.384,31 €	0,00 €	---	84.543,13 €	100,00

A função saneamento compreende todo o sistema de drenagem de águas residuais.

Em 2014 foi retomado o contrato-programa com a empresa municipal Ourémviva “Manutenção das Redes e Sistemas de Saneamento”. A variação negativa em cerca de 35% da Exploração e Manutenção de ETAR's deve-se à diminuição dos rendimentos tarifados por parte da SIMLIS.

Função resíduos sólidos

Quadro – Apuramento de custos da função resíduos sólidos

Resíduos Sólidos					
	2012	2013	Var. (%)	2014	Var. (%)
Recolha, transporte e tratamento de RSU's	1.457.010,65 €	1.431.455,06 €	-1,79	1.450.144,31 €	1,29

Na função resíduos sólidos está representada a recolha, tratamento, eliminação ou reciclagem de resíduos sólidos, que comparativamente a 2014 teve uma variação positiva de 1,29%.

Função proteção do meio ambiente e conservação da natureza

Quadro – Apuramento de custos da função resíduos sólidos

Protecção do meio ambiente e conservação da natureza					
	2012	2013	Var. (%)	2014	Var. (%)
Limpeza Urbana					
Fátima	210.518,50 €	209.905,00 €	-0,29	199.844,35 €	-5,03
Ourém	125.628,42 €	132.591,48 €	5,25	133.206,20 €	0,46
Sedes de Freguesia	48.382,78 €	47.218,09 €	-2,47	50.758,17 €	6,97
Defesa do meio ambiente					
Manutenção de espaços verdes públicos	416.548,52 €	309.146,68 €	-34,74	408.310,18 €	24,29
Gestão do Agroal	52.167,46 €	16.600,09 €	-214,26	12.745,25 €	-30,25
Gestão da Mata Municipal	15.130,18 €	8.238,56 €	-83,65	22.474,73 €	63,34
Gestão e Promoção e Desenvolvimento Rural	165.592,20 €	89.592,20 €	-84,83	61.945,68 €	-44,63
Parques, jardins e outros espaços verdes públicos	154.646,15 €	104.641,25 €	-47,79	129.535,30 €	19,22
Higiene Pública					
Recolha de animais abandonados	5.129,27 €	5.420,37 €	5,37	692,97 €	-682,19
Sanitários públicos	15.780,99 €	14.588,40 €	-8,17	13.806,15 €	-5,67

A função proteção do meio ambiente e conservação da natureza, compreende a higiene pública, cemitérios e a protecção, conservação e valorização do património natural.

As variações que ocorreram na Defesa do Ambiente devem-se essencialmente a alterações com os contratos-programa com a empresa Municipal OurémViva. A redução ocorrida na recolha de animais deve-se à falta de preenchimento de Fichas de Obra, por parte dos funcionários afetos a este serviço.

Função cultura

No que diz respeito ao Carnaval, foi uma atividade que não se efetuou em 2014, apenas na sexta-feira que antecede o dia, ocorreu um pequeno evento efetuado pelas escolas da sede do Município.

Quadro – Apuramento de custos da função cultura

Cultura					
	2012	2013	Var. (%)	2014	Var. (%)
Festas de Ourém	3.703,74 €	914,88 €	-304,83	12.136,93 €	92,46
Via-sacra	4.508,90 €	4.303,84 €	-4,76	4.992,30 €	13,79
Passeio dos Idosos	9.821,29 €	9.248,17 €	-6,20	11.538,45 €	19,85
Carnaval	8.333,33 €	385,01 €	-2064,45	301,65 €	-27,63
Galeria Municipal	47.357,82 €	28.510,72 €	-66,11	33.990,19 €	16,12
Cine-Teatro	28.939,32 €	33.941,76 €	14,74	26.703,90 €	-27,10

Função transportes rodoviários

Quadro – Apuramento de custos da função transportes rodoviários

Comunicações e transporte					
	2012	2013	Var. (%)	2014	Var. (%)
Rede Viária					
Freguesia de Alburitel	16.165,83 €	1.503,91 €	-974,92	18.470,01 €	91,86
Freguesia de Atouguia	21.671,00 €	8.638,90 €	-150,85	18.588,83 €	53,53
Freguesia de Caxarias	8.620,19 €	6.286,47 €	-37,12	17.339,42 €	63,74
Freguesia de Espite	15.247,19 €	22.088,59 €	30,97	40.704,98 €	45,73
Freguesia de Fátima	8.374,47 €	22.392,49 €	62,60	8.732,29 €	-156,43
Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias	41.513,01 €	15.170,93 €	-173,64	37.819,02 €	59,89
Freguesia de N.ª S.ª da Piedade	36.540,89 €	19.638,42 €	-86,07	6.962,25 €	-182,07
Freguesia de Seíça	48.243,82 €	21.357,73 €	-125,88	8.303,00 €	-157,23
Freguesia de Urqueira	20.165,43 €	42.910,25 €	53,01	58.611,17 €	26,79
União de Freg. Freixianda, Rib. Fárrio e Formigais	59.044,56 €	16.453,78 €	-258,85	11.744,13 €	-40,10
União de Freg. Gondemaria e Olival	26.935,19 €	53.540,70 €	49,69	48.703,13 €	-9,93
União de Freg. Matas e Cercal	24.023,76 €	65.683,83 €	63,43	52.958,91 €	-24,03
União de Freg. Rio de Couros e Casal Bernardos	12.318,38 €	3.856,03 €	-219,46	36.193,95 €	89,35
Sinalização Viária do Concelho					
Sinalização semafórica	28.164,49 €	30.772,91 €	8,48	30.996,23 €	0,72
Sinalização vertical diversa	39.954,08 €	34.802,25 €	-14,80	31.924,61 €	-9,01
Sinalização horizontal	16.737,10 €	11.164,15 €	-49,92	1.864,16 €	-498,88

O quadro acima apresentado, indica a imputação dos custos dos bens da função 331 – Transportes Rodoviários, cujas obras foram efetuadas por administração directa e

que dizem respeito a pequenas intervenções realizadas em diversas estradas e caminhos municipais.

Função mercados e feiras

Quadro – Apuramento de custos da função mercado municipal

Mercados e Feiras					
	2012	2013	Var. (%)	2014	Var. (%)
Mercado Municipal	159.701,86 €	92.270,89 €	-73,08 €	168.667,87 €	45,29

Relativamente à função mercados e feiras, salientamos o serviço de Conservação e Manutenção do Mercado Municipal, por ser a actividade mais relevantes da função.

A diminuição dos custos com o Mercado Municipal deve-se essencialmente à redução que ocorreu no contrato-programa com a OurémViva, nomeadamente, no que diz respeito à vigilância, limpeza, conservação e reparação.

Análise da Distribuição dos Custos

O POCAL não obriga à apresentação da demonstração de resultados por funções, no entanto, esta permite analisar comparativamente o peso da cada função do Município, pelo que optamos pela sua apresentação.

A análise é efetuada de forma comparativa entre as várias funções, de forma a apresentar a importância absoluta e comparativa que cada uma das funções tem na distribuição dos custos municipais.

Da análise da demonstração de resultados por funções, verifica-se que em relação a 2014 houve um aumento dos custos em termos absolutos, próxima de 1,3 milhões de euros (+4,75%).

Quadro – Demonstração de Resultados por Funções

Função	2012		2013		Var.	2014		Variação Absoluta	Var.
	Custos p/ função	%	Custos p/ função	%		Custos p/ função	%		
1 Funções Gerais	1.656.625,43 €	5,52	1.246.959,38 €	4,56	-32,85	1.250.859,69 €	4,37	3.900,31 €	0,31
110 Serviços gerais de administração pública									
111 Administração geral	1.116.150,95 €	3,72	815.357,95 €	2,98	-36,89	848.699,93 €	2,97	33.341,98 €	4,09
120 Segurança e ordem públicas									
121 Protecção civil e luta contra incêndios	540.474,48 €	1,80	431.601,43 €	1,58	-25,23	402.159,76 €	1,41	-29.441,67 €	-6,82
122 Polícia Municipal	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00		0,00 €	0,00	0,00 €	--
2 Funções Sociais	17.834.953,32 €	59,40	16.660.710,03 €	60,99	-7,05	16.876.926,75 €	58,98	216.216,72 €	1,30
210 Educação									
211 Ensino não superior	4.875.470,04 €	16,24	5.008.735,97 €	18,33	2,66	4.915.029,03 €	17,18	-93.706,94 €	-1,87
212 Serviços auxiliares de ensino	2.278.664,80 €	7,59	1.687.957,17 €	6,18	-35,00	1.425.947,19 €	4,98	-262.009,98 €	-15,52
220 Saúde	26.198,62 €	0,09	26.903,81 €	0,10	2,62	34.570,23 €	0,12	7.666,42 €	28,50
221 Serviços individuais de saúde	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
230 Segurança e acção sociais									
231 Segurança Social	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
232 Acção social	780.920,33 €	2,60	743.264,81 €	2,72	-5,07	870.336,79 €	3,04	127.071,98 €	17,10
240 Habitação e serviços coletivos									
241 Habitação	22.463,63 €	0,07	23.222,84 €	0,09	3,27	22.197,57 €	0,08	-1.025,27	-4,41
242 Ordenamento do território	217.122,16 €	0,72	312.684,02 €	1,14	30,56	776.153,20 €	2,71	463.469,18	148,22
243 Saneamento	1.992.149,62 €	6,63	2.155.484,50 €	7,89	7,58	1.988.090,66 €	6,95	-167.393,84	-7,77
244 Abastecimento de água	1.979.442,29 €	6,59	1.916.586,42 €	7,02	-3,28	1.928.327,87 €	6,74	11.741,45	0,61
245 Resíduos Sólidos	1.987.531,90 €	6,62	1.731.066,87 €	6,34	-14,82	1.661.377,50 €	5,81	-69.689,37	-4,03
246 Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	1.538.630,17 €	5,12	1.215.143,79 €	4,45	-26,62	1.405.215,17 €	4,91	190.071,38	15,64
250 Serviços culturais, recreativos e religiosos									
251 Cultura	751.465,49 €	2,50	411.576,00 €	1,51	-82,58	470.635,50 €	1,64	59.059,50 €	14,35
252 Desporto, recreio e lazer	1.370.401,89 €	4,56	1.423.244,64 €	5,21	3,71	1.376.803,85 €	4,81	-46.440,79 €	-3,26
253 Outras atividades cívicas e religiosas	14.492,38 €	0,05	4.839,19 €	0,02	-199,48	2.242,19 €	0,01	-2.597,00 €	-53,67
3 Funções Económicas	10.265.044,21 €	34,19	9.210.973,54 €	33,72	-11,44	10.402.764,04 €	36,35	1.191.790,50 €	12,94
310 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
320 Indústria e energia	1.265.110,21 €	4,21	1.304.929,56 €	4,78	3,05	1.361.107,88 €	4,76	56.178,32 €	4,31
330 Transportes e comunicações									
331 Transportes rodoviários	8.569.016,84 €	28,54	7.474.144,47 €	27,36	-14,65	8.553.994,53 €	29,89	1.079.850,06 €	14,45
332 Transportes aéreos	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	--	0,00 €	0,00	0,00 €	--
333 Transportes fluviais	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
340 Comércio e turismo									
341 Mercados e Feiras	176.286,93 €	0,59	102.938,47 €	0,38	-71,25	183.676,10 €	0,64	80.737,63 €	78,43
342 Turismo	179.927,34 €	0,60	257.618,17 €	0,94	30,16	239.209,41 €	0,84	-18.408,76 €	-7,15
350 Outras funções económicas	74.702,89 €	0,25	71.342,87 €	0,26	-4,71	64.776,12 €	0,23	-6.566,75 €	-9,20
4 Outras funções	269.740,77 €	0,90	199.481,05 €	0,73	-35,22	85.653,46 €	0,30	-113.827,59 €	-57,06
410 Operações da dívida autárquica	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
420 Transferências entre administrações	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
430 Diversas não especificadas	269.740,77 €	0,90	199.481,05 €	0,73	-35,22	85.653,46 €	0,30	-113.827,59 €	-57,06
TOTAL	30.026.363,73 €	92,41	27.318.124,00 €	100,00	-9,91	28.616.203,94 €	100,00	1.298.079,94 €	4,75

À semelhança dos anos anteriores são as funções sociais que absorvem maior volume de recursos municipais, representando cerca de 59% dos custos do Município. No entanto, é a função 331 – Transportes Rodoviários (que abrange viadutos, construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização e, ainda a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais) que maior peso tem nos custos totais do município, seguida da função 211 – Ensino não Superior, que compreende toda a atividade relacionada com o ensino pré-escolar, básico, secundário, ou seja, onde se incluem, nomeadamente os custos relacionados

Considerações complementares – contabilidade de custos

Não obstante a Contabilidade de Custos estar implementada no Município de Ourém há cerca de seis anos, continuamos a verificar inúmeras resistências à colaboração atempada e completa de registos, nomeadamente, por parte de alguns colaboradores do município, o que dificulta a análise e a fiabilidade desta informação, a qual se constitui como um importante instrumento de gestão.

Perante o acréscimo das competências dos Municípios e da necessidade constante de prestação de informação a entidades externas, a Contabilidade de Custos assume aí um papel preponderante, pelo que seria fundamental, um maior empenho de toda a estrutura organizacional, no desenvolvimento desta valência.

9. Monitorização do Plano de Ajustamento Financeiro

Em 28 de setembro de 2012, o órgão deliberativo do Município de Ourém autorizou a adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), no âmbito do Programa II, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto.

No contexto do referido programa, foi disposto um quadro (Quadro – VI), com a lista de pagamentos em atraso, a financiar com o empréstimo a contratar, tendo por referência a data de 31 de março de 2012, nos termos da Portaria 281-A/2012, de 14 de setembro.

Consequentemente, em 16 de novembro de 2012 foi celebrado o contrato de empréstimo inerente ao PAEL, com o Estado Português (representado pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças), no valor de 3.487.457,23 euros.

Considerando que interpretação do Tribunal de Contas, em sede de submissão do processo de empréstimo a fiscalização prévia, foi divergente da anteriormente preconizada pela Direcção Geral das Autarquias Locais e da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, tornou-se imperativo excluir as faturas posteriores a 30 de novembro de 2011, pelo que, em 30 de janeiro de 2013, foi celebrado um aditamento ao contrato, estabelecendo um empréstimo do Estado Português, no valor de 3.365.329,77 euros, alterando-se, para o efeito, o Quadro-VI previsto no PAEL.

Finalmente, em 11 de março de 2013, o processo de empréstimo celebrado entre o Município de Ourém e o Estado Português, obteve visto do Tribunal de Contas, tendo a primeira tranche sido transferida para o Município de Ourém, em 18 de abril de 2013 e a segunda e última, em 30 de setembro, de 2013.

Monitorização da Plano de Ajustamento Financeiro

Identificação das medidas

Quadro – Identificação das medidas do PAF

Ano 2014			
Medidas	Execução		Observações
	Implementada	Não implementada	
B.1 Aumento da receita			
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários		X	No plano aprovado, esta medida será executada gradualmente entre 2015 e 2017
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município		X	No plano aprovado, esta medida será executada gradualmente entre 2015 e 2017
3. Outras medidas com impacte no aumento da receita			
3.1 Aumento previsível com avaliação em curso do IMI	X		Todos os imóveis foram avaliados nos termos do CIMI
3.2 Concessão do Saneamento		X	O processo de concessão do saneamento foi revogado
B.2 Redução da despesa			
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais			
5. Outras medidas com impacte na redução da despesa			
5.1 Inexistência de novos ingressos de pessoal nos anos de 2013 e 2014	X		Em 2014 não foram admitidos novos ingressos de pessoal, não contemplando o mapa de pessoal qualquer lugar a prover
5.2 Inexistência de horas extraordinárias em 2013 e 2014 e redução em anos seguintes	X		Em 2014 não foram autorizadas quaisquer horas extraordinárias
5.3 Redução dos Estágios Profissionais	X		Em 2014 não ocorreram quaisquer novos estágios profissionais
5.4 Redução dos Contratos de Emprego Inserção	X		Em 2014 não ocorreram quaisquer novos contratos de emprego inserção.
5.5 Redução na aquisição de matérias-primas	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição e utilização de matérias-primas, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.6 Redução nas despesas com prémios, condecorações e ofertas	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes bens. Contudo a poupança obtida situou-se inferior à estabelecida no plano em 942 euros.
5.7 Racionalização na aquisição de peças para manutenções	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes bens, tendo a poupança superado

			a previsão estabelecida no plano.
5.8 Racionalização no consumo de combustíveis	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes bens, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.9 Racionalização no consumo de material de escritório	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes bens, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.10 Racionalização nas despesas de comunicação	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes serviços, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.11 Redução nas despesas com deslocações e estadas	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes serviços, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.12 Redução nas despesas com estudos, pareceres e consultadoria	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes serviços. Contudo, a poupança obtida situou-se inferior à estabelecida no plano em 28 mil euros.
5.13 Redução na publicidade não obrigatória	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes serviços, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.14 Redução nos apoios correntes concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	X		Desde 1 de janeiro de 2013 que não foram atribuídos quaisquer novos apoios correntes a Freguesias. Em 2014, verificou-se a assunção de acordos de execução, em observância à Lei 75/013, circunstância que induziu um desvio na ordem dos 257,2 mil euros, face à previsão estabelecida no plano.
5.15 Redução nos apoios correntes concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	X		Em 2014 não foram atribuídos quaisquer novos apoios correntes a Instituições Sem Fins Lucrativos. Contudo, face aos compromissos que transitaram de ano económico, a poupança obtida situou-se inferior à estabelecida no plano, em 8,3 mil euros.
5.16 Redução nos eventos, animação e desporto (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		No conjunto verificaram-se popanças verificadas em conformidade com os valores estabelecidos em plano.
5.17 Redução nas infra-estruturas desportivas - Estádios (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.18 Redução em comunicação e imagem	X		

(Contrato-Programa com empresa municipal)			
5.19 Redução em Gestão do serviço de componente de apoio à família (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.20 Redução na promoção do desenvolvimento rural (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.21 Redução nos gastos de cedência de pessoal (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		No conjunto verificaram-se poupanças verificadas em conformidade com os valores estabelecidos em plano.
5.22 Redução nos gastos anuais de funcionamento, recursos humanos e trabalhos especializados (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.23 Redução na brigada de intervenção urbana de Fátima (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.24 Redução nos apoios de capital concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	X		Em 2014 não foram atribuídos quaisquer novos apoios de capital a Freguesias. Contudo, em resultado de compromissos assumidos em anos anteriores, verifica-se um desvio negativo em 606,5 mil euros.
5.25 Redução nos apoios de capital concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	X		Em 2014 não foram atribuídos quaisquer novos apoios de capital a Instituições Sem Fins Lucrativos. Contudo, em resultado de compromissos assumidos em anos anteriores, verifica-se um desvio negativo em 478,3 mil euros.
5.26 Redução nos serviços de consultadoria jurídica externa	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes serviços. Contudo, a poupança obtida situou-se inferior à estabelecida no plano em 219 euros.
5.27 Concessão do saneamento			
5.27.1 Redução até à inexistência de contratualização externa de serviços na área do saneamento		X	O processo de concessão do saneamento foi revogado
5.27.2 Inexistência de investimento direto municipal na área do saneamento		X	
5.27.2 Encargos previstos para a concedente, sendo compensados pelas receitas (vide B1 ponto 3.2)		X	

Apuramento dos desvios nas medidas do PAF

O impacto positivo esperado em 2014, no âmbito das medidas do PAF, em resultado do aumento da receita da poupança gerada, seria de aproximadamente 5,4 milhões de euros.

Conforme se pode verificar no quadro seguidamente apresentado, o impacto positivo obtido situou-se próximo de 6,4 milhões de euros, pelo que, no que respeita às medidas previstas implementar, o Município de Ourém, evidencia uma superação das metas num valor na ordem dos 989,6 mil euros.

Mapa – Apuramento de desvios nas medidas do PAF

(euros)

Descrição das medidas	Valores Previstos - Ano económico de 2014		
	Previsão variação no PA: aumento de receita (+) ou diminuição de despesa (+) (1)	Variação executada no Orçamento (2011 - ano de referência no PAF/2014): Aumento de receita (+) ou diminuição de despesa (+) (2)	Desvio (3) = (2) - (1)
B.1 Aumento da receita			
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	0	0	0
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	0	0	0
3. Outras medidas com impacte no aumento da receita	0	0	0
<i>3.1 Aumento previsível com avaliação em curso do IMI</i>	1.250.000	2.821.013	1.571.013
<i>3.2 Concessão do saneamento - retribuição do concessionário</i>	800.000	0	-800.000
<i>3.3 Inexistência de captação das taxas e tarifas associadas</i>	-936.500	149.546	1.086.046
Total de Aumento da receita (B.1)	1.113.500	2.970.559	1.857.059
B.2 Redução da despesa			
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	0		0
5. Outras medidas com impacte na redução da despesa			0

5.1 Inexistência de novos ingressos de pessoal nos anos de 2013 e 2014	95.000	1.076.544	981.544
5.2 Inexistência de horas extraordinárias em 2013 e 2014 e redução em anos seguintes	51.175	51.175	0
5.3 Redução dos Estágios Profissionais	36.000	72.241	36.241
5.4 Redução dos Contratos de Emprego Inserção	8.750	24.741	15.991
5.5 Redução na aquisição de matérias-primas	150.000	231.212	81.212
5.6 Redução nas despesas com prémios, condecorações e ofertas	6.250	5.308	-942
5.7 Racionalização na aquisição de peças para manutenções	7.500	9.877	2.377
5.8 Racionalização no consumo de combustíveis	90.000	130.222	40.222
5.9 Racionalização no consumo de material de escritório	7.500	9.179	1.679
5.10 Racionalização nas despesas de comunicação	7.500	14.993	7.493
5.11 Redução nas despesas com deslocações e estadas	2.500	10.036	7.536
5.12 Redução nas despesas com estudos, pareceres e consultadoria	225.000	197.031	-27.969
5.13 Redução na publicidade não obrigatória	25.000	42.386	17.386

5.14 Redução nos apoios correntes concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	20.000	-237.153	-257.153
5.15 Redução nos apoios correntes concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	450.000	441.721	-8.279
5.16 Redução nos eventos, animação e desporto (Contrato-Programa com empresa municipal)	214.650	208.887	-5.763
5.17 Redução nas infra-estruturas desportivas - Estádios (Contrato-Programa com empresa municipal)	50.350	50.391	41
5.18 Redução em comunicação e imagem (Contrato-Programa com empresa municipal)	38.500	28.578	-9.922
5.19 Redução em gestão do serviço de componente de apoio à família (Contrato-Programa com empresa municipal)	20.150	123.160	103.010
5.20 Redução na promoção do desenvolvimento rural (Contrato-Programa com empresa municipal)	70.400	96.111	25.711
5.21 Redução nos gastos de cedência de pessoal (Contrato-Programa com empresa municipal)	15.900	234.588	183.688
5.22 Redução nos gastos anuais de funcionamento, recursos humanos e trabalhos especializados (Contrato-Programa com empresa municipal)	35.000		
5.23 Redução na brigada de intervenção urbana de Fátima (Contrato-Programa com empresa municipal)	9.800	8.446	-1.354
5.24 Redução nos apoios de capital concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	536.221	-70.272	-606.493
5.25 Redução nos apoios de capital concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	544.000	65.670	-478.330
5.26 Redução nos serviços de consultoria jurídica externa	100.000	100.219	219
5.27 Concessão do saneamento			0
5.27.1 Redução até à inexistência de contratualização externa de serviços na área do saneamento	998.916	125.689	-873.227
5.27.2 Inexistência de investimento direto municipal na área do saneamento	455.853	353.470	-102.383
5.27.2 Encargos previstos para a concedente, sendo compensados pelas receitas (vide B1 ponto 3.2)	0	0	0

Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)	4.271.915	3.404.451	-867.464
B.3 Outras medidas			
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)			0
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)			0
8. Outras medidas b)			0
... discriminar cada medida numa linha			0
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)	0	0	0
Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)	5.385.415	6.375.010	989.595

Evolução da dívida a terceiros

O PAF aprovado estabelece uma meta da dívida total, em 2014, em 17.501.995 euros. Observando o quadro exposto na página seguinte, verifica-se que a dívida total de natureza orçamental se situou em 17.546.890, ou seja, situando-se superior à meta definida em 44.895 euros.

Sobre este assunto, importa ainda observar que, o Município de Ourém transitou de ano económico com um montante em disponibilidades de 874.395,08 euros.

Deste modo, caso a autarquia tivesse utilizado a totalidade do montante disponível em instituições financeiras e caixa para abater parte da dívida existente, a dívida total situar-se-ia em 16.672.494,92 euros, ou seja, o Município de Ourém evidencia uma superação da meta definida no PAF, no âmbito da dívida, num valor na ordem dos 829,5 mil euros.

Em suma, a evolução da dívida a terceiros encontra-se superada, face às metas delineadas no PAF, sendo de realçar que, com a implementação do referido plano (dívida no início do PAF: $\pm 37,7$ milhões de euros, em 30/06/2012), o Município de Ourém assinala, à data de 31/12/2014, uma diminuição expressiva da dívida a terceiros total, que em termos absolutos representou uma quebra na ordem dos 20,1 milhões de euros (-53,4%).

Quadro – Evolução da dívida a terceiros face à previsão estabelecida no PAF

Uni: Euro

PAF - EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO						
Descrição	2011	1.º sem. 2012	2.º sem. 2012	2014 (previsto)	2014 (apurado)	Desvio obtido em 2014
Dívida de Curto prazo						
Empréstimos de CP	0	500.000	0	0	0	0
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	3.081.379	3.351.115	3.351.351	2.645.995	2.791.387	145.392
Outra	11.839.064	14.442.141	12.316.536	1.267.200	2.127.839	860.639
Fornecedores c/c	5.124.210	5.862.208	6.581.091	225.000	1.249.799	1.024.799
Fornecedores de imobilizado c/c	3.340.119	3.216.935	2.823.239	675.000	300.685	-374.315
Estado e Outros Entes Públicos	149.776	131.261	163.045	45.000	82.806	37.806
Clientes, contribuintes e utentes	26.830	33.847	34.558	29.700	44.465	14.765
Administração autárquica	265.045	586.097	450.814	67.500	2.212	-65.288
Outros credores	2.933.085	4.611.793	2.263.789	225.000	447.872	222.872
Subtotal Curto prazo	14.920.444	18.293.256	15.667.888	3.913.195	4.919.226	1.006.031
Dívida de Médio e longo prazo						
Empréstimos	19.367.903	17.938.621	15.998.046	13.363.800	12.686.256	-677.544
No âmbito do PAEL			0	3.108.388	2.989.422	-118.966
Outros empréstimos de médio/longo prazo	19.367.903	17.938.621	15.998.046	10.255.412	9.696.834	-558.578
Outra	1.718.391	1.491.461	1.165.000	375.000	125.000	-250.000
Fornecedores c/c	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	1.718.391	1.491.461	1.165.000	375.000	125.000	-250.000
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	0	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	0
Administração autárquica	0	0	0	0	0	0
Outros credores	0	0	0	0	0	0
Subtotal Médio e longo prazo	21.086.294	19.430.082	17.163.046	13.738.800	12.811.256	-927.544
Total da dívida	36.006.737	37.723.338	32.830.934	17.651.995	17.730.482	78.487
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	45.338	45.338	135.441	150.000	183.592	33.592
Total da dívida de natureza orçamental	35.961.399	37.678.000	32.695.493	17.501.995	17.546.890	44.895

10. Consolidação das contas do município com o grupo autárquico municipal

O n.º 3 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro vem estabelecer que, para efeitos de consolidação de contas, o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. Neste contexto, importa ainda observar o disposto nos n.ºs 4 e 5 do referido artigo os quais conceptualizam a existência ou presunção de controlo.

Relativamente aos prazos para a apreciação das contas consolidadas, refere o n.º 2 do artigo 76.º da Lei 73/2013, que a sua apreciação pelo órgão deliberativo deverá ocorrer durante a sessão ordinária do mês de junho, ou seja, após a aprovação das contas individuais das entidades que compõem o grupo autárquico, a qual se verifica no mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, conforme disposto no n.º 1 do referido artigo.

Deste modo, as contas consolidadas apenas serão apreciadas posteriormente, razão pela qual não integram, neste momento, o presente relatório.

11. Outras disposições

11.1 Proposta de aplicação de resultados

Considerando que o Resultado Líquido do Exercício do Município de Ourém, referente a 2014, é negativo em 1.078.522,24€, não se propõe qualquer aplicação, devendo o mesmo permanecer em “Resultados Transitados”.

11.2 Evolução previsível da atividade

A evolução previsível da atividade encontra-se disposta nos Documentos Previsionais aprovados para o presente ano económico e, em particular, no Orçamento para 2015 e Opções do Plano para o quadriénio 2015-2018.

11.3 Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Após o término do ano exercício em análise, não se verificaram factos relevantes dignos de registo.